

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

JOYCE CRISTINA DE OLIVEIRA REZENDE

(Uma viagem) Entre a Psicologia e o Direito: possibilidades de ações interdisciplinares no
Departamento Jurídico XI de Agosto

São Paulo
2022

JOYCE CRISTINA DE OLIVEIRA REZENDE

**(Uma viagem) Entre a Psicologia e o Direito: possibilidades de ações interdisciplinares
no Departamento Jurídico XI de Agosto**

(Versão original)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obter o título
de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Dra. Henriette Tognetti
Penha Morato

São Paulo
2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catlogação na publicação Biblioteca
Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados
fornecidos pelo(a) autor(a)

Rezende, Joyce Cristina de Oliveira

(Uma viagem) Entre a Psicologia e o Direito: possibilidades de ações
interdisciplinares no Departamento Jurídico XI de Agosto / Joyce Cristina de
Oliveira Rezende; orientadora Henriette Tognetti Penha Morato. -- São Paulo, 2022.
227 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo,
2022.

1. Interdisciplinaridade. 2. Psicologia. 3. Direito. 4. Formação universitária. 5.
Fenomenologia existencial . I. Morato, Henriette Tognetti Penha, orient. II. Título.

Nome: Rezende, Joyce Cristina de Oliveira

Título: (Uma viagem) Entre a Psicologia e o Direito: possibilidades de ações interdisciplinares no Departamento Jurídico XI de Agosto

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutora em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas começam essa parte agradecendo a Deus ou à orientadora, mas eu gostaria de começar agradecendo a todos os profissionais de saúde que me atenderam nesses cinco anos. Não foi um período fácil. Já antes da pandemia, passei por uma eclosão de síndrome do pânico e hipertensão — felizmente controladas — e pela própria COVID-19 em abril de 2020. Após lidar com a endometriose, um cotovelo quebrado, os joelhos sem cartilagem (após uma queda na USP, onde mais poderia ser?) e a sinusite, finalizo essa etapa recuperando-me da última cirurgia do joelho e quase sem tossir, depois de mais de um mês. Devo ter me esquecido de algum mal que me acometeu nesse tempo, mas melhor começar a agradecer pelas coisas boas e por ter sobrevivido até aqui.

À minha orientadora, Henriette Morato, pelas oportunidades que me foram dadas desde a graduação em Psicologia, pelos ensinamentos compartilhados, pelas provocações e pelas convocações para um fazer psicológico pautado pela ética e pelo cuidado de si e do outro.

Aos Professores André Prado Nunes e Rodrigo Ribeiro de Sousa, pelas valiosas contribuições na ocasião da qualificação do doutorado.

Às demais membras da banca, Professoras Cecília Asperti e Helena Rinaldi, por terem carinhosamente aceitado meu convite.

Aos membros suplentes da banca, em especial à Professora Belinda Mandelbaum, que teve um papel fundamental na minha formação como pesquisadora.

Aos colegas do Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia (LEFE), pelo caminhar conjunto. Em especial, às amigas Laiz Chohfi e Rosangela Santana e ao amigo Jailton Melo, pelo apoio em momentos tão difíceis. À querida Neide, por toda a ajuda com as burocracias, sendo sempre carinhosa e atenciosa em tudo que faz. Aos queridos alunos, agora psicólogos, Luana Segantini e Lucas Cardoso, pelo fiar em conjunto.

Ao Departamento Jurídico XI de Agosto (DJ), por ser um local tão especial e rico em ensinamentos e amizades que levarei para a vida toda.

A todos os alunos e alunas de Psicologia e de Direito da Universidade de São Paulo, que aceitaram fazer parte dessa pesquisa.

À Graça (nome fictício), assistida do DJ, que aceitou conversar comigo sobre meu duplo papel de advogada e psicóloga.

À minha pequena família — meu pai, Nicolau, minha irmã, Elaine, e meu irmão, Lucas —, por serem abrigo em qualquer circunstância. Não poderia esquecer das saudosas Lola e Mona e dos recém-chegados Luke e Leia, melhores “cãopanhias”.

Aos amigos do passado, mesmo que eu não tenha mais contato, por ajudarem a construir quem eu sou; do presente, por caminharem ao meu lado; e do futuro, pelas possibilidades de partilha. Aos amigos de peregrinações, trilhas, viagens, cafês, trabalho e estudos: cada um tem um lugar especial.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, que possibilitou a minha permanência na pós-graduação e me serviu de incentivo para não desistir.

Por fim, a Deus, ou à fonte criadora do Universo, que tornou tudo possível. Nada é perfeito, mas cabe aos seres humanos fazerem desse mundo um lugar melhor para todos. Quando fiz o Caminho de Santiago de Compostela, resolvi que gostaria de ser Doutora antes dos 40 anos; consegui meu intento exatamente aos 40. Agradeço a todos os que estiveram nessa caminhada comigo.

A todas as pessoas que, não estando aprisionadas em caixinhas disciplinares, lutam por um mundo melhor e mais justo.

RESUMO

Rezende, J. C. O. (2022). *(Uma viagem) Entre a Psicologia e o Direito: possibilidades de ações interdisciplinares no Departamento Jurídico XI de Agosto* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A questão central da pesquisa é como a interdisciplinaridade entre a Psicologia e o Direito pode acontecer na prática, no contexto do atendimento a partir do plantão psicológico oferecido aos membros e assistidos do Departamento Jurídico XI de Agosto (DJ) pelo Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia (LEFE). O plantão visa oferecer atenção e cuidado àquele que os busca no momento da sua angústia. Os atendimentos conjuntos costumam ocorrer a partir de uma solicitação do estagiário de Direito, tendo o intuito de facilitar a comunicação entre os envolvidos e oferecer suporte ao estagiário e/ou ao assistido, inclusive quando este possuir algum transtorno mental. Acredita-se que a experiência de atendimento entre os estudantes configura uma prática interdisciplinar entre a Psicologia e o Direito, discutindo-se a possibilidade de formação em estágio conjunto, de forma que uma área não se põe a serviço da outra nem se transforma na outra. Trata-se de uma pesquisa pela perspectiva da metodologia fenomenológico-existencial. Para responder à questão, propôs-se uma pesquisa interventiva mediante a experiência da autora entrelaçada com a de alunos de ambas as áreas que tenham feito os atendimentos conjuntos. Essa relação se deu por meio de um espaço aberto a entrevistas e supervisões para falarem de suas experiências. Os dados foram analisados com base na Analítica do Sentido, proposta por Critelli (1996), que consiste em uma orientação do olhar para a manifestação do que se busca. Foram narrados três casos por meio de diários de bordo da pesquisadora, com o intuito de demonstrar como a interdisciplinaridade ocorre na prática. Tendo em vista que parte da pesquisa ocorreu durante a pandemia da COVID-19, dedicou-se um capítulo deste trabalho para a ação na instituição nesse período. Discutiu-se, também, como a formação na maior parte das faculdades de Psicologia no Brasil não contempla a interdisciplinaridade com o Direito, sendo esta uma área em grande expansão, principalmente em relação aos concursos públicos em instituições como Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. Também há a possibilidade da prática privada, como em escritórios de advocacia. O estágio no DJ constitui-se um campo muito rico de aprendizagem significativa para alunos das áreas de Psicologia e Direito, impactando suas atuações profissionais futuras. A mestiçagem fez parte da formação profissional da pesquisadora, que hoje se define como psicóloga, embora nunca tenha deixado de ser advogada.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Psicologia. Direito. Formação universitária. Fenomenologia existencial.

ABSTRACT

Rezende, J. C. O. (2022). *(An excursion) Between Psychology and Law: possibilities of interdisciplinary actions at Departamento Jurídico XI de Agosto*. PhD Dissertation, Institute of Psychology, University of Sao Paulo, Sao Paulo.

This research focuses on the practical applications of the interdisciplinarity between Psychology and Law within the context of the psychological support service offered to the members and assisted of the *Departamento Jurídico XI de Agosto* (DJ) by the *Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia* (LEFE). The support service offers assistance and care for those who seek it in a moment of distress. The collective support takes place upon request by the Law intern. Its goal is to facilitate communication between those involved and offer support to the intern and/or assisted person, including when he/she has a mental disorder. The collective support experience among interns might characterize an interdisciplinary practice between Psychology and Law. This practice enables a joint internship in which one area does not overpower the other nor turns into the other, but work cooperatively. This research's perspective is that of existential phenomenological methodology. It is proposed an interventional research approach from the author's perspective, intertwined with that of interns from both areas who participated in the psychological support service through an open space during interviews and supervisions to speak about their own experiences. Data were analyzed based on "Analítica do Sentido" by Critelli (1996): guiding the attention to the manifestation of what one pursues. Three cases are described by the researcher's journal aiming at showing how interdisciplinarity happens in practice. Given the COVID-19 pandemic, there is an entire chapter dedicated to the actions taken by the institution during this period. The lack of discussion about interdisciplinarity between Law and Psychology in most Brazilian Psychology faculties was also considered. The interdisciplinary area Law-Psychology has greatly expanded, especially through public tenders in institutions such as Tribunal de Justiça, Ministério Público and Defensoria Pública; but also with possible applications in the private sector, such as law offices. The internship at DJ is an environment that offers significant learning to interns in Psychology and Law, impacting their future professional careers. Hybridism is part of the researcher's education; she defines herself as a psychologist but never stopped being a lawyer.

Keywords: Interdisciplinarity. Psychology. Law. University education. Existential phenomenology.

O GRUPO

Tive um dia desses um almoço alegre e melancólico. Tratava-se do reencontro de três ex-colegas da Faculdade Nacional de Direito. A atmosfera lembra a do livro e do filme O grupo, menos as confidências que não fizemos. Reencontro alegre porque gostávamos umas das outras, porque a comida estava boa e tínhamos fome. Melancólico porque a comida estava boa e tínhamos fome. Melancólico porque a vida trabalhara muito em nós, e ali estávamos sorridentes, firmes. E melancólico também porque nenhuma de nós terminara sendo advogada. Advogada, meu Deus. Era só o que me faltava, eu que me atrapalho em lidar burocraticamente com o mais simples papel.

Melancólico porque havíamos perdido tantos anos de estudo à toa. Estudo? Só uma de nós estudara mesmo. Filha de famoso jurista que era. Quanto a mim, a escolha do curso superior não passou de um erro. Eu não tinha orientação, havia lido um livro sobre penitenciárias, e pretendia apenas isto: reformar um dia as penitenciárias do Brasil. San Tiago Dantas uma vez disse que não resistia à curiosidade e perguntou-me o que afinal eu fora fazer num curso de Direito. Respondi-lhe que Direito Penal me interessava. Retrucou: ‘Ah bem, logo adivinhei. Você se interessou pela parte literária do Direito’. Quem é jurista mesmo gosta é de Direito Civil. A saudade que tenho de San Tiago.

Voltando ao grupo: nós nos despedimos alegres ou tristes? Não sei. Em mim havia um certo estoicismo, em relação a ter tido uma parte de meu passado tão inútil. Ora, mas quantas outras coisas inúteis eu já havia vivido. Uma vida é curta: mas, se cortarmos os seus pedaços mortos, curtíssima fica. Transforma-se numa vida feita de alguns dias apenas? Bem, mas é preciso não esquecer que a parte inútil fora, na hora, vivida com tanto ardor (por Direito Penal). O que de algum modo paga a pena.

Saí da casa da minha amiga para um sol de três horas da tarde, e num bairro que raramente frequento, Urca. O que mais cresceu a minha perdição. Estranhei tudo. E, por me estranhar, vi-me por um instante como sou. Gostei ou não? Simplesmente aceitei. Tomei um táxi que me deixaria em casa, e refleti sem amargura: muita coisa inútil na vida da gente serve como esse táxi: para nos transportar de um ponto útil a outro. E eu nem quis conversar com o chofer.

(Lispector, 2004, pp. 34-35)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do prédio em que Dona Mercedes mora.....	79
Figura 2 – Intersecção entre Psicologia e Direito.....	116
Figura 3 – Representação da deusa grega da Justiça, Thêmis	131
Figura 4 – Representação da Justiça na entrada do STF	131

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CAM	Centro de Atendimento Multidisciplinar
CEJUSC	Centro Judiciário de Solução de Conflitos
CMB	Casa da Mulher Brasileira
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DJ	Departamento Jurídico XI de Agosto
DPESP	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
EPJ	Escritório de Prática Jurídica
ETJ	Equipe Técnica do Juízo
FDUSP	Faculdade de Direito da USP
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GEVID	Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica
IBCCrim	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
IPUSP	Instituto de Psicologia da USP
LEFE	Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia
MP	Ministério Público
MPU	Medida Protetiva de Urgência
ONG	Organização Não Governamental
PAPO	Projeto de Apoio Psicológico Online do IPUSP
PUC-CAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PFJ	Programa de Formação Jurídica
RH	Recursos Humanos
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 ONDE A VIAGEM COMEÇA	14
1.1 DEPARTAMENTO JURÍDICO, LEFE E EU.....	14
2 GUIA DA VIAGEM: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 OBJETIVOS.....	28
3 COMO É FEITA A VIAGEM	29
3.1 ESBOÇO DE UM CAMINHO POSSÍVEL.....	35
3.2 REGISTRO DA EXPERIÊNCIA	39
4 A VIAGEM: DIÁRIOS DE BORDO	43
4.1 VERA LÚCIA: “TODA DEMANDA JURÍDICA TEM O SEU COLORIDO PSICOLÓGICO”	43
4.1.1 Primeiro atendimento com a Psicologia.....	45
4.1.2 Segundo atendimento da Psicologia	48
4.1.3 Entrevista.....	48
4.1.4 Devolutiva da entrevista	60
4.2 GRAÇA: “VOCÊ É AS DUAS COISAS QUE EU PRECISO: ADVOGADA E PSICOLÓGA”	62
4.2.1 atendimentos conjuntos.....	63
4.2.2 Primeiro contato com Graça	64
4.2.3 Primeira audiência	64
4.2.4 Segunda audiência	66
4.2.5 O processo acabara, mas o conflito, não.....	68
4.2.6 A entrevista	71
4.2.7 Conversas após a entrevista.....	74
4.2.8 Devolutiva.....	76
4.2.9 Interdisciplinaridade na violência doméstica	77
4.3 MERCEDES: “EU ESTOU CANSADA DE FALAR E VOCÊ ESTÁ CANSADA DE OUVIR”	78
4.3.1 A entrevista	80
4.3.2 Uma advogada para acompanhar Mercedes.....	83
4.3.3 Primeira visita à casa de Dona Mercedes: “você caiu do céu”.....	84
4.3.4 Vistoria	86
4.3.5 Almoço: “doutora, leva isso que eu não aguento mais”	88

4.3.6 Áudios e ligações: “Deus lhe pague em saúde”	89
4.3.7 Novo ano, velho problema	90
4.3.8 Conhecendo Doutor Newton	94
4.3.9 Sentença do processo de Douglas – vazamentos	95
4.3.10 Ansiedade: medo de perder Dr. Newton	96
4.3.11 Devolutiva da entrevista	100
4.3.12 Justiça terapêutica?	103
5 QUARENTENA – PAUSA NA VIAGEM OU VIAGEM DE OUTRA FORMA?	105
5.1 DJ E PSICO NA PANDEMIA	106
5.2 COMO OCORREM OS ATENDIMENTOS.....	108
5.3 CASO LOUISE	109
5.4 PLANTÃO?.....	114
6 TERRA À VISTA AÇÕES INTERDISCIPLINARES POSSÍVEIS NO DJ	116
6.1 AÇÃO – DA MULTIDISCIPLINARIDADE PARA A INTERDISCIPLINARIDADE E VICE-VERSA	121
6.2 JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA.....	123
6.3 EU-INTERDISCIPLINAR.....	130
7 A CHEGADA – FIM DA VIAGEM?	136
REFERÊNCIAS – OU O QUE FOI LIDO DURANTE A VIAGEM	139
APÊNDICES	143
APÊNDICE A – Outras paragens.....	143
APÊNDICE B – Recordações da viagem: fotos.....	150
APÊNDICE C – Recordações de viagem: entrevistas.....	166
APÊNDICE D – Slides da formação	221

1 ONDE A VIAGEM COMEÇA...

A questão central da pesquisa, com a qual ingressei no Doutorado e que me serviu como bússola no começo da investigação, foi: *como os alunos de Direito e de Psicologia compreendem a experiência de atendimento interdisciplinar para a sua formação?* Contudo, no decorrer do tempo e da pesquisa, essa questão-bússola foi se transformando, para a seguinte: *como uma pesquisadora formada nas áreas de Direito e de Psicologia coloca em prática a interdisciplinaridade em sua ação?*

Para melhor compreender o problema de pesquisa, é necessário apresentar o campo no qual ele ocorre, bem como discorrer sobre a minha relação com essa pergunta, uma vez que “a questão que brota como crucial para um pesquisador, em determinado momento, tem um caráter próprio, que se relaciona com aquela pessoa em particular” (Cabral & Morato, 2013, p. 161).

1.1 DEPARTAMENTO JURÍDICO, LEFE E EU

Era o ano de 2001. A diretoria do Departamento Jurídico XI de Agosto (DJ) procurou o Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia (LEFE), e uma parceria se formou com o intuito de oferecer atenção e cuidado à comunidade atendida pelo DJ e seus membros (Nunes & Morato, 2013). Nesse mesmo ano, comecei meus estudos na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) sem qualquer pretensão de um dia me tornar psicóloga.

O DJ é um órgão gerido pelos alunos da Faculdade de Direito, que atua no atendimento jurídico da população de baixa renda¹ da cidade de São Paulo. Está situado na Praça João Mendes, no centro da cidade, próximo à faculdade. Até 2011, ocupava dois blocos de um prédio comercial, tendo sua estrutura ampliada com mais um bloco naquele mesmo ano². Foi fundado em 1919, sendo anterior, portanto, à própria Defensoria Pública, que, em São Paulo, foi fundada somente em 2006. Atualmente, um bloco é destinado ao atendimento das assistidas e está dividido em uma sala de espera com televisão e baias. Ainda, há dois banheiros e uma sala para mediação. Os outros dois blocos são exclusivos das estagiárias, advogadas e funcionárias³, contando com uma cozinha, a sala das advogadas orientadoras, a sala das estagiárias, a diretoria,

¹ Refere-se a uma renda familiar de até três salários mínimos.

² Ver fotos da estrutura antiga e atual do DJ no Apêndice B.

³ Há quatro funcionários no DJ: Vitão, que atua juntamente com as calouras, atendendo à população; Dona Ana, telefonista; Seu Zé, que cuida da limpeza; e Wilson, que ajuda a tesouraria nas prestações de contas.

a sala de reuniões, os banheiros e a biblioteca. Há um espaço para os escaninhos das estagiárias e outro para a telefonista. Na frente da sala das orientadoras, há duas mesas redondas, de uso comum, ao lado das impressoras e das máquinas de fotocópia.

Na semana de recepção às calouras, uma das atividades era (e ainda é) uma visita ao DJ. Entusiasmada com a entrada na faculdade, fui conhecer o local junto com várias colegas. Lembro da Doutora Aida, uma advogada orientadora, dizer que havíamos entrado na melhor Faculdade de Direito abaixo da linha do Equador. Na época, o espaço físico do DJ era menor, não havia as baias para atendimento, somente uma mesa ao lado da outra. Era tudo bastante bagunçado e entulhado. Se não me engano, a única possibilidade de uma caloura fazer parte do DJ era como bibliotecária — o que não me interessou —, ou havia poucas vagas para calouras.

Hoje, são cerca de 30 calouras atuando no DJ no atendimento às assistidas e em outras funções, como na biblioteca. Cada caloura faz um plantão semanal, totalizando, portanto, cerca de seis por dia. Elas se revezam na recepção e no atendimento aos assistidos, recolhendo suas histórias para passar o “caso” para a estagiária — geralmente uma aluna a partir do terceiro ano. De qualquer forma, naquele momento, a atividade no DJ não me chamou a atenção, mas sabia da possibilidade de atuar como estagiária de campo, ou vareira, a partir do segundo ano. Vareira diz respeito a quem vai até as varas ver o acompanhamento dos processos judiciais. Atualmente, devido à informatização da Justiça, não há mais a mesma necessidade de ir até o fórum, de maneira que tal função foi reformulada no DJ. Há um Programa de Formação Jurídica (PFJ), no qual as candidatas do segundo ano do curso são selecionadas a partir de sorteios, e suas atividades incluem tanto visitas a diversos fóruns, quanto aulas para a sua formação.

No final daquele ano, duas amigas e eu fomos ao DJ preencher a ficha de inscrição como vareiras. Só uma de nós foi chamada, Fernanda Pereira. Será que, a cada três, selecionavam uma? Ou será que foi porque ela conhecia, do time de vôlei, a moça que trabalhava no DJ? Fernanda, ao longo dos meses, tornou-se coordenadora das vareiras. Um dia, já no segundo semestre do segundo ano, enquanto conversávamos, ela me perguntou se eu ainda tinha vontade de fazer parte do DJ, pois estavam precisando de vareiras. Ela me contou que eu iria para o fórum uma vez por semana e havia uma ajuda de custo de R\$ 14,00, ou um valor semelhante. Era o suficiente para pagar o transporte e um lanche. Aceitei.

Toda semana, saía da aula, com as fichas de acompanhamento dos processos e as petições a serem protocoladas no DJ, e pegava o metrô até o final da linha vermelha. Depois, entrava no ônibus Jardim Camargo Novo, ou o Velho, em direção ao fórum de Itaquera. Era corrido: o fórum era longe, e, como não dava tempo de almoçar, eu comia um lanche ainda no ônibus. Aproveitava o trajeto e ia lendo as petições — quem sabe eu aprendia alguma coisa.

Passava a tarde inteira no fórum, anotando os andamentos (ou os não andamentos) dos processos nas fichas. Como saía tarde de lá, só conseguia devolver as fichas no dia seguinte, colocando-as no escaninho de cada estagiária. Dois ou três meses depois fui “promovida” e passei a ir ao fórum criminal. Era bem mais interessante, pois a matéria me interessava muito na época.

No começo do terceiro ano de faculdade, eu fiz a prova para me tornar estagiária, cuidar dos casos e mandar as fichas. Fui aprovada. Diziam que todo mundo passava na prova, mas conheço uma pessoa que não foi aprovada. Eu fazia plantão uma vez por semana, porém quase sempre tinha que ir nos outros dias. Nesse mesmo ano, Fernanda tornou-se diretora-tesoureira do DJ. Como diretora, ela me acompanhou no meu primeiro dia de atendimento. A minha primeira “cliente” foi a Dona Margarida⁴, que estava pedindo um alvará para sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Provavelmente, tinha um cartaz que informava sobre o plantão de Psicologia, mas não era no meu dia. Lembro de Mariana, uma moradora de rua que sempre ia lá e a quem eu atendia; era cantora e até fez uma música para mim. Mas sequer me passou pela cabeça a ideia de “passar o caso” para a Psicologia ou pedir para a atenderem comigo. Não tinha processo jurídico: ela simplesmente ia lá com seu saco de lixo, com muitos papéis e seus documentos. Não me incomodava de conversar com ela: eu a escutava, e ela ia embora. Um dia, não voltou mais. Não sei o que aconteceu...

Foram muitos “casos” nos anos de faculdade. Lembro de Seu João, um senhor idoso que estava sendo processado pela ex-mulher para pagar alimentos; Josefina, que perdeu os documentos, e usaram seu nome como laranja em uma empresa; Sérgio, cuja ex-mulher levou a filha para o Paraná, e eles não tiveram mais contato; Rafael, que não reconhecia a filha, e, como a mãe não a levou para fazer o DNA, ele conseguiu a negatória de paternidade; Piedade, que confesso não me lembrar do caso, mas ela me deu calcinhas de presente; Dona Laís, cujo filho estava preso em razão de muitos processos de estelionato — tantos que eu e mais duas estagiárias, Fernanda e Igor Catta Preta, dividimos os processos entre nós, e um deles foi um *habeas corpus*, com o qual eu entrei no Superior Tribunal de Justiça, mas que foi prejudicado, pois tinha outras ordens de prisão; Dona Ruth, que morava em um apartamento e pagava aluguel para uma pessoa, mas, depois, o condomínio reivindicou a propriedade, e ela não sabia mais para quem pagar o aluguel, passando, então, a depositar o valor em juízo. Entrei com esse processo em 2003, e, até 2010, não havia acabado. Tive que o transferir para outra estagiária — foi o único caso que precisei transferir no DJ.

⁴ Os nomes dos assistidos foram trocados para preservar suas identidades.

São tantas outras histórias de vida que acompanhei, ajudando, de alguma forma, a solucionar algumas questões, que é difícil de recordar de todas. Cheguei a cuidar, ao mesmo tempo, de 40 casos. As estagiárias plantonistas dispõem das orientações de advogadas, que também fazem um plantão semanal. Como eu não era formada, não podia assinar as petições nem ir às audiências sozinhas. Para isso, havia outras advogadas, as colaboradoras, que nos acompanhavam.

No final do terceiro ano da faculdade, fui convidada por Igor para compor a diretoria do DJ no ano seguinte como diretora-tesoureira. Na época, eram dez diretoras: a presidente e a secretária-geral; uma dupla de tesoureiras; uma dupla de administrativos, que cuida da estrutura interna; uma dupla de relações públicas; e uma dupla de diretoras de estágio, que cuida e fiscaliza o trabalho das estagiárias, sendo responsável também pelos processos judiciais que foram “abandonados”. Hoje, são quinze diretoras, pois há mais uma diretora de estágio, além de um trio de relações públicas e um trio de recursos humanos. Para ser diretora, é necessário ser também estagiária plantonista, ou seja, estar cursando a partir do terceiro ano na faculdade.

Como diretora, eu ia ao DJ todos os dias e tinha uma folga semanal. Passei a ter mais contato com o pessoal da Psicologia, mas, como eu era tesoureira, não lidava diretamente com elas. Essa tarefa cabia às diretoras de relações públicas e, hoje, cabe à diretoria de recursos humanos. Não lembro muito das plantonistas da Psicologia, mas lembro vagamente de André Prado Nunes, que foi supervisor geral do projeto de 2013 a 2019. Naquela época, era supervisor de campo⁵ e de Carol, que ficou muito amiga de Ricardo Macaubal, um dos diretores de relações públicas — tive notícias de que ele tem atuado como *designer* de interiores. Mesmo estando mais dias no DJ, não cheguei a chamar o pessoal da Psicologia para atender comigo. Confesso que não entendia muito bem o que eles faziam lá. Carol, que deveria estar se formando, chegou a fazer uma proposta para ser contratada como psicóloga do DJ, o que eu, como tesoureira, vetei. Não havia recursos para isso, e eu também não compreendia a importância. Pensava: se o pessoal ia de graça para lá, para que contratar alguém?

Quando estava no terceiro ano do Direito, comecei a me desiludir. Talvez por acompanhar os processos mais de perto ou por ver a lentidão do Judiciário e a angústia dos assistidos. Estava fazendo um curso no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) e tive contato com um psicólogo, o Professor Alvino Augusto de Sá, e comecei a me interessar

⁵ A supervisora de campo é uma psicóloga já formada que acompanha as alunas de Psicologia no DJ. Como exerci essa função de 2012 a 2019 no DJ, seu papel será melhor explicado ao longo deste trabalho. A supervisora de projeto é uma psicóloga mais experiente, responsável por supervisionar todas as atividades do laboratório junto à instituição.

pela Psicologia Criminal. Achava bem interessante os assuntos de que ele falava. Passei a considerar, um dia, a possibilidade de fazer Psicologia. Não pensei em abandonar a faculdade, já que estava no meio do curso, e, como tinha lutado tanto para entrar, não desistiria. Continuei. O final da faculdade foi bastante tumultuado, pois tinha que escrever a tese de láurea, estudar para a OAB, além de um problema familiar. Mesmo nesse tumulto, no final da graduação em Direito, ao fazer a pesquisa para a tese de láurea, comecei a gostar da área acadêmica. Tentei até o mestrado em processo penal, mas não fui aprovada na seleção pelo orientador. A Psicologia ficou de lado, por enquanto.

Em maio de 2006, eu já era advogada. Passei a exercer o ofício de advogada colaboradora do DJ, um caminho mais ou menos natural para os recém-formados que tinham estagiado lá. Na época, o DJ tinha um convênio com a Procuradoria de Assistência Judiciária, precursora da Defensoria Pública, que encaminhava cerca de oito processos por dia. Eram muitos casos, e havia audiências quase que diariamente. Para cada audiência, há uma ajuda de custo de cerca de R\$ 30,00, valor que se manteve praticamente inalterado nesses anos. Comecei a ir quase cotidianamente aos vários fóruns pela cidade, e nunca me esqueci do dia em que, na fila de um cartório em Santo Amaro, vi aquela pilha de processos, que iam do chão ao teto, e pensar: “quero trabalhar com pessoas, não com papel”. A Psicologia estava de volta. Em julho daquele ano, resolvi prestar o vestibular da Fuvest, mais uma vez. Consegui uma bolsa parcial no cursinho e, com o que ganhava fazendo audiências, paguei-o.

Em 2007, comecei a faculdade de Psicologia na USP. Já estava claro para mim que eu gostaria de trabalhar na intersecção da Psicologia com o Direito, na tentativa de juntar as duas faculdades. Continuei atuando como advogada colaboradora no DJ, mas apenas nos dias em que não tinha aula à tarde. Logo no primeiro ano, entrei em contato com a Professora Belinda Mandelbaum, que atua na área de Psicanálise da Família. Ao acompanhar vários casos de divórcio, inquietava-me saber dos motivos que levavam à separação conjugal. Fiz duas iniciações científicas sobre o tema, entrevistando assistidos do DJ.

Ao final do segundo ano de Psicologia, uma colega que fazia estágio no LEFE me contou sobre o pessoal que fazia o plantão no DJ. Ela estava num projeto cujo objetivo era fazer uma cartografia dos serviços oferecidos pelo Instituto, cartografia esta que começou no próprio LEFE. Fiquei interessada, e ela mesma me aconselhou a entrar primeiro no projeto da Rede⁶.

⁶ O grupo da Rede era supervisionado por Laiz Chohfi, tendo sido seu tema de dissertação de mestrado, concluída em 2013: *Por entre fios e buracos: uma experiência para construção de uma rede de atenção à saúde no IPUSP* (Chohfi, 2013). Também tive a honra de contribuir, junto a Laiz e outros colegas, com o capítulo *Unindo buracos: a construção de uma rede de atenção em saúde a partir do Instituto de Psicologia de São Paulo (IPUSP)* (Chohfi et al., 2013) para o livro intitulado *Prática psicológica na perspectiva fenomenológica*, .

Em 2009, entrei no LEFE já com a ideia de fazer estágio como plantonista no DJ. No entanto, a parceria havia sido suspensa naquele ano, além de não haver alunos suficientes de Psicologia para ir à instituição. Fiquei na Rede, projeto com o qual aprendi muito, mas sempre esperando a hora de ir ao DJ como “psicóloga”. Também ia, como plantonista e como representante da Rede, ao plantão oferecido pelo LEFE no Instituto.

No segundo semestre de 2010, fiz intercâmbio para Portugal e, na volta, em 2011, cheguei a conversar com os diretores do DJ sobre o plantão de Psicologia. Como estava em reforma, não havia a possibilidade de fazê-lo, pois mal era possível eles atenderem os assistidos. A Professora Henriette disse para esperarmos, então, que o pedido viesse deles. No começo de 2012, estava esperando o elevador para ir embora do DJ, quando um dos diretores me abordou e perguntou: “sabe aquele pessoal da Psicologia? Sentimos falta. Tem como voltar?”. Disse que conversaria com a Professora Henriette e entraria em contato com ele. O diretor que conversou comigo havia sido calouro em 2008 e tinha convivido bastante com os plantonistas.

Conversei com o pessoal do LEFE, e decidimos, antes de qualquer ação, fazer uma cartografia do DJ, um mapeamento da instituição para melhor pensar em modos de intervenção. Eu estava no último ano de Psicologia. Mesmo não sendo psicóloga, pela minha vivência na instituição, ficou decidido que eu já seria supervisora de campo. Eu não sabia muito bem o que isso significava, mas me lancei nessa tarefa. No primeiro semestre, então, um grupo de alunas e eu nos dedicamos à cartografia. Visitamos o DJ várias vezes, em horários diferentes, e conversamos com várias pessoas. Ao perguntarmos sobre como achavam que a Psicologia poderia ajudar no DJ, muitas vezes a resposta era “no atendimento aos assistidos”, ou algo como no auxílio dos processos judiciais, como assistentes técnicos, o que se aproximava da Psicologia Jurídica⁷. No entanto, o que mais nos espantou — até a mim que já era de lá — foi a falta de comunicação entre as diversas categorias de estagiários. Havia calouro que não conseguia passar o caso para o estagiário, vareiro totalmente alheio, estagiário que reclamava da diretoria, diretoria que não se dava com os orientadores, entre outras situações. Na tentativa de intervir nessa problemática, além do plantão, oferecemos um grupo de apoio semanal, aberto para quem quisesse fazer parte dele. Essa proposta foi bem aceita pela diretoria, mas nos aconselharam o seguinte: “tem que ter comida para as pessoas aparecerem”.

No segundo semestre de 2012, portanto, começamos a ir ao DJ com horário e dia marcados. Eram duas horas de plantão, duas vezes por semana, mais o grupo de apoio no final da tarde de um dos dias dos plantões. Eu era a única supervisora de campo, então ia a todas as

⁷ Isso será melhor explicado no capítulo 2, que é o da fundamentação teórica.

atividades. Às sextas-feiras, tínhamos a supervisão de projeto com Heloísa Aun, técnica do LEFE. Desde o começo, nessa volta do LEFE ao DJ, foi muito enfatizada a importância do atendimento aos assistidos pelos plantonistas da Psicologia juntamente com o estagiário de Direito. Foi necessário reafirmar, a todo instante, que os clientes do plantão eram todos os assistidos e os membros do DJ. Essa postura foi necessária para que não se criasse a ideia de um serviço de Psicologia à parte dentro do DJ, em que os casos dos “loucos” seriam encaminhados a nós. A ideia era trabalharmos juntos.

O grupo de apoio foi um sucesso no primeiro dia. Com o passar das semanas, foi esvaziando, mesmo com as comidas. Como era no final da tarde, eu arrecadava o dinheiro entre os próprios estagiários do DJ, e, entre o plantão e o grupo, alguém da Psicologia me ajudava a comprar pães, doces e bebidas. Era muito curioso que eles dessem o dinheiro, mas não fossem ao grupo. No semestre seguinte, em 2013, passamos a fazer o grupo em semanas alternadas ao final de cada plantão — por exemplo, uma semana na segunda e outra na quarta. Nesse momento, já havia mais um supervisor de campo, o Pedro, que tinha sido plantonista no semestre anterior e tinha acabado de concluir a faculdade. Os grupos estavam cada vez mais esvaziados e acabaram se tornando uma extensão do plantão. No semestre seguinte, com a entrada de André como supervisor do projeto, decidimos encerrá-lo, pois achamos que não fazia mais sentido, se é que havia feito algum dia.

Desde então, até 2017, as atividades do LEFE no DJ eram dois plantões semanais no período da tarde. A partir de 2018, passou a ser somente uma vez por semana, por eu ser a única supervisora de campo. Fiquei nesse cargo, num primeiro momento, até meados de 2015, o que coincidiu com o término do curso de aperfeiçoamento intitulado “Prática Psicológica em Instituições”, oferecido pelo LEFE aos supervisores de campo, do DJ e do Hospital Universitário. Vale ressaltar que, no início de 2012, fiz a capacitação como mediadora de conflitos, tendo estudado esse tema em meu mestrado (Rezende, 2015).

Reconheço que a interdisciplinaridade entre Psicologia e Direito, especialmente por causa das minhas formações, sempre me chamou a atenção. Acredito que a possibilidade de um trabalho em conjunto desses dois campos profissionais é experimentada e concretizada no DJ, ainda durante a formação universitária, o que é bastante enriquecedor não apenas para o psicólogo, mas também para o bacharel em Direito em seus exercícios futuros. Nesse sentido, voltei como supervisora de campo ao DJ no segundo semestre de 2016, com o interesse de explorar esse tema em um doutorado.

Tendo ingressado no doutorado, no primeiro semestre de 2017 eu acompanhava alunos de Psicologia duas vezes por semana na instituição, sob a supervisão de projeto de André.

Continuei como supervisora de campo até meados de 2019. Devido à minha experiência no campo, combinamos que eu assumiria a supervisão do projeto naquela altura. Os alunos Lucas Cardoso e Luana Segantini, por já estarem há dois anos no projeto, tornaram-se novos supervisores de campo.

No primeiro semestre de 2020, contudo, veio a pandemia da COVID-19 e o consequente fechamento do DJ, de modo que os atendimentos passaram a ocorrer no formato on-line⁸. O DJ voltou a abrir ao público, com atendimentos presenciais, somente em março de 2022.

A partir do segundo semestre de 2021, passei a contar com a ajuda de Laiz Chohfi nas supervisões do projeto, principalmente para que eu tivesse mais tempo para a redação da tese. Todavia, a colaboração de Laiz foi inestimável, tendo ela assumido a supervisão do projeto quando ingressei como servidora pública na Defensoria do Estado de São Paulo em maio de 2022. Ou seja, após praticamente dez anos como parte da equipe da Psicologia no DJ, encerro um ciclo com a presente tese de doutorado.

⁸ Sobre a experiência na Psicologia no DJ durante o isolamento social, ver o capítulo 5 desta tese.

2 GUIA DA VIAGEM: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme já dito, uma das formas de atenção psicológica fornecidas pelo LEFE ao DJ é o plantão psicológico. Os clientes desse plantão são todos os membros da instituição, bem como os clientes desta. O objetivo dessa ação é oferecer um espaço de acolhimento aos que chegam ao plantonista. De acordo com Nunes e Morato (2013), “na perspectiva da psicologia fenomenológica existencial, o plantão é uma modalidade de atendimento psicológico que se propõe a acolher as pessoas que o procuram no momento de sua angústia, auxiliando-as no esclarecimento de sua demanda” (p. 263). Como compreendemos plantão?

Uma compreensão pertinente de Plantão Psicológico pode ser efetivada a partir da metáfora da “árvore grande”: um lugar onde o viajante encontra acolhimento, sombra e repouso. Nessa metáfora, as pessoas seriam viajantes e seguiriam seu caminho de árvore em árvore. Assim, o Plantão Psicológico é um lugar em que aquele que chega pode se apropriar reflexivamente daquilo que carrega, onde pode olhar para si, pensar seu caminho [...]. Nesse encontro não há pretensão de desvelar todas as possibilidades e interpretações do encontro, mas busca-se dirigir uma comunicação rumo a sentido, ou seja, atentar para aquilo que emerge do encontro para co-apreender o que até então se mostrava sem sentido. Nessa perspectiva, o encaminhamento e o acompanhamento psicológicos são caminhos possíveis, mas não necessários. (Nunes & Morato, 2013, pp. 262-263)

No mesmo sentido, Barbanti e Chalom (1999) definem plantão a partir de uma experiência que tiveram numa instituição judiciária:

No plantão, como trabalhamos a partir da pessoa do cliente, não de um problema ou de um modo pré-determinado de lidar com ele, não há contraindicações no que se refere à questão da motivação do cliente. Se colocamos um foco no plantão, foi ouvir o cliente, esclarecer sua demanda e o que ele esperava de um trabalho psicológico. Embora o plantão acabasse tendo curta duração, esta nunca foi pré-determinada. O final do processo era definido junto com o cliente, que podia se dar por satisfeito com um encontro; podia identificar outros caminhos que não de ajuda psicológica para dar andamento a seus interesses; podia querer uma indicação para continuar trabalhando em psicoterapia, etc. A proposta era possibilitar junto à pessoa uma resignificação de suas vivências e ver como isto seria encaminhado dali para frente. (pp. 202-203)

Cautella Júnior (1999) enfatiza a possibilidade de esse encontro ser único, o que deve ser de conhecimento tanto do profissional quanto do cliente:

A percepção da limitação temporal vai gerar uma modificação interna nos participantes do encontro. Possibilitará ao plantonista uma maior sensibilidade frente as questões do cliente, e esse, por sua vez, tentará reorganizar sua demanda de maneira a hierarquizar e priorizar aquilo que é mais importante para si naquele momento. O limite por si só é um fator reorganizador. (p. 167)

Ou seja, ser plantonista é estar à disposição de quem procura o plantão no momento de sua angústia. O modo como o plantão acontece depende muito da instituição em que é oferecido.

Por sua vez, o papel do supervisor de campo — função que exerci no DJ até meados de 2019 — é estar à disposição tanto dos plantonistas quanto dos membros da instituição. Na pesquisa de Costa (2014), que discorreu acerca do supervisor de campo no Hospital Universitário da USP, uma possibilidade encontrada para sua função foi ser presente como “referência para lançar-se”: foi percebido pelos plantonistas como um farol que ilumina seus caminhos — ou, pode-se dizer também, como um porto seguro, para o qual se pode sempre voltar. Claro que nunca se volta para o mesmo ponto sendo o mesmo, assim como ninguém se banha duas vezes no mesmo rio. Mas o supervisor está ali para lançar a “boia” na qual o plantonista, em meio ao mar revolto, pode se segurar. Essa “boia”, frisa-se, pode estar disponível ao aluno de Direito no caso do DJ.

Cavalcante (2015), em sua dissertação de mestrado, analisou como tem ocorrido a inserção dos psicólogos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), sendo a própria autora uma psicóloga da instituição. Para responder à questão da pesquisa, alguns dos primeiros psicólogos a entrarem na DPESP foram entrevistados. Os atendimentos em conjunto com o defensor ocorreram nos casos em que o usuário era identificado como “louco” ou na facilitação da comunicação. Vale transpor para cá a fala de uma das entrevistadas:

[...] este foi o primeiro impacto do CAM na regional, né, “venham atender nossos loucos porque a gente não consegue falar com eles”, pra Psicologia, né, especificamente. Faz sentido ela chegar [essa demanda], não necessariamente como ela vinha no começo. Porque daí o que a gente começou a perceber é que vinham muitas pessoas... que tinham também demandas jurídicas, e essas demandas jurídicas não eram atendidas. Elas eram inicialmente encaminhadas ao CAM... é... pra que a gente desse conta dessa compreensão [...] E daí pra isso a gente criou uma estratégia que foi de atender junto com o defensor que tava encaminhando. Quando a gente verificava que era caso de saúde mental, de pensar esse atendimento conjunto, até para desmistificar um pouco essa questão da loucura... “ele é louco, ele fala de um lugar que eu não posso estar junto...” [...] Acabava ficando muito mais pra gente. O defensor acompanhava. Mas eu acho que, só o fato de estar lá, né, de estar todo mundo ali participando, de você não ignorar que existe uma questão jurídica objetiva que precisa ser olhada... (Cavalcante, 2015, pp. 82-83)

É relativamente comum algumas pessoas com transtorno mental procurarem o DJ. Na construção do seu delírio, o cliente clama por justiça; vai até lá procurando o profissional que, em tese, faz justiça: o advogado. Como justificar um encaminhamento para o psicólogo? No atendimento conjunto, há a possibilidade de cuidar das necessidades trazidas pelo cliente e de como ele as apresenta: o defensor/advogado verifica se há uma pretensão jurídica, e o psicólogo

acolhe o assistido, escutando o seu pedido. Não é porque a pessoa é “louca” que não tem direitos. Contudo, o psicólogo não possui o conhecimento jurídico para analisar se o pedido jurídico do cliente tem fundamento ou não.

Todavia, o atendimento conjunto não se justifica somente nos casos de transtorno mental. O que é levado para a Justiça, na maior parte das vezes, é acompanhado de sofrimento pelas partes envolvidas. A grande maioria dos casos do DJ e da Defensoria é de conflitos familiares. Não é preciso discorrer muito sobre como uma separação traz sofrimento, como uma briga entre irmãos afeta os envolvidos, como um pai ou uma mãe, separados dos filhos, sentem dor.

Ainda no âmbito da DPESP, pode ocorrer o atendimento conjunto com o intuito de se facilitar o diálogo entre o defensor e o usuário.

Algumas informações... que não eram assimiladas com tanta facilidade pelo usuário... é... mas que era dado daquela maneira, era aquilo que ele ia fazer, ele não ia tentar organizar melhor essa informação...enfim, ele ia dar daquele jeito mesmo. O que às vezes gerava um prejuízo e entrava a gente, pra fazer aí um meio de campo, pra facilitar a compreensão dessa informação jurídica. [...] Acho que nesses casos de atendimento em conjunto, específicos desses que eu tô falando, eu acho que tinha muito disso. Porque a gente entrava, de alguma maneira, para auxiliar o Defensor nesse diálogo. Os pedidos iniciais eram muito para auxiliar o Defensor a se fazer entender pela pessoa e a pessoa se fazer entender pelo Defensor [fala da entrevistada]. (Cavalcante, 2015, pp. 95-96)

O atendimento conjunto no DJ também tem esse objetivo: facilitar a comunicação. Além disso, outro sentido do atendimento conjunto é cuidar do estagiário:

Nesse modo de atendimento em conjunto com o estagiário de Direito surgiram dúvidas sobre o “lugar” do psicólogo na instituição e as possibilidades de configuração de atendimento pouco usuais. Era evidente que o estagiário de Direito se beneficiava deste contato: o plantonista entrava junto no atendimento jurídico e poderia esclarecer dúvidas, dialogar com os clientes e, nessa postura de “estar junto ao” estagiário, conseguia diminuir a ansiedade que o atendimento jurídico produzia em muitos estagiários. Tal contato revelava que o aluno de Direito não estava sendo cuidado nas suas próprias angústias, medos e expectativas frente ao que, para muitos, era a primeira experiência de atendimento e estágio. Desvelava-se que a supervisão dos casos jurídicos era, na maioria das vezes, estritamente técnica e não abria espaço para contemplar outros sentidos da experiência para o estagiário. Revelar essa angústia era visto como sinal de exposição e fraqueza e, desse modo, essas conversas, quando existiam, permaneciam no plano da informalidade e das conversas de corredor entre colegas. Por esta via, o Plantão Psicológico do modo como era oferecido à instituição jurídica, legitimava esse espaço de cuidado aos estagiários de Direito como também pertinente no processo de formação profissional, além da mera instrução técnica. (Nunes & Morato, 2013, pp. 266-267)

Na pesquisa de Cavalcante (2015), os psicólogos relataram as dificuldades de uma atuação interdisciplinar com os defensores. Sentiram falta da disponibilidade para o diálogo por

parte de alguns desses últimos. Uma entrevistada pontuou como em outras instituições jurídicas, a exemplo do Tribunal de Justiça, até o banheiro do juiz é separado. A autora concluiu que, na DPESP, ocorre uma atuação interdisciplinar entre os psicólogos e os assistentes sociais, porém multidisciplinar com os defensores.

Vale relatar aqui duas experiências de atuação de psicólogos em escritórios de assistência jurídica: na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP) e na Universidade de Fortaleza (Unifor). Helen Mozena, pesquisadora da PUC-CAMP, ofereceu o plantão psicológico aos assistidos do Serviço de Assistência Judiciária “Doutor Carlos Foot Guimarães”, serviço de extensão vinculado à Faculdade de Direito da PUC-CAMP. Ressalta-se que a pesquisadora ofereceu o plantão, mas a demanda não veio da instituição, como no DJ. Ela permaneceu no serviço por um período de nove meses, tendo atendido vinte e uma pessoas, cinco homens e dezesseis mulheres. Estava lá duas vezes por semana, por quatro horas, nos dias de triagem dos clientes, “já que se acreditava que o melhor momento para oferecer o plantão psicológico era na chegada da pessoa ao Serviço, possivelmente quando estava mais ansiosa e angustiadas” (Mozena, 2009, p. 58). É interessante notar os primeiros impactos que o contato com o mundo jurídico teve na pesquisadora:

Ao começar a frequentar o local, a psicóloga foi impactada pelo mundo diferenciado que se apresentava a ela, composto basicamente de advogados e seus modos de pensar. Logo de início, percebeu que, por tratar-se de um Serviço da esfera judicial, que primava por objetividade, assuntos de ordem emocional não eram possíveis de ser explicitados naquele contexto. O sofrimento era expresso apenas por meio da demanda, do pedido jurídico. Entretanto, notou que muitos clientes já chegavam ao Serviço com uma demanda psicológica aparente. Com isso, objetivou, com a implantação do plantão psicológico, oferecer um espaço privilegiado e sigiloso de escuta aos clientes, já que era a primeira vez que uma psicóloga entrava naquele contexto. (Mozena, 2009, pp. 57-58)

Claro que não há nenhum problema em atender os clientes, porém o que se questiona é o plantão estar voltado somente a eles. Talvez por ter sido a pesquisadora a oferecer o plantão, tenha sido menos complicado proporcioná-lo aos clientes, pois são eles que são atendidos pelo serviço e que estão lá em busca de ajuda. No entanto, acredita-se que se perdem grandes potencialidades de atuação ao não olhar o todo: clientes e membros da instituição.

No DJ, por vezes, também atendemos os assistidos. Alguns nos procuram diretamente, ao saber, por meio do cartaz fixado na sala de espera, da nossa presença. Outros são encaminhados pelos estagiários, e, nesses casos, temos que ter o cuidado de compreender os sentidos desse encaminhamento. Alguns não conseguem lidar com as angústias do assistido, e se torna mais fácil enviá-lo para nós. São nesses casos que o atendimento conjunto se faz

necessário, pois, se o assistido procurou o DJ, é porque entende haver uma demanda jurídica na sua queixa, e esse aspecto só pode ser avaliado por quem tem esse conhecimento específico.

Vale pontuar aqui, brevemente, a experiência de Aun (2005) no plantão oferecido pelo LEFE na antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), atual Fundação Casa. A autora relata, em sua dissertação de mestrado, a prática de plantão em quatro unidades da FEBEM. Em cada unidade, o plantão foi construído de um modo diferente. De forma geral, os plantonistas, acompanhados do supervisor de campo, ficavam no pátio junto aos funcionários e internos. O melhor horário para o plantão dependia da rotina de cada unidade. É importante frisar que era garantido o sigilo dos atendimentos — embora feitos num espaço aberto —, não havendo nenhum relatório sobre os encontros. O sigilo é um elemento fundamental numa instituição de vigilância e controle, para que tanto funcionários quanto internos tenham confiança e liberdade para recorrer aos plantonistas. Ainda que o plantão ocorresse sempre no mesmo dia e horário da semana, os funcionários trabalhavam em turnos, e os internos poderiam ser transferidos ou desinternados. Por isso, nem sempre era possível encontrar as mesmas pessoas do dia anterior.

Diante dessa não possibilidade de um outro encontro, fazia dos encontros no plantão momentos únicos para clinicar, encerrados naquele mesmo dia. Desta forma, cada novo/outro encontro revelava uma clínica ampliada, criando outras formas de compromisso entre o sujeito e os outros ou entre ele e ele mesmo e, desmistificando a questão do vínculo da clínica tradicional. (Aun, 2005, p. 60)

Isso significa dizer que, mesmo ocorrendo na mesma instituição (a FEBEM), os modos de acontecer do plantão são diferentes dependendo de cada unidade, de cada contexto. Acrescenta-se: os modos de acontecer do plantão dependem de cada momento histórico da instituição e dos plantonistas. Eu, com certeza, não faço plantão da mesma forma que fazia em 2012.

Retomando a pesquisa de Mozena (2009), é curioso que, no primeiro dia do plantão, uma funcionária, que havia perdido o marido, tenha-a procurado. A pesquisadora reconhece essa funcionária como a primeira cliente do plantão, mas sua prática continuou voltada a atender os assistidos. Alguns encontros eram únicos, mas havia a possibilidade de um ou dois retornos depois do primeiro encontro, com um possível encaminhamento para serviços da rede pública ou para o serviço de Psicologia da Universidade. De qualquer forma, ao final da pesquisa, Mozena (2009) relata que os profissionais também foram favorecidos por sua presença: “estagiários e funcionários também se beneficiaram da presença de uma psicóloga, na medida

em que a procuraram para conversar sobre algum caso, encaminhar um cliente ou mesmo tirar dúvidas sobre Psicologia” (p. 151).

Outra experiência importante de relatar é a de psicólogos no Escritório de Prática Jurídica (EPJ) na Unifor. Já no segundo semestre de funcionamento do EPJ, professores de Psicologia da Unifor foram convidados a fazer parte da equipe de trabalho.

Com a entrada da Psicologia no EPJ objetivou-se inserir práticas psicológicas, como o aconselhamento psicológico e a psicoterapia breve focal. Trabalhando as crises vividas pelos assistidos, assim como clarificando as demandas dos clientes, por vezes que os aspectos psicológicos, em muitas situações, estão envolvidos por invólucros jurídicos. E os profissionais do Direito, em determinadas situações, não conseguem vislumbrar o conflito real, percebendo apenas o conflito aparente. (Fernandes, Mesquita, Barbosa, & Nascimento, 2005, p. 174)

Novamente, percebe-se a atenção dos psicólogos voltada para os clientes da instituição. Estes são encaminhados pelos alunos de Direito para a Psicologia quando um componente emocional evidente interfere no atendimento jurídico, como se os futuros advogados não tivessem que lidar com os aspectos emocionais; como se a emoção não fizesse parte do conflito que levou o cliente a buscar assistência jurídica. Ademais, as diferenças teóricas marcam a distinção de compreensão e, portanto, da ação psicológica. No caso de Fortaleza, os atendimentos não se restringiam ao âmbito individual: os alunos realizavam dois grupos terapêuticos, um com mulheres vítimas de violência, e outro com pessoas que vivenciaram crises nos seus relacionamentos conjugais.

O intuito de trazer essas duas últimas experiências, bem como a da DPESP, foi mostrar como o atendimento conjunto não é frequente⁹. A experiência da Defensoria demonstra como a atuação interdisciplinar entre profissionais de Psicologia e de Direito é dificultada na prática, mesmo com a previsão do atendimento conjunto na instituição. Assim como no próprio DJ, enfrentou-se muita dificuldade para mostrar à instituição que a ação seria dirigida a todos, e não

⁹ Tenho notícias de que há alunos de Psicologia atuando em outros escritórios vinculados a universidades. Tive a oportunidade de participar do segundo evento da Rede de Núcleos de Prática Jurídica e, como membro da mesa de parcerias do DJ, perguntei às outras instituições presentes como era a inserção de psicólogos em campo. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), há dois estagiários da Psicologia com bolsa: um se dedica à mediação e outro está à disposição das 24 equipes de advogados. Na Universidade Federal do Rio Grande (UFRG), não há a presença de psicólogos na instituição, mas alguns casos são encaminhados para a clínica da Psicologia. Na Universidade de Joinville (Univille), o escritório se constitui de um campo de estágio do curso de Psicologia, havendo 25 alunos na entidade. Nesta instituição, ainda há uma semana de análise de casos emblemáticos, em que se reúnem alunos de Psicologia e de Direito (não há atendimentos ao público nessa semana). No Escritório Modelo da PUC-SP, há uma psicóloga contratada que tem dois estagiários. Na ocasião, a psicóloga e a assistente social estavam presentes, e a última afirmou: “a equipe é multidisciplinar, mas nem sempre as atuações são interdisciplinares”.

somente aos assistidos. Mesmo com o tempo, acreditamos que nem todos entendem qual o nosso papel, embora busquemos explicitar a nossa ação por meio da prática.

É uma construção constante dar a ver como a simples presença da Psicologia, em instituições com diferentes profissionais em atuação, já configura um trabalho multidisciplinar¹⁰: o olhar de várias disciplinas para um mesmo fenômeno. Por outro lado, tal situação tem se apresentado cada vez mais frequentemente no cotidiano institucional contemporâneo, justificando uma atenção de pesquisa. O atendimento conjunto, a interação de dois profissionais, de dois saberes, denota a interdisciplinaridade, que também só é possível na prática em ação.

Desse modo, faz-se pertinente a questão da presente pesquisa: *quais são as possibilidades de ações interdisciplinares entre Psicologia e Direito no DJ? Essas ações podem ser ampliadas para outros espaços?*

2.1 OBJETIVOS

Tendo em vista que se definiu como problema de pesquisa o modo como a interdisciplinaridade entre Psicologia e Direito pode ocorrer na práxis de ambos os profissionais, coloca-se como objetivo geral o de compreender as possibilidades de ações interdisciplinares em um espaço jurídico — no caso, o DJ.

Os objetivos específicos, por sua vez, são os seguintes:

- a) conhecer a experiência dos alunos de Psicologia e de Direito a partir da supervisão e de entrevistas;
- b) compreender como as ações dos estagiários das duas áreas são afetadas umas pelas outras;
- c) refletir sobre se e como essas experiências se referem a uma formação interdisciplinar.

¹⁰ No capítulo 6, são discutidas as diferenças e semelhanças entre multi, inter e transdisciplinaridade.

3 COMO É FEITA A VIAGEM...

Ao se fazer pesquisa em Psicologia, muitas vezes a questão que motiva o pesquisador é a experiência de vida de alguém ou de si mesmo. Como visto no capítulo anterior, a questão que move esta pesquisa tem íntima relação com a minha formação profissional e pessoal nas áreas de Direito e de Psicologia, de modo que a minha própria experiência também deve ser acessada, servindo como fonte de pesquisa. Mas, afinal, como se compreende, neste trabalho, “experiência”?

Em diversos textos das áreas de Filosofia e de Psicologia, bem como de outras ciências, a palavra “experiência” é usada como se seu significado já fosse conhecido de antemão. Talvez o seja. Mas seria possível afirmar que qualquer coisa que acontece com as pessoas é experiência? Parte-se do pressuposto de que não o é. Boa parte do que acontece com o ser humano é esquecido, não os marca, não os afeta. Larrosa Bondía (2002) apresenta uma breve definição do termo:

A experiência é o que nos passa, nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. (p. 21)

Segundo o dicionário on-line Caldas Aulete¹¹, a palavra “experiência” é um substantivo feminino, com seis possíveis significados: “1) ação ou ato de experimentar; 2) habilidade ou conhecimento adquiridos com a prática (experiência de vida, experiência profissional); 3) conhecimento, aprendizado adquirido a partir da vivência de uma situação; 4) experimentação, experimento (experiência química); 5) teste, ensaio, tentativa; 6) conhecimento adquirido através do uso dos sentidos”.

Em inglês, a palavra *experience* tem origem no inglês médio, sendo o primeiro uso conhecido no século XIV no sentido de “estado, extensão, duração, ou resultado de estar engajado numa atividade particular (como uma profissão) ou em assuntos em geral”. Do inglês, teve influência do francês médio que, por sua vez, veio do latim *experientia*, de *experient-*, *experiens* (particípio presente de *experiri*, “tentar” — *ex + periri (periculum)*, ou seja, “fora do perigo”¹²). Se procurarmos a origem etimológica de *experience*, descobrimos que vem de -

¹¹ Recuperado de <http://www.aulete.com.br/experiência>.

¹² Recuperado de <http://unabridged.merriam-webster.com/unabridged/experience>.

pathy, sendo um dos seus sentidos “sentimento”, “sofrimento”¹³. Além disso, *-pathy* remete à *path*, “caminho”.

No alemão, língua nativa de Heidegger — cuja filosofia serve de base para as atividades do LEFE —, há dois verbos vinculados a “experimentar”: *erleben* e *erfahren*. O primeiro, *erleben*, vem de *leben*, “viver”, aproximando-se de “vivenciar”, que origina *Erlebnis*, “vivência”. Já *erfahren*, de *fahren* (“ir adiante”, “viajar”), pode significar “aprender”, “descobrir”. Também se refere a “receber”, “sofrer”, dando origem à palavra *Erfahrung*, traduzida como “experiência” para o português. Assim, “uma *Erfahrung* é uma experiência de acontecimento externo, objetivo, e as lições que se aprendem de tais acontecimentos” (Imwood, 2002, p. 60). É nesse sentido, de *Erfahrung*, que se toma “experiência” neste trabalho. Heidegger (2003) apresenta uma definição de experiência:

Fazer uma experiência com algo, seja com uma coisa, com um ser humano, com um deus, significa que esse algo nos atropela, nos vem ao encontro, chega até nós, nos avassala e transforma. “Fazer” não diz aqui de maneira alguma que nós mesmos produzimos e operacionalizamos a experiência. Fazer tem aqui o sentido de atravessar, sofrer, receber o que nos vem ao encontro, harmonizando-nos e sintonizando-nos com ele. É esse algo que se faz, que se envia, que se articula. (p. 121)

O autor destaca o caráter de travessia da experiência, afirmando que esta “é percorrer um caminho” (Heidegger, 2003, p. 131). O filósofo, como se sabe, radicaliza a noção de ser-no-mundo-com-outros, presente na filosofia de Merleau-Ponty. Ambos “beberam” da fonte de Husserl: “não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece” (Merleau-Ponty, 1999, p. 6). Mais adiante, tem-se:

O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha. (Merleau-Ponty, 1999, p. 18)

O que interessa à filosofia de Merleau-Ponty é a experiência da vida. O autor defende o primado da percepção, sobretudo a percepção tátil, afirmando que “toda consciência é consciência perceptiva, mesmo a consciência de nós mesmos” (Merleau-Ponty, 1990a, p. 42), de forma que “a percepção é pois um paradoxo, e a coisa percebida é em si mesmo paradoxal. Ela existe enquanto alguém pode percebê-la” (p. 48). Assim, a experiência passa pelo corpo, e o corpo está no mundo: “[...] será preciso despertar a experiência do mundo tal como ele nos

¹³ Recuperado de <https://unabridged.merriam-webster.com/>.

aparece enquanto estamos no mundo por nosso corpo, enquanto percebemos o mundo com nosso corpo” (Merleau-Ponty, 1999, p. 278). Para que fosse possível aparecer como experiência minha o meu nascimento ou a minha morte, eu teria que ser preexistente ou sobrevivente a mim mesmo; quer dizer, já sou dado no mundo. A experiência, portanto, é a abertura ao mundo de fato, constituindo-se o começo do conhecimento; “a nossa experiência é a experiência de um mundo” (p. 299).

Em *A experiência do outro*, Merleau-Ponty (1990a) discorre sobre o ofício do ator ou do comediante como alguém capaz de se “irrealizar” — viver no real, no imaginário — no papel: “a situação imaginária, contudo, não se torna nunca equivalente a uma situação real e vivida; exprimir, nesse caso, é habitar momentaneamente esse fantasma cujos traços principais são fixados pelo manuscrito” (Merleau-Ponty, 1990a, p. 308). Isto é, ao interpretar o papel de uma mulher com câncer de mama, por exemplo, a atriz Penélope Cruz, no filme *Ma Ma*¹⁴, não passa pela experiência de ser uma mulher com câncer de mama. Embora ela interprete o papel muito bem, emocionando o espectador e provavelmente se relacionando à experiência de inúmeras mulheres com câncer de mama — os cabelos caindo, a mastectomia, a solidão e a esperança —, ela mesma não é uma mulher com a doença. Mesmo que a atriz, por alguma desventura, já tenha enfrentado essa doença, podendo acessar sua experiência pessoal na interpretação do papel, na história do filme a experiência é de Magda, a personagem. Ou seja, por mais que um papel seja muito bem interpretado por um ator e que este seja afetado pelas experiências da personagem — que afetarão o espectador —, essas experiências não são reais, de modo que “a vida desenrola-se por si, enquanto que as relações escritor-público são relações de ‘como se’” (Merleau-Ponty, 1990a, p. 314).

É possível aprender com a experiência do outro? Larrosa Bondía (2002) defende que o saber da experiência se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que lhe acontece ao longo da sua vida e em como atribui sentido ao acontecer do que lhe acontece¹⁵. Sendo a experiência, segundo o autor, o que nos acontece, duas pessoas, ainda que passem pelo mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência, sendo esta singular e impossível de ser repetida. Dessa forma, “ninguém pode aprender da experiência de outro, a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria” (Larrosa Bondía, 2002, p. 27).

¹⁴ *Ma Ma* é um filme espanhol de 2015, dirigido por Julio Medem. Magda, a personagem interpretada por Penélope Cruz, descobre estar grávida após ser diagnosticada com câncer de mama. Contando com o apoio do novo companheiro, do filho e do seu ginecologista, ela acredita no poder curativo da sua filha.

¹⁵ O que remete à famosa frase de Sartre: “não importa o que a vida fez de você, importa o que você fez do que a vida fez de você”.

Será que não podemos aprender com a experiência do outro? Quando fazemos pesquisa, quando entrevistamos alguém, estamos querendo saber da experiência do outro. Segundo Merleau-Ponty (1999),

Existe uma função geral de substituição e de troca que nos permite ter acesso à significação abstrata das experiências que não vivemos e, por exemplo, permite-nos falar daquilo que não vivemos. [...] a comunidade de significação entre as duas experiências não basta para assegurar sua solda em uma experiência única. (p. 303)

Portanto, temos acesso aos significados das experiências do outro, mas não propriamente à experiência do outro, mesmo que eu e o outro passemos pelo mesmo acontecimento, como na experiência de atendimento interdisciplinar dos alunos de Psicologia e de Direito. Ambos fazem um atendimento conjunto, lidando ao mesmo tempo com uma pessoa que procura por assistência jurídica, mas não constroem a mesma experiência, pois os sentidos que lhe são atribuídos são singulares para cada um. Não se aprende com a experiência do outro, mas com os significados concedidos ao momento e transmitidos a nós — especificamente a forma como por eles somos afetados.

A experiência é vivida, sendo o pensamento simultâneo à percepção. Esta não se faz na consciência, faz-se no mundo e com os outros. A percepção corporal é nossa experiência primordial; a experiência no nível do corpo sempre traz sentidos. Segundo Coelho Júnior (2017), “a experiência perceptiva é uma experiência pré-reflexiva. É uma experiência inaugural” (p. 8).

A percepção instala-se de fato no plano do pré-reflexivo, aquele que nos mantém ligados ao mundo, já que é por estarmos no mundo, por sermos corpo no mundo que podemos conhecer, no sentido de estarmos abertos para que as coisas se mostrem. (Coelho Júnior, 2017, p. 12)

Há certos elementos da experiência humana que não precisam ser comunicados para ser vividos. Contudo, “não existe experiência sem fala, o puro vivido não está nem mesmo na vida falante do homem. Mas o sentido primeiro da fala está todavia nesse texto de experiência que ela tenta proferir” (Merleau-Ponty, 1999, p. 452). O mundo, nesse sentido, é o campo da nossa experiência: “eu sou um mundo, eu sou uma experiência” (p. 545).

De acordo com Gendlin (1962), significado envolve um experienciando sentido (*felt experiencing*): “significado é formado na interação do experienciando e alguma coisa que funciona simbolicamente. Sentimento sem simbolização é cego; simbolização sem sentimento

é vazio”¹⁶ (p. 5). Qualquer aspecto da experiência pode ser simbolizado e interpretado muitas vezes: são muitas simbolizações, muitos significados. Os conceitos podem se referir ao experienciando, mas não podem completamente representá-lo.

O cliente na psicoterapia (realmente também qualquer um que reflita sobre si mesmo e sobre seu próprio comportamento) pode encontrar respostas para si mesmo – questões abordadas apenas em seu experienciando – somente se referindo diretamente a isso, especificando aspectos disso, e utilizando símbolos juntamente com isso. A tentativa, feita por alguns clientes, terapeutas e indivíduos em geral, de substituir o experienciando pelo uso de explicações não explicará realmente nem mudará alguma coisa.¹⁷ (Gendlin, 1962, p. 35)

Para Gendlin (1962), a ação de experienciar e sua conceituação frequentemente ocorrem juntos, mas não são a mesma coisa; tratam-se de diferentes dimensões. O experienciando pode ser simbolizado pela conceituação ou pela referência direta. Gendlin (1962) diferencia experienciando (*experiencing*) de experiência (*experience*): o termo “experiência” é usualmente um constructo teórico, ao passo que “experienciando” se refere diretamente ao fenômeno dado; o termo “experiência” usualmente remete a conteúdos conceituais de alguma forma, enquanto o termo “experienciando” se refere ao que foi experienciado ou ao implícito significado sentido (*felt meaning*). Desse modo, experienciando é um processo, é existencial (algo no tempo e no espaço, algo concreto), é implicitamente significativo.

Benjamin (1987a) sustenta que uma nova forma de miséria surgiu com o desenvolvimento da tecnologia: a pobreza das experiências. Para ele, “essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade” (p. 115), e, com ela, a narrativa entra em vias de extinção. Segundo o autor, o ser humano não aspira a novas experiências:

Pobreza de experiência: não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso. Nem sempre eles são ignorantes ou inexperientes. Muitas vezes, podemos afirmar o oposto: eles “devoraram” tudo, a “cultura” e os “homens”, e ficaram saciados e exaustos (Benjamin, 1987a, p. 118).

¹⁶ Tradução nossa. No original: “Meaning is formed in the interaction of experiencing and something that functions symbolically. Feeling without symbolization is blind; symbolization without feeling is empty”.

¹⁷ Tradução nossa. No original: “The client in psychotherapy (really also anyone who wonders about himself and his own behavior) can find answers to his self – addressed questions only in his experiencing — only by referring directly to it, specifying aspects of it, and using symbols together with it. The attempt, made by some clients, therapists and individuals generally, to replace the experiencing by use of explanations will neither really explain nor change anything”.

Conforme Larrosa Bondía (2002), atualmente, a experiência é cada vez mais rara por diversos motivos: excesso de informação, excesso de opinião, falta ou excesso de trabalho, entre outros. O sujeito da experiência se define por sua passividade: ele deve estar aberto, disponível para “fazê-la”. Ela é o que nos acontece, é uma paixão. Por ser o que nos acontece, é singular e não pode ser replicada. O saber da experiência é o sentido que lhe atribuímos.

Voltando a Benjamin (1989):

Na substituição da antiga forma narrativa pela informação, e da informação pela sensação reflete-se a crescente atrofia da experiência. Todas essas formas, por sua vez, se distinguem da narração, que é uma das mais antigas formas de comunicação. Esta não tem a pretensão de transmitir um acontecimento, pura e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila. (p. 107)

As coisas que nos acontecem e não são simbolizadas poderiam ser chamadas de “vivências” (*Erlebnis*), e não “experiências” (*Erfahrung*). Uma experiência pode ser tanto passiva — um acontecimento que não procuramos — quanto ativa — nós viajamos (*er-fahren*) à procura de algo. Ainda, podemos fazer um experimento, intervir em algo para ver o que acontece (Imwood, 2002).

Experiência, assim como todas as palavras básicas, tem seu significado modificado através da história. O que conta como experiência em um dado período depende de uma interpretação prévia de mundo, que não é em si mesma derivada de ou vulnerável à experiência. (Imwood, 2002, p. 61)

Segundo Gadamer (2015), o conceito de experiência parece ser um dos menos elucidados que temos. O filósofo, que é estudioso de Heidegger, investiga a concatenação do pensamento com a linguagem, sendo esta “simultaneamente condição e guia positivo da própria experiência” (p. 458). Recorrendo à dialética de Hegel, Gadamer (2015) afirma que esse filósofo “pensa a experiência como a autorrealização do ceticismo” (p. 462). Ele continua:

Já vimos que a experiência que fazemos transforma todo o nosso saber. Em sentido estrito, não é possível “fazer” duas vezes a mesma experiência. É verdade que a experiência implica o fato de ter de se confirmar continuamente, que só pode ser adquirida pela repetição. Mas, enquanto uma experiência repetida e confirmada, já não se “faz” essa experiência de novo. Quando se fez uma experiência, isso significa que a possuímos. A partir desse momento, o que antes era inesperado passa a ser previsto. Uma mesma coisa não pode voltar a converter-se para nós numa experiência nova. Somente um novo fato inesperado pode proporcionar uma nova experiência a quem já possui experiência. Desse modo, a consciência que experimenta inverteu-se, ou seja, voltou-se sobre si mesma. Aquele que experimenta se torna consciente de sua experiência, tornou-se um experimentador: ganhou um novo horizonte dentro do qual algo pode converter-se para ele em experiência. (pp. 462-463)

Se não se pode “fazer” duas vezes a mesma experiência, como fazer pesquisa científica? A objetividade da ciência anularia qualquer elemento histórico, de modo que, se outra pessoa fizesse a mesma experiência, obteria os mesmos resultados. Com isso, não restaria espaço, na ciência, para a historicidade da experiência (Gadamer, 2015). De acordo com Flickinger (2014), estudioso de Gadamer, a obra *Verdade e método* ensina que a mera adesão a um determinado método não garante o conhecimento verdadeiro, pois há uma inevitável provisoriade de qualquer conhecimento.

O saber verdadeiro não nasce única e exclusivamente da aplicação correta de um procedimento metodológico; ele se constrói em uma relação de dependência a pressupostos, dos quais entretanto esse saber precisa não apenas tomar consciência, senão reconhecer como momentos de si mesmo. (Flickinger, 2014, p. 126)

Estou escrevendo este texto neste momento, então escrevo desta forma. Se tivesse escrito ontem ou amanhã, provavelmente seria outro texto. A ciência se esforçou — e ainda se esforça muito — para eliminar a subjetividade do pesquisador, o que é impossível nas ciências humanas (*Geisteswissenschaften*) e até mesmo nas ciências naturais (*Naturwissenschaften*).

Na Academia, fazemos “experiência de experiência”. Como podemos pesquisar a experiência? Pretendemos apresentar uma possibilidade de percurso metodológico alinhado à questão desta pesquisa: o caminho que percorri a partir da minha experiência como profissional das áreas de Psicologia e Direito e como pesquisadora.

3.1 ESBOÇO DE UM CAMINHO POSSÍVEL

Esta pesquisa foi percorrida pela perspectiva da metodologia fenomenológico-existencial. Dessa forma, os procedimentos inicialmente previstos foram alterados ao longo do caminho, pois este nunca se oferece inteiro ao viajante (Cabral & Morato, 2013). “Método”, nessa perspectiva, é compreendido como a construção de um caminho possível, de modo que a própria questão aponta os rumos a seguir na investigação; a questão de pesquisa é norteadora, é a bússola que indica o caminho a trilhar na busca por sentidos. Assim, “a atitude fenomenológica na pesquisa não se apresenta neutra no mundo, visto que o *sendo-aí* é que torna possível a produção de sentido” (Costa, 2014, p. 55).

Ademais, “método”, aqui, é compreendido como um modo de pensar para encontrar uma “franja do real”, e não o “real em si” (Morato, 2007). O real se caracteriza como fenômeno,

não como objeto, devendo ser abandonadas algumas crenças próprias da metafísica, como a busca pela verdade absoluta (*veritas*), que se mostra para ser conhecida. Busca-se a *aletheia*, o modo de pensar verdadeiro, que é relativo.

A fenomenologia põe em questão exatamente esta espécie de crença metafísica na unicidade da verdade e na busca de uma perspectiva de conhecimento que seja absoluta. [...] O pressuposto de que parte a fenomenologia, nesta discussão, é o de que a perspectiva do conhecer e a verdade que este alcança não podem, senão, ser relativas. (Critelli, 1996, p. 13)

A relatividade não é um problema a ser superado; é uma condição dos entes para se manifestarem. O que provoca o pensar fenomenológico é o sentido de se ser-no-mundo-com-outros, compreendendo-se, de antemão, que todo saber é, pois, relativo e provisório. O “eu” é plural e singular, configurando a “coexistência” como a condição ontológica do ser humano (Critelli, 1996).

A compreensão do homem em sua condição ontológica de coexistência o coloca como fabricante do sentido mesmo de ser. O homem é abertura ao ser e, para ele, ser é um problema. Desta forma, o sentido não é dado, fornecido. Ainda que, ao nascer, o homem seja “enredado”, no sentido de ser jogado em uma trama já configurada, em um cenário específico, cabe a ele dar um norte, uma destinação à sua existência. Dar um norte à existência é um empreendimento. O homem deve responder à tarefa existencial de imprimir um sentido à sua vida. Fugir ou mesmo aceitar tudo o que já está posto como imposição de um “destino”, entendido com caráter de fatalismo, serão escolhas possíveis. (Morato, 2007, pp. 6-7)

No atendimento conjunto, o-plantonista-da-Psicologia-é-no-DJ-com-o-estagiário-de-Direito, ou vice-versa; um-é-com-o-outro. Ao atuarem juntos, as ações do fazer de um afeta o outro. O sentido desse fazer não é dado *a priori*, senão tricotado a quatro mãos, ou mais, a cada atendimento conjunto. Para que esse tricotar conjunto seja possível, é necessária uma comunicação entre todos, pois o que não é falado, não existe: “somente mediante a fala é que a existência começa a ter alguma tangibilidade” (Critelli, 1996, p. 74). A experiência é considerada, então, como fonte de conhecimento, e pretende-se, por meio da entrevista “entre visões”, criar esse espaço de fala, de comunicação entre os alunos, de reflexão e de elaboração, para que seja possível a compreensão da experiência, a construção de um sentido atribuído por todos — alunos e entrevistadora.

Pretende-se seguir o modelo de entrevista definido por Pierre Vermesch¹⁸ (1994, citado por Souza, Leal & Sá, 2010), denominada “entrevista de explicitação”:

¹⁸ Infelizmente, a obra do autor, *L'entretien d'explicitation*, não está traduzida para o português, e não foram localizadas traduções para o inglês. Por isso, o uso da citação por outros autores.

Neste modelo de entrevista, o entrevistador participa ativamente de uma introspecção guiada, mas não dirigida, convidando aqueles que participam à prática da atitude fenomenológica e à explicitação de sua experiência. Os relances do entrevistador buscam facilitar o participante a suspender seus juízos e representações prévias para deixar vir uma “fala encarnada”, na qual a experiência fale através do entrevistado, e não o entrevistado fale sobre a experiência. A ideia é que ele não use conceitos já formados, julgamentos ou opiniões. No “domínio conceitual” (VERMERSCH, 1994, p. 35), aquele que fala se afasta da experiência encaixando-a em categorias. No “domínio descritivo”, almejado neste tipo de entrevista, há uma circularidade entre a fala e a própria experiência. O participante fala da experiência de modo descontínuo, alternando entre o relato desta e suas reflexões sobre a mesma, que podem ratificar ou retificar o que foi dito anteriormente. Busca-se, portanto, obter-se uma descrição menos automática e mais reflexiva. (Souza, Leal, & Sá, 2010, p. 229)

Há a necessidade de se criar um “contrato” com os colaboradores da pesquisa, explanando o objeto da pesquisa — como os acadêmicos de Direito e de Psicologia compreendem a experiência de atendimento interdisciplinar para a sua formação — e “o que desejamos que seja explicitado através de nossa facilitação” (Souza, Leal, & Sá, 2010, p. 229) — a experiência de atendimento conjunto. Buscamos, portanto, a experiência, e não o saber ou a opinião.

Para responder à questão de pesquisa, pensamos, inicialmente, em entrevistar, ao mesmo tempo, a dupla de estudantes que fez o atendimento conjunto. Em relação ao caso de Vera Lúcia, foi entrevistada a dupla que fez seu atendimento conjunto, Plínio e Diana. No caso de Dona Mercedes, foram entrevistados, ao mesmo tempo, na mesma chamada de vídeo — a entrevista ocorreu durante a pandemia da COVID-19 —, dois estagiários de Direito e duas plantonistas da Psicologia. Será possível notar que os nomes dos estagiários de Direito iniciam-se com a letra D e dos estudantes de Psicologia com a letra P. Em ambos os casos, foi feita uma devolutiva aos entrevistados algum tempo depois da entrevista.

A entrevista foi aberta, com a pergunta disparadora: “como foi a experiência de atendimento entre vocês?”. Nesse contexto, a entrevista mostra-se como “uma oportunidade para que o sentido do que fazem possa ser dito e re-criado” (Morato, 2007, p. 11), por isso esta se constitui uma pesquisa interventiva. Ao abrirmos um espaço para que os alunos falem de sua experiência compartilhada, abre-se uma oportunidade para uma elaboração em torno desse fazer. Dessa forma, a pesquisa afeta o fazer, e o fazer afeta a pesquisa.

Vale ressaltar que foram entrevistadas duplas de diferentes estagiários, com o intuito de se ter variadas visões sobre o problema de pesquisa. No caso de Graça, optei por fazer uma entrevista diretamente com ela, a assistida, para se ter uma visão direta da pessoa atendida sobre como era ser escutada por uma profissional com as duas formações. A possibilidade de

entrevistar a pessoa assistida pelo DJ não foi pensada previamente, tendo aparecido como um caminho ao longo da pesquisa — novamente, o caminho nunca se mostra inteiro ao viajante.

Cada entrevista foi gravada em áudio e transcrita para análise. A transcrição foi devolvida aos entrevistados para autenticação. Durante a entrevista, foram feitas anotações acerca das impressões da entrevistadora e das reações dos entrevistados, uma vez que tais aspectos não são captados por um gravador de voz. Acerca da transcrição, Bom Meihy (1996) sustenta que “o que deve vir a público é um texto trabalhado, onde a interferência do autor seja clara, dirigida à melhoria do texto” (p. 57). O autor diz que a última etapa do processo de transcrição é a “transcrição”, com a recriação do texto em sua plenitude. Os colaboradores da pesquisa legitimam o texto no momento da conferência e da autenticação.

Solicitar aos entrevistados que falem sobre a experiência de atendimento convocou-os a elaborar uma narrativa. A narrativa é “uma forma artesanal de comunicação” que “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (Benjamin, 1987b, p. 205). Este autor fala de como a narrativa está em vias de extinção, principalmente agora, na era da informação. Assim, narrar é comunicar experiência, o que se mostra uma via de acesso para a experiência dos estudantes universitários entrevistados e como fonte de possibilidades para a questão desta pesquisa.

A análise dos dados teve como base a Analítica do Sentido (Critelli, 1996), que consiste na orientação do olhar que vê para a manifestação do que se busca. Para a autora, há cinco etapas no movimento de realização do real, as quais são simultâneas e não lineares. A primeira é o “desvelamento”, pressupondo-se que o velamento é condição para a existência humana, uma vez que “uma existência em que o velamento não acontecesse seria insuportável” (Critelli, 1996, p. 73). A “revelação” constitui a segunda: é o momento da fala: “somente mediante a fala é que a existência começa a ter alguma tangibilidade” (p. 74). No entanto, a fala precisa de um interlocutor, de forma que o outro não é mero receptor da mensagem, mas seu co-elaborador; este é o momento do “testemunho”. A quarta etapa é a da “veracização”. Coisa alguma é verdadeira em si mesmo: “quando algo é testemunhado como publicamente relevante é referendado como verdadeiro. O que não for considerado como verdadeiro perde sua possibilidade de aparência, de manifestação” (p. 86). Por último, tem-se o momento da “autenticação”, que se constitui obra do indivíduo. Sendo a coexistência uma condição ontológica do sujeito, nesse momento o singular se sobrepõe ao plural: a autenticação se dá em cada um.

Como “faz parte do real interrogado aquele mesmo que interroga” (Critelli, 1996, p. 131), não se pode descartar a minha própria experiência como pesquisadora/supervisora nessa atividade, bem como a duplicidade da minha formação. Desse modo, durante as entrevistas e a leitura do material colhido, tal experiência foi considerada na interpretação dos dados. Em um primeiro momento, era esperado que a minha experiência não tivesse o papel tão central que acabou tendo ao longo da pesquisa, de forma que as entrevistas passaram a ter um papel secundário à minha própria experiência. Os cientistas mais rigorosos poderiam não considerar esta uma pesquisa muito científica, por não apresentar uma metodologia replicável para outras pesquisas. Mas ela foi feita por mim, com toda a minha bagagem profissional e cultural, por isso não pode ser feita por outra pessoa nem chegar aos mesmos resultados. De acordo com Morin (2000), “não há conhecimento ‘espelho’ do mundo objetivo. O conhecimento é sempre tradução e construção. Daí resulta que toda observação e toda concepção devem incluir o conhecimento do observador que concebe. Não há conhecimento sem autoconhecimento” (p. 201).

Portanto, por se tratar de uma pesquisa que objetivou o aprofundamento e a reflexão de situações que emergiram da prática profissional, não houve necessidade de registro no Comitê de Ética em Pesquisa¹⁹. Os nomes de todos os envolvidos — assistidos do DJ, estagiários de Direito e plantonistas da Psicologia — foram trocados, a fim de evitar a identificação dos sujeitos. Somente foram mantidos os nomes de pessoas que trabalharam comigo ao longo dessa caminhada, mas que não foram diretamente entrevistadas, sendo esta uma forma de reconhecer suas participações neste trabalho.

3.2 REGISTRO DA EXPERIÊNCIA

Conforme dito no item anterior, as entrevistas se tornaram um momento de partilha da pesquisa com pessoas que foram fundamentais ao longo da caminhada, mas que não se constituíram o cerne da análise e da hermenêutica. Portanto, foram redigidos três diários de bordo, englobando todos os acontecimentos relacionados aos atendimentos. Foi a forma que encontrei de entrelaçar as experiências vividas pelos alunos e pela assistida do DJ com as minhas experiências. Mas o que é um diário de bordo?

¹⁹ Conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Em seu artigo 1º, parágrafo único, a Resolução aponta: “não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”.

Em sua origem, diários de bordo se referem “ao relatório sobre determinada navegação, onde ficam registrados os acontecimentos mais importantes durante o trajeto”²⁰. São utilizados, até hoje, em navios e aeronaves, mas, com o avanço da tecnologia, são armazenados em equipamentos eletrônicos, como as caixas-pretas dos aviões. Talvez, no futuro, sejam usados em naves interestelares como a *Enterprise*, da série de televisão *Star Trek*: “diário de bordo do capitão, data estelar...”. Relembrando outra série de televisão, temos o diário de bordo de Lucas Silva e Silva, diretamente do *Mundo da lua*. Voltando à realidade, provavelmente o diário mais famoso do mundo seja o da menina Anne Frank, que ficou cerca de dois anos escondida com sua família atrás de uma estante em Amsterdam — infelizmente, ela não sobreviveu ao nazismo.

Na realidade ou na ficção, o ser humano parece querer registrar as suas experiências de alguma forma. O diário do capitão da *Enterprise* ou de Lucas Silva e Silva era um registro oral, assim como o são as caixas-pretas dos aviões. Um adendo: o do Lucas Silva e Silva era um registro de desejos, não propriamente de acontecimentos – o que também é válido. Anne Frank também relatava o que acontecia com ela e sua família, seus desejos e suas lembranças.

Um diário não é restrito a acontecimentos, não é um mero relato; contém nossas angústias, nossas reflexões, nossos anseios. Aun (2005) afirma que “escrever diários são momentos de criação de sentido, testemunhando-se como registro plural e único” (p. 30).

Diários são marcas em forma de escrita — depoimentos rememorados. Escrever é comunicar, é narrar. Um Diário de Bordo é feito por um protagonista, a próprio punho, disposto a compartilhar uma experiência. Comunicando algo vivido e sentido, um diário é como um tecer de muitas estórias interligadas. Estórias estas também tecidas por entre outras narrativas. Mas narrar é também deixar sangrar, recordando palavras que se deixaram marcar como estilhaços de vidro ainda cortantes. (Aun, 2005, p. 29)

Um diário de bordo, em uma pesquisa, não deve ser um mero relato do que aconteceu, por isso preferimos usar o termo “bordo”, e não “campo”. Consideramos estar a bordo de uma grande viagem, mas sem saber seu destino final. Escrever um diário exige reflexão, escolha de palavras. É diferente da fala. Ao falar, mesmo que pensemos antes, as palavras saem e não têm mais volta. Na escrita, principalmente com o uso do computador, podemos apagar as palavras, relê-las, reescrevê-las, pensar melhor sobre elas. Enquanto alguém não leu o que escrevemos, a mensagem não foi transmitida. Escrever diários, no mundo contemporâneo, não é tarefa fácil. Primeiro, como disse Benjamin, vivemos a “pobreza das experiências”: se não há experiência, o que relatar? Heidegger (1959), por sua vez, alerta que o ser humano está em “fuga de pensamento” (p. 12). Toma-se conhecimento de tudo muito rápido e se esquece de tudo com a

²⁰ Recuperado de <https://www.significados.com.br/diario-de-bordo/>.

mesma velocidade (e o filósofo nem conheceu a Era da internet): “a ausência-de-pensamentos é um hóspede sinistro que, no mundo atual, entra e sai em toda a parte” (p. 11).

O autor sustenta que há dois tipos de pensamentos: o que calcula e a reflexão que medita. É desta última que o ser humano atual foge. Um diário de bordo demanda a reflexão que medita; não é um trabalho fácil. Heidegger (1959) alerta para o perigo de o pensamento que calcula ser o único admitido e exercido. Estando a nossa época ameaçada pela perda do enraizamento, a serenidade em relação às coisas e a abertura ao mistério dão-nos a perspectiva de um novo enraizamento, uma possibilidade de estar no mundo de um modo diferente. O que seria a serenidade?

Se, no entanto, dissermos dessa maneira, simultaneamente “sim” e “não” aos objetos técnicos, não se tornará a nossa relação com o mundo técnico ambígua e incerta? Muito pelo contrário. A nossa relação com o mundo técnico torna-se maravilhosamente simples e tranquila. Deixamos os objetos técnicos entrar no nosso mundo cotidiano e ao mesmo tempo deixamos-os fora, isto é, deixamos-os repousar em si mesmos como coisas que não são algo de absoluto, mas que dependem elas próprias de algo superior. Gostaria de designar essa atitude do sim e do não simultâneos em relação ao mundo técnico com uma palavra antiga: *a serenidade para com as coisas (die Gelassenheit zu den Dingen)*. (Heidegger, 1959, p. 24)

Para escrever um diário, é preciso ter essa serenidade, aceitar o “sim” e o “não” simultâneos. Quando começamos a escrever, não temos certeza absoluta de o que será escrito, da ordem, do modo. Temos alguma ideia. Mas é preciso deixar as palavras fluírem. Às vezes, elas teimam em sair — o trabalho de reflexão é árduo. Outras vezes, é preciso caminhar, dar uma volta. Em outras, não vemos o tempo passar. Assim o texto vai tomando forma.

Estando a bordo, a cada passo do caminho, vamos conhecendo o lugar, a paisagem, as pessoas. “*caminante no hay camino, se hace camino al andar*”, como disse o poeta espanhol Antonio Machado. Por mais que eu conheça o DJ, a cada vez que eu ia para lá, não sabia o que encontrar. Não sabia como seria o plantão, quem atenderíamos, ou se atenderíamos, de que horas eu sairia de lá. Quando fui fazer as entrevistas, esperava ouvir determinadas respostas, mas não sabia o que, de fato, ouviria.

Embora, muitas vezes, a nossa ansiedade faça com que antecipemos alguns passos na nossa mente, as coisas só acontecem quando acontecem. Ou não acontecem. Eu não tinha ideia de onde chegaria com esta pesquisa. Estava estudando o tema “interdisciplinaridade entre Psicologia e Direito” e acredito que o atendimento conjunto que fazemos no DJ seja um meio para esse estudo, e só. Só é isso que eu sei. Comecei com uma questão de pesquisa, e ela se modificou. Não tem como eu falar da experiência dos outros, dos alunos. Eu posso falar da

minha própria experiência. Mas não gostaria de fazer uma tese autobiográfica. Então, inclinei-me em direção à experiência dos outros, escutei suas narrativas, troquei experiências e saberes com eles, de modo que a tese se tornou, talvez, um grande diário de bordo “antropofágico”, alimentando-se da experiência dos outros e incorporando-as à minha própria experiência. Com isso, devolvo ao mundo algo mastigado e ruminado que espero fazer algum sentido para quem se dispôr a ler e a embarcar nesta viagem.

4 A VIAGEM: DIÁRIOS DE BORDO

Neste capítulo, apresentamos três casos atendidos no DJ entre 2018 e 2021, com o intuito de demonstrar como a interdisciplinaridade ocorre na prática. O primeiro caso, da Senhora Vera Lúcia, não foi atendido diretamente por mim, mas por um plantonista da Psicologia em conjunto com uma estagiária do Direito. Eu estive no caso como supervisora de campo. Vera, assim como muitas pessoas que procuram o atendimento jurídico no DJ, apresentava algum tipo de transtorno mental. Nessa condição, transformou seu delírio em uma demanda jurídica.

Os outros dois casos não foram atendidos por mim em um primeiro momento, contudo passei, em determinado momento, a ter contato direto com as assistidas e a interagir com elas, tanto como advogada, quanto como psicóloga. Graça foi vítima de violência doméstica por muitos anos, tendo tomado a decisão de se divorciar durante um atendimento conjunto. Mercedes, por sua vez, era uma senhora que se encontrava enredada em uma questão com seus vizinhos e o prédio em que mora, e eu pude acompanhar a sua busca pela Justiça, Justiça esta que parecia nunca a satisfazer.

4.1 VERA LÚCIA: “TODA DEMANDA JURÍDICA TEM O SEU COLORIDO PSICOLÓGICO”

No tempo em que fiquei afastada da Psicologia no DJ, em meados de 2015 e 2016, foi criado um e-mail específico para os clientes e membros do DJ se comunicarem conosco: psicologianodj@gmail.com. Cada vez mais, os estagiários de Direito se comunicavam conosco por esse canal, e, no dia 04 de junho de 2018, recebemos uma mensagem que despertou o interesse de todos:

Oi, pessoal, boa noite.

Meu nome é Diana e sou estagiária do DJ. Estou escrevendo pra vocês porque estou com um caso que entendo ser muito necessária a presença de vocês.

Neste caso, minha assistida queixava-se de mau cheiro em sua casa. O mau cheiro, em teoria, se devia ao despejo de lixo que seus vizinhos fazem em seu telhado. Explico: minha assistida mora numa casa mais baixa que a dos seus vizinhos porque a rua dela é uma ladeira. Então, tem uma janela da casa dos vizinhos que “olha” pro telhado dela. Segundo ela, os vizinhos descartam todo tipo de lixo em seu telhado, desde comida até fezes.

Como ela tem 76 anos, procurei estratégias processuais pra deixar o processo o mais rápido possível. Optei por produzir a prova do processo antes de entrar com ele na justiça. Para constatar cheiro, consegui que um cartório fizesse pra mim, de graça, um procedimento muito caro, que se chama ata notarial. Basicamente, um cartório, uma pessoa imparcial, vai

ao endereço e constata, por escrito, o que vê/sente/cheira no local. Combinei tudo com minha assistida, expliquei que o procedimento era trabalhoso e que ela deveria me indicar um dia e um horário em que certamente encontraríamos mau odor. Ela pareceu compreender tudo muito bem.

No dia combinado para fazermos a ata, eu, o cartorário e um advogado colaborador do DJ fomos à casa dela. Eu cheguei primeiro e logo percebi que não havia cheiro algum, tudo estava na maior normalidade. Minha assistida tinha uma escada e eu subi nela pra poder olhar o teto da casa dela e, de fato, não havia nenhum lixo despejado.

Contei pra ela que eu não via lixo algum, e ela ficou indignada. O mais curioso é que ela conseguia sentir cheiro, mas eu não. Bom, diante disso, fui atrás de testemunhos de outros vizinhos pra tentar conseguir alguma prova. Encontramos com uma vizinha que não nos disse muito a respeito. Ela não conhecia a situação que minha assistida passava porque elas não se falam muito. Na realidade, minha assistida não conversa muito com seus vizinhos de uma maneira geral. Depois dessa breve conversa com a vizinha, minha assistida se afastou um pouco, e a vizinha me chamou num canto. Me disse baixinho: “moça, não é isso. Não é isso que ela está falando”. Então eu perguntei: “o que é, então?”. E ela disse: “eu estarei aqui na minha casa, se quiser conversar”. Não retornei na casa dessa vizinha porque logo o cartorário e o advogado chegaram e fui acompanhá-los.

O que me deixa intrigada nesse caso é o cheiro que ela sente, e eu não, esse lixo que não existe. Fiquei pensando na possibilidade de isso ser algo da imaginação. Ela acredita tanto nessa ideia, que veio aqui no DJ reproduzi-la. Enfim, pra ajudar a Dona Vera Lúcia, preciso de vocês. Ela me liga, me diz que está incomodada, que não aguenta mais, e eu não sei o que mais posso fazer.

Agradeço pela atenção e espero o retorno de vocês. A história tem vários outros detalhes, mas acho que é melhor se eu contasse pessoalmente. Normalmente, eu estou no DJ de segunda a quarta, mas posso ir numa quinta pra conversar com vocês.

É isso. Obrigada de novo! (Diana)

Compartilhei a mensagem de Diana no grupo de WhatsApp que temos com os plantonistas do semestre, e todos ficamos estupefatos. Seria mais um caso de delírio? Alucinação? Pedi, então, para que Diana fosse ao DJ na quinta-feira seguinte, dia 7 de junho. Ela compareceu e nos contou mais alguns detalhes: era o seu primeiro caso no DJ, em momento algum, no atendimento inicial, achou que não seria verdade o que a assistida relatara. Ao contrário, não mediu esforços para acelerar a tramitação processual, entrando com um processo já com a prova constituída pela ata notarial. Ela estava bastante confusa: como uma pessoa sente um cheiro que não existe? Não posso negar que tal fato intrigou a nós também.

No momento em que estávamos com ela, o estagiário e eu só podíamos acolher sua angústia e nos colocar à disposição para caminhar junto com ela nos atendimentos a Dona Vera Lúcia. Ela nos disse, ainda, que o cartorário constatou, na ata, a situação irregular da janela do vizinho, que estava muito próxima da casa da assistida, bem como a calha da chuva que dava direto para o quintal dela; a estagiária estava analisando as medidas cabíveis para resolver a situação. Resolveria a janela e a calha, mas solucionaria o problema de Dona Vera? O cheiro? Combinamos, portanto, um atendimento numa quinta-feira junto com a estagiária.

Ficamos algumas semanas sem notícias de Diana. Encerramos o plantão naquele semestre, no dia 28 de junho. No dia 4 de julho, ela nos escreveu dizendo que Dona Vera Lúcia iria ao DJ no dia seguinte para conversar conosco. No entanto, escreveu entre parênteses: “eu não comentei que vocês são da Psicologia porque tenho medo de ela não gostar muito e não querer vir”. Isso é bem recorrente no DJ (e no mundo?): os estagiários têm medo de nos apresentar como “da Psicologia”, para os assistidos não pensarem que os acham loucos, quando é justamente isso que estão pensando. Mas o que é ser louco? O que é ser normal? Mesmo os casos dos “loucos” são singulares; não é possível colocar tudo num saco só: “delírio”, “não é real”, “sem demanda jurídica”.

Respondi o e-mail lamentando por não podermos estar juntos no atendimento, pois já estávamos de férias, mas disse que poderíamos marcar em agosto. Contudo, ressalttei que temos a “obrigação ética” de nos apresentar como psicólogos ou estudantes de Psicologia antes dos atendimentos. Raras foram as vezes em que os assistidos não concordaram com o atendimento. Diana acabou atendendo-a sozinha e nos contou brevemente o atendimento por e-mail. Relatou que, um dia, Dona Vera Lúcia sentiu um forte cheiro e acionou a polícia, conseguindo falar com eles somente na terceira tentativa. Dois policiais foram à sua casa e relutaram em entrar, pois já era madrugada. Como ela insistiu, eles entraram. Não sentiram cheiro algum e falaram que não poderiam fazer nada, pois os vizinhos “estavam quietos, no canto deles”. Tal fato levou a estagiária a crer, mais uma vez, que se tratava de um delírio; ela acreditava, também, que a assistida se sentia “meio perseguida pelos vizinhos”, pois, por qualquer barulho que ela fizesse, eles entrariam em seu quintal, e ela conseguiria ver as suas sombras.

4.1.1 Primeiro atendimento com a Psicologia

Já no segundo semestre, Diana nos avisou que a assistida iria ao DJ no dia seguinte, dia 23 de agosto. Ela disse à assistida que teriam uma reunião, mas não nos identificar como da Psicologia, pois teve “medo de ela achar ruim”. O plantonista da Psicologia, Plínio, juntamente com outra plantonista e Diana, atenderam a senhora.

Os plantonistas se apresentaram como estudantes de Psicologia, e não houve qualquer resistência por parte da assistida. Sobre o atendimento, Plínio escreveu em seu diário de bordo:

A assistida nos contou a sua história, chegando a trazer novos detalhes que a própria estagiária ainda não tinha ouvido. Seu relato era coeso, e logo foi possível entender por que a estagiária se mostrou tão desmorteada quando nos contatou ao descobrir que não havia mau

cheiro. De fato, a história não apenas parecia real, como a assistida se mostrava numa posição de muita vulnerabilidade e solidão, o que facilmente causava comoção.

Na supervisão de meio²¹, eles me contaram que se tratava de uma senhora de mais de 80 anos (não eram 76?) que nunca se casou, não teve filhos, mora sozinha em uma casa precária e não possui rádio, televisão ou celular. A maior parte do que foi falado no atendimento girou em torno de reclamações sobre os vizinhos. Conversamos sobre como a vulnerabilidade e a solidão eram bem reais, apesar de o cheiro não o ser. Levantamos também a hipótese de, por causa da idade avançada, a senhora estar com algum problema neurológico, sendo necessária a consulta de um médico especialista²². Lembro de Plínio afirmar, nessa ocasião e em outras, como ela precisava de um médico que “realmente olhasse para ela”. Todos achamos que não parecia ser o caso de esquizofrenia ou de algum transtorno mental desse tipo, embora, no plantão, tenhamos poucas ferramentas para fazer diagnósticos, e esse nem é nosso propósito.

Pensamos, em um primeiro momento, em acionar o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da região dela, devido à sua situação de vulnerabilidade — sua renda era de apenas um salário mínimo que mal cobria seus gastos, além do estado precário de sua residência. Talvez, se os assistentes sociais fizessem uma visita domiciliar e a acompanhassem regularmente, ela pudesse ter atenção e cuidado. Plínio comentou com ela sobre essa possibilidade, de um assistente social visitá-la, e a ideia pareceu lhe agradar. Ficou evidente, no atendimento, a preocupação que Dona Vera Lúcia despertou nos estagiários das duas áreas. A outra plantonista da Psicologia escreveu em seu diário:

Acho que o problema da janela irregular vai ser facilmente resolvido juridicamente, mas creio que uma melhora significativa na qualidade de vida só vai ser alcançada quando suas necessidades de cuidado interpessoal forem supridas também.

Gostaria de que ela tivesse um ambiente que pudesse frequentar para que tivesse a oportunidade de entrar em contato com outros idosos e de conversar sobre os problemas que são comuns a eles nessa fase da vida. Estive pensando que talvez pudéssemos encaminhá-la para algum grupo de idosos (não sei se isso existe) pra que isso, de certa forma, alivie a solidão e sirva como forma de distração que alivie a angústia e dê um outro foco para a atenção dela, que, no momento, está muito centrada nos problemas com os vizinhos.

Sua atual situação provocou em nós reflexões sobre a solidão: como chegaremos à idade dela? Como ela chegou a essa situação? Qual foi sua história de vida? Infelizmente, não foi possível entrar nessas questões com ela, não houve espaço para isso (confesso que, lembrando

²¹ A “supervisão de meio” é um momento em que os estagiários saem do atendimento para conversar com a supervisora. Ajuda-os a elaborar suas ideias e a conversar entre si; é uma pausa para saber para onde seguir.

²² De fato, existe um quadro chamado “fantosmia”, que é a percepção de odores sem que haja estímulo para tal.

do caso, fico com vontade de fazer uma visita à Dona Vera Lúcia — como eu não a atendi, e só a vi de longe, acho que a curiosidade e vontade são maiores ainda). Tenho vontade de aplacar a solidão dela, oferecendo-lhe companhia, ou, como escreveu a aluna de Psicologia, “gostaria de que ela tivesse um ambiente [...]” que lhe providenciasse soluções para aliviar a solidão, como um grupo de idosos. De certa forma, ela frequentava uma igreja — não sabemos de qual religião, mas parece ser evangélica —, mas também não comentava com os outros membros sobre sua situação. O máximo de que falava era que estava tendo “problemas em sua casa”, ao que os companheiros respondem: “vamos orar”.

Na supervisão do projeto, na sexta-feira, conversamos sobre a necessidade de retomar, primeiro com Diana, como ela ficou, como foi se sentir “enganada”. Sobre Dona Vera Lúcia, pensamos em procurar, além do CRAS, algum Agente Comunitário de Saúde (ACS) que pudesse fazer um acompanhamento *in loco*. Quando eu estava no DJ na semana seguinte, conversei rapidamente com Diana sobre esses encaminhamentos, e ela me passou o endereço da assistida. De posse dessa informação, procurei na internet e vi que, na zona em que ela morava, havia apenas três CRAS. Telefonei para o mais próximo de sua residência e fui informada de que eles não fazem visitas domiciliares, pois carecem de profissionais. A assistida poderia ir até lá, mas teria que chegar bem cedo, já que a fila costuma ser grande. Percebi, na voz da atendente, uma mistura de conformismo e revolta, por mais estranho que pareça. Como eu mandaria uma senhora de “mais de 80 anos” para ser atendida, sem saber se poderia ser atendida e sem uma demanda muito clara? Acabei não indo atrás da Unidade Básica de Saúde, pois ela já está em acompanhamento lá. Pensando agora, talvez fosse uma ideia.

Essa é uma questão urgente no DJ: a falta de uma assistente social²³ e, por consequência, o desconhecimento da rede pública de serviços. A maior parte das pessoas atendidas — pelo menos, as que chegam até nós — possui vulnerabilidades além das financeiras. Infelizmente, Dona Vera Lúcia não é a única senhora idosa solitária que chegou até nós, mas não cabe contar os outros casos aqui.

²³ Recentemente, chegaram a ser contratadas duas assistentes sociais no DJ, mas acabaram pedindo demissão, pois conseguiram oportunidades melhores. Com a pandemia da COVID-19 e o fechamento da instituição, a contratação de uma nova assistente social ficou suspensa, não tendo ocorrido até a finalização deste texto. Além da assistente social, a contratação de uma psicóloga para estar lá diariamente seria benéfica para a instituição, de forma que as duas profissionais pudessem trabalhar conjuntamente e acompanhar as pessoas que chegam. Seria como um Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) que existe na Defensoria Pública de São Paulo. O Escritório Modelo da PUC-SP também conta com uma psicóloga e com assistentes sociais em seu quadro de funcionários, os quais são auxiliados por estagiários dos dois cursos da universidade.

4.1.2 Segundo atendimento da Psicologia

Na semana seguinte, Diana nos avisou que a assistida deveria voltar em alguma quinta-feira para conversar conosco. Ela nos disse que a senhora havia gostado muito do “moço”, Plínio, então Diana lhe entregou um cartão do DJ com o nome do estagiário: “Plínio (Psicologia). Quinta-feira. 14h às 17h”.

No dia 20 de setembro, Dona Vera Lúcia chegou ao DJ para falar com o Plínio. No entanto, tinha sido um dia com muitos atendimentos. No plantão, somos mais quatro plantonistas e eu. Foi um dia em que, além dos outros atendimentos, tinha chegado um caso bastante complexo — nós já havíamos sido avisados por e-mail. Como não tinha certeza se Vera compareceria, designei Plínio para atender esse caso junto com a plantonista que o acompanhou no primeiro atendimento a Vera — como essa plantonista é aluna do primeiro ano, até então só entrava para atender acompanhada de outro aluno da Psicologia, mas, perto do fim do semestre, ela ganhou mais confiança e chegou a fazer um atendimento com uma aluna do Direito sem mais ninguém da Psicologia.

Quando Vera chegou, Plínio estava no outro atendimento, e, como estava demorando bastante, outra plantonista da Psicologia começou a conversar com ela. Ela praticamente repetiu as mesmas coisas; parecia estar um pouco fechada. Quando a plantonista veio para a supervisão de meio, Plínio havia terminado o outro atendimento, e ambos foram juntos para a segunda parte. Dona Vera Lúcia ficou bastante feliz em ver Plínio e se abriu um pouco mais. Pareceu estar um pouco desconfiada se Diana estava realmente fazendo o seu trabalho, ao que Plínio disse para ela ficar tranquila que a estagiária estava estudando e conversando com os advogados sobre o caso. Ela também disse que estava cansada de ir sempre ao DJ, era longe; Plínio falou para ela ficar tranquila que, caso precisasse ir até o DJ, Diana lhe telefonaria. Falaram um pouco sobre a família da assistida. Já sabíamos que ela tinha uma irmã que teve doze filhos e sempre nos perguntávamos: cadê esses sobrinhos? Cadê essa irmã? Foi “sugerido” a ela que falasse com a irmã sobre morarem juntas. Ela “sorriu de orelha a orelha”, gostou da ideia e disse que falaria com a irmã. Talvez tenha sido a solução para a sua solidão?

4.1.3 Entrevista

Como eu estou estudando, no doutorado, o atendimento conjunto, achei que seria um bom atendimento para explorar a interdisciplinaridade. Teria sido esse um atendimento interdisciplinar? Ainda não tenho a resposta, mas, pelo menos, era multidisciplinar. Esse caso

também foi trazido à discussão por ocasião da aula aberta dos 20 anos do LEFE²⁴, sendo bastante emblemático para o nosso trabalho no local. Assim, conversei com Plínio e com Diana separadamente, e combinamos a entrevista para o dia 4 de outubro, após o plantão de Psicologia.

Reunimo-nos na sala de mediação do DJ. A entrevista durou por volta de uma hora, e eu soube de mais detalhes do caso e de como os dois foram afetados pelo atendimento. Embora eu tenha feito a supervisão, no momento da entrevista, por ser mais longo e focado, foi possível ter um contato maior com a experiência dos alunos. Fiquei bastante em dúvida se não estava ocorrendo mais uma supervisão ali, e não uma entrevista. Talvez fossem os dois. Eu não estava ali como alguém que desconhecia os alunos, como uma pessoa “neutra” que estava colhendo informações. Eu conhecia o caso e conhecia os entrevistados. Será que eu já não esperava ouvir o que eles falariam? Será que a entrevista não estava servindo somente como um momento para corroborar a minha pesquisa? “Minha hipótese é a de que o atendimento conjunto é interdisciplinar e muito bom para a formação dos alunos, então vou fazer uma entrevista com os alunos escolhidos a dedo para confirmar o que eu já estava pensando”?

Comecei perguntando como havia sido o atendimento para eles. Um jogou para o outro, e Plínio, mais ou menos em dúvida sobre o que falar, disse que tinha sido um caso “muito emblemático”. Diana ficou surpresa: “é?”; ao que respondi: “para a gente, é”. A gente quem? Será que estou me colocando mais na Psicologia do que no Direito? Que lugar é esse que eu ocupo no DJ e na vida? Evidentemente, eu estava ali como uma doutoranda em Psicologia e supervisora da Psicologia, mas também era advogada-colaboradora do DJ na época. Ao respondê-la, eu fechei a possibilidade de Diana falar mais sobre a sua surpresa. De qualquer forma, Plínio continuou dizendo que era um caso que deveria mesmo ser atendido em conjunto, porque, de outra forma, seria prejudicado. Diana começou a contar, então, que esse foi seu primeiro caso no DJ, seu primeiro atendimento. Ela ficou bastante mobilizada, juntou toda a equipe para ir à casa da assistida e disse que “foi muito frustrante”. Na conversa com o cartorário, quando estavam voltando da casa da assistida, ela nos contou:

Fui até o cartório com ele, e a gente foi falando no trajeto, ele falou: “é, não, acontece”. Ele não falou expressamente, mas, tipo, “às vezes a gente é trouxa, sabe? Acontece”. Eu fiquei muito frustrada por tanto empenho e no fim... Não que ela estava malandra e mentindo para mim, eu só fiquei frustrada por ter, sei lá, feito um monte de coisa e, no fim, nem deu nada, a

²⁴ Em 2018, o LEFE completou 20 anos, e foi organizada uma série de colóquios sobre as atividades do laboratório ao longo desses anos. O colóquio sobre o DJ, intitulado “Plantão Psicológico no Departamento Jurídico: entre a Psicologia e o Direito”, teve a participação da diretora de Relações Públicas do DJ, Isabella Bortoletto, além de mim e do supervisor do projeto, André Prado Nunes. Vale ressaltar que a nossa aula foi a única que contou com a presença de uma pessoa da instituição.

ata nem vai estar com coisas muito conclusivas para o juiz fazer qualquer coisa que eu peça. E também, eu falei: “o que eu faço diante disso? Acho que é hora da psico entrar em ação” [...]

Em vez de eu ter aprofundado, nesse momento, na angústia de Diana, preferi entrar na minha angústia: “como você ficou sabendo da gente?”. A construção de um espaço PARA A Psicologia no DJ é constante. Muitas vezes, no início da volta do grupo do LEFE ao DJ, ficávamos dias sem ter nada para fazer. Não tinha atendimentos, parecia não haver demanda. Por isso, o estágio no DJ era conhecido no LEFE como aquele em que “nada acontece”. “Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo”, diria Guimarães Rosa. Será? Mas estávamos ali, (aparentemente) disponíveis. Confesso que, quando dei o ano de pausa, de meados de 2015 a meados de 2016, estava um pouco cansada do plantão no DJ. Nadávamos, nadávamos, e nunca chegávamos a lugar algum... Parecia que nunca éramos reconhecidos. Apesar de a diretoria sempre nos dizer que éramos “muito importantes”, as palavras não pareciam se refletir em ações.

Os estagiários entravam no DJ e sequer eram informados de que estávamos ali. Por isso, fiquei bastante surpresa quando Diana disse que sabia do nosso trabalho, especialmente por ela fazer plantão em um dia diferente do nosso. Ela disse que sabia por causa das sinalizações no DJ (então, o cartaz funciona? Que bom!) e por ter sido apresentado no treinamento, embora, no semestre em que ela entrou no DJ, não tenha havido um treinamento (decente) com a Psicologia²⁵. No entanto, ela não sabia direito qual era o nosso propósito lá; conversou com os diretores de Recursos Humanos (RH), e eles a aconselharam a nos chamar. Ela mesma voltou ao atendimento e disse que ficou muito curiosa, pois Plínio reparou em algumas coisas que ela não costumava reparar, como o braço ressecado de Dona Vera Lúcia:

Mas esse foi, tipo, “e o seu braço ressecado, você tá fazendo alguma coisa?”, esses cuidados, para mim, qual a relevância jurídica do braço ressecado dela? Eu acho que ela é uma pessoa que precisa muito de cuidados em vários aspectos, e foi muito legal essa observação que você fez, e de outros comentários, outras perguntas que eu jamais perguntaria, da família, do relacionamento. Para mim, o meu recorte é muito claro, eu quero saber do vizinho, há quanto tempo isso dura, por que ele faz isso, onde está a janela, qual a lei municipal que fala que tem que ter uma distância mínima, e é isso. Por isso, eu acho que todo esse cuidado é importante e válido.

²⁵ A partir do segundo semestre de 2017, os estagiários passaram a entrar em grupo no DJ. Foi lançado um edital para os interessados se inscreverem, cada um faz uma prova de conhecimentos mínimos e, caso sejam aprovados, passam por um mês de treinamento com várias atividades, entre elas o treinamento conosco. Nesse primeiro semestre, fizemos o treinamento com os estagiários novos todos os dias em uma semana; o treinamento consistiu em uma conversa em grupo sobre as motivações que os levaram ao DJ, as expectativas etc. No semestre em que Diana ingressou no DJ, o primeiro de 2018, não houve esse treinamento, só pediram que estivéssemos lá na “nossa mesa” para nos apresentarmos. Foi bastante frustrante, conversamos com a diretoria e no segundo semestre de 2018 conseguimos fazer o treinamento em grupo.

Aqui cabe falar sobre escuta: escuta jurídica, escuta psicológica, escuta. Na faculdade de Direito, somos ensinados a extrair do relato de uma pessoa a “demanda jurídica”, para, então, chegar a uma solução sobre o problema. O advogado é convocado a solucionar problemas. Que ação devo ingressar? O advogado é convocado a “fazer pela pessoa”. Quando fui estagiária do DJ, comecei a perceber que só “fazer pela pessoa” não bastava, ela tinha que fazer por ela mesma também. Incomodavam-me pessoas que procuravam o DJ com urgência, mas, quando a instituição entrava com a ação ou precisava de um documento, por exemplo, a pessoa não voltava mais, sumia. Como eu poderia resolver o problema dela? O problema é dela. O que começou a me incomodar muito no Direito também foi (e ainda é) a morosidade da Justiça, principalmente nas demandas familiares. Anos se passam, a questão é resolvida de outra forma — nem sempre tão boa —, e o processo continua lá.

Questões como essas me levaram primeiro à Psicologia — ajudar a pessoa a se ajudar — e depois à mediação de conflitos. A escuta psicológica e a mediação são mais “abertas”. Tenta-se escutar o todo, de certa forma, e o que está por trás do todo, mesmo que não seja dito em palavras. Plínio tentou compreender a história daquela pessoa ali na sua frente. Embora pareça banal observar um braço ressecado, ele pode dizer muito: o cuidado que Vera Lúcia não estava tendo consigo mesma. Nada impediria a estagiária de Direito de observar esse aspecto também, de ter esse cuidado. Cuidar de pessoas não é exclusividade da Psicologia. “Direito também é cuidado”, como disse a Professora Henriette na ocasião da aula aberta mencionada. Mas como Diana disse: “qual é a relevância jurídica do braço ressecado dela?”.

Embora eu tenha dito que a Psicologia escuta “o todo”, o próprio Plínio me desmentiu:

[...] tem coisa que eu não pensaria, se eu tivesse ido lá e não tivesse cheiro. Eu acho que eu dificilmente iria olhar e falar: “hum, aquela janela parece fora de ordem”. Tem umas coisas que é a visão do Direito de notar, acho que aquilo lá não está certo, eu possivelmente teria ficado só nesse cuidado: “não tem muito cheiro, mas e a senhora, como você está com isso?”. Porque o fato de ir lá ver a calha, e o negócio [a janela] possivelmente vai fechar, eu acho que é um cuidado com ela e vai fazer uma diferença enorme.

Diana nos contou, mesmo não sabendo ser “pertinente” ao meu doutorado, como ficou naquele dia após a visita. Havia uma cervejada na faculdade para a qual ela já havia comprado o ingresso, mas, quando chegou em casa, só chorava e se perguntava: “como eu fui tão trouxa? Por que eu não pedi documento, mas também eu não podia exigir dela porque ela nem tem celular, não sabe manusear uma máquina”. Não havia clima para ir à festa; vendeu seu ingresso e ficou em casa. Por outro lado, também viu como é a casa de um assistido do DJ: “[...] eu

cheguei na casa dela, espera, cadê a geladeira? Tinha uma geladeirinha assim, não tem pia, não estava com a descarga funcionando. Meu Deus, olha a responsabilidade!”.

Nesse momento, conseguimos falar mais sobre a angústia e a impotência de Diana diante desse caso, sobre o choque de realidade. Agora me vem à cabeça uma música de infância muito conhecida: “era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada [...] ninguém podia dormir na rede, porque na casa não tinha parede; ninguém podia fazer xixi, porque pinico não tinha ali [...]”. Diana contou que a casa de Dona Vera nem tinha telhado mais, pois, segundo a assistida, de tanto o vizinho jogar lixo, o telhado quebrou. Na primeira conversa que tivemos com Diana, ela contou que olhou no *Google Maps* a casa da senhora, e, de fato, havia um telhado ali. Ela também nos mostrou as fotos que tinha tirado do telhado: havia somente a laje e nenhum lixo. O que a Dona Vera atribui à ação do vizinho pode ser resultado simplesmente da falta de manutenção da casa. Por que responsabilizar o outro?

Devido à situação precária da casa, seria muito fácil entrar e roubá-la, “só que não tem nada”. Diana disse que ficou muito frustrada pela situação toda, por não poder ajudar Dona Vera do modo como a assistida havia pedido e por sua condição precária de vida. A estagiária só percebeu que a assistida poderia ser “meio doidinha” quando a vizinha disse que não era nada daquilo que ela estava falando. O que era, então? Não foi possível conversar mais com a vizinha. Mas como será que Dona Vera é conhecida na vizinhança?

O possível juridicamente, segundo Diana, seria o vizinho tirar a janela e a calha. Mas será que isso resolveria o problema, a queixa da senhora? Aqui cabe uma pequena digressão. Em relação a muitos casos que chegam à Psicologia, eu sei da “solução jurídica” e, muitas vezes, tenho que me segurar para não fazer o papel de advogada. Nesse caso em específico, eu não tinha a mínima ideia do que poderia ser feito juridicamente; quem nos trouxe isso foi a estagiária de Direito. Sinto que, de certa forma, a minha escuta psicológica tenha ficado um pouco mais facilitada por causa disso, sem a solução jurídica “piscando” na minha mente. Eu podia ser só psicóloga nesse momento. Mas eu não sou só psicóloga, sou advogada, mediadora, sou uma gama de profissões e experiências de vida que me constituem como profissional e como pessoa. Por que eu tenho que refrear, segurar-me, quando sei da resposta jurídica de determinada questão? Por que eu sinto que minha parte advogada atrapalha a psicóloga? Elas não deveriam se unir numa interdisciplinaridade em mim?

Diana contou que Dona Vera parecia implicar com todos os vizinhos que já moraram naquela casa: “[...] o primeiro escutava música alta, o segundo não sei que, e agora vem esse aí do lixo”. Tirar a janela vai resolver o problema? Começamos a falar sobre a solidão da senhora, sobre como esse sentimento é imerso na vida dela. Plínio concordou:

É uma pessoa extremamente só, realmente o contato dela com qualquer outro ser humano é minúsculo, raso, e nem aqueles, digamos, artificiais, porque ela não tem rádio, não tem TV, são contatos que é comum pessoas de terceira idade terem como forma de aplacar a solidão [...] Até o celular, ela não tem celular, tanto que todas as vezes que a gente trouxe a opção de não estar sozinha, era sorriso na cara dela e ela adorava [...] Realmente a solidão dela, a janela não vai acabar com a solidão dela, mas talvez seja um propulsor para ela resolver de outra forma, esse contato com a irmã, o contato com alguma outra coisa. De fato, ela é muito só, tem uma vulnerabilidade em todos os níveis.

Pergunto, então, se poderia chamar o que disseram de “impotência”. Diana confirmou, mas Plínio indagou: “do ponto de vista da minha área?”. Sim, do ponto de vista da Psicologia, é possível fazer essa separação? Ele disse que não, pois a assistida sempre se mostrou aberta, não era como os casos de delírio que ele já havia atendido no DJ, em que as pessoas se mostraram fechadas a qualquer intervenção. Para ele, Vera Lúcia causava mais preocupação do que impotência. Diana concordou. Eu concordei também (mentalmente). Diana contou que, uma vez, não estava conseguindo falar com ela e mandou um AR; como chegou um AR sem carta, Vera entrou em contato. A estagiária estava preocupada com situações que podem acontecer com idosos, como tropeçar, cair, e ninguém estar lá para ajudar: “ela tem 80 e poucos anos e vai no postinho sozinha”. Com isso, surge uma dúvida: afinal, quantos anos ela tem? No e-mail, foi dito 76. Foi um erro de digitação? Ou será que Vera Lúcia aparenta ter muito mais idade do que realmente tem? O que a pobreza e a vulnerabilidade fazem com as pessoas? Outro dia, atendi — às vezes, também atendo: supervisora, pesquisadora e plantonista — uma senhora que tinha 56 anos e parecia ter mais de 70. A falta de cuidado, certamente, leva a um envelhecimento precoce. Segundo Plínio:

Ela remete muito à imagem de uma pessoa de terceira idade, ela remete muito à avó; eu não gostaria da minha avó passando desse jeito, e, ao mesmo tempo, para mim pelo menos, bateu um pouco: mano, eu não gostaria de estar assim quando eu tiver 80 anos, sozinho na vida [...]

Falamos sobre como ela provocava isso em nós, o medo da solidão na velhice. A preocupação com as nossas pessoas queridas que estão envelhecendo. Agora, completo: a finitude. Como chegaremos ao final da nossa caminhada de vida? Como Vera Lúcia chegou a essa idade sem ter constituído relações? Cadê a família dela? Diana falou que a casa dela era plana, mas que tinha alguns degraus, e a descarga não funcionava: ela tinha que encher sempre um balde de água. Indaguei: “mas ela poderia chamar alguém para consertar?”; ao que a estagiária adicionou: “sim, mas ela também recebe só um salário mínimo do INSS. Não é como

na casa de pessoas de classe média em que um objeto quebra e logo é consertado ou substituído. É outra realidade. Será que, em algum momento, ela teve uma TV? Um rádio? Mas, hoje, simplesmente, não tem como comprar outros? Será que ela gostaria de ter essas coisas? Qual é o desejo dela?

Quando Diana falou para a assistida que eles iriam na casa dela, ela comprou um bolo para recebê-los. Como a estagiária tinha acabado de almoçar, recusou o bolo; o cartorário também. “Mas eu vou comer tudo isso aqui sozinha?”, Dona Vera perguntou. Diana sugeriu que ela chamasse alguém com quem partilhar o bolo. Como já sabido, eles chegaram lá, e nada de lixo, nada de cheiro. Delírio? Alucinação? Difícil dizer. Nas palavras de Plínio:

Até porque a idade não combina, a situação não combina, pode ser muita coisa o cheiro. O cheiro pode ter sido real algum dia, alguma coisa podia estar fedendo, e ela ficou com isso na cabeça, muita coisa. Mas eu acho também que isso é uma desculpa para ela entrar em contato com pessoas; ela pode sair contando essa história, tem essa função também, ela pode reclamar do vizinho, e envolve outra pessoa.

Pode ser isso: ela tem alguma coisa para falar com os outros. Tem um motivo para ir até o DJ pedir ajuda, entrar em contato com pessoas. Diana disse que Dona Vera também não conseguia dormir. A privação de sono pode levar a alucinações. Será que é isso? Por que ficamos tão empenhados em saber o que estava acontecendo com ela? Ela sentia o cheiro, mas ele não estava lá. Os dois me contaram também que, uma vez, ela viu um homem dormindo em seu quintal. Ela fez algum barulho, e ele simplesmente saiu. A que tipos de riscos ela está exposta? Não dormir também preocupa Plínio; ele disse que ela falou para a médica, mas esta não lhe deu atenção. Que tipo de cuidado as pessoas recebem da saúde pública? Por que essa médica simplesmente não prestou atenção nela? Diana contou que Dona Vera ia bastante ao médico. E então? Olhem para ela! Cuidem-na! A vontade é de gritar, porque nem o Direito nem a Psicologia podem oferecer-lhe esse tipo de cuidado. Diana disse:

Eu acho que, se eu pudesse, a gente não pode ajudar financeiramente o assistido, tem restrições. Se eu pudesse, eu a colocaria numa casa de idosos assim, bem bonitinha, essas casas de idosos mais legais, que têm um quintalão, para ela ter um convívio, para ela poder conversar com enfermeira que vai cuidar dela, sei lá...

Novamente a solidão, a necessidade de convivência. Ela despertava isso em nós. Queríamos resolver o problema dela: não o lixo, a solidão. Mais especulações e soluções apareciam. Ela precisava de convivência, de viver com, de estar junto a outras pessoas. Tem a

igreja, mas parece que não resolve. Diana falou que tinha a impressão de que ela ficava no canto dela, rezando, rezando. Deus não a estava ouvindo? Qual a prece dela?

Depois de um bom tempo de entrevista, retomei a questão de pesquisa: “como vocês acham que a experiência de atender juntos auxiliou na formação de vocês?”. Será que eles responderiam o que eu esperava?

Diana começou falando da sua experiência, de forma geral, no DJ. Disse que ninguém entrava feliz com um processo e que foi importante, em termos de formação, ver como o advogado é o primeiro juiz da causa. Disse, ainda, que percebeu como a intersecção com a Psicologia é diária, não se restringindo a determinar se uma pessoa é inimputável — no Direito Penal. A intersecção com a Psicologia acontece em todas as áreas do Direito. Afinal, completo agora, é um ser humano que entra com um processo, certo? Também era necessário, segundo ela, ficar atento a toda a carga emocional que o assistido lhes passa. O que chamava a atenção no caso de Dona Vera Lúcia era ela ir ao DJ toda semana, tendo parado de ir depois do último atendimento com Plínio. Voltamos brevemente ao caso. Enfim, era o caso que nos unia ali. Perguntei a Diana como a Psicologia poderia ajudar a senhora nas questões que ela nos trouxe, ao que ela resumiu: “a percepção dessa forte intersecção, o fato de a gente ter que ser o primeiro juiz da causa e essa carga emocional.

Ai, meu Deus. Então, eu não sei muito, eu sei que quem tem propriedade para falar do atendimento e como a Psico deve atuar são vocês, mas eu acho que só de vocês estarem aqui e dar esse primeiro cuidado, apontar para questões que a gente jamais teria se atentado como esse do braço, eu já acho relevante. Para pensar em modelos de expansão de atendimento, de mudança de atendimento, eu realmente não sei, mas eu já vejo como positiva a presença de vocês. (Diana)

Eu nem perguntei no sentido de pensar em uma expansão do atendimento. Mas fiquei satisfeita com a resposta de que a nossa presença já era importante. Indaguei Plínio sobre como era estar em um ambiente jurídico:

Esse é o meu terceiro semestre no DJ e honestamente o DJ foi muito importante na minha formação até aqui. Primeiro porque eu acho que, na faculdade, a gente fica muito acostumado com uma certa ideia e atuação do psicólogo: o psicólogo de sapato limpo, que tem o escritório bonitinho, de perninha cruzada, “fale mais sobre isso” [...]

A resposta dele já era mais ou menos esperada, uma vez que o nosso plantão ajuda os alunos da Psicologia a ampliarem seus horizontes, a perceberem outras formas de ação psicológica. De fato, a carga de disciplinas que reforçam esse caráter da “Psicologia de

consultório” no curso da USP é alta. Há outros caminhos dentro da Psicologia, outras formas de atuação do psicólogo.

A minha própria escolha profissional, dentro da Psicologia, teve muita influência da minha atuação no DJ. Quando escolhi o curso, já estava com a ideia de trabalhar na intersecção com o Direito. Pensava em algo como Psicologia Criminal, por gostar de Direito Penal na faculdade. Ao entrar na USP e perceber que não tinha nada disso, o meu interesse em seguir uma carreira acadêmica aliada à minha experiência com Direito de Família no DJ levou-me a fazer duas iniciações científicas em Psicologia da Família e um mestrado em mediação de conflitos familiares. Paralelamente, fazia as atividades do LEFE. Eu já conhecia a atuação do psicólogo nas Varas de Família, então a minha primeira intenção era prestar um concurso para ser psicóloga do Tribunal de Justiça. Teve um concurso no final de 2012, último ano da minha graduação. Fui aprovada, mas bem longe do número de vagas. Segui no mestrado. Em um curso de Prática com Famílias em Instituições que eu ajudei a minha orientadora do mestrado a organizar, havia uma aluna que era psicóloga na Defensoria Pública de São Paulo (DPESP). Os comentários dela nas discussões me levaram a pesquisar sobre essa carreira, que era muito parecida com o nosso trabalho no DJ — afinal, as instituições têm praticamente a mesma atuação. Em setembro de 2015, foi publicado o edital do concurso para a DPESP: fui aprovada entre as vagas. Fui convocada para assumir o cargo em setembro de 2018, mas, infelizmente, fui barrada pela perícia médica de ingresso²⁶. Ingressei com um processo em dezembro de 2018, começando o exercício em maio de 2022. Discorri um pouco sobre a minha curta experiência na DPESP no capítulo 9.

Plínio continuou falando sobre como a atuação no DJ tirava o psicólogo de seu “lugar habitual”. Esse “não lugar” da Psicologia no DJ costuma ser fonte de muita angústia para os plantonistas, principalmente no começo. É fonte de angústia para a supervisora também. Já tive inúmeras conversas com os alunos que acompanho sobre o que estamos fazendo ali, sobre como as pessoas do DJ parecem não entender a nossa atuação no local. Será que nós mesmos entendemos? Será que listar todas as atividades que desempenhamos lá não fecharia as inúmeras possibilidades de atuação da Psicologia? A cada plantão, podemos ir construindo juntos o nosso espaço no DJ. Desde que comecei meu trabalho como psicóloga do lugar, posso afirmar que esse espaço vem crescendo cada vez mais. Ainda há lutas e decepções, como

²⁶ O principal motivo de a perícia médica ter me considerado inapta para o ingresso foi o preconceito contra gordos, hoje conhecido como “gordofobia”. Fui obrigada a fazer diversos exames a mais do que os outros candidatos, mesmo os meus exames iniciais estando dentro da normalidade. Como houve duas alterações nesses exames, os médicos julgaram que eu não estava apta para assumir o cargo, pois a probabilidade de eu tirar licenças devido às condições de saúde seriam elevadas, o que oneraria o Estado.

quando não nos chamaram para um evento sobre interdisciplinaridade em 2017. Reclamamos. Melhorou no ano seguinte. Assim seguimos.

Plínio discorreu, ainda, sobre como as pessoas não procuram psicólogos quando estão felizes. Há diversas discussões na Psicologia em como chamar as pessoas que atendemos. Algumas linhas se referem a “pacientes”, outras a “clientes”. Não gosto de nenhuma das duas. Um orientando da Professora Henriette chegou a denominá-los “sofrentes”, como aqueles que sofrem. Um pouco melhor, mas ainda não me satisfaz. Chamo de “pessoas” mesmo — de preferência, pelos nomes delas. No DJ, também há dúvidas sobre como chamar as pessoas atendidas na instituição. Quando eu era estagiária de lá, chamávamos de “clientes”, mas é um tom muito comercial para o meu gosto. Com o passar dos anos, eles começaram a ser chamados de “assistidos”. Mas também dá a impressão de assistencialismo, de pessoas passivas, de “pacientes”. Na DPESP, são chamados de “usuários”. Acho horrível, pois remete a “usuários de drogas”. Na dúvida de como chamar, chamo pelo nome. No caso em questão, de “Vera Lúcia”.

Os entrevistados brincaram um pouco. Plínio disse que raramente alguém vai ao psicólogo para dizer “eba, a minha vida tá ótima”. Diana descontraíu: “eu vim aqui maior na paz. Vim lavrar a certidão de que estou feliz”. Como é, para nós, lidar com as pessoas que não estão felizes? Pessoas que reclamam? Pessoas que estão sofrendo? A carga emocional depositada em nós, das duas profissões, é enorme. As expectativas das pessoas são altas, mesmo com o psicólogo: “resolva o meu problema”. O advogado tem que resolver mesmo; o psicólogo convoca a pessoa a resolver seu próprio problema. Plínio achava interessante, no DJ, o fato de as pessoas não buscarem diretamente um psicólogo, mas de haver essa possibilidade:

[...] mas, aqui no DJ, eu acho que é muito melhor porque as pessoas não vêm procurando um psicólogo logo de cara, vêm pelo Direito, mas posso passar aqui, interessante. Eu acho que é muito importante isso, você entra em contato com pessoas reais, um nível de real diferente, porque não são as pessoas que você vê na faculdade, não são as pessoas que você costuma ter ao seu redor querendo ou não, acho que são pessoas reais, é isso aqui que forma a população, gigantesca parte da população, e eu acho que esse contato é muito importante. Problemas reais, pessoas reais, falas reais, situações reais, e, às vezes, são essas pessoas que não pensam em procurar um psicólogo, nem passa pela cabeça delas porque, às vezes, elas nem sabem direito porque vieram a um advogado: “eu vim aqui porque eu acho que dá para fazer alguma coisa, não sei o quê”. Elas nem pensam em passar num psicólogo e, às vezes, pode ajudar. Eu, na minha opinião, o atendimento conjunto aqui no DJ é sensacional; para mim, foi muito importante na minha formação.

Fiquei feliz por ele achar o atendimento conjunto “sensacional”. Também acho e, por isso, quis investigar essa experiência no doutorado. “CQD”, conforme queríamos demonstrar.

No entanto, o contato com pessoas reais e problemas reais não é exclusividade do DJ. Há esse contato em praticamente qualquer estágio: no Hospital Universitário, no Conjunto Residencial da USP, no Centro Escola do Instituto de Psicologia. Talvez, o que seja importante aqui é a extensão universitária, a ideia de a universidade ir para além dos muros, alcançando a população, ou de a população entrar na universidade. Isso cumpre uma dupla função: atende a população e auxilia na formação dos alunos. Eu tenho um amigo que foi do DJ e que costuma brincar dizendo que se formou em Direito no DJ; eu também. Esse espaço ainda auxiliou na minha formação como psicóloga e mediadora. Diana afirmou que procurou o DJ para ver “gente de verdade”, “problemas reais” e que não entende qual o problema em duas empresas se fundindo. Eu tampouco entendo. Alguém deve entender.

Diana contou que, com certos assistidos, seu “radar de psico apita” mais ou menos. Ela achava importante estarmos presentes em todos os atendimentos iniciais, pois “toda demanda jurídica tem o seu colorido psicológico”. Seria o ideal? Talvez o fosse. Contudo, os alunos novos de Psicologia costumam, no início do semestre, acompanhar um atendimento “padrão” do DJ, e, muitas vezes, não há espaço algum para intervenção. Mas, como não é possível saber o que esperar de cada atendimento, o que a pessoa vai falar, qual é a sua demanda, seria interessante ter um psicólogo no DJ para isso. Acredito que esse papel, a princípio, não caberia a nós enquanto plantão, devido às limitações de tempo e de pessoal. Nunca podemos nos esquecer de que somos um projeto, e não um serviço dentro do DJ. Para isso, como eu disse antes, o DJ teria que contratar um funcionário psicólogo, assim como estão fazendo com a assistente social. Não acho que a nossa função no DJ seria desnecessária se houvesse um psicólogo lá; talvez a minha, como supervisora, fosse, pois o psicólogo contratado poderia supervisionar os alunos no campo. Poderia haver uma nova parceria entre o DJ e o LEFE, caso isso venha a acontecer algum dia. Poderia haver alunos de Psicologia todos os dias lá. Hoje não é possível.

A estagiária de Direito comentou sobre um caso em que uma mulher ficava ligando muito para ela, desesperada. Precisava de ajuda financeira do pai dos filhos dela. Perguntei-lhe como ela se sentia de o assistido ficar sempre lhe ligando. Diana falou sobre como é difícil segurar o choro em alguns casos, mas que precisa “ficar inteiraça”, pois seria proibido chorar na frente do assistido. Será que é? Lembro-me de um caso de atendimento conjunto, anos atrás, em que a estagiária de Direito chorou, e a da Psicologia “ficou inteiraça”. A pessoa falou que a plantonista da Psicologia era “mais fria”. Ou seja, ela gostou do choro da “advogada”, sentiu a sua dor reconhecida pelo outro. Recordo-me agora de como, muitas vezes, foi-nos pedido, pela diretoria do DJ, uma “oficina de empatia”. Como podemos ser mais empáticos no atendimento?

Mais humanos? Empatia não se ensina, sente-se. Claro que falta muita empatia no mundo. Com certeza, o mundo seria um lugar melhor se as pessoas fossem mais empáticas, se se colocassem mais vezes no lugar dos outros. Mas só a empatia sozinha não muda muitas situações. É o primeiro passo. É o mínimo. Ser empático não é exclusividade do psicólogo. Plínio disse achar importante Diana realmente sentar e conversar com os assistidos, porque já viu alguns estagiários do DJ se recusarem a escutar qualquer coisa que não fosse do âmbito jurídico. Diana falou que o recorte é jurídico, mas que não tem como ignorar uma pessoa chorando ali, na sua frente.

Sobre as possibilidades de atendimento pela Psicologia no DJ, discutimos sobre como os casos de delírio são óbvios — aliás, fomos chamados por causa deles. Falamos, descontraídos, sobre como tem acontecido de a pessoa chorar e já nos chamarem quando estamos lá; ou, se chorou no outro dia, é recomendado que volte na quinta-feira para conversar conosco, do plantão. Alguns voltam, outros não. Por que nos chamar quando a pessoa chora? O choro, naquele momento, é o sinal óbvio de que a pessoa está sofrendo. Mas será que toda pessoa que está sofrendo quer conversar com um psicólogo? Choro é igual a demanda psicológica? Nem sempre. Ou é a dificuldade do calouro e/ou do estagiário de lidar com pessoas que choram, que estão sofrendo, que os levam a “jogá-la” para nós? Diana disse que não deveria ser um “pânico” a pessoa chorar, não é para se desesperar: “todo mundo chora”. Plínio atribuiu isso ao modo como a própria área de Direito pensa: “cadê o *Vade Mecum*?” — isto é, só lida com o que está na lei. Diana também ironizou: “onde está o capítulo 2, *Do Choro*?”.

Plínio falou sobre como Diana era uma estagiária sensível, assim como outras que têm um bom contato conosco. No entanto, às vezes, na roda de conversa, temos que chamar a atenção do estagiário de Direito, afirmando que podemos ajudar em certas demandas, pois a parte jurídica já veio clara. Quando as pessoas estão confusas, sempre somos lembrados. Às vezes, também “procuramos pela demanda”. Plínio se recordou de que, na primeira formação que ajudou a ministrar no DJ, ele tinha dito: “surgiu na cabeça ‘psico’, chama, chama, nem que seja só para a gente entrar e estar junto do estagiário, porque é o que você falou, dá para ver que a presença, não ter que estar sozinho ali com a pessoa, já ajuda”. Há alguns anos, fizemos um cartaz com os dizeres “*in dubio pro psico*” — “na dúvida, chame a Psicologia” —, uma brincadeira com o princípio do Direito Penal, “*in dubio pro reo*” — “na dúvida, a favor do réu”.

Já no final da entrevista, conversamos sobre como, às vezes, as pessoas procuram um “super-herói” para resolver seus problemas e sobre como, frequentemente, o estagiário de Direito é colocado nessa posição. Diana disse ter se sentido um pouco “super-heroína” em seu primeiro atendimento, o de Vera Lúcia:

Eu acho que devo ter sentido um pouco isso quando eu fui atender a Dona Vera Lúcia, porque era o meu primeiro [caso]. Só que isso tem um... Acho que essa cultura no DJ já foi muito presente, agora eles estão buscando apagar um pouco isso, porque antes o DJ era muito “ah, estou aqui para fazer a minha caridade do dia e já vou embora”. Acho que o DJ caminha num sentido muito mais de profissionalização: “estamos aqui para prestar um serviço” [...]

Um serviço que é um direito fundamental dos cidadãos: o acesso à Justiça. O DJ é pioneiro nisso no Brasil, nunca podemos nos esquecer disso. Agora, em 2019, completa 100 anos. Um dia, uma advogada-orientadora falou comigo, preocupada: “será que terá mais 100 anos?” — fazendo referência ao não comprometimento de muitos estagiários com o DJ. Diana é muito comprometida, tanto que, em 2019, se tornou diretora. Falou que o DJ não era um “estagiazinho” de um braço da faculdade; era um “estagião”. Plínio também é um plantonista comprometido, ele foi muito companheiro. Se já tivesse se formado, seria um ótimo supervisor de campo. Provavelmente por isso, eu escolhi esse caso para relatar. O caso é interessante, emblemático, mas os estudantes que o acompanharam são excepcionais.

Mas eles falaram o que eu gostaria de ouvir? Sim, e muito mais. Sei que nem sempre o atendimento conjunto é fácil, embora entre eles tenha fluído bem. Mas, muitas vezes — e digo isso tanto pelos relatos dos alunos quanto pela minha própria experiência —, parece haver duas lógicas diferentes em ação, como um “cabo de guerra”, para ver quem puxa mais para o seu lado. Mesmo tendo a formação em Direito, eu já senti isso. A Psicologia quer aprofundar em um ponto, o Direito em outro. Houve um estagiário que, apesar de ter sido atendido algumas vezes por nós, dizia não chamar a Psicologia, pois “perderia muito tempo”. O que é perder tempo? Outros se retiram do atendimento e deixam a pessoa em nossas mãos; depois voltam — ou não. Um rapaz, em 2019, mandou a assistida vir ao plantão na quinta-feira, e quem nos comunicou foi a caloura, que veio conversar conosco sobre o atendimento. Mais tarde, naquele mesmo dia, o estagiário apareceu no DJ. Convidei-o para sentar conosco na mesa e discutir sobre o caso, para saber como tinha sido o atendimento para ele, mas o convite foi recusado. Lembro de Plínio ficar bastante irritado nesse dia. Eu também fiquei. Nem todo mundo entende o que estamos fazendo lá. Alguns alunos de Psicologia passam o semestre inteiro lá e saem sem entender.

4.1.4 Devolutiva da entrevista

Combinei com os entrevistados de transcrever a entrevista e enviá-la por e-mail para conferência e autenticação. Eu gosto de fazer a transcrição — embora seja trabalhoso —, pois

fico lembrando e refletindo sobre o encontro. O trabalho de transcrição fica um pouco mais demorado assim. Não é um tempo perdido. Muitas das reflexões já estão entrelaçadas no diário. Mas o que fica mais latente, para mim, é a confusão em mim, entre advogada e psicóloga, entre pesquisadora e supervisora. A minha dúvida, quando levei a entrevista para a orientação, era se não se tratou mais de uma supervisão do que de uma entrevista. Não pareceu uma supervisão, disseram-me. Nada impede que a entrevista amplie o campo reflexivo, não se transformando em uma supervisão. Se eu sou somente uma entrevistadora, eu não sei nada do que vai ser falado; mas, como já estou no campo, como supervisora, já “sei” o que esperar. Já há o esperado que vai ser ouvido. Já ouço de algum lugar. Às vezes, sinto que sou a pior pessoa para fazer esta pesquisa; às vezes, sinto que sou a melhor pessoa para a tarefa. Está sendo muito visceral, e espero que não esteja pessoal demais.

Outra pergunta que ficou comigo foi: qual é a contribuição do Direito para a Psicologia? Percebemos um enorme interesse do Direito pela Psicologia — tanto que esse foi o caminho que segui: primeiro, Direito; depois, Psicologia —, mas e o contrário? Não seria o DJ somente uma diversidade de estágio para o aluno de Psicologia? Para muitos que passaram por lá nesses anos, tenho certeza de que sim. Para Plínio, não.

Mandei a entrevista para os dois e marquei uma devolutiva no DJ para o dia 29 de novembro de 2018, último dia de plantão do semestre. Com aquela pergunta em mente, comecei a conversar com Plínio enquanto Diana não estava liberada da reunião da diretoria. Ele me disse que o Direito ajuda bastante na Psicologia, abrangendo a visão e a possibilidade de atuação do psicólogo. Além disso, o DJ confere certa dureza de visão, abrindo a possibilidade de o psicólogo ser também direto. Ele acreditava que a interdisciplinaridade ocorria na conversa: tudo seria ferramenta e possibilidades de ação. Falou também sobre o perigo de a Psicologia ficar muito “psicologizante”, sendo importante colocar em pé de igualdade o que é real (*veritas*) e o que é real (*aletheia*). Um não é melhor do que o outro.

Quando Diana se juntou a nós, perguntei como eles se perceberam no atendimento conjunto. Diana disse que se sentiu “fazendo a ponte”, sentiu-se mais como ouvinte. Contou-nos que não teria muito o que fazer no caso de Dona Vera (na verdade, ela já tinha falado isso para Plínio em outra oportunidade), pois o segundo andar do vizinho está lá desde 2010, então já tinha sido prescrita a pretensão do direito de vizinhança. Talvez, fosse possível entrar pelo direito administrativo, mas Diana tinha receio de a assistida não entender o conceito de prescrição — eu, que sou formada na área, não entendo muito bem até hoje. Ainda não tinha conversado com ela. Diana estava muito aflita com isso, tinha medo da reação de Vera Lúcia. É bem comum os estagiários terem receio quando vão dar uma notícia ruim para o assistido; às

vezes, somos chamados para acompanhá-los nessas ocasiões. Dona Vera não voltou mais ao DJ depois que falou com Plínio. Diana tinha receio de abandoná-la: “a pastinha da Dona Vera Lúcia tem vários rascunhos de petição”. Ela, como diretora, contou que haverá uma assistente social no DJ no próximo ano. Já era para uma profissional ter começado, mas ela acabou desistindo por estar grávida.

Como Plínio se viu? “Não sei”. Ele disse ter achado curioso Diana se sentir como uma ponte, pois normalmente a Psicologia é essa ponte, e ele também se viu assim. Ponte de mão dupla? “Ponte para um cuidado”, falou Diana. Tinha voltado a preocupação com Vera Lúcia, então falamos mais um pouco sobre isso. Por fim, pedi que escolhessem os próprios nomes para eu colocar na tese. O aluno de Psicologia devia escolher um nome com P, e a de Direito, um nome com D: Plínio e Diana.

4.2 GRAÇA: “VOCÊ É AS DUAS COISAS QUE EU PRECISO: ADVOGADA E PSICOLÓGA”

Como já dito na apresentação, participo de um grupo de mediadores voluntários no Fórum do Tatuapé. Esse mesmo grupo faz mediações no DJ, assim como eu o fiz por alguns anos, mas, quando as partes de mediadora/psicóloga/advogada começaram a se esbarrar, achei melhor ficar somente no Tatuapé. Uma vez, Daniela, estagiária do DJ, telefonou-me, pedindo para que eu acompanhasse uma mulher na delegacia. Ao me relatar o caso, tive uma sensação de reconhecimento: perguntei os nomes das pessoas e me lembrei de uma mediação que havia feito semanas antes. Era a mesma história. Expliquei para Daniela que, como eu já tinha atuado como mediadora naquele caso, não poderia ser a advogada a acompanhá-la. Como a mediadora é imparcial, não pode atuar em favor de uma das partes contra a outra²⁷.

Certo dia, no Fórum, uma das mediadoras comentou sobre um amigo juiz em Itaquera que faz um trabalho interessante com os conciliadores. Dias depois, curiosa, vi que havia uma audiência de conciliação em Itaquera, no dia 14 de maio de 2019. Disponibilizei-me para fazer a audiência como advogada. É costume, no DJ, os estagiários mandarem um e-mail explicando o caso antes, bem como cópia dos autos para os advogados. Qual não foi a minha surpresa quando a estagiária, a mesma Daniela, escreveu no e-mail: “na verdade, você já conhece um pouco o caso, porque a cliente passou no final do ano passado com a Psico”.

²⁷ A Lei de Mediação — nº 13.140, de 26 de junho de 2015 — prevê o prazo de um ano para que o mediador seja impedido de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes (artigo 6º).

Ao ler o e-mail, fui me recordando da história. Olhei as minhas anotações dos atendimentos e, no dia 22 de novembro de 2018, Graça foi atendida por uma plantonista em conjunto com Daniela. No meu caderno estão anotados: “divórcio; violência doméstica; quatro sertralinas”. Lembro que Daniela havia me mandado uma mensagem particular no Facebook perguntando como funcionava o atendimento da Psicologia. Procurei a mensagem. Eu já a conhecia de quando ela tinha sido caloura do DJ, ou seja, talvez ela já soubesse como acontecia o atendimento, mas, provavelmente, nessa nova posição — de estagiária —, a perspectiva fosse outra, e a dúvida surgisse: “como faço para a minha assistida ter o atendimento de vocês?” — agora ela tinha uma assistida.

Eu vi a mensagem somente três dias depois e passei as instruções de praxe: falamos tanto com estagiários quanto com os assistidos; basta a assistida comparecer ao DJ na quinta-feira a partir das 14h; se fosse possível, seria interessante que a estagiária estivesse junto a ela, mas, caso não pudesse ir, era ideal que me enviasse um resumo do caso e os motivos do encaminhamento para a Psicologia. O atendimento ficou combinado para o dia 22 de novembro de 2018 e seria feito por Daniela e pela Psicologia em conjunto. Conversaríamos antes.

4.2.1 Atendimentos conjuntos

No DJ, Daniela nos contou que Graça havia procurado a assistência jurídica há alguns meses, mas fora atendida por outra estagiária, que não tinha dado entrada no processo. Logo ficou claro o motivo: Graça não tinha certeza se queria o divórcio ou não. Era uma situação perfeita para o atendimento conjunto: ajudar a assistida a se decidir.

Para Daniela e a plantonista, Graça contou que tinha dois filhos de, mais ou menos, 23 anos de idade. O mais velho, Fabian, era estudante de Medicina na região metropolitana de São Paulo e homossexual, o que não era aceito pelo pai, o então marido de Graça, Raul. Fábio, um ano mais novo, era policial militar. Durante os mais de vinte anos de casamento, Graça foi vítima constante de violência doméstica, por vezes de violência física — na época, certamente de violência psicológica. Ela fazia tratamento psiquiátrico, tomando quatro comprimidos de sertralina. Contou que teve a primeira crise de pânico quando o marido viajou e ela ficou sozinha com os dois filhos pequenos. Ela repetiu algumas vezes: “eu não consigo ficar sozinha”. Divórcio implica independência, e ela não tem isso. Mesmo assim, decidiu pelo divórcio. Ela voltou para mais um atendimento conjunto na semana seguinte, agora com Plínio e Daniela. Como já estava no fim do ano — e dos plantões —, eu não tive notícias de Graça até eu me disponibilizar a fazer a audiência do caso dela.

4.2.2 Primeiro contato com Graça

No e-mail, Daniela contou que já houvera uma audiência de conciliação no processo. Nessa primeira audiência, ficou decidido que Graça e Raul participariam da Oficina de Pais e Filhos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC), uma vez que Graça estava em dúvida quanto ao divórcio, e Raul tinha prometido que melhoraria. Eles não foram intimados a comparecer à Oficina, o que não fez o menor sentido, já que a Oficina visa à melhoria das relações entre pais de filhos de menor para evitar a alienação parental, e os filhos deles já eram de maior. Foi marcada uma nova audiência de conciliação no CEJUSC. Daniela terminou o e-mail dizendo que a “cliente é muito legal e fofa, mas se percebe claramente que tem medo de como as coisas ficarão depois do processo”.

Diante dessas informações, respondi o e-mail sugerindo que Graça passasse por mais um atendimento da Psicologia antes da audiência. Daniela conversou com ela e combinou de ela ir à “consulta da psico do DJ amanhã, às 14h”.

Na quinta-feira anterior à audiência, Graça foi ao DJ. Tinha sido um dia com muitas demandas. Além de Graça, tivemos mais quatro atendimentos, sendo um de casal. Como os outros plantonistas estavam atendendo, eu mesma falei com ela. Assim, aproveitei e me apresentei como a advogada que a acompanharia na semana seguinte.

O atendimento foi bom. Ela me pareceu decidida a se separar, embora tivesse receio de sua situação financeira. Graça me contou que estava fazendo psicoterapia numa universidade particular. Embora cansada, ela parecia estar melhor do que quando a atendemos no semestre passado. Prontamente, ela entendeu que eu era psicóloga e que seria a advogada que a acompanhá-la na audiência. Combinamos de nos encontrar na frente do fórum no dia marcado.

4.2.3 Primeira audiência

Os casos do Direito de Família sempre foram considerados fáceis juridicamente e difíceis psicologicamente — pelo menos, os casos do DJ que não envolveram grandes somas de dinheiro nem participações em empresas. Mas o caso de Graça não era tão simples, nem juridicamente. De bens, eles possuíam o usufruto da casa em que viviam, que foi doada para os filhos em 2012. Foi doada, pois o casal tinha muitas dívidas, feitas por Raul, por isso precisavam fugir dos credores. Ainda, eles haviam vendido um apartamento e recebiam o pagamento em notas promissórias. Ou seja, existiam bens que nem eram deles. Como dividir isso?

Outro complicador era a situação do filho mais velho, Fabian, estudante de Medicina. Como já tinha 25 anos, seria muito difícil conseguir uma pensão alimentícia do pai. Então, a solução foi pedir alimentos para Graça. Já que ela ganhava R\$ 1.500,00, e Raul, R\$ 10.000,00, ela teria direito a uma pensão para manter o seu padrão de vida. Foi pedido, portanto, R\$ 3.000,00 de pensão, que seriam utilizados para ajudar a custear a faculdade de Fabian.

Encontramo-nos na frente do fórum. Quando estávamos subindo, juntas, a rampa, Graça me falou: “você é as duas coisas de que eu preciso: advogada e psicóloga”. Essa frase me fez pensar. Qual Joyce estava ali com ela? A advogada, com certeza; mas e a psicóloga? Raul chegou, e ela me mostrou quem era — ele tinha ido sozinho, sem advogado.

Entramos na sala de conciliação. A conciliadora apresentou o trabalho, Raul olhou para Graça e falou: “você vai continuar mesmo com isso?”. Ela paralisou; não conseguiu falar nada, mas meneou a cabeça afirmativamente. Eu intervim. Afinal, sou advogada — *ad-vocatus*, a que fala pela cliente. Expliquei para a conciliadora que se tratava de um caso com violência doméstica, que Graça mal conseguia falar e que o trabalho de conciliação era inviável. A conciliadora encerrou a audiência sem um acordo.

Saí da audiência e quem estava com medo era eu: medo do que Raul poderia fazer com ela. Ficou muito claro que ele tinha ido à audiência só para pressioná-la. Eu a orientei a tomar precauções, dizendo que, se ele tentasse qualquer coisa contra ela, era para chamar a polícia na hora e me avisar. Por um lado, eu até “torcia” para que ele fizesse alguma coisa, para pedirmos a medida protetiva, e ele ser obrigado a sair da casa. Isso foi conversado com ela no início do atendimento conjunto no DJ, mas ela optou por não entrar com as medidas protetivas. No mesmo dia, Graça me mandou a seguinte mensagem pelo WhatsApp: “muito obrigada pelo apoio e pela minha defesa. Espero que no dia seja você novamente, me senti mais segura”. Conversei com a estagiária e disse que gostaria de continuar acompanhando o caso, pedindo que ela me avisasse quando marcassem a audiência de instrução e julgamento. Excluindo a possibilidade de me debruçar sobre o caso na tese, fiquei realmente envolvida com Graça e sua história e me senti movida por uma vontade de ajudar e de cuidar que eu não sentia há algum tempo como advogada (e psicóloga?). Daniela ficou contente por eu me disponibilizar a ajudar. Uma vez que era uma situação bem delicada, ela tinha receio de expor o caso de Graça a diferentes advogadas.

Como Graça já tinha meu número, começou a tirar dúvidas e a pedir a mim orientações diretamente. Cerca de uma semana após a audiência, ela pediu para me encontrar pessoalmente. Combinamos de ela ir, na quinta, ao DJ, pois eu estaria lá com o time de Psicologia. Ela foi no fim da tarde, depois do horário da terapia. O atendimento acabou servindo para tirar algumas

dúvidas jurídicas: o cartão de crédito dela ficava com Raul. Como ela tem uma cópia, ela fazia compras na internet para Fabian. Ele não sabe disso e paga a fatura. Ela tinha medo de que ele descobrisse e do que poderia fazer. Será que eram dúvidas jurídicas mesmo? Achei que ela estava bem e apontei isso para ela. Ela disse que, agora, ao ver o monstro que ele era, sabia que tinha tomado a decisão correta.

Por um tempo, não nos falamos mais. Daniela me mandou uma mensagem algumas semanas após a audiência e discutimos estratégias para o processo. Ela escreveu: “desculpa por ficar te enchendo com tantas dúvidas! É que você parece realmente se importar com o caso e tudo o mais, então é bom poder discutir contigo!”. Eu pensei: será que me importo com o caso ou me importo com seu uso na pesquisa? Será que meu interesse nessa história era genuíno? Ou só estava “dando para receber” depois? Contudo, crescia em mim um sentimento de raiva por Raul: por que não morria? Ficava, a todo momento, ameaçando Graça e os filhos, dizendo que não mais os ajudaria financeiramente, violentando-a psicologicamente.

4.2.4 Segunda audiência

Em julho, Daniela me escreveu avisando que a audiência de instrução e julgamento tinha sido marcada para o dia 11 de setembro de 2019. Conversamos sobre quem seriam as testemunhas, se os filhos se apresentariam como informantes etc. No começo de agosto, vi o status do WhatsApp, e Graça havia colocado uma foto dos filhos. Eu comentei e ela perguntou se eu iria à audiência. Disse que sim. Ela falou que ele tinha inventado um monte de mentiras no processo e que, agora, ela estava mais doente do que antes. O médico dera mais um antidepressivo para ela tomar à noite, além dos quatro comprimidos que ela já tomava pela manhã. A reumatologista precisou mudar todos os remédios da fibromialgia, já que, quanto maior a depressão, mais dor ela sentiria, e isso não era vida. Eu concordei e tentei ressaltar o lado saudável dessa situação, dizendo que ela tinha uma força de vida e uma vontade de que a história com Raul acabasse logo. Eu disse: “acredito que, assim que esse processo se resolver, você vai ficar melhor. O Raul é uma carga muito pesada”. Comentei isso, pois ela já havia me falado, em algum momento, que seus problemas psiquiátricos, bem como a fibromialgia, começaram após o casamento. Ela disse que, antes, tinha medo de ficar sozinha, no entanto “hoje tenho medo de estar com ele, me causa muito mal, me deseja muito mal”. Agora, era a Joyce psicóloga em ação.

Nas semanas anteriores à audiência, Graça me mandou mensagens, querendo saber das testemunhas, dizendo que estava muito brava com Raul e falando do medo em relação ao que

seria decidido, pois suas condições financeiras e sanitárias estavam precárias e o médico tinha aumentado a dose para seis comprimidos. Pedi desculpas por estar nos perturbando (eu e Daniela). Eu disse que éramos suas advogadas e que tinha certeza de que, quando tudo se resolvesse, a saúde dela melhoraria.

Dois dias antes da audiência, Graça me mandou um áudio perguntando sobre o usufruto da casa, se ela teria que sair, mesmo morando com os filhos; se ela teria que pagar aluguel para Raul. Eu não consegui responder naquele momento, e combinamos de conversar por telefone no dia seguinte. Ela me ligou bastante ansiosa; não tinha conseguido dormir na noite anterior. Ela me contou que o pai de Raul havia matado a esposa e se matado em seguida e o quanto isso a atormentou a vida toda, com medo de que Raul também a matasse. Por isso, não se separou antes nem fez qualquer tipo de denúncia. Perguntei sobre os pais dela. Ela contou que eles são separados, mas que não havia violência doméstica entre ambos. O pai tinha arranjado outra mulher e se separado, mas Graça mal tinha contato com ele. A mãe apoiou sua separação depois de ter visto Raul maltratá-la. Graça contou também que conheceu a advogada de Raul há muito tempo e que elas já brigaram. Ela deu a entender que a advogada participava das malandragens do marido e me pediu para que eu fosse “ruim”. Falei sobre a dificuldade que eu tenho de lidar com uma advogada de má-fé.

No dia audiência, cheguei às 13h no Fórum de Itaquera. Conheço uma amiga do trabalho que viu Graça e Fabian machucados várias vezes. A amiga estava nervosa, com medo de que Raul fizesse alguma coisa contra Graça. Não queria entrar para testemunhar. Quando eu comentava o que Raul havia colocado no processo, Graça falava: “vou matar ele”. Perguntei como Fabian estava: “esperei por isso por tantos anos, agora é uma libertação”. Fábio, o filho policial, chegou depois. Conversei sobre algumas transferências bancárias que o pai havia feito para ele e que estavam sendo discutidas no processo.

Subimos. Raul chegou com dois advogados, um deles era a mulher de quem Graça não gostava. A audiência foi um verdadeiro desastre. Eu, preocupada com a advogada malandra, tive que lidar com um juiz que não queria escutar ninguém. A Vossa Excelência fez uma “conciliação”. Já deixou claro que não concederia a pensão a Graça, pois ela trabalhava. Só concederia se ela não trabalhasse ou fosse inválida. Sobre a casa, como se trata de um usufruto, disse que não tinha o poder de tirar ninguém de lá. Foi uma situação horrível — eu deveria ter sido “ruim”, como me pediu Graça, mas ruim com o juiz. Como enfrentar uma autoridade? Até a advogada escutava mais do que ele. Não tinha como não fazer “o acordo”. Pelo menos, ficou “acordado” que eles teriam o prazo de noventa dias, junto aos filhos, para decidir o que fazer com a casa: alugar, vender etc.

Graça falou bastante dessa vez. Ela me disse, depois, que só ver a advogada de Raul a deixou com muita raiva. Falou bastante. Falou o que estava engasgado. Eu deixei, estava sendo bom para ela. Ela disse que gostou de falar, embora o juiz não a tivesse ouvido. Enquanto ela falava, ele ia ditando para o escrevente a “sentença/acordo”. Graça saiu da sala com raiva do agora ex-marido e do juiz, perguntando onde se comprava uma arma para matar Raul e que agora entendia o porquê as pessoas matavam os juízes. É bom deixar a raiva fluir, fluir por palavras. Se, depois da primeira audiência, quatro meses antes, eu estava com receio de que Raul fizesse alguma coisa contra ela, naquele momento eu estava com medo de que ela fizesse alguma coisa contra ele. Melhor ser vítima ou algoz?

Depois da audiência, troquei contato com a advogada de Raul para tratarmos da saída da casa e dos alimentos de Fabian. Até o advogado que a estava acompanhando concordou que Fabian precisava ter a segurança de que os alimentos seriam pagos. Na sala, Raul disse que jamais deixaria de ajudar o filho. Não foi o que aconteceu antes nem depois. Almoçamos no Shopping Itaquera para comemorar o divórcio: Graça, Fabian, a amiga que tinha sido testemunha e eu. Foi bastante descontraído.

4.2.5 O processo acabara, mas o conflito, não

No dia seguinte, Graça me mandou um áudio pelo WhatsApp. Ela sempre começava do mesmo jeito: “oi, Joyce, deixa eu te falar uma coisa...”. Falou da sua inconformidade com o juiz, que não deve ter lido o processo, e de como não confiava no ex-marido. Ficava confusa sobre o meu papel, se eu ainda podia orientá-la, já que o processo havia acabado. Raul disse que ficaria na casa até conseguir alugá-la para um terceiro. Graça gostaria de que ele saísse. Todas as violências que ela tinha sofrido durante o casamento pareciam ter um fim, mas não teve. Finalizou o áudio dizendo: “quando ele chega, parece que fica tudo apertado aqui dentro de casa”.

Eu disse que vou continuar acompanhando-a até terminar de resolver essa história de verdade e sugeri que tentássemos uma mediação com Fabian e pai para definir a pensão alimentícia. Orientei-a a procurar imobiliárias para saber o valor do aluguel e da venda da casa. Escrevi: “o juiz não foi muito humano. Mas, pela letra fria da lei, ele foi correto. Só que não dá para ser frio numa vara de família”.

A partir disso, eu comecei a negociar a pensão de Fabian com a advogada de Raul por telefone, e levou cerca de três meses até chegarmos a um consenso. A dinâmica foi a seguinte: Graça ou Fabian me ligavam ou mandavam mensagens, eu falava com a advogada, a advogada

falava com Raul e ela me retornava ou eu a ligava cobrando-a. Negociações levam tempo. Seria mais fácil se eles concordassem em se sentar numa mesa de mediação e conversar, mas não foi possível.

Um dia, mais de um mês após a audiência, saindo do DJ a caminho do ponto de ônibus, meu telefone tocou. Eu nunca atendo ao telefone na rua, principalmente no centro de São Paulo. Entrei num restaurante e vi que era ligação de Graça. Em seguida, ela me ligou de um número privado (talvez imaginando que eu não a teria atendido de propósito — e foi o que eu comecei a fazer algumas vezes depois, por não poder falar com calma no momento ou por não estar disponível). Ela estava muito inconformada com o resultado da audiência. Raul continuava na casa. Nunca sei se ela me ligava para falar com a Joyce-advogada ou a Joyce-psicóloga, então acho que era com as duas. Respondi mais como Joyce-advogada (mais fácil? Mais concreto? Diretivo?), dando orientações sobre o que fazer: procurar imobiliária, convocar os filhos para ajudá-la (mais psicóloga aqui?), entrar com medida protetiva contra a violência psicológica.

No começo de novembro, ela me mandou uma mensagem dizendo que precisava urgentemente da minha ajuda. Eu estava completamente indisponível para ajudar qualquer pessoa naquele momento, pois uma das minhas cachorras havia falecido dois dias antes. Há tempos, percebi-me com “raiva” dela: não tinha resolvido o que precisava no momento certo, e agora eu tenho que resolver tudo por ela?

Contou que Raul tinha feito uma dívida no nome dela na Caixa Econômica Federal. Ela tinha ido com Fábio ver um financiamento. Estavam pensando em juntar as rendas e comprar um imóvel juntos. Na Caixa, descobriu essa dívida de quase R\$ 700.000,00. Eu perguntei se ela havia assinado alguma coisa e a orientei a verificar em outros bancos, nos quais ela achasse haver alguma dívida também. Visualizou, e não respondeu.

Uma semana depois, mandou mensagem dizendo que precisava falar comigo e se ela podia me ligar. Disse que estaria no DJ e perguntei se ela não queria me encontrar lá. Ela tinha médico. Acabamos nos falando no fim da tarde, por cerca de vinte minutos, enquanto eu estava no ônibus.

Ela estava muito chorosa ao telefone. Disse-me que uma advogada lhe falou que entraria com uma ação para que Raul desse o valor da van (automóvel com o qual ele trabalha, que estava no nome do Fábio e foi vendido para um amigo dele), e Graça lamentou não ter dinheiro para pagar a advogada. Como a van estava no nome de um dos filhos, não é um bem do casal. Uma pessoa vulnerável pode ser enganada muito facilmente.

Conversei com ela orientando-a sair da casa, enquanto Raul a pagaria o aluguel deles — ela e Fabian. Ela me contou que chegou a ver um apartamento na cidade em que Fabian faz

faculdade, na região metropolitana de São Paulo, mas que era muito caro, e ela tinha medo de o ex-marido não dar mais dinheiro ao filho. Raul ameaçou Fabian, dizendo que o faria perder bolsa da faculdade (ProUni?) se colocasse o pai na Justiça. Era como se ele tivesse superpoderes, e Graça acredita.

No dia anterior, Raul tinha chamado a polícia para ir à casa deles, alegando que Fábio e a namorada o estavam agredindo. Graça e Raul estavam brigando, situação na qual o filho e a namorada intervieram, pois Raul tinha gastado R\$ 650,00 no cartão de crédito de Graça, mas só dera R\$ 300,00 para o pagamento.

Tenho a impressão de que algo nela não a deixava se separar: parecia que ela queria ganhar dele. Competição? O psiquiatra perguntou-lhe se ela estava pensando em se matar, ao que ela disse que só tem vontade de morrer. Graça pediu para o filho acompanhá-la na próxima consulta, pois ela só estava piorando, mesmo com o aumento da dose do antidepressivo. Falei que, enquanto o Raul não sáisse da vida dela, ela não melhoraria — já tínhamos conversado sobre como a depressão e a fibromialgia apareceram somente depois do casamento. Falei, ainda, que ela deveria ter feito alguma coisa antes, quando ocorriam as agressões físicas, pois agora a Justiça não conseguiria compensá-la por tantos anos de sofrimento. Que Justiça é essa que ela e tantas pessoas procuram?

“Você quer ter razão ou ter paz?”, indagação esta que me vem à mente para um dia perguntar a Graça. Parecia que ainda queria ter razão. Não sabia se era a melhor pessoa do mundo para lutar ao lado dela nesse momento. Prefiro ter paz à razão. Contudo, direcionei bastante a conversa com ela, o que não é minha prática. Já tinha dado algumas direções antes, mas algo nela parecia impedi-la de sair de verdade desse relacionamento.

Tenho a sensação de que Graça confiava bastante em mim. Acho que ela me procurava pela dupla advogada-psicóloga, de fato. Confesso que tenho mais paciência com ela por estar escrevendo sobre ela.

Surpreendentemente, Raul saiu de casa no dia seguinte a essa ligação. Ela pediu para me ligar. Estava bastante desesperada por causa do sustento do filho. Tanto ela quanto o filho passaram a me procurar mais para resolver a pensão. Ela, inclusive, começou a me ligar sem antes mandar mensagem, e não é sempre que eu posso atender. Numa dessas ligações, ela disse que Raul perguntou: “quando sua psicóloga”, ela corrigiu, “advogada vai falar com a minha?”.

Paralelamente a isso, a data em que eles deveriam resolver a situação da casa começou a se aproximar. Graça ficou cada vez mais desesperada, achando que seria despejada sem dinheiro para ajudar o filho, sem lugar onde morar. Raul sugeriu, por meio da advogada, que ele pagasse as despesas do Fabian diretamente, o aluguel do apartamento e o curso para

residência em Medicina. Eu disse que falaria com eles, já sabendo que não concordariam. Graça e Fabian deram a ideia de Raul entregar todas as notas promissórias do apartamento que venderam até dezembro de 2020 para Fabian. Assim, não precisaria fazer acordo, homologar no juiz, nada disso. A advogada dele gostou da ideia, e Raul acabou concordando.

A partir disso, as ligações e as mensagens pararam. Recebi apenas uma mensagem dela de “feliz ano novo”. No começo de fevereiro, perguntei como eles estavam. Graça não saiu da casa, disse que não sairia enquanto não vendessem. Fabian voltou a morar com ela. Ela se aconselhou com um técnico em raio-X, que é advogado, do trabalho dela. Raul estava dando uma promissória por mês — não entregou todas — e a cobrava o aluguel ou a saída da casa. ele disse que sua advogada entraria em contato comigo. Falamos sobre a dificuldade de ela se ver agora como uma mulher divorciada, não mais casada, e outros assuntos. Disse que achava a voz dela melhor, e ela respondeu que estava se esforçando bastante.

No dia 8 de março, ela me mandou um vídeo de “feliz dia das mulheres”; também lhe mandei felicitações. No dia seguinte, tomei coragem de convidá-la para uma entrevista. Mandei a seguinte mensagem: “oi, Graça, tudo bem? Estou escrevendo para te pedir um favor. Não sei se comentei com você que estou fazendo doutorado sobre o atendimento da Psicologia no DJ. Pensei em fazer uma entrevista com você. Você topa? Eu posso ir até a sua casa ou algum local próximo. Ou, se você preferir, podemos nos encontrar no DJ. Mas primeiro me responde se você concorda. Iria me ajudar muito. Fico no aguardo. Beijos”.

Ela demorou um pouco para responder, mas concordou. Marcamos para o dia 16 de março, às 14h, no Shopping Itaquera, um dia antes de tudo fechar em razão da pandemia da COVID-19.

4.2.6 A entrevista

Encontramo-nos na entrada do shopping, comentamos sobre o coronavírus e ficamos perplexas de como o local estava cheio de gente — será que todas aquelas pessoas precisavam estar ali? Eu cogitei adiar a entrevista, mas, naquele momento, não sabíamos quanto tempo duraria a situação, e as atividades de pesquisa não estavam suspensas.

Procuramos um local em que pudéssemos conversar e paramos no segundo andar de um bar, onde tivemos privacidade. Durante toda a entrevista, Graça não olhou muito diretamente para mim — o modo de ser dela sempre foi assim. Suas mãos estavam sempre mexendo em alguma coisa, ora no cordão de sua blusa, ora no lacre da lata de refrigerante.

Comecei perguntando-lhe como enxergava minha atuação no caso e por qual faceta minha ela procurava mais:

Ah, eu gostei muito porque foi bem diferenciado, porque você supriu as duas necessidades que eu tinha [risos] de advogada e psicóloga, porque na hora do divórcio é o que a gente mais precisa, de uma psicóloga para ajudar e de uma advogada. Então, eu gostei muito que foi com você, porque você me ajudou nos dois sentidos, eu fiquei muito feliz. [...] Olha, tinha horas que era a advogada; quando o Raul me perturbava muito, era a Joyce-advogada; agora, quando a minha cabeça estava dando nó, assim, era a Joyce-psicóloga. (Graça)

Dividi com ela que, às vezes, eu me percebia mais como advogada, ao dar orientações e direcionamentos, e, outras vezes, percebia-me mais como psicóloga, principalmente na escuta — “aguentar o meu choro, né?!”, ela respondeu. Não que advogadas não devam “aguentar o choro”, amparar, dar suporte a seus clientes — aliás, é recomendável que uma boa advogada escute a pessoa que está atendendo —, mas sei como a escuta no Direito é seletiva para filtrar o que é jurídico. Falamos de como não consigo separar a Joyce-psicóloga da Joyce-advogada, pois sou uma pessoa só.

Retomo como tinha sido o atendimento dela com Daniela e os plantonistas da Psicologia, e ela se recordou de sua história com Raul. Falou do seu medo de se separar depois de tantos anos de casamento, mesmo com violências, crises de pânico, pânico de ter uma crise que não aconteceu — e o tanto que ela trabalhou isso comigo e com a “outra psicóloga”. Ela comentou que não tinha jeito mesmo de consertar o casamento e destacou o fato de o ex-marido não aceitar a homossexualidade de Fabian.

Contou também sobre como a violência não era restrita a ela, mas atingia os filhos — “ele arrebetava os dois”. Fabian passou a enxergar a figura masculina como um monstro. Já Fábio não passou pelo mesmo processo, tendo revelado, após o divórcio, muitas características semelhantes às do pai. Perguntei se agora Graça também via o ex-marido como um monstro:

É, é o que eu falei, para mim, tá muito difícil. Eu não consigo aceitar isso, que eu vivi com uma pessoa dessa... Na minha cabeça, ele virou isso, mas se você começa a pensar tudo o que você viveu, você vai falando: “nossa, mas ele fazia isso”... Eu acho que enxergava com outros olhos, não é que ele mudou, eu que agora estou enxergando... Eu falei isso para os meninos, eu falei, então é difícil para mim, porque no começo eu estava achando que ele tinha mudado; não é que ele tinha mudado, eu acho que comecei a enxergar as coisas como realmente eram, aí não deu mais para suportar. (Graça)

Graça relatou o preconceito do marido contra mulheres gordas. Ele dizia que se ela ficasse gorda, se separaria dela. Ela era muito magra quando se casou e engordou muito ao

longo do casamento. Conversamos sobre como o fato de ela ter engordado pode ter servido para afastar Raul, de forma velada e não intencional —de fato, ele não a procurava mais para relações íntimas, mas não tomou a iniciativa de se separar. Graça falou que passou a enxergar as mentiras dele, inclusive em relação a dinheiro, que escondia da família quando eles estavam passando necessidades. Além disso, tinha ciúmes da relação dela com os filhos e até das relações que ele inventava que ela tinha. Naquele momento, Graça sabia que ele é quem era infiel. Os próprios filhos, depois de crescidos, começaram a pedir para a mãe se separar.

Ela se recordou do quanto Raul a perseguia desde o namoro e de como a família dela não queria esse casamento, pois já tinham percebido o jeito dele. Ela só não se arrependeu de tudo pelos filhos, mas disse que foi uma “vida inteira de tortura”. Lembro-me de que ela já tinha me falado de como a depressão e a fibromialgia surgiram após o casamento, quando os filhos ainda eram pequenos — fatos e comportamentos tão comuns a relacionamentos abusivos. Acredito que a situação de Graça só não foi pior porque ela era concursada do Estado — fizera a prova antes de se casar.

Falou, ainda, sobre como a convivência estava muito melhor sem Raul na casa e que ele não tinha devolvido as notas promissórias que seriam a pensão de Fabian no último ano da faculdade. Ou seja, mais uma violência da parte dele: violência patrimonial. A violência física fora constante durante o casamento, até os meninos crescerem e passarem a defender a mãe — ela gostaria de que seu pai a tivesse defendido, mas ele não fazia nada. Ela era aconselhada a chamar a polícia, mas nunca chamou por medo. Raul dizia que, se ela a chamasse, ele a mataria e aos filhos também — como ele já tinha um histórico com os pais, ela não “pagaria para ver”. Graça também não estava pensando em encontrar outra pessoa, pois achava que ficaria igual à sua avó: “solteira para sempre”. Tinha mais lembranças ruins do que boas do casamento. Ela fora feita empregada dele, porque cuidar da casa e cozinhar eram “coisas de mulher”. Homens abusivos matam a vontade das mulheres de se relacionar.

Graça disse que todo mundo que se aproxima vira psicólogo dela: “minha médica fala que ela é minha medicóloga, minha nutricionista é nutricóloga, aí todo mundo que se aproxima de mim se torna psicóloga”. Eu seria “advocóloga”? Respondi que todo mundo tem que ser “um pouquinho psicóloga” para lidar com as pessoas.

Verdade, por isso que eu falei que eu gostei muito quando eu fiquei sabendo que você era psicóloga e advogada, porque, assim, era as duas coisas ao mesmo tempo. É difícil, porque eu vejo o advogado do meu irmão, ele é assim extremamente racional, né, não é racional.

Conversamos sobre como algumas advogadas costumavam ser muito técnicas, como o advogado do irmão dela, que estava preso no exterior na época. Algumas estagiárias do DJ são assim também, mas outras costumam escutar mais as assistidas, ouvindo toda a sua história. Daniela, segundo Graça, era assim; já uma estagiária que a tinha atendido anteriormente, não. Acredito que isso seja uma característica da profissional, não tem como ensinar alguém a ser mais “humanizado” no contato com outra pessoa.

Relembramos de quando Daniela entrou em contato com a Psicologia, relatando que Graça estava em dúvida ainda quanto ao divórcio. Graça disse que tinha sido ótimo contar com o apoio de todas para ajudá-la a tomar a decisão de se separar, uma decisão de vida. Contudo, na época da primeira audiência — feita por outra advogada —, Raul tentou dissuadi-la da decisão de se separar, afirmando que, agora que os filhos estavam crescidos, os dois poderiam aproveitar, que ele era “a parte do dinheiro, do trabalho”, e ela, “a parte que raciocina”. Isso a tinha estremecido, mas, como não houve mudança nas atitudes dele, Graça prosseguiu com o divórcio. Ela acreditava que Raul só estava ganhando tempo para fazer as “falcatruas” com a advogada dele.

Ainda, falamos sobre como fora horrível a audiência com o juiz, sobre como ele não a escutou — nada “humanizado”. Ela saiu de lá desnorteada, dizendo que, se bebesse, teria se embriagado naquele dia. Disse que desconfiava que o juiz tinha sido pago, mas Raul também não conseguiu tudo o que queria e acabou saindo “fugido” de casa. Nas palavras de Fabian: não se despediu de ninguém e ainda roubou o que podia antes de ir embora — até os perfumes de Graça, deixando somente as caixas vazias. Ele tinha aguardado por um momento em que ninguém estivesse em casa para, então, ir embora. Todavia, Graça lamentava por “ele estar bem”, sobretudo financeiramente, e ela não; por ele presentear outras pessoas, e não os filhos — mas os filhos estavam do lado dela e tinham reafirmado isso.

De todo modo, ela disse, citando a mãe, que “Deus coloca as pessoas certas na vida da gente na hora certa”, como o fez me colocando junto a ela no divórcio. “Porque se fosse outra advogada, você acha que eu ligo para ela doida, igual eu ligava atrás de você? Ia dizer: ‘minha filha, sou sua advogada, não sou sua psicóloga, se vira aí com seus problemas’”, disse Graça. Disse-lhe que ela acabou me ajudando também na pesquisa.

4.2.7 Conversas após a entrevista

Enquanto eu estava transcrevendo a entrevista, percebi o quanto eu tinha tomado cuidado para não aprofundar certos temas, com o intuito de não a desestabilizar. Afinal, tratava-

se de uma entrevista, e não de um plantão — embora eu tenha me definido e me sentido como “psicóloga” na entrevista. Para mim, foi importante ter maior ciência da situação de Graça, mesmo tendo-a acompanhado há dez meses naquele momento. Foi um momento em que pudemos sentar e escutá-la com toda a atenção, sem nenhuma tarefa “jurídica”; sentamos e apenas conversamos. Mesmo eu tendo pedido pelo encontro, ela me agradeceu por eu saído de tão longe para vê-la.

Ainda, durante a transcrição na quarentena, eu só pensava no quanto era bom que Raul tivesse saído de casa antes da pandemia. Embora Graça e os filhos estivessem trabalhando em serviços essenciais, ele ficaria em casa o dia todo, e sabemos como os números de violência doméstica aumentaram nesse período — o que já era esperado.

No meio do feriado da páscoa de 2020, Graça me mandou uma mensagem pedindo para conversar: “não estou nada bem, preciso de uma psicóloga-amiga”. Combinamos de nos falar no dia seguinte. “Aquele vagabundo está com outra mulher”, ela me disse. Ela só queria que ele estivesse sozinho e sofrendo. Salientei para ela que o Raul que aparece nas redes sociais não é real, é só uma personagem. Graça comentou que, no começo, ele também fazia de tudo por ela: levava-a para passear, comprava-lhe presentes. Ela diz se ressentir de ele não fazer nada pelos filhos, apesar de eles pouco se importarem com isso e não o considerarem como pai. Falamos novamente depois de um mês, e eu ouvi as mesmas lamentações: ele estava com outra, pagava tudo para ela. Por que ele não pagava as coisas em casa? Raul sempre falava que não tinha dinheiro. Eu disse a Graça que essas coisas levavam tempo e que, aos poucos, ela superaria, desde que continuasse com o acompanhamento psicológico e psiquiátrico. Falamos sobre o luto de separação.

Naquele momento, outro assunto a estava preocupando. Seu filho, Fabian, ainda estava na faculdade de Medicina e precisando de auxílio financeiro. Como ela e Raul tinham notas promissórias para receber da venda do apartamento, a advogada dele e eu fizemos toda a negociação para que o pagamento das notas fosse para Fabian. Antes de sair de casa, Raul tinha levado metade das notas promissórias consigo, notas de meses alternados. Assim, ele havia decidido que, em um mês, ele receberia o pagamento, e no outro, Graça. Após eu fazer as tratativas com a advogada — assim não haveria a necessidade de se entrar com mais um processo de alimentos na Justiça —, parecia estar tudo certo. Contudo, em vez de Raul entregar todas as notas que tinha para Graça ou para o filho, ele lhes entregava uma por mês. Esse arranjo não funcionou, e ele chegou a entregar as notas umas duas vezes, mas, depois, não o fez mais. Graça me pediu para falar com o rapaz que havia comprado o apartamento, e eu lhe expliquei

que ele precisava receber as notas assim que fazia o pagamento, para não serem levadas a protesto e o rapaz ficar com o “nome sujo”.

Muitas vezes, Graça me disse que queria que eu fosse sua psicóloga. Ela fazia o acompanhamento na clínica-escola de uma universidade particular, onde ela tinha um acompanhamento multidisciplinar: passava por clínico geral, psiquiatra e psicólogo. Como eram os alunos de Psicologia que a atendiam, a cada semestre havia uma mudança. Além disso, a estudante de Psicologia não fazia o mesmo que eu, que era atendê-la no momento em que ela pede. Eu disse que, se eu fosse sua psicóloga, a nossa relação provavelmente seria outra — e eu não poderia ser sua advogada.

Passamos a nos falar cada vez mais esporadicamente, ora quando me pedia para eu conversar com a advogada de Raul ou com o rapaz que comprou o apartamento, ora para falar de Raul, reclamar de que ele estava com outra pessoa, e ela sozinha, também para se queixar dos filhos. Acabei chegando à conclusão de que não era dele que ela sentia falta: ela estava mal por estar sozinha e pela injustiça de ver uma pessoa que lhe fez tanto mal aparentemente bem. Comecei a falar com ela sobre encaminhamentos futuros: do que ela gostava de fazer, como ela poderia ocupar o dia. Ela me contou que Fábio tinha comprado uma cachorra que chegaria nos dias seguintes e disse que só me ligava em último caso, pois não queria me incomodar.

Infelizmente, Raul não cumpriu sua palavra em relação a ajudar nas despesas de Fabian. Embora tenha falado na audiência que “jamais deixaria o filho desamparado”, ele acabou fazendo isso. Conversei pela última vez com a advogada dele em junho de 2020. A conversa foi bem amistosa, e ela me disse que ele depositaria metade do valor da promissória para o filho, mas ele não fez o depósito. É muito complicado lidar com pessoas que não têm palavra, em que tudo tem que ser por escrito, e, infelizmente, juridicamente, Raul tem mais direitos. Que Justiça é essa? Fabian já estava com 25 ou 26 anos e não conseguiria pensão judicialmente. A advogada de Raul sabia disso, eu sabia disso e Graça também. Por outro lado, Graça ficou morando na casa — de que ambos têm usufruto — sem pagar aluguel para Raul. Esse caso me mostrou como o mundo não é justo mesmo e que Direito não é Justiça.

4.2.8 Devolutiva

A partir de agosto de 2021, comecei a tentar marcar uma devolutiva da entrevista com Graça. Eu mandei a transcrição por e-mail, ela demorou para ler — numa época, ela ficou doente. No dia 29 de setembro de 2021, Daniela mandou uma mensagem para Graça,

comunicando que Raul havia entrado na Justiça para cobrar o aluguel da casa. Marcamos uma conversa por telefone e falamos também sobre a entrevista.

Fabian havia se formado, e Fábio tinha saído da Polícia Militar para montar um negócio próprio. Os filhos estavam encaminhados, e cada vez mais Graça se sentia sozinha: “não tenho mais o que fazer”. Na clínica-escola, três alunas já a tinham atendido, e a última havia sido muito incisiva, afirmando que 75% da terapia era com Graça, mas ela continuava falando de Raul. Ela me disse que sua mente só pensava nisso, ainda mais agora que ele tinha entrado com o processo para cobrar o aluguel. Ela me disse: “enquanto ele estiver vivo, vai me infernizar”. Ele a continuava violentando psicológica e patrimonialmente, pois sabia que ela ganhava pouco e não se compadeceu da situação. As promissórias já tinham acabado, e o apartamento já estava no nome do comprador. Graça continuava trabalhando no Estado e ajudava a nora no negócio de *hot dogs* dela, cozinhando os ingredientes. A nora lhe pagava uma quantia que a ajudava a arcar com o novo antidepressivo que estava tomando, o qual a ajudava mais com as dores da fibromialgia. Lembro-me de que havia lhe dito o quanto ela melhoraria após o divórcio. De fato, houve uma evolução, mas não fora o que eu esperava. Não era mágica. Ela falava que só eu a entendia, e eu tenho muita vontade de ser “sua psicóloga”, ajudá-la a melhorar, mas esse caminho é dela.

Perguntei, por fim, como tinha sido para ela ler a entrevista. Ela me disse que eu poderia deixar tudo e que, no começo, sentira ódio de como ela tinha sido “trouxa”, mas que, se não tivesse passado por tudo isso, “não teria forças para lutar contra ele”. E ela vai precisar de mais forças agora, por causa do processo de cobrança de aluguel.

4.2.9 Interdisciplinaridade na violência doméstica

Enquanto transcrevia a entrevista, comecei a me perguntar por que o tema da violência doméstica me interessava. Não passei por essa situação no meu núcleo familiar, tampouco cheguei a viver um relacionamento abusivo. Então, o que me atrai tanto para o tema? Como é sabido, a violência doméstica é um fenômeno bastante democrático: está presente em todos os lugares e classes sociais, sendo um fenômeno característico do machismo. Como feminista, lutar pelos direitos das mulheres, usando meu conhecimento tanto como psicóloga quanto como

advogada, confere sentido à minha prática, além de ser um tema que agrega as minhas duas áreas preferidas do Direito: o Direito de Família e o Direito Penal²⁸.

O trabalho interdisciplinar no combate à violência contra as mulheres é fundamental (Gomes, Diniz, Silva Filho, & Santos, 2009). Nesse caso em específico, foi essencial Graça ter tido um atendimento conjunto, da Psicologia e do Direito, a fim de decidir se entrava com o processo de divórcio ou não. Minha atuação posterior, a partir da audiência de conciliação, acabou juntando em uma só pessoa as duas disciplinas. É confuso. Acredito que é mais confuso para mim do que para a própria Graça, ou para Dona Mercedes, cujo caso será tratado no item seguinte.

4.3. MERCEDES: “EU ESTOU CANSADA DE FALAR, E VOCÊ ESTÁ CANSADA DE OUVIR”

Dona Mercedes é uma senhora de aproximadamente 70 anos. O primeiro atendimento dela na Psicologia do DJ foi em outubro de 2019, e seu caso não chamou muito a nossa atenção. Duas semanas depois, ela apareceu novamente no plantão e foi atendida por outra plantonista. Coincidentemente, eu estava nesse dia no DJ, e, no meio de outros casos, esse também não chamou a nossa atenção. Segundo a plantonista, “ela só quer desabafar”. Ela voltou na semana seguinte e na seguinte e mais outras vezes. Por que ela sempre retornava?

No ano seguinte, enquanto estávamos fazendo a visita semestral no DJ, Dona Mercedes estava lá. Os dois estagiários responsáveis pelo caso pediram a nossa ajuda, então uma plantonista da Psicologia, Polyana, atendeu-a junto com um dos estagiários de Direito, Daniel. Esse foi o primeiro atendimento conjunto e o único. Mercedes estava muito enfurecida com a outra parte do seu processo, que a acusou de ser “alcoólatra”. Ela estava muito nervosa com isso e queria ingressar com uma ação de danos morais contra os advogados da outra parte, mas tal acusação não tinha relevância alguma para o caso. Claro que a postura dos advogados era abusiva, e, até esse momento, conseguíamos compreender a revolta dela. Mas, afinal, qual era o caso dela no DJ?

Em meados de 2002, Mercedes realizou o seu sonho de comprar um apartamento próprio, depois de muitos anos de trabalho. O apartamento se localizava em um prédio pequeno, com três pavimentos, tendo um apartamento por andar. Ela residia no primeiro andar. No térreo,

²⁸ No apêndice, discorrerei sobre a minha experiência na ONG Tamo Juntas — organização de que faço parte há mais de cinco anos — e na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, como servidora na Casa da Mulher Brasileira.

localizavam-se dois comércios. Quando ela comprou o apartamento, a pessoa que lhe vendeu lhe disse que lá não havia condomínio. Assim, as contas eram divididas entre os moradores, havia uma faxineira diarista que limpava as áreas comuns e nunca houvera problemas. Contudo, poucos anos depois, os dois apartamentos de cima e os dois comércios foram vendidos para uma mesma família. Para facilitar o entendimento, na Figura 1, é possível visualizar o desenho da estrutura do prédio.

Figura 1 – Estrutura do prédio em que Dona Mercedes mora



Fonte: Esther Zanquetta (2022)²⁹

No início, Mercedes ficou amiga do pai dessa família, Senhor João. A família possuía vários imóveis na região, de forma que os adquiriram somente como investimento e logo alugaram os apartamentos e os comércios. A harmonia que existia até então foi definindo ao longo do tempo: os novos proprietários não cuidavam dos imóveis, e, quando havia qualquer problema no prédio, Mercedes recorria a João. Ele provavelmente é do norte do país e veio à São Paulo com a ideia de “ganhar a vida”. Sem instrução, sempre se dedicou à construção civil, trabalhando como “pedreiro”. Dessa forma, ele mesmo consertava qualquer problema no prédio. Segundo Mercedes, a intenção dele era não gastar dinheiro. Mesmo idoso, arriscava-se a fazer serviços considerados exaustivos para alguém de sua idade, como pintar o teto, trocar ralos, entre outros pequenos reparos. Como não havia manutenção no prédio, ao longo dos anos,

²⁹ Tia de Ana Luiza Zanquetta, estagiária de Psicologia no DJ.

a construção foi se deteriorando. Começou a haver alguns vazamentos provenientes do apartamento acima do dela, que era propriedade de um dos filhos de João. Mercedes recorria a este, que menosprezava as suas reclamações e negava a responsabilidade. Depois de mais de dez anos tentando resolver os problemas do prédio na conversa, Mercedes recorreu ao DJ.

Apesar de ter um imóvel próprio, Mercedes sobrevivia com o dinheiro de sua aposentadoria, não tendo condição de pagar por assistência jurídica. Primeiramente, foi atendida por uma estagiária, que acabou não ingressando com nenhuma ação judicial, transferindo o caso para dois estagiários: Douglas e Daniel. Douglas ficou responsável pelo processo das infiltrações, e Daniel, pela constituição do condomínio.

Como Mercedes havia sido atendida várias vezes pela Psicologia — uma vez em conjunto com Direito —, resolvi entrevistar, com Polyana, os dois estagiários de Direito e a plantonista que a atendeu mais vezes, Paula.

4.3.1 A entrevista

Em virtude da pandemia da COVID-19, a entrevista foi feita on-line, por meio do *Google Meet*, gravada e, posteriormente, transcrita. Poly agilizou a entrevista, entrando em contato com os estagiários de Direito, visto que eu estava me recuperando do coronavírus. Foi uma conversa boa, e a fala de Paula, ao final, sintetiza, também, como a entrevista foi para mim:

Eu achei que a conversa foi muito boa, foi muito bom a gente poder ouvir assim todo mundo envolvido, quais as visões, para a gente ter uma visão geral do que acontece nesses atendimentos. Foi bem legal para mim.

O momento da entrevista — entre-visões — serviu para a Psicologia entender melhor o que estava acontecendo. Nas palavras de Poly, “quando a demanda vem para a Psicologia, vem misturada”. Contudo, percebemos que o conteúdo da conversa de Mercedes parecia ser o mesmo, independentemente de seu interlocutor. Todos reconheceram o mérito da assistida na questão e a sua razão, porém era difícil compreender o seu nível de envolvimento emocional. Por que essa questão a abala tanto?

E esse primeiro atendimento eu achei que foi bem um desabafo, eu achei que era um problema super ruim mesmo, né, porque envolve toda a vida dela, que era a casa dela que estava ali com um problema, aqueles problemas que tiram a sua paz em todos os momentos, sabe? Porque é o seu lar. Ela desabafou, e, quando ela foi embora, eu tinha certeza que ela não ia voltar nunca mais, eu achei que foi um típico plantão de desabafo, sabe? E aí, quando ela voltou, eu achei super estranho, eu fiquei, ué, ela voltou? (Paula)

Sobre atender com a Psicologia, Daniel afirma:

[...] eu nunca tinha feito isso antes, não sei se isso é comum no DJ ou não, enfim, não sei, achei bem diferente, a postura da Dona Mercedes muda um pouco quando tem outra pessoa. Também foi interessante saber a opinião de uma pessoa que não é do Direito sobre o caso dela, até para enxergar a Dona Mercedes não só como uma cliente, mas como uma pessoa que tem demandas próprias, que tem uma realidade própria. Enfim, interessante [...]

Mercedes não tinha sido encaminhada para nós pelos estagiários, como costuma acontecer, mas nos procurou por si, não sabemos se foi instruída pelos estagiários administrativos que ficam na recepção do DJ ou se viu um cartaz. Ela nos procurou, segundo Daniel, após a mediação não ter sido frutífera. De acordo com Douglas, ele não pensou em encaminhá-la para nós, pois achava que não era necessário, já que ela sentia uma “raiva normal” em virtude do que lhe estava acontecendo.

Devido a seus inúmeros retornos para a Psicologia, pensamos, naturalmente, em encaminhá-la para Psicoterapia. Conversamos sobre esse assunto com ela várias vezes — depois que eu a conheci e passei a atendê-la diretamente —, mas ela sempre dizia não querer esse encaminhamento, que só tinha esse problema, que estava tudo bem com a filha e com o neto. Não costumava incomodar a sua filha com esse assunto, pois ela trabalhava muito. Poly também falou sobre isso quando a atendeu:

[...] e ela falou que ela não queria, ela falou que queria continuar com o plantão porque ela falou que já tinha tudo lá no DJ e era um lugar de confiança, um lugar que... Ela falou: “eu já tenho tudo aqui, é um lugar que eu me sinto segura, um lugar que estou acostumada, já conheço vocês, acho que, quando as coisas acalmarem, eu vou atrás de uma clínica, de um acompanhamento, mas, por enquanto, eu quero ficar aqui”.

Segundo Paula, “na perspectiva de um atendimento psicológico, ela não quer mexer muito nas coisas, sabe? Ela quer só desabafar mesmo e tá confortável isso aqui do jeito que tá, sabe?”. O DJ aparecia, portanto, como um local de cuidado para ela. Os estagiários nos contaram que ela costumava passar pelo local para conversar: “estava aqui pelo centro”, nas palavras de Mercedes. Não trazia nada de novo. Tínhamos a impressão de que conhecíamos uma versão dela, a que trazia os problemas, e de que ela não costumava abordar esse assunto em outras relações possíveis, como colegas da yoga e outros familiares.

Indiscutivelmente, seu maior rancor era em relação a João. Talvez porque já haviam tido uma relação de cordialidade: ele passava em sua casa para tomar café, conversavam, ela pedia

para ele fazer pequenos consertos, etc. Mercedes sentia que fora “enrolada” por ele durante todo o tempo.

O atendimento conjunto ficou centrado na contestação do processo de Douglas, das infiltrações, no qual ela foi acusada de ser “alcóolatra” e de querer abrir mais um caso contra os advogados. Poly falou o quanto isso poderia lhe custar emocionalmente; ela entendeu, mas não desistiu. Poly e Douglas explicaram-lhe o quanto era ruim um processo muito grande, uma petição com muitas páginas, mas ela fez questão de que tudo constasse nos autos.

[...] quando ela traz essa questão, eu lembro que, no atendimento, eu tive que ser bem firme e o Douglas também, e ela não aceitava, assim, o que a gente dizia, que a gente falava — pro juiz isso não importa, e isso é horrível, não quer dizer que a gente não concorda com isso, que a gente não reconhece toda a dor que está envolvida nesse processo. O que a gente tá querendo dizer é que, pro seu processo, em termos de Lei, não é interessante que isso esteja escrito, do jeito que ela gostaria, né? Porque ela tinha escrito páginas e páginas do que ela queria que o Douglas colocasse no processo, e aí o Douglas falou: “eu coloquei aqui, eu expliquei todas essas coisas, mas se eu colocar muito, o juiz não vai ler, o juiz não lê e um processo com muitas páginas não costuma ser bem visto. É muito melhor quando a gente tem um processo objetivo, que vai direto ao ponto, sintético, o juiz olha com mais atenção um processo desses do que um processo gigante”. E aí, quando a gente conversou com ela, a gente falou: “talvez seja importante a gente não aprofundar essas questões aqui”. Eu lembro que pra ela foi difícil, mas na conversa a gente chegou ao consenso de que algumas coisas seriam mencionadas, e aí o Douglas colocou mais o que ele achou que deveria. (Polyana)

Quando a pessoa se sente — e é — injustiçada, a Justiça deve ser o local que abarca tais sentimentos, embora sabemos que não o seja. Mercedes esperava um reconhecimento da Justiça que dificilmente viria, e o que mais nos preocupava: provavelmente seus problemas não seriam completamente resolvidos. Daniel foi o primeiro a trazer essa preocupação à tona durante a entrevista. Mesmo que ela ganhasse os processos, ainda dividiria o condomínio com eles. Paula também tinha o mesmo receio:

E aí, eu não sei, por isso eu tenho a impressão de que ela não quer exatamente ver os problemas. É porque é muito uma situação de injustiça, então é, que mexe muito com as emoções. Eu me sinto mal por ela, pela situação dela, dessa situação que ela está meio encurralada na casa dela e como ela fala que eles tratam as coisas com muito desprezo, com muita incompreensão, e aí eu acho que isso mexe com a moral dela, e é por isso que ela quer tanto uma justiça, sabe, literalmente, busca no Direito uma justiça, porque é uma situação que ela se sente muito injustiçada. Porque é um local que também é dela e ela não tem voz nenhuma.

Douglas nos questionou sobre como deveria agir com Mercedes. Quando ela fala muito, ele fica se sentindo “meio mal” ao cortá-la, ao lhe dar limites. Falamos sobre a importância de ele se preservar, de realmente impor seus limites. Ele contou que fez um “megafiltro” na sua escuta e que ficou meio “off” quando ela estava se repetindo. Daniel falou, ainda, que tem que

dar uma “podadinha”, procurando direcioná-la ao futuro, a fim de resolver a questão daqui para frente. Já na Psicologia:

[...] a gente acaba prestando mais atenção em tudo, em toda a conversa, em tudo o que ela vai falando, porque tudo envolve o que a gente está trabalhando, tudo é ela, fala dela. E eu acho que aí tem esses limites do trabalho que os meninos do Direito estão oferecendo, né, tem uma maior estrutura que precisa encaixar a conversa ali, acaba sendo necessário mesmo dar uma contida na conversa, também uma coisa até de limite pessoal também. Me parece que o Douglas acaba se incomodando um pouco mais com a falação dela. Eu acho que temos limites. A gente às vezes também tem pessoas que a gente encontra e não quer ficar escutando mil horas de conversa. Acho que a gente já vai um pouco mais preparada para isso, para realmente conversar e escutar a pessoa por um tempo, e tal, e eu acho que tem esses limites, os limites pessoais e os limites do trabalho que está sendo oferecido. Porque senão fica difícil de oferecer o serviço para ela — do Direito —, porque eles precisam focar alguma coisa, pegar uma informação, fazer uma coisa mais estruturada, e aí tem que dar essas direcionadas que eles falam. (Paula)

Poly lembrou que já tinha entrado preparada para escutar bastante do que Mercedes tinha a dizer. Lembrou-se também de como Douglas já estava cansado de conversar com Mercedes. Assim, Poly recordou a sensação de cansaço no momento que encerrou o atendimento. De fato, pode ser cansativo ouvir uma pessoa que só reclama, que não quer te escutar. Segundo Paula, sua “fala é organizada demais, não acha brechas”. Esse era o nosso maior desafio com ela: como intervir?

4.3.2 Uma advogada para acompanhar Mercedes

Um mês e meio após a entrevista, Douglas procurou Polyana para saber se a Psicologia estava atendendo as assistidas. O processo de Mercedes encontrava-se em um momento crucial: estava passando pela perícia do engenheiro civil. Naquele momento, ainda estávamos estudando, caso a caso, a possibilidade de atender as assistidas, devido à pandemia. Polyana me procurou, e eu lhe disse que o melhor seria uma conversa conjunta com Mercedes, reunindo pessoas da Psicologia e do Direito; porém, achamos mais adequado conversar antes com Douglas pelo *Google Meet*.

Douglas nos disse que estava muito preocupado com a ansiedade de Mercedes. Ela não conseguia compreender por que a outra parte poderia ir à casa dela e acompanhar a perícia. Estava receosa de gerar alguma confusão ou tumulto. Como Mercedes é idosa, o estagiário estava cogitando pedir o adiamento da perícia; contudo, Polyana e eu achamos melhor manter a data, para não adiar a resolução do problema e, assim, amenizar a ansiedade de Mercedes. A reunião com o escritório de Engenharia estava marcada para ocorrer em 15 dias, e a vistoria,

para 10 dias após. Alguém do DJ a acompanharia. Como eu já havia tido COVID-19, Polyana sugeriu que eu acompanhasse a perícia. Douglas se surpreendeu ao saber que eu era advogada, então combinamos de eu acompanhar a perícia. Confesso que eu estava curiosa para conhecer a tão famosa Dona Mercedes e, talvez por isso, tenha me disponibilizado a fazer esse papel duplo de advogada e psicóloga.

Douglas passou meu contato para ela, que me ligou. Até esse momento, ela não tinha familiaridade alguma com o aplicativo de mensagens WhatsApp, que seria o meio pelo qual conversaríamos com frequência. Nessa primeira conversa por telefone, ela me contou que comprou o apartamento em 2002. Explicou como eram divididas as contas do prédio, que a mesma família comprou os outros apartamentos e as duas lojas do térreo e que, desde então, o prédio está sem manutenção alguma. Ela enfatizou: “suei muito para comprar esse imóvel”. Possivelmente, por isso se desgasta tanto com as infiltrações e os conflitos. Nessa primeira conversa, eu estava sendo mais advogada, precisando entender as questões objetivas: vazamentos, localização, responsabilidades. Contudo, desde o começo, Douglas lhe disse que eu também era psicóloga. Ela ficou feliz por eu ser uma mulher, psicóloga e advogada, pois estava precisando também de um suporte emocional. Conversamos mais algumas vezes por telefone até eu encontrá-la pela primeira vez.

4.3.3 Primeira visita à casa de Dona Mercedes: “você caiu do céu”

Quando cheguei à casa de Mercedes, ela logo desceu e foi me mostrando as mazelas do prédio: a escada suja, o “porãozinho” cheio de entulho, o vidro da porta quebrado. Por que essas coisas a incomodam tanto?

Dentro da casa, desinfetamos os pés em um tapete com água oxigenada e os enxugamos em outro tapete. Havia um chinelo esperando por mim. Ela me mostrou o quarto que teve infiltração (da porta, penso: “que pintura estranha”), a sacada onde tem infiltração quando chove, o banheiro, depois a outra sacada, a cozinha e o quintal. Falou, falou... Catorze anos de palavras sufocadas, desacreditada. Eu permaneci com a minha máscara, mesmo já “imunizada” contra a COVID-19 — vai saber o que posso passar para ela ou o que eu trouxe da rua! Tempos difíceis. Ela ora usava máscara, ora a removia um pouco, ficando só com o nariz para fora. Era uma mulher de quase 70 anos que estava “inteira”, bonita e maquiada. Usava homeopatia, cuidava-se e tinha um gato, que não apareceu em momento algum.

Sentamos na mesa da cozinha para aguardar a reunião. Ela pegou um óleo de cozinha para apoiarmos o celular e este ficar em pé. Antes da reunião, ela me falou: “você caiu do céu”.

Perguntou-me sobre a Psicologia, se eu estava mais nessa área agora. Outro dia, por telefone, ela havia me perguntado se já nos conhecíamos. Eu disse que não, mas que praticamente todo o pessoal da Psicologia já a conhece.

Chegou o horário da reunião. Conectei o meu celular e ficamos aguardando no *lobby* do *Microsoft Teams*. Coloquei meu nome como “Departamento Jurídico XI de Agosto”. Aguardamos alguns minutos, e todos conectaram: perito, assistente de perito, advogado e assistente técnico da outra parte (engenheiro civil), Mercedes e eu. Parecia uma audiência. A assistente do perito fez o resumo dos pontos controvertidos; estava ótimo. A palavra era nossa. Deixei Mercedes falar, mas ela estava nervosa, perdeu-se; o perito pediu objetividade (afinal, é engenheiro). A outra parte pediu que eu falasse, por isso resumi e consegui ser mais objetiva. Odeio tirar a palavra da parte, mas ali eu era a advogada, *ad-vocatus*, estava falando por ela. O advogado e o assistente da outra parte falaram. Não sei por quê, mas simpatizei com o assistente. Ele explicou que o vazamento da frente se deu devido às calhas e aos rufos que nunca foram trocados, e piorava sempre que chovia. O advogado deles disse que seria preciso ver o que era de responsabilidade do condomínio (que ainda não existe) e o que era de responsabilidade dos proprietários. Perfeito. Todavia, Mercedes ficou brava, afinal era ela quem estava nesse emaranhado há 14 anos. Eu já teria saído de lá, mas eu sou eu, e ela é ela.

Acabou a reunião, e fizemos um lanche. Ela falou um pouco sobre outras coisas: o trabalho que fazia com pesquisa de mercado de remédios, a separação que ocorreu quando sua filha era pequena e como a criou sozinha, o início da faculdade de Direito — mas não continuou, pois tinha aparecido o trabalho atual, e ela precisava de dinheiro. Porém, eventualmente voltou ao assunto anterior e à revolta. Eu falei que, no dia da vistoria, devíamos focar somente o objeto dessa ação, mostrando para o engenheiro os lugares certos. A assistente de perito explicou que eles tinham equipamentos específicos para detectar umidade. O perito disse que a vistoria era somente uma coleta de dados, que a perícia estava começando tudo naquela reunião (que foi gravada) e que o laudo seria acoplado ao processo.

Ela falou também da homeopatia e de como era estranho trabalhar com pesquisa de mercado de remédios (alopatia) e se tratar de homeopatia. Estava tomando dois medicamentos para fortalecer o sistema respiratório. Por volta das 18h, fui à toailete e pedi um Uber para casa. Mercedes me deu queijadinha e bolo para levar (ela havia comprado bastantes itens para o lanche).

Descemos, e ela me mostrou rapidamente o teto da loja debaixo. De fato, estava com marcas de umidade. Cerca de uma hora depois que eu cheguei em casa, ela me ligou para saber se eu tinha chegado bem e se o assistente da outra parte — que, segundo ela, era neto de João

— poderia ter participado da reunião. Eu disse que sim, pois ele era assistente do advogado. Explico a diferença entre assistente e testemunha. Ela pede desculpas pela ansiedade. Essa história é tão central na vida dela que se tornou uma obsessão: ela disse que enquanto não resolver isso, não vai sair de lá. Como alugar ou vender nessas condições?

Dois dias antes da vistoria, falamo-nos por telefone, e ela disse que o desgaste era muito grande. Alegou: “não quero razão, quero ter paz”. Será? Ela afirmou que, se vendesse esse apartamento, só conseguiria comprar uma *kitnet* e que ela não caberia numa *kitnet*. Observei como esse problema se tornou central na vida dela, tentando fazê-la refletir sobre isso de alguma forma, mas não tive sucesso. Eram reclamações atrás de reclamações, de como ela tentou durante esse tempo todo conversar e de como eles fugiram da mediação.

4.3.4 Vistoria

Cheguei de Uber. Dona Mercedes estava bastante ansiosa. Tinha deixado água separada em copos plásticos e uma caixa de bombom na mesa. Conversamos rapidamente, e, quando estava o horário, fomos à sacada e avistamos o perito — que não era o mesmo que estava na reunião — e o assistente da outra parte tirando fotos do outro lado da rua. Descemos, e eles já estavam entrando no prédio. Um morador do segundo andar abriu para eles.

Eles também estavam com a moradora do terceiro andar, que voltou correndo de trabalho para abrir o apartamento. Então, em vez de começarem a vistoria no primeiro andar, começaram no terceiro. Mercedes não pôde acompanhá-los, somente eu, como representante dela. Ficamos quase uma hora no apartamento 3 e um pouco menos no 2. O perito tirou diversas fotos, com termografia (não sei se é o termo correto) e com aparelho para medir a umidade, e desenhou o croqui de cada apartamento.

Desci antes dos demais para o apartamento de Mercedes, pois precisava ir ao banheiro. Ela estava com a porta entreaberta, esperando. Quando o perito e o assistente chegaram, ela falou, falou. Saiu um pouco da objetividade, mas o perito a ouviu atenta e pacientemente. A partir de algum momento, ela passou a falar somente com o assistente da outra parte, dizendo que não precisava de nada daquilo, já que ela tinha tentado conversar sobre isso por anos etc. Eu até me afastei um pouco, pois era a mesma ladainha que tinha ouvido diversas vezes. O perito continuou trabalhando: fotos e mais fotos, medições. Eu sentei um pouco na sala. O assistente aproveitou e sentou também. Falamos até sobre gatos. O engenheiro deu a sugestão de Mercedes integrar a varanda ao apartamento, ao que ela respondeu que precisava resolver as infiltrações antes.

Findada a vistoria, fomos almoçar. Expliquei para ela os próximos passos: o perito apresentaria um laudo, e as partes se manifestariam. No almoço, ela me contou sobre seu namorado que havia falecido de câncer no intestino, aos 63 anos, cerca de quatro anos antes. Contou-me aparentemente sem dor, como se estivesse falando de um conhecido. Disse-me como se conhecessem: ele tinha ido levar a filha para um grupo de pesquisa de clínica médica, e lá eles ficaram conversando. Permaneceram juntos por sete anos. Ele estava comprando apartamento novo, e Mercedes o estava ajudando a escolher os móveis. De repente, o homem começou a se sentir mal. Fez exames na Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (Caasp), pois era advogado. Descobriram um câncer, e ele faleceu em dois meses, na companhia dela. Depois disso, Dona Mercedes não encontrou mais ninguém. Agora estava “casada com as infiltrações”. Disse-me que conseguia se concentrar em uma coisa por vez. Depois que resolvesse isso, quem sabe?

O almoço foi bem agradável. Ela novamente me disse que eu “caí do céu”, assim como sua ex-chefe. Falou sobre o pai da filha, sobre como eles se separaram “pelo trinco da porta”, quando a filha tinha por volta de 5 ou 6 anos. Assim que conseguiu o emprego de meio período, “caiu fora”. Por fim, acompanhou-me até o ponto de ônibus, aguardando até que o ônibus chegasse. Despedimo-nos de longe, já que, na época, não se podia dar abraços.

Cerca de 5 dias após a vistoria, Dona Mercedes me mandou mensagem no WhatsApp pedindo para me telefonar. Ela me disse que tinha descansado um pouco a mente. Não parecia entender o que eu falava. Não entendia por que ela tinha me ligado. Queria só desabafar? Ela me disse que estava vendo vídeos no YouTube sobre calúnia, difamação, danos morais. Ressaltou o quanto havia se desgastado e que tinha sido incomodada dentro de casa, caracterizando a situação como uma violência patrimonial. Retomou a história da contestação dos advogados que a chamaram de alcoolista — imagina se o neto dela um dia lesse isso. Quanto custa a sua moral? A sua honra? O diálogo com ela era muito difícil. Era muito difícil entender o tamanho da sua ofensa. Era muito cansativo ouvir toda essa falação.

O *Dasein* que fica nesse modo falatório, como Dona Mercedes, não se apropria e se fecha em si mesmo: “o falatório é a possibilidade de tudo entender sem uma prévia apropriação da coisa” (Heidegger, 2012, p. 475).

O discurso, que pertence à essencial constituição-de-ser do *Dasein* e de cuja abertura é coconstitutivo, tem a possibilidade de tornar-se falatório e, como este, não manter aberto o ser-no-mundo em um entendimento articulado, mas fechá-lo, encobrindo o *ente* do-interior-do-mundo, para o que não se exige uma intenção de iludir. [...] Esse fechamento se renova e cresce porque o falatório, na suposição de ter atingido o entendimento daquilo sobre o que discorre,

impede, com fundamento nessa pretensão, toda nova interrogação e toda discussão, reprimindo-as e retardando-as de um modo peculiar. (Heidegger, 2012, p. 477)

Em outra ligação, Dona Mercedes me pediu para encontrá-la, para que eu pegasse uns papéis com ela e os enviasse para Daniel, estagiário que cuida do processo de constituição de condomínio e que se dispôs a pegar o caso de indenização contra os advogados que a difamaram.

4.3.5 Almoço: “doutora, leva isso, que eu não aguento mais”

Logo que nos sentamos no restaurante, Dona Mercedes tirou um calhamaço de papel e me entregou, pedindo para que eu levasse aquilo, que ela não aguentava mais. Sou uma descarga? Que almoço mais sem sentido. Não havia necessidade alguma de nos encontrarmos. Ela poderia ter tirado foto de tudo o que escreveu e enviado a Daniel, pois não eram documentos, e ela sabia disso.

Fiquei bastante sem energia depois desse almoço, muito cansada. Parecia que todo o desgaste que ela sentia tinha passado para mim. Somente três horas depois de ter chegado em casa, consegui escrever um diário. Questionei-me: que modo é esse de me tornar “amiga”? Graça disse que eu era sua amiga; Mercedes estava me enxergando assim também? Toda essa intimidade parecia estar tirando o enquadre, ou o “*setting*” se constitui em qualquer lugar? Qual é o “*setting*” de uma advogada-psicóloga? Será que eu deveria fazer uma entrevista com ela? Como ela me enxerga? Naquele dia, ela me disse que gostaria que eu estivesse na mediação — a tão famigerada mediação. Eu conheci tanto ela quanto Graça como advogada, mas ambas sabiam que eu era psicóloga. Graça parecia ter mais abertura para um trabalho psicológico; Mercedes, não.

No almoço, eu lhe perguntei se a judicialização diminuiria sua, alertando-a de que o processo contra os advogados poderia fazer com que o conflito se estendesse. Ela mesma havia falado de “ferida”, e eu lhe disse que entrar com um processo era cutucar a ferida. Dona Mercedes pareceu não me compreender; ela não estava aberta para isso. Seu modo de ser apontava para uma pessoa que não admitia dúvidas, que estava totalmente certa de seus direitos — não que não fossem direitos. Ela tinha razão, mas razão demais enche a paciência.

Ela, inclusive, reclamou de Daniel, dizendo que ele era como a estagiária anterior, que não fez nada; mas Douglas era mais atencioso. Às vezes, tinha a impressão de que estava conduzindo esse caso da forma errada. O que é uma psicóloga para ela? O que uma psicóloga

faz? Apesar de Dona Mercedes saber e de me reconhecer como psicóloga, sentia que não tinha abertura para agir com ela como uma psicóloga.

4.3.6 Áudios e ligações: “Deus lhe pague em saúde”

Depois do almoço, e até o fim de 2020, não nos encontramos mais pessoalmente. Quando ela queria falar comigo, mandava um áudio pelo WhatsApp e pedia para telefonar, ou nos falávamos por mensagens, as quais invariavelmente ela finalizava com: “Deus lhe pague em saúde”. Ela parecia gostar de conversar comigo, embora eu não soubesse muito bem o que fazer ou como agir. Ora sou mais psicóloga, procuro escutar, ora sou mais advogada. Eu falava, mas minhas intervenções não pareciam ter o efeito que eu esperava: que ela reflita, que ela encontrasse outro sentido na vida. Dona Mercedes reclamava da moça da loja debaixo, reclamava da vizinha de cima, reclamava de João, reclamava dos estagiários. Ela era chata mesmo ou tinha razão? Uma pessoa chata pode ter razão.

Ela esperava que eu, como psicóloga, entendesse sua angústia. Não sei se eu entendo. Eu julgo, analiso, questiono, irrito-me. Não parecia que ela buscava justiça, mas vingança: “meu espírito não vai ficar aliviado enquanto eles não forem punidos”; “eles têm que levar um corretivo”. Não gosto de vingança, acho que não é assim que se resolvem os conflitos. Mas seria vingança? Ou era para se sentir respeitada e com direitos? É nesse ponto que a Justiça aparece como algo concreto, para lhe dar o que ela não consegue por si: legitimação.

Dona Mercedes chegou a encontrar Daniel na catraca do metrô, de quem ela sempre reclamava por estar com medo de morrer de COVID-19 — quem não estava? Mas, mesmo com medo, ele foi encontrá-la. Daniel achou melhor aguardar a assembleia do condomínio para depois entrar com o processo de danos morais, o que ela compreendeu. Em outubro, saiu a sentença de procedência para constituição de condomínio, que, alguns meses depois, foi confirmada pelo Tribunal de Justiça.

Comecei a compreender, nesses telefonemas, que ela me ligava para falar com as duas Joyces: a psicóloga e a advogada. Ela queria que eu lhe fizesse companhia para conversar com o Doutor Newton, administrador de condomínios. Ela depositou uma confiança em mim que eu nem sei se mereço. Ela parecia recorrer a mim para eu ser, para ela, quem a legitima.

Em novembro, saiu o laudo do perito. O laudo tinha mais de 200 folhas, com fotos, cálculos, e o perito tinha esquecido de algumas questões suscitadas. Dona Mercedes ficou revoltada, defendendo-se e dizendo que não queria nada para mais, só não queria sair no prejuízo. Eram várias ligações para eu ajudá-la a pensar no que estava faltando, de que o perito

havia se esquecido, de orçamentos que ela deveria buscar. Entre as reclamações, ela lamentava a relação de amizade que tinha com João, afirmando que, quando ela começou a reclamar, ele começou a fugir. João costumava bater na porta dela, entrar e tomar um café ou um suco, ambos conversavam sobre as questões do prédio, entre outras coisas. Ele demonstrara interesse em comprar o apartamento dela, mas ela dizia que só o venderia por 650 mil reais (dez vezes mais do que o que ela havia pagado). João lhe dissera que o apartamento não valia tudo isso. Com o tempo, ela disse que passou o apartamento para o neto, menor de idade, para não vender para eles.

Comecei a aconselhá-la que fosse a uma psicóloga e fizesse terapia. Contudo, Dona Mercedes afirmava que o único problema dela era esse, que não tinha questões com a filha ou o neto e que, se fizesse terapia, só falaria sobre isso. Disse-me que preferia falar comigo, pois já conheço toda a história, do que contar tudo novamente para uma outra pessoa, o que representaria um desgaste em dobro. Voltou a repetir o mantra: “quero paz, não quero ter razão”. Ela queria paz sem deixar os outros em paz. Em dezembro, ela acabou sofrendo um acidente na escada do prédio e machucou o pulso. Teve que passar por uma cirurgia. Nem assim ela desfoqueou a questão do apartamento e do prédio, nem para cuidar de si mesma. Parecia que ela não podia se perceber valendo a pena: o apartamento era que tinha valor; se isso fosse reconhecido, ela teria valor por afinidade, não por direito.

No fim de dezembro, um dia antes da cirurgia e pouco antes do Natal, Douglas e eu conversamos com Dona Mercedes por ligação de voz no WhatsApp. Ela queria deixar tudo certo antes da cirurgia. Levantamos os custos e os pontos importantes para a manifestação sobre o laudo do perito. Ela nos agradeceu e pediu desculpas pelo desespero, repetindo: “eu não quero ter razão, quero que fique bem para todo mundo”.

4.3.7 Novo ano, velho problema

Não tive notícias de Mercedes até o meio de fevereiro de 2021. Quando entrou em contato, perguntou-me como eu estava, se eu havia feito a operação que estava aguardando (endometriose), e disse-me que gostaria de marcar uma conversa. Eu disse que havia feito a operação e que estava de repouso, sem trabalhar. No dia 8 de março, ela me mandou felicitações pelo “dia da mulher”, e conversamos. Ela me contou que iniciaria a fisioterapia do braço em duas semanas, elogiando o trabalho dos estagiários do DJ e voltando a reclamar. Se reclamar é clamar duas vezes, ela clamou infinitas vezes. Argumentou que merecia entrar com danos morais pela falta de respeito à sua idade, por todos os anos de sofrimento, pela negligência dos

rúis, pela violência psicológica e patrimonial, por ver seus direitos tolhidos ao não usufruir plenamente da sua moradia e pelo desgaste emocional. Eu sempre pensava: “ainda bem que nos falamos por telefone, e ela não vê a minha cara”. Eu a admiro, já havia lhe dito isso, mas, ao reclamar tanto, ela se tornava chata (isso eu não disse).

Ainda no mesmo mês, falei mais algumas vezes com Dona Mercedes. Ela me disse que gostaria que os estagiários respondessem tudo o que a outra parte alegava, mesmo que não tivesse nada a ver com o processo. Em suas palavras: “na guerra, ganha quem luta mais”. Será? Ou ganha quem luta melhor? Ela começou a ter exigências absurdas, como querer que o proprietário do apartamento de cima fizesse serviços com profissional e com nota. Parecia não querer que o problema fosse resolvido, a menos que o fosse do modo dela. Voltou a falar de todas as mazelas do apartamento. Ela falava, e eu nem prestava mais atenção direito. A repetição parecia desgastar a escuta do outro, tanto a minha quanto a dos estagiários.

Uma questão que sempre gerou problema no prédio era a divisão da conta de água. Por ser um prédio antigo, a conta de água não era individualizada para cada apartamento. Dona Mercedes comentou comigo que não estava lavando roupa nem fazendo comida por causa do braço e que, agora, não dividiria mesmo a água por apartamento. Contudo, segundo a legislação, a divisão é feita realmente por apartamento, independentemente de quantas pessoas morem no apartamento. Dona Mercedes morava sozinha; no apartamento 3, viviam três pessoas que mal ficavam em casa; enquanto no apartamento 2, moravam seis ou sete pessoas. De certa forma, seria justo dividir a conta de água por cabeça, mas não é isso o que a legislação de condomínios preconiza. Foi difícil explicar isso para ela — a princípio, nem eu sabia —, mas ela pareceu ter entendido. Quando o condomínio finalmente for constituído, a divisão será por apartamento.

Ela alegou que nunca teve o prazer de ter o apartamento arrumado como sempre havia pensado. Tinha lutado a vida inteira para ter um teto e considerou muito dolorida a violência patrimonial e o desaforo de todos esses anos. Embora ela não fizesse essa relação, a impressão que eu tenho é de que esse problema do prédio veio tamponar a dor pela morte do seu ex-namorado, ou por outra situação. De qualquer forma, o intervalo ente o falecimento do namorado e a procura pela resolução desse problema corresponde. Ela parecia ter substituído um problema pelo outro, mas eu não sentia essa abertura com ela para fazer uma intervenção, para revelar o que estava tão velado.

Na mesma época, Douglas me mandou um trecho da psicanalista Maria Rita Kehl (2020), de um livro que ele estava lendo. O trecho era o seguinte:

Instalado no lugar de queixoso, o ressentido não se arrepende: acusa. sua reivindicação não é clara: ele não luta *para* recuperar aquilo que cedeu, e sim para que o outro reconheça o mal que lhe fez. No entanto, não espera obter reparação: o que ele quer é uma espécie de vingança. uma vingança imaginária, escreve Nietzsche. uma vingança sempre adiada, que ele prefere gozar na fantasia a executar. (Kehl, 2020, p. 16)

Douglas comentou que sentia que Mercedes esperava muito mais que os réus (ou o perito, ou as outras pessoas envolvidas no processo) reconhecessem e concordassem com o sofrimento dela do que por uma decisão do juiz que efetivamente solucionasse os danos materiais. Assim, Douglas me pediu para conversar sobre Dona Mercedes, dizendo:

Está sendo um pouco difícil conversar e estou sendo bastante incisivo e cortando quando ela traz situações que não são relevantes para o processo ou que não fazem sentido juridicamente. Não sei ao certo como lidar, sinto que ela não consegue mudar de postura e acaba sofrendo mais ainda.

Marcamos uma conversa pelo *Google Meet*. Douglas reclamou do fato de Dona Mercedes trazer sempre a mesma narrativa — percebemos que ela falava a mesma coisa para mim e para os estagiários. Brincamos sobre ela esperar uma “petição de desculpas” da outra parte, e Douglas se perguntou se não haveria um ganho secundário para Mercedes — ele faz análises lacanianas. Será que esse é um modo de ela ter atenção? De conversar com alguém? Eu falei sobre o quanto eu não a sentia aberta à mudança — embora ela mesma tenha procurado a Psicologia — e à visão do problema que existe nela. Para Douglas, “está muito óbvio que ela está procurando o sofrimento dela”. Dona Mercedes havia dito a Douglas que acordava e ia dormir pensando nisso, na situação do apartamento. Ele recomendou que ela fizesse terapia, mas ela disse que “eles” têm que pagar a terapia, pois causaram o seu sofrimento. Conversei com ele sobre clientes difíceis, e ele me contou que ela nem é das mais complicadas. Dona Mercedes entendia que Douglas tinha outros casos e outras pessoas para atender, mas acabava exigindo esse apoio emocional dele, o advogado. O quanto esse profissional estava preparado para fornecer esse apoio? Ele me contou também que estava se desligando do DJ — estava no quinto ano, assim como Daniel —, mas que não vai passar o caso dela.

Falei com Dona Mercedes sobre ela fazer psicoterapia, ao que ela me disse que conversou com a filha, e esta teria dito que, depois de algumas sessões, a psicóloga poderia lhe dar um laudo. Ou seja, ela não queria fazer a terapia; queria apenas um laudo para provar como estava abalada psicologicamente, mas não parece ter vontade de cuidar desse abalo. A forma como ela encontrava para se cuidar era uma vingança contra a outra parte, para que eles pagassem por tudo o que fizeram a ela; era uma tentativa de se legitimar a partir dos outros e

do mundo, em vez de por si mesma. Ela afirmou que o processo lhe traria paz de espírito. Procurei contestar isso, mas não encontrei eco.

Em uma das conversas, perguntei-lhe como me enxergava, como me procurava — se como psicóloga ou advogada. Ela me disse que eu era uma pessoa que estava enxergando a situação com vários focos, vendo os dois lados. Confessou que se achava um pouco cansativa.

Quando saiu a manifestação dos réus sobre o laudo retificado do perito (no fim de março), voltamos a nos falar. Ela recuperou todo o processo, reclamando do que tinha sido falado na “inicial” da outra parte (contestação). Nesse ponto, é importante enfatizar que os réus sempre traziam ao processo fatos não pertinentes e tentavam construir a imagem de Mercedes como uma mulher implicante e encrenqueira. Quando ela leu as petições deles, quis rebater ponto por ponto, mesmo que não fosse pertinente no processo. Os estagiários tentaram lhe dizer isso, mas ela insistiu: queria que eles respondessem cada ponto. Eu tentei argumentar com ela de que a divisão da conta de água, por exemplo, não era relevante para esse processo, mas, como os réus trouxeram, ela quis responder.

É importante mencionar que, algumas vezes, eu era interlocutora entre ela e os estagiários. Enquanto ela me enxergava como a advogada-psicóloga, eles pareciam me enxergar mais como psicóloga. Por exemplo, não tiravam dúvidas jurídicas comigo, papel eventual de uma advogada colaboradora do DJ. As dúvidas eles levavam para as orientadoras. Já cheguei a ler algumas petições deles, para verificar se não estava faltando nada, já que eu conhecia o apartamento dela, e Dona Mercedes falava comigo. Eu conversava com eles com certa frequência por mensagens — acabava sendo o plantão de Psicologia disponível por WhatsApp.

Embora Dona Mercedes fosse uma pessoa difícil, ela tinha noção de boas maneiras e educação. Muitas vezes, quando combinávamos de conversar pelo telefone, ela perguntava: “quantos minutos você tem para mim?”. Eu delimito um tempo, mesmo que eu tenha mais tempo (normalmente deixo no máximo de uma hora — tempo de psicóloga?)

Ela se apresentou como uma pessoa bastante ansiosa para resolver essa questão, e não conseguiu ver que a judicialização não estava resolvendo. Ela confiava bastante que, quando finalmente o condomínio fosse constituído, tudo se resolveria magicamente, pois teria a quem recorrer em caso de conflito. Daniel e eu já tínhamos falado sobre isso com ela, dizendo que eles são maioria e que ela terá que continuar convivendo com essas pessoas.

Era difícil compreender como essa situação toda a abalava tanto! Relatou sintomas típicos de ansiedade: enjoos, angústia, insônia. Inúmeras vezes, disse não ter uma casa, pois não conseguia usufruir completamente de seu imóvel, reformá-lo e deixá-lo do jeito como gostaria: “não tem um cômodo da minha casa que me dê prazer”. Outra vez, ela me disse: “eles

me mataram aos poucos por oito anos”. Parecia haver certa confusão entre ela e a casa. Ela não tinha casa, uma morada própria em si mesma.

4.3.8 Conhecendo Doutor Newton

Com a confirmação da sentença da constituição do condomínio pelo Tribunal de Justiça, Dona Mercedes me pediu para que eu a acompanhasse ao Doutor Newton, administrador de condomínio que ela havia conhecido na época da mediação. O desembargador determinou um prazo de três meses para a constituição do condomínio, com a previsão de uma multa diária se após os três meses não fosse concluído. Daniel começou a conversar com uma advogada indicada pelos réus, a Doutora Mônica.

Acompanhei Dona Mercedes ao escritório de Doutor Newton. Ela, muito ressentida, queria contar toda a história para o administrador, mas eu a cortei várias vezes — o que eu não gosto de fazer, mas o Direito exige certa objetividade. Discuti a necessidade de pensarmos daqui para frente. Nessa primeira reunião, o administrador contou como era o processo de constituição do condomínio: seria preciso redigir uma convenção/regimento interno, fazer uma assembleia de constituição e eleger um síndico — que idealmente deveria ser uma pessoa que morasse no prédio —, entre outras questões, como a divisão da água ser feita por unidade, independentemente do número de moradores. Eu já havia explicado isso a Dona Mercedes, e embora não achasse justo, visto que, no apartamento 2, moram cerca de seis pessoas, ela acatou a decisão por ser a previsão legal. Outro elemento que o doutor explicou foi a impossibilidade de o condomínio ter uma diarista como uma pessoa física: ou o condomínio contrata alguém formalmente ou uma empresa. O doutor pediu um prazo de 15 dias para levantar os custos.

A primeira assembleia foi realizada no fim de agosto de 2021, mas, nesse ínterim, houve várias conversas com o mesmo conteúdo. Eventualmente, os estagiários entraram em contato comigo. Por exemplo, no início de agosto, Daniel me mandou uma mensagem relatando o quanto estava difícil lidar com a cliente. Contou que resolveram uma coisa no dia anterior, e, no dia seguinte, ela mandou um áudio de 10 minutos pedindo outras resoluções e retomando o conflito. Segundo ele, “está bem complicado lidar com ela”. Não sei se Daniel esperava uma receita de como lidar com Dona Mercedes, mas eu lhe respondi: “eu não sei mais o que falar para ela”.

Alguns dias depois, uma diretora do DJ ligou para Dona Mercedes, falando que tinha perdido contato com Daniel, que ele não respondia aos e-mails dela. A diretora estava ligando, pois o processo fora arquivado — o que é comum —, e isso deixou Dona Mercedes desesperada.

Claro que esse mal entendido com a diretora do DJ gerou mais reclamação sobre Daniel, e, na troca de mensagens, Dona Mercedes me falou: “ah, Joyce, eu sei que com você eu posso contar, mesmo porque você é psicóloga... Você viu a minha luta até aqui, eu não sei se vai ficar pior ou melhor, mas, do jeito que estava, não tinha como continuar”.

De abril a agosto, Doutor Newton preparou uma convenção e um regimento interno, que foram revisados pelas advogadas do DJ e pela advogada dos réus. Na primeira reunião da assembleia, houve aprovação da convenção e do regimento interno, porém a eleição para síndico — já havia um consenso que seria Doutor Newton —, bem como a eleição de conselho fiscal e previsão de orçamento, ficou para depois do registro da convenção e da criação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). O clima foi bastante tenso na reunião. Dona Mercedes provocava demais a outra parte, e eles sequer olhavam para ela. Foram somente os filhos de João — ele e sua esposa tinham enviado uma procuração para que um dos filhos os representasse. Nos dias posteriores, Dona Mercedes pediu uma “avaliação psicológica” dos réus, mas eu não a respondi.

4.3.9 Sentença do processo de Douglas – vazamentos

Alguns dias após a assembleia, Douglas me mandou a sentença do processo das infiltrações que estava acompanhando. Achei a sentença bastante razoável, pois o juiz tinha condenado o proprietário do apartamento 2 a pagar cerca de R\$ 10.000,00 por danos materiais mais dez salários mínimos para danos morais. Ou seja, a justiça reconheceu a dor, frente à violência patrimonial, que Mercedes sofreu. Contudo, ela não ficou contente. Disse que tinha um custo para a reforma a ser feita e que ela teria que sair de casa por orientação de sua homeopata, já que a reforma levaria cerca de um mês. Quem pagaria por isso? Ela também não concordou que João, proprietário do apartamento 3, não tivesse sido responsabilizado por nada. Disse também que gostaria de dar uma parte da sua indenização a mim e aos estagiários, mas eu lhe disse que o réu foi condenado a pagar os honorários e que estes iriam para o DJ.

Depois, Dona Mercedes me mandou algumas mensagens em um final de semana, que eu não ouvi no mesmo instante. Nas mensagens, ela continuava afirmando que João também era responsável e reclamava muito de Douglas. Disse que, no sábado, era aniversário do seu irmão, mas, como Douglas disse que conversaria com ela pela manhã, não saiu de casa esperando falar com ele. Por que ela fez isso? Ela pontuou que eu, por ser psicóloga, entenderia o desespero dela. Não entendo, tampouco compreendo. Ela parecia estar totalmente tomada pela ocupação com a cotidianidade e sofria por não ser totalmente reconhecida pelos outros.

Ela me elogiou por eu lhe dar satisfações, escutá-la, mas eu fiquei muito feliz de não ter ficado com o encargo de escrever as petições. Aconselhei-a a não deixar de sair para ficar esperando por um de nós, mas ela disse que esse assunto era prioridade. Enfim, era o modo de ser dela: focada e ansiosa. Só que isso trazia muito sofrimento e aborrecimento para quem a escutava.

Douglas ouviu as mensagens de Dona Mercedes alguns dias depois e ficou atônito com o que ela lhe relatara — ter deixado de ir ao aniversário do irmão, pois o estava esperando. Ele lhe disse que o seu problema era patológico, o que pareceu tê-la ofendido. Ela disse o que o problema era a insegurança em relação ao que eles responderiam. Eu lhe enviei um áudio de sete minutos, e ela me respondeu com um de onze.

No áudio, ressaltéi o quanto era problemático ela colocar essa questão na frente de tudo, de toda a vida dela, do cuidado consigo mesma, e como nós nos preocupamos com isso. Falei também que, quanto mais ela mandasse mensagens e cobrasse, mais afastaria os estagiários. Pedi para que ela confiasse neles, em nós, e cuidasse das outras áreas da vida dela. Afirméi que tinha sido muita negligência da outra parte, que isso foi reconhecido no processo e que não é possível ter prova de tudo. Ainda, reforcéi o quanto achei a sentença razoável, mas ressaltéi que não se tratava da minha casa. Lembrei-me de que ela sempre fala que quer ter paz e não razão, então vamos procurar a paz. Eu disse que não é razoável ela perder os compromissos para falar conosco: às vezes, acontece algum imprevisto em razão do qual não podemos falar no exato momento da mensagem.

Ela disse que confiava em nós e no DJ e que eu sou uma profissional, uma pessoa delicada que sabe como funciona a mente e o corpo das pessoas. Confesso que fiquei com medo de como ela encararia a minha mensagem, mas ela reagiu bem. Disse também que tinha medo de o valor de sua indenização ser diminuído na segunda instância e acreditava que a situação melhoraria quando tivesse um síndico. Dona Mercedes reconheceu que algumas ocorrências já melhoraram e me agradeceu muito pela mensagem. De qualquer forma, ela pareceu não se abrir para refletir, para tentar mudar o seu modo de lidar com o problema — como disse Sartre, “o inferno são os outros” (Sartre, 2007 [1944]).

4.3.10 Ansiedade: medo de perder Doutor Newton

“Você poderia, com todo o jeitinho que você tem, mas com firmeza, passar um e-mail para o Dr. Newton?”, Mercedes me pediu. Ela passou a ter receio de que o Dr. Newton se cansasse e desistisse de administrar o condomínio. Passados três meses da confirmação da

sentença pelo Tribunal, só tínhamos conseguido fazer uma primeira reunião com a outra parte para a constituição do condomínio. Ela voltou as suas reclamações para o estagiário Daniel. Na visão de Dona Mercedes, se ele tivesse entrado logo com o cumprimento de sentença, “a gente não estaria nessa agonia agora”. “A gente” não. Ela.

Mandei o e-mail que ela pediu. Conversando com Daniel, ele me disse que já havia combinado de telefonar para o Doutor Newton no dia seguinte. O estagiário levantou a hipótese de ela ter Transtorno de Ansiedade Generalizada — inclusive, ela passou a ficar ansiosa, pois tanto Daniel quanto Douglas estavam se formando na faculdade. A preocupação dela era justificada, mas desproporcional.

Ela me disse que ficou mais tranquila por eu ter enviado o e-mail e que estava rezando para todos os santos e pedindo muita ajuda espiritual. Naquele dia, comentou que ia ler um livro espírita, *Chico Xavier no além*. Sugeri, para que ela dialogasse com a homeopata, algum remédio floral para diminuir a ansiedade e recomendei um óleo essencial de lavanda, querendo tamponar a angústia na era da técnica. Ela voltou a dizer que seu único problema era isso: “eles não são normais”; “uma hora isso vai acabar”.

Ao longo dos nossos contatos, ela disse não querer aborrecer o Doutor Newton. Contudo, começou a dizer como Daniel deveria falar com Doutora Monica, que ele deveria começar a colocar prazos para ela, pois “eles são muito abusados”. Em dez dias, Doutor Newton tinha horário marcado no cartório para ver o valor do registro da convenção. Respondendo ao desespero de Dona Mercedes, Daniel agendou uma conversa com o administrador, à qual comparecemos nós três.

Vale pontuar que, alguns dias antes, o administrador havia enviado a nós o valor gasto com reconhecimento de firma das assinaturas da convenção, com o transporte e com os honorários advocatícios. Este último causou surpresa em todos, inclusive em Dona Mercedes. Tínhamos entendido que ele cobraria somente pela administração do condomínio, não pela sua constituição. Todavia, é justo ele cobrar um valor pelo seu trabalho, um preço que nem era tão alto. A Doutora. Mônica se mostrou bastante contrária a isso, o que causou algumas desavenças entre ela e o administrador. Com medo de perder Doutor Newton, Dona Mercedes pediu para que fôssemos falar com ele.

Durante a reunião, em que o administrador falou que até tinha pensado em não cobrar a parte dela — “como iria cobrar de uma pessoa que tem amizade?” —, ficamos sabendo da resposta do cartório, exigindo que, para o registro da convenção do condomínio, houvesse a obrigatoriedade da eleição de um síndico, bem como um cálculo do valor previsto para a contribuição mensal dos moradores.

Almoçamos juntas depois, Dona Mercedes e eu, e ela me pareceu — e confirmou — estar mais aliviada. Quando compartilhamos uma refeição, ela costumava falar de outras coisas, e eu a indaguei sobre os motivos de ela ser espírita. Ela me disse que passou por uma fase em que procurou várias religiões, seus pais eram católicos, mas não fazia muito sentido para ela. No espiritismo, encontrou algumas respostas, principalmente na crença de que tudo o que vivemos é resultado de vidas passadas. Isso me lembrou bastante da famosa lei de Talião: “Olho por olho, dente por dente”. Essa noção de Justiça parece pautar a sua vida.

Nos dias seguintes ao nosso encontro, ela mandava várias mensagens reclamando da outra parte: “eles ficam contando centavos”. Eu não sei o que ela quer de mim. Somente despejar o que está sentindo? Reclama dos estagiários, que não dão muita atenção a ela. Expliquei, no áudio, que, nessa altura do processo, nada novo pode ser alegado e que ela sempre volta à mesma história, quando os estagiários têm outras coisas para fazer (tese de láurea, outros casos, trabalhos fora do DJ). A impaciência dela parecia contagiar os outros, que se afastaram. É difícil mostrar que nem todos ocupam suas vidas como ela o faz, somos mais do que isso. Eu ainda lhe disse que nenhum cliente do DJ tem essa quantidade de assistência e que eu, como psicóloga, estou acostumada a ouvir repetições, mas os advogados não.

Ela mesma reconheceu a sua repetição: “Às vezes eu fico repetindo a mesma coisa porque não chegou ao fim”; “Enquanto isso não for resolvido, não vou ficar em paz”. Afirmou, ainda, não poder continuar morando em cima de uma “explosão”, devido às más condições do prédio. Repetir diz de pedir novamente e indefinidamente enquanto se percebe sem vida própria, até que os outros a concedam a ela.

Certo dia, Dona Mercedes disse que o administrador queria falar comigo, por eu ser uma profissional formada e com experiência. Segundo ela, ele lhe disse que se a outra parte quisesse resolver, já teriam resolvido, mas estão empurrando e arrumando desculpas. Ele teria recomendado que entrássemos logo com o processo de cumprimento de sentença e disse que não a “deixaria na mão”. Dessa vez em que foi até o escritório dele, ela pagou a sua parte referente às despesas. Passei um e-mail para o administrador, perguntando de que horas poderia lhe telefonar e passei o meu telefone.

Depois das “novidades”, voltava a mesma ladainha. Tentei, novamente, argumentar no sentido de que eles são maioria e que, mesmo depois de constituído o condomínio, muito provavelmente os problemas não seriam resolvidos. Ela alegou que a “exigência vira um hábito”, que “vai continuar a convivência, mas terão as regras; só colocar a ordem...”. Eu encerrei a nossa conversa no meio da frase. Estava se tornando difícil lidar com ela falando a

mesma coisa. Eu tentei intervir, fazê-la pensar, mas parecia que não adiantava. Não sei como comunicar essa sensação a ela.

Dois ou três dias depois, ela pediu para falar comigo, pois estava “agoniada”. Ela me contou que acordou com uma dor no peito, angustiada. Naquele dia, havia encontrado o proprietário do apartamento 2, e foi falar com ele. A mãe dele, que é esposa de João, havia falecido há cerca de 1 mês. Ela foi lhe dar os sentimentos, mas ele a interrompeu e disse para que não se falassem, empurrando-a para cima de uma árvore. Se não fosse a árvore, ela teria caído. “O choro entalou”, a única coisa que ela conseguiu fazer foi chamá-lo de estúpido.

Aconselhei-a a não falar com eles quando os encontrasse, para que ela se preservasse. Mesmo a família deles tendo passado por uma perda, ela disse que “se for para medir dor, vai ser difícil”. Para ela, o fato de a esposa de João ter falecido, após a queda de uma escada dentro de casa, seria um ensinamento para eles: “a vida ensina”.

Comente que o Doutor Newton não havia respondido ao e-mail nem me ligado. Ela disse que falaria com ele. Na semana seguinte, Dona Mercedes foi até o escritório dele. Doutor Newton me ligou e disse que ela estava lá. Basicamente, me falou o que ela já havia me dito, de que deveríamos entrar com o cumprimento de sentença — longe dele falar o que deveríamos fazer —, mas que eles estão somente enrolando — como se a gente não tivesse percebido. Eu disse que nós prezamos muito pelo diálogo — ele reiterou — e que, por isso, estávamos tentando conversar. Expliquei brevemente como era o funcionamento do DJ, que o estagiário é responsável por cuidar do caso, e que eu nem poderia passar por cima dele. Contudo, parecia que estávamos lidando com pessoas de má-fé, e talvez entrar com o processo fosse a única solução. Foi uma conversa rápida. Dona Mercedes queria que eu fosse até lá com ela, mas eu afirmo que não tinha disponibilidade —nem havia necessidade.

Para minha surpresa, ela perguntou, dois dias depois, caso eu não pudesse ir com ela no dia da nova assembleia, se iria outra pessoa ou só o Daniel. Eu respondi que eu faria de tudo para ir, mas que, se não fosse possível, chamaria outra advogada do DJ para acompanhá-la.

Eu tive a impressão de que ela pensou, pensou e resolveu mandar um áudio para compartilhar seus pensamentos. Com o tempo, todos fomos colocando limites: somente ouvir quando fosse possível e quando tivéssemos disponibilidade. O tempo dela não parecia ser o mesmo tempo de todos os envolvidos na história. Ela tinha muita pressa, a outra parte, nenhuma. Para eles, quanto mais demorasse, seria vantagem: um mês a menos de pagamento de condomínio e de outras despesas. O Doutor Newton não costumava ser muito apressado também. É bastante calmo e tem outros afazeres. Todos tínhamos outros afazeres, menos Dona Mercedes.

4.3.11 Devolutiva da entrevista

Marquei uma devolutiva da entrevista com os estagiários do Direito e as plantonistas da Psicologia. Comecei falando que, naquele momento, eu tinha uma visão de Dona Mercedes mais do meu ponto de vista do que o de outras pessoas. Todos concordaram que não precisava retirar ou alterar nenhum trecho.

Como as meninas da Psicologia não tiveram mais contato com Dona Mercedes, atualizamo-las do que havia acontecido. Daniel disse que o caso tinha caminhado, mas que ainda não tinha acabado. Ele entendia a irritabilidade dela em relação à demora, mas não a intensidade (concordei).

Contei que eu havia falado com ela no mesmo dia e que ela tinha me perguntado o que eu achava “da situação”. Falei para Daniel que eu propusera darmos um ultimato à outra parte: se não se resolvesse tudo na próxima assembleia, entraríamos com o cumprimento de sentença. Contudo, ressaltai que me incomodava a falta de empatia (termo utilizado no senso comum) dela com a dor da outra parte, devido ao falecimento repentino da esposa de João.

Douglas contou também o que aconteceu no caso dele e lembrou o episódio em que o filho de João maltratou Dona Mercedes na rua quando ela foi lhe oferecer seus sentimentos. Contou que recorreu no processo para considerar mais danos materiais e aumentar o dano moral.

Contamos como ela não tinha ficado feliz com a sentença. Paula fez cara de surpresa. Daniel falou que o valor que ela conseguiu com danos morais era bem alto, se comparado a outros casos, inclusive os de juízes com quem ele já havia trabalhado como estagiário. Paula tinha a impressão de que ela nunca estaria satisfeita e não sabia se isso um dia essa situação findaria para Dona Mercedes. Falei que, da parte psicológica, embora não estivéssemos desenvolvendo um diagnóstico ou um tratamento, não houvera evolução: eram atendimentos pontuais em que ela estava ali só para desabafar e reclamar. Ela não tinha disposição para mudar. O trabalho era ineficaz: “a gente é só a descarga dela”, com funcionamento muito obsessivo e obcecado. Ela estava tão enredada na cotidianidade que nada mais existia.

Ouvindo vocês falarem, a impressão de alguém que não estava em contato com essa história esse tempo todo, é que, sim, os processos andaram bastante, aconteceram várias coisas, mas eu vejo a Mercedes ainda parada no mesmo lugar, batendo nas mesmas teclas, sentindo as mesmas coisas. (Paula)

Douglas concordou: Dona Mercedes estava na mesma posição de quem tinha razão e de quem foi muito negligenciada; era a mesma forma de falar sobre as coisas, de encarar o que aconteceu e de articular em que lugar ela estava no meio disso. Assim, “você sempre sabe o que ela vai falar”.

Daniel lembrou de um leve atrito que teve com Dona Mercedes: ela era muito sensível quanto a receber nossas críticas; sentia-se traída. Ficava muito ofendida quando a criticávamos e pedia um tempo. “A gente funciona como um leve despejo dela”. Ela parecia demonstrar afeto por nós — ao querer pagar coisas, almoços —, mas não sabia lidar com as críticas. Acabava passando a linha do profissional: “não é só um serviço jurídico para ela”. Para ela, não importa se fora resolvido ou não, ou se tivera alguma novidade: ela entrava em contato. Daniel falou que tem dificuldade de enquadrar a relação com ela (eu também). Para Dona Mercedes, era uma batalha, e isso talvez explique por que ela não teve a mínima empatia pela morte da esposa de João.

Era compreensível a demora para se marcar uma nova assembleia nessa situação. Além disso, todos tínhamos outras coisas, estávamos terminando o TCC, por isso não estávamos disponíveis para ela o tempo todo. Daniel lembrou da outra ação que Dona Mercedes queria ajuizar, a de danos morais contra os advogados. Paula questionou: “ela não mudou de ideia? Achei que ela tinha abandonado isso”. Essa ação deveria ser proposta de qualquer forma, no ano seguinte, por outra estagiária, pois Daniel estava se formando. Ele achava que ela tinha razão: o processo tinha uma base, e os advogados extrapolaram os limites da atuação profissional. Mas não era razoável que tudo fosse judicializado: “ela vê sempre a volta ao processo como uma possível vitória”. Era possível que ela retornasse ao DJ se tivesse qualquer problema no condomínio.

Segundo Douglas, Dona Mercedes havia dito que teria que sair do apartamento para a reforma, e ela queria ser ressarcida por isso — por algo que ainda não havia acontecido. Ele a aconselhou a não “levar para o pessoal” qualquer manifestação da outra parte: “o advogado é meio um ator”.

Perguntei aos estagiários o que eles acharam da minha atuação, se havia ajudado ou atrapalhado — embora eu esperasse uma resposta positiva, tinha dúvidas se realmente tinha ajudado. Daniel falou o seguinte:

[...] me ajudou, primeiro porque, fora a opinião jurídica, que é sempre muito bem-vinda, eu acho que o apoio que a Mercedes tem tanto fora da assembleia... Eu sei que na última assembleia foi importante você estar lá, até porque primeiro tem toda a formação psicológica, mas também dá uma segurada na Mercedes, porque ela se estressa muito em assembleia,

sempre parece que ela vai gritar com a parte contrária, vai xingar a parte contrária. É bom ter mais gente lá, principalmente você, para acalmar.

Ainda, Daniel contou que, na semana anterior, havia tido uma reunião com o Dr. Newton — reunião esta à qual eu não pude comparecer —, e Dona Mercedes não tinha gostado de eu não ter comparecido. Daniel achava que a minha presença ajudava tanto a ele quanto a assistida: “ajuda na medida em que ela deixa a ajuda acontecer”. Ajudava principalmente nas reuniões em que a outra parte estava presente. Contou sobre a mediação: embora a mediadora tenha ajudado, a irritação da Mercedes era bastante elevada. Também seria interessante, para ele, saber se ela estava exagerando de fato ou não. Finalizou: “foi um grande apoio, eu agradeço bastante pela parceria”.

Segundo Douglas, minha atuação ajudou bastante na situação, principalmente nesse último ponto levantado por Daniel, no caso, saber como compreender e (re)agir ao comportamento de Dona Mercedes. Ele disse que havia percebido que ela só queria algum tipo de reconhecimento, e não era papel dele mudar a forma como ela se sentia: “desencanei disso”. Além disso, ressaltou que a minha presença tinha ajudado muito na questão da perícia, em relação a compreender os danos que aconteceram no apartamento dela — por extensão, era uma ajuda para lidar com ela.

Eu comentei sobre a minha angústia de estar falando tanto com ela, e não haver movimento. Confessei que eu tinha a mesma questão de Daniel, de sair do que era estritamente profissional. Relembrei, então, o caso anterior, de Graça, que ainda me procurava para conversar. “Eu não sei se é errado ou certo, mas eu não sei agir de outra forma”, embora passe dos meus limites e eu não seja remunerada para isso. Todavia, sabia que continuaria a acompanhando, só conseguia colocar um fim nesse acompanhamento quando efetivamente saía do DJ para a DPESP.

Convoquei Poli para falar, e ela disse que ficou mais quieta, pois não havia tido mais contato com Dona Mercedes, mas que não se surpreendeu com o que fora relatado. A grande pergunta, para Poli, era: “por que ela escolhe permanecer?”. Depois, desejou boa sorte para quem continuaria a acompanhando.

Eu reforcei a pergunta e falei do perigo de o prédio um dia cair na cabeça dela. Isso não era exagero de Dona Mercedes, visto o estado negligente em que se encontrava o imóvel. Contei-lhes que ela me tinha me falado, uma vez, que não fugiria do problema. Poli disse que, dependendo de como ela observava a situação, sair de lá seria uma solução para o problema. Paula, por sua vez, achava que Dona Mercedes não queria se livrar do problema, o que se

evidenciava pelo fato de ela querer mais processos e abusar da nossa atenção. Por isso, Paula achava que ela não tinha noção de si mesma e não se percebia, enfatizando o quanto ela ultrapassava os limites. Poly acreditava no contrário, que ela só tinha noção de si mesma, era egocêntrica e achava que tinha que ser tudo do jeito dela. Dona Mercedes não conseguia ceder: “o problema dela é o maior do mundo”.

Dona Mercedes comparava a dor de estar sofrendo uma violência patrimonial com a da família que perdeu a mãe, mesmo ela sendo uma pessoa que já perdera os pais, além de ter um irmão que fora assassinado. Concordei com Paula em relação a haver outras dores camufladas com as quais ela não queria lidar, então se tornava mais fácil se ocupar dos problemas do prédio. Todavia, ela não estava aberta a lidar com essas dores. Assim, nosso trabalho ficava limitado a um “desabafo contínuo”.

4.3.12 Justiça terapêutica?

O tempo de Dona Mercedes não era o mesmo tempo da Justiça nem do meu doutorado. Em algum momento, precisamos escolher parar de contar uma história. Infelizmente, nesta, não será possível terminar com “viveram felizes para sempre”, mesmo porque ficamos sem saber de seu final. O momento em que escolhi finalizá-la foi o da devolutiva, ocorrida depois de aproximadamente 18 meses da entrevista.

Em meus anos de experiência como advogada e psicóloga, comecei a perceber como algumas pessoas costumam usar a Justiça como uma espécie de terapia. Ao sofrerem um dano, ou uma humilhação, buscam no Poder Judiciário uma reparação, acreditando que uma indenização monetária poderá aliviar seu sofrimento ou condenar, de alguma forma, quem lhe fez mal. Dona Mercedes espera encontrar paz no fim do processo. Encontrará? Disse-me, algumas vezes, que o que lhe faria bem era que as pessoas envolvidas pagassem pelo que lhe haviam feito e que ela conseguisse arrumar seu apartamento. Depois de tudo, ela escolheria se continuaria morando lá ou não.

Recordo-me do filme *Aquarius*, em que a personagem principal, Clara, interpretada por Sônia Braga, recusa-se a vender seu apartamento para uma construtora que pretende demolir o prédio e construir um novo empreendimento em frente à praia de Boa Viagem, em Recife. Naquele apartamento, ela havia criado seus filhos e vivido grande parte de sua vida. Ela se recusa a deixar a especulação imobiliária acabar com parte de sua história. A construtora usa de várias estratégias para lhe tirar a paz, alugando os apartamentos de cima para festas e igrejas, por exemplo. Ela acaba descobrindo que tinham implantado cupinzeiros no outro

apartamento, a fim de que, com o tempo, o prédio caísse — com ela ainda dentro dele. A personagem, então, acompanhada de sua advogada, de seu irmão e sobrinho, vai até o escritório da construtora. Lá, fala o que estava sentindo, mostra documentos que seriam prejudiciais para a imagem da empresa e descarrega uma mala cheia de cupins. Essa foi a justiça poética escolhida pelo diretor.

Dona Mercedes me lembrou um pouco de Clara, pela sua teimosia e até chatices. Mas, por outro lado, são posturas admiráveis as dessas duas mulheres, que lutam pelo que acreditam — ou acham que acreditam. Clara tinha a luta contra a especulação imobiliária que assola as grandes cidades brasileiras, enquanto Mercedes tinha questões relacionadas à legitimação de si mediante o apartamento — ela não se habitava. Dizia querer o justo, mas também queria vencer; mais do que vencer, queria que o outro perdesse. Qual Justiça poética eu escolheria para Dona Mercedes? Que ela conseguisse regularizar toda a situação, que recebesse o que lhe é devido e que a outra parte reconhecesse todo o mal que lhe fizera, para que, enfim, ela possa ficar em paz. Assim, todos viveriam felizes para sempre. Contudo, ela certamente acharia outro problema na cotidianidade de que se ocupar.

5 QUARENTENA – PAUSA NA VIAGEM OU VIAGEM DE OUTRA FORMA?

O grupo da Psicologia ia ao DJ duas vezes por semana, e cumpríamos o plantão de 14h às 17h — ou até finalizarmos o último atendimento. Como os estagiários fazem plantão uma vez por semana, só temos contato com uma parte deles, de forma que muitos passam pelo DJ e nem nos conhecem e vice-versa. Há tanta verdade nisso que, sempre que muda a diretoria, uma das propostas é invariavelmente aumentar a presença e a atuação da Psicologia no DJ. Nós nos dividíamos também a partir dos dias: iam ao DJ cerca de 4 ou 5 alunos de graduação, mais o supervisor de campo — um aluno mais experiente ou um psicólogo formado. Via de regra, o supervisor de projeto não costuma ir ao DJ, mas, de vez em quando, eu ia.

Assim fomos atuando no DJ ao longo dos anos — eu diria até que aconteceu de uma forma cristalizada, sem muitas inovações. As inovações acabavam ocorrendo por causa das pessoas que mudavam, tanto os alunos do projeto, quanto os estagiários do DJ, de maneira que tínhamos que nos re-apresentar todo semestre, quando não toda semana, a partir do encontro com pessoas que não nos conheciam. Confesso que essa dinâmica, essa falta de novidade, foi me cansando ao longo do tempo, inclusive pela falta de reconhecimento por parte da instituição. Mas eu estava lá, estava fazendo um doutorado e não podia simplesmente falar “não quero mais”.

É importante enfatizar que, dentro do plantão, ou no próprio plantão, sempre nos recusamos a ser um “apêndice” do direito, ou um serviço paralelo, para onde seriam encaminhadas as pessoas sem demandas jurídicas ou com demandas sem sentido, como: “colocaram um chip na minha cabeça e estão me vigiando” ou “o Gugu colocou três câmeras na minha comida, e tudo o que eu vejo passa na televisão”. Sempre nos pautamos, em nossa ação, pela interdisciplinaridade, pelo modo de fazer conjunto, em que uma disciplina não se põe simplesmente a serviço nem manda na outra. Embora estivéssemos num espaço do Direito, o nosso espaço, da Psicologia, era ali, com eles. Logo, o nosso modo de fazer interdisciplinar é pelo atendimento conjunto, o atendimento à pessoa realizado pelo estudante de Direito junto com o estudante de Psicologia, simultaneamente ou não. Discutindo e conversando sobre os casos, um aluno aprende com o outro, o que diz a lei, quais os caminhos na Justiça, como atender a pessoa da melhor forma.

No dia 2 de março de 2020, a pandemia era uma notícia distante, um vírus lá na China, que já tinha chegado ao Brasil, mas que ainda não tinha feito nenhuma vítima fatal. Como de

costume, nos encontramos na catraca da Sé e fizemos a usual visita dos alunos novos ao DJ. Uma assistida que estava lá (Dona Mercedes) e que já nos conhecia do semestre anterior, pediu para falar conosco. A visita, como sempre, virou um plantão. Na semana seguinte, começamos os plantões do semestre. Álcool em gel por todos os lados; o clima já era um pouco mais tenso. Já falávamos sobre a COVID-19, sobre os perigos, sobre o medo. Na sexta-feira, o DJ nos avisou que tinham resolvido fechar, uma vez que a maior parte das pessoas atendidas eram do grupo de risco (idosos). Enfim, a partir do dia 16 de março de 2020 e nos dois anos seguintes, o DJ não fez atendimentos presenciais, somente remotos.

5.1 DJ E PSICO NA PANDEMIA

Aos poucos, a USP e, conseqüentemente, o DJ descobriram as maravilhas do Pacote *G-Suite*. Tudo passou a ser feito na tela do computador, ou do celular, no *Google Meet* — atendimentos, supervisões e reuniões. No dia 9 de abril de 2020, fizemos uma supervisão/reunião para discutirmos possibilidades de ação durante a pandemia. Pensamos em *posts* de orientação e rodas de conversa com os membros do DJ, mas resolvemos conversar primeiro com a diretoria do RH para saber como as atividades estavam ocorrendo. Paralelamente a isso, impetuosamente, eu, a supervisora do projeto (eu), única pessoa com registro no Conselho Regional de Psicologia (CRP), ofereci-me para atender o pessoal do DJ remotamente, pelo WhatsApp. A procura dos estagiários por atendimento nunca foi grande — e não o foi também no começo da pandemia. Uma pessoa me procurou logo após o a publicação do *post*, mas não queria conversar por vídeo, então acabei fazendo o atendimento por mensagem de WhatsApp — não recomendo.

Na segunda quinzena de abril, a pandemia chegou à minha casa. Com o diagnóstico feito e sem conseguir falar direito devido à falta de ar, suspendemos as supervisões. Os diretores do DJ informaram, a meu pedido, que as pessoas que quisessem atendimento psicológico procurassem o Projeto de Apoio Psicológico Online (PAPO) do IPUSP. No final de maio, já recuperada, retomamos as atividades. Numa reunião com a diretoria, fomos informados de que estavam sendo realizadas rodas *online* para discussão e encaminhamento de casos antigos (transferências) e novas demandas, que eram provenientes da Pastoral do Povo da Rua, órgão dirigido pelo Padre Júlio Lancelotti, referentes à não concessão do auxílio emergencial. Nos meses seguintes, o DJ passou a receber casos novos por e-mail e por WhatsApp. A triagem era feita por parte dos diretores e pelo telefone. Assim, as pessoas não precisavam ficar mais o dia inteiro no DJ.

Também no final de maio de 2020, recebemos um e-mail de um pedido de atendimento para uma assistida, uma mulher que foi acusada de tentativa de homicídio contra o marido abusivo — ela disse que estava com a frigideira cheia de óleo quente e que esta havia caído nele, causando um acidente. Ela estava sem ver a filha há cerca de um ano desde a prisão e só tivera a liberdade concedida por causa da pandemia. No DJ, ela estava pedindo guarda e visitas da filha. Falei com ela por WhatsApp, pois ela nunca queria fazer a chamada de vídeo comigo, em razão de os seus pais estarem sempre em casa.

Também começamos a fazer postagens de orientação psicológica no Facebook, dicas de como se organizar na pandemia, de como lidar com os clientes, ressaltando que não precisávamos ser tão produtivos — afinal estávamos numa pandemia, entre outros assuntos. Começamos semanalmente, depois quinzenal e mensalmente, e agora os atendimentos são tantos que não demos mais conta. As pessoas “curtem” (deixam o *like*), mas não há “engajamento”, ou seja, não há comentários.

Com a volta de Lucas Cardoso, que se tornou supervisor de campo em 2019 e agora era psicólogo, conseguimos fazer nosso primeiro atendimento conjunto *online* pelo *Google Meet*. Um senhor procurou o DJ, pois seu filho estava preso e sofrendo maus-tratos na prisão. Ele também achava que era perseguido pelo dono do cartório em frente do qual ele trabalhava oferecendo serviços de plastificação. O estagiário procurou a Psicologia, uma vez que não sabia como lidar com o cliente. Os advogados do DJ foram visitar seu filho na prisão e constataram que ele estava bem. Na conversa conjunta, o senhor contou que há 30 anos havia feito uma operação no ouvido e que tinham colocado um chip ISC na sua cabeça. Por meio desse suposto chip, ele obtinha informações sobre seu filho, por isso sabia que era o dono do cartório que mandava bater no rapaz. Era muito difícil para ele saber que seu filho estava sofrendo na prisão. Plínio o atendeu com uma colega da Psicologia, com o estagiário de Direito e, na primeira vez, com os advogados que tinham ido à prisão. Fizeram dois ou três atendimentos, sempre em conjunto, de forma que a Psicologia estava ali também, apoiando o estagiário. Ao final, o senhor aceitou um encaminhamento para o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) mais próximo de sua residência. Contudo, esse encaminhamento não deu certo, pois o CAPS era somente para álcool e drogas.

Esse primeiro momento de adaptação à nova realidade do mundo virtual e de tropeços com os atendimentos *online* perdurou até as nossas merecidas férias de duas semanas, no final de agosto. O atendimento do senhor citado acima acabou servindo como um modelo para os próximos atendimentos.

5.2 COMO OCORREM OS ATENDIMENTOS

Desde 2016, época em que fiquei afastada, foi criado um endereço de e-mail — psicologianodj@gmail.com — pelo qual os estagiários entravam em contato conosco. O intuito do contato era avisar que os assistidos apareceriam no plantão, tirar dúvidas sobre o nosso funcionamento, contatar a diretoria, entre outros. Na pandemia, o e-mail passou a ser essencial. Era por meio dele que os estagiários nos contatavam para atendermos uma pessoa junto com eles, ou mesmo separadamente. Mas, nestes casos, insistimos em pelo menos uma conversa para compreendermos o que está acontecendo e os sentidos do encaminhamento para a Psicologia.

Como o Conselho Federal de Psicologia liberou que alunos de graduação fizessem atendimentos, estes deixaram de ser feitos exclusivamente por mim e por Lucas, passando a serem feitos também pelos alunos. O fluxo é o seguinte:

- a) o estagiário manda e-mail — se o caso ainda não está muito claro, são pedidas algumas informações adicionais;
- b) o caso é levado ao grupo de WhatsApp pelos supervisores, e decide-se a dupla que vai atendê-lo;
- c) o e-mail é encaminhado para a dupla, que entra em contato com o estagiário;
- d) uma primeira conversa é marcada com o estagiário e a dupla da Psicologia pelo *Google Meet* — algumas vezes, essa conversa acaba sendo suficiente;
- e) o atendimento é marcado com o cliente, podendo ser conjunto — com a presença do estagiário de Direito — ou somente com alguém da Psicologia; pode ser feito pelo *Google Meet* ou pelo WhatsApp, já que muitos não têm conhecimento do *Meet* ou possuem planos de internet em que o WhatsApp é ilimitado — com isso, não haveria novos custos;
- f) as supervisões do projeto ou de campo, nesse meio tempo, podem ser realizadas com o grupo todo ou somente com um supervisor;
- g) não há um número máximo de atendimentos, mas não costuma ser mais do que três ou quatro.

Esse fluxo foi se construindo aos poucos e, muitas vezes, não aconteceu exatamente como exposto. Percebemos que, na modalidade remota, os atendimentos demoram muito mais tempo para se encerrar. Quando estávamos no plantão presencial, a pessoa era atendida ali, já havia a supervisão no meio do atendimento com o supervisor de campo, e, em sua maioria, era encerrada no dia — ou a pessoa voltava no plantão seguinte. Agora, todo esse fluxo envolve

tempo, espera, encontros que não acontecem, conexões que caem e imagens congeladas. Assim, em números absolutos, acabamos atendendo bem menos pessoas. Nos anos anteriores, atendíamos cerca de 70 pessoas por ano; em 2020, não chegamos a trinta. Contudo, em 2021, todos os recordes foram superados, de forma que atendemos mais de 100 pessoas.

Vou tomar a liberdade de contar um atendimento que fiz em conjunto com uma colega da Psicologia e com uma estagiária de Direito. Tal caso pode nos ajudar a refletir se o que estamos fazendo ainda pode ser considerado plantão ou não.

5.3 CASO LOUISE

Uma estagiária de Direito procurou a Psicologia, pois tinha lhe chegado mais um caso “pesado” de transferência de família, que envolvia violência contra a mulher. Conversamos com a estagiária sozinha e marcamos para conversar dois dias depois com Louise pelo *Google Meet*. Ela não conseguiu baixar o aplicativo, então só ouvimos a voz dela pelo telefone da estagiária. Quero contar, neste espaço, um pouco mais do atendimento de Louise e como ele me impactou.

Mesmo depois de alguns anos como advogada e atendendo numa ONG que ajuda mulheres em situação de vulnerabilidade, um caso não havia me atingido tanto quanto esse. O choro daquela mulher, que só ouvíamos de longe pelo telefone da estagiária, marca-me até agora. Ela disse que não é feliz, que só tinha momentos felizes. Seria possível ser feliz com uma história como a dela?

Nunca senti tanto a distância imposta pela tecnologia e pela pandemia como nesse atendimento. Nunca. Tinha vontade de me “teletransportar” para estar ao lado dela, abraçando, segurando sua mão. A única forma que eu poderia consolá-la era com as minhas palavras, calmas e pausadas, pedindo para ela respirar e me ouvir: você não tem culpa de nada.

Louise contou que, naquele dia, à noite, começaram a tocar sua campainha insistentemente. Ela olhou e viu que era o filho de 15 anos. Tocou, tocou, tocou, mas Louise não atendeu, pois poderia ser uma armadilha “dele”, do ex-marido — notei que ela só usava “ele” para se referir ao homem sem citar o nome. Ela disse que não gostava de falar o nome dele. Sentia-se controlada e vigiada 24 horas por dia. Uma psicóloga a qual ela chegou a visitar o definiu como um psicopata: será mesmo? Um psicopata? Ou somente mais um homem abusador? Um homem que, na frente dos outros, faz-se de “bom moço”, e, na intimidade, um “bom monstro”?

Louise foi casada com o “bom monstro” por 22 anos e estava há três anos separada dele. Teve dois filhos — T, de 24 anos, que estava no exterior estudando inglês, e A, de 15 anos. Que orgulho ela tinha desses filhos (lembrou-me de Graça)! Eram casos iguais, mas diferentes: essa é a sensação que tenho ao ouvir relatos de violência contra a mulher.

No divórcio, ele ditou todas as regras para a conciliadora, e chegaram a um acordo. Tiveram guarda compartilhada, com o filho menor passando a semana com ele, já que era aposentado, e, aos finais de semana, com ela. O homem daria uma pensão de R\$ 400,00 mensais (não ficou claro se para ela ou para o filho) sem direito a 13º salário. O DJ entrou com medida uma protetiva que a antiga estagiária não renovou, e agora ela estava sem as medidas, mas ainda não sabia nem ele — melhor deixar assim ou renovar as medidas? Isso não o atiçaria novamente? Ele precisava de algo para atiçá-lo?

“Polícia não resolve, mentira esse negócio de medida protetiva”. Ele deu um tapa na cara dela, na frente do filho, e este pediu para a mãe, “pelo amor de Deus”, não chamar a polícia. Ela tinha mudado três vezes de lugar, mas ele já se fizera de entregador das Casas Bahia para entrar no prédio em que ela morava; outra vez, entrou junto com o filho e com o entregador de pizza. Na frente de sua casa atual, que se localiza em cima de uma clínica veterinária e que não pode criar cachorros, tem uma praça onde ele se esconde atrás das árvores. O ex-marido tem 1,81 metro, é careca e tem 59 anos. Ela mede 1,56 metro e tem 47 anos. É incrível como, muitas vezes, a diferença de idade é um fator marcante nesses casos de violência doméstica. O predador escolhe uma mulher mais nova e vulnerável para controlá-la. Louise estava sozinha em São Paulo, só conhecia a tia, que hoje já é falecida.

Sua maior preocupação são os filhos. O mais velho desenvolveu depressão depois que ela se separou, mas agora está feliz no exterior, segundo os *stories* do Instagram. O mais novo “está começando a tremer” — medo? Medo de quem? Ela só pediu para que ele não a matasse na frente dos filhos. Ela nos pediu para que, se soubéssemos de sua morte, fizéssemos justiça em seu nome. Pediu isso muitas vezes. Foram anos de violência, e, na audiência de conciliação, ele disse que não valia a pena matá-la — uma “conciliação” em que ela apenas aceitou tudo o que ele disse.

Louise estava com uma pessoa há dois anos, e ele não sabia. Os filhos sabem, mas não contam ao pai: “medo de ele descontar o ódio de mim no meu filho”; “enquanto ele vier para cima de mim, eu aguento, agora, nos meus filhos, não”. Por que esse homem não morre? Resolveria a vida de três pessoas, ou quatro — e a nossa, que estamos ao lado dela.

A história vai e vem, com a voz embargada de Louise. Por mais que eu escreva, não consigo transmitir o que aconteceu ali. Eu via o rosto da colega da Psicologia pela câmera, eu

via o meu rosto pela câmera — a câmera da estagiária estava fechada. Louise estava em São Paulo há quase 30 anos, tendo chegado em 1991. Conheceu-o em 1993, no curso de datilografia; ele era amigo da dona. Viu, no cartão de matrícula, que a data de aniversário dela estava próxima, então lhe mandou rosas vermelhas — no estado em que ela vivia, os rapazes não lhe mandavam rosas. A tia a incentivava: um rapaz mais velho, de 33 anos. A tia conhecia alguém, mudava de bairro e a incentivava a morar com o namorado.

Quando Louise estava grávida do primeiro filho, ele dava chutes na coluna dela. Ela, então, escreveu para a Delegada Rose — cujo nome só eu parecia me lembrar, já que era mais velha — pedindo ajuda. Não obteve resposta até hoje. Ela mesmo se perguntou: “por que não saiu antes?”. Ao que ela mesma respondeu: “vergonha”. Não contava para ninguém o que acontecia em casa. Não tinha rede de apoio em São Paulo, não contava para a família no Nordeste — vergonha, sentimento de culpa.

Ela saiu da casa, mas deixou os filhos lá, já que o local tinha maior infraestrutura. A casa estava à venda, mas ele disse que não sairia de lá e que o próprio dinheiro da casa serviria para matá-la, pois ele não sujaria mais as mãos.

Louise ficou refém dele, pois lhe contou seu segredo. Fechou as janelas para ninguém escutar o que nos dizia. Contou-nos que o pai dela não era casado com a mãe e que tinha outra família. Parecia ter uns 23 filhos com diferentes mulheres. O pai era — ou é — envolvido com “espiritismo, umbanda, candomblé” — ela não sabe diferenciar. Só as reconheceu, ela e a irmã, quando tinham 11 anos de idade. Assim, passaram a visitar o pai. Louise e o pai faziam aniversário em datas próximas. Ela foi à casa dele para passar seu aniversário de 15 anos. Que presente ganhou desse pai? Fora estuprada por ele. “Não foi ele, foi o santo”, disse a madrasta. Como se ele estivesse possuído. A madrasta não fez nada para protegê-la, mesmo tendo ouvido seus gritos. Dias depois, Louise tentou se matar se jogando na frente do carro, mas estava tão mal que desmaiou. Ficou ainda dois anos na sua cidade e com medo de que lhe acontecesse algo ruim novamente. Quando a tia de São Paulo lhe fez uma visita, Louise a acompanhou de volta. Veio para São Paulo para trabalhar, para ficar longe de tudo. Primeira fuga. Por que não foge agora? Os filhos.

Esse pai estava foragido, acusado de molestar duas netas, uma de 10 e outra de 11 anos. Louise tinha vontade de depor contra ele, de dizer que também aconteceu com ela, mas tinha vergonha. Vergonha de quê? Por que nós, mulheres, temos que ter tanta vergonha do que não temos culpa?

“Fui feliz só até os 14 anos”, disse-nos. Tinha sonhos: “queria ser engenheira”. Louise, então, contou o segredo para o marido, e ele a ameaçava com isso, dizendo que contaria aos filhos dizendo que ela havia gostado.

A estagiária contou para Louise que tinha sido abusada aos treze anos, numa situação “mais leve”. Discutimos sobre como as mulheres têm sido vítimas de abusadores ao longo de toda a história. Isso, com certeza, não diminuiu a dor dela, mas mostrou-lhe que ela não era a única. Enfatizamos, a todo momento, que estávamos ali com ela. Que seguiríamos lutando com e por ela, se algum dia não estivesse mais aqui.

Nesse atendimento, com a fala cuidadosa e relacionável da estagiária, vi como o Direito também é cuidado. É isso, cuidado não é exclusividade nossa, dos psicólogos, ou de profissionais da saúde em geral. Advogados também são profissionais do cuidado, quando escutam com atenção e zelam pelos direitos de determinada pessoa. Mas como eu queria que estivéssemos, as quatro, numa baia do DJ para podermos, além de ouvir, ver o choro de Louise, ver a própria Louise, olhar nos olhos dela e dizer: “estamos aqui com você”.

Um adendo: a estagiária disse que não aguentava levar o caso dela sozinha, ao que dissemos que estávamos ali por ela também.

Marcamos mais um atendimento com Louise, pois queríamos vê-la, e a estagiária precisava contar que ela não tinha mais as medidas protetivas. Na semana seguinte, Louise desmarcou e acabamos falando com ela apenas duas semanas depois. Insistiu que fizéssemos o atendimento pelo WhatsApp, e acabamos cedendo. A estagiária fez o grupo e, na hora combinada, fez a chamada. Alguns problemas tecnológicos: Louise não conseguia nos ver, a estagiária não via Louise, mas eu estava vendo todo mundo — acredito que a plantonista da Psicologia também.

O segundo encontro foi mais tranquilo, sem toda a catarse e enxurrada do atendimento anterior. Agora já conhecíamos a história de Louise, ou parte dela. Era uma história infelizmente muito comum para muitas mulheres. História de terror. Em vários momentos, Louise duvidava que estivéssemos acreditando nela. Talvez ela achasse que sua história de terror era única, mas infelizmente não é.

Ela nos contou que um oficial de justiça tinha ido na “minha casa [casa dela]”. Ficou sabendo pelo vizinho da frente, chamado N, que ouviu a conversa do ex-marido com o oficial. Por um momento, não entendi a que casa ela estava se referindo. Como o oficial foi na casa dela e falou com o ex-marido? Então, percebi que, quando ela falava “minha casa”, ela queria dizer a casa da família, na qual morava com ele e onde mora seu filho A, o ex-marido e as duas cachorras.

Louise disse que estava pensando em se mudar novamente. Em três anos de separação, já tinha se mudado três vezes. Falou que não podia ficar muito tempo em um lugar só, senão o ex-marido a “pegava”. Assim, ela vivia fugindo. A colega da Psicologia tentou avisá-la do óbvio: não adiantava se mudar, pois o filho a visitaria, logo o homem saberia sua localização. Ao longo da conversa, nós a alertamos sobre isso. Adianta se mudar?

O ex-marido havia tentado novamente esfaquear o vizinho, cujo nome era N. Na cabeça dele, o vizinho tinha um caso com Louise, e, por isso, ela quisera se separar. Ou seja, ele não admitia ser um mau marido — ela só poderia ter se separado dele por causa de outro. Louise estava com o novo companheiro há dois anos. Qualquer tentativa de mudança ou de denúncia contra o ex-marido gerava medo de uma retaliação contra o filho e as cachorras: “ele desconta no menino”. Além disso, diziam que o sobrinho dele era do PCC, e, por isso, toda a vizinhança tinha medo dele.

“Como parar uma pessoa assim? Como faço para não sentir mais medo?”, perguntou Louise. Salientamos que o medo dela era real, não inventado — na minha cabeça, pensei que só a morte poderia parar uma pessoa assim; sempre que atendo mulheres em situação de violência, é inevitável pensar: por que esse homem não morre?

Ela contou também que havia tirado a habilitação para dirigir em 2012, e o ex-marido sempre lhe colocou medo: “você vai matar alguém”; “você não sabe”; “você não precisa disso”. No fim, ela comprou um carro e quem dirigia era o ex-marido. Ela desenvolveu fobia de direção. Contou com o apoio do novo companheiro para perder o medo não só de dirigir, mas de tudo. A certa altura da conversa, o companheiro chegou e participou um pouco da chamada de vídeo. Ele nos deu informações de que não sabíamos. Eu não imaginava que o ex-marido de Louise o conhecesse, mas eles já se cruzaram. Uma vez, ele estava no barbeiro com A, o ex viu o carro na frente e entrou no estabelecimento. Tiveram uma discussão, na qual o companheiro disse que o carro era da namorada dele; o ex não acreditou. Ele acreditava que o namorado de Louise era, na verdade, um vizinho. O companheiro disse: “só quero viver a nossa vida em paz”.

Quando terão paz? Quando A tiver 18 anos? O ex ameaçava o filho, maltratava as cachorras e violentava Louise psicologicamente, mesmo depois de três anos de separação. Ela o chama de psicopata, descreve a sua vida como uma “história de terror”. O novo companheiro tinha vontade de resolver a situação, mas Louise disse que ele não a tinha conhecido para estragar a própria vida.

Combinamos de, um dia, falar com ela quando o filho estivesse lá. Ele ia para a casa dela todas as sextas para passar o fim de semana. Desde então, não tivemos mais notícias dela.

5.4 PLANTÃO?

Nessa pandemia, as formas que encontramos de permanecer em contato com a instituição, que também estava funcionando de forma remota, foram a presença de uma pessoa da Psicologia nas rodas de passagem de casos, os *posts* com orientações, os atendimentos *online*, as reuniões dos supervisores com parte da diretoria do DJ e as formações com os estagiários³⁰.

Eu que, no começo dessa exposição, confessei estar cansada da cristalização do DJ, ganhei um novo fôlego ao precisarmos inovar a nossa atuação lá. Seriam novas ações, ou as mesmas ações de formas diferentes? Esse atendimento *online* poderia ser chamado de “plantão”? Ou o chamaríamos de “plantão” somente por serem atendimentos de curta duração?

Cabe trazer aqui novamente a concepção de “plantão” com a qual trabalho. Essa concepção foi abordada por André Prado Nunes e pela Professora Henriette Morato em um artigo de 2013 sobre o plantão no DJ:

Uma compreensão pertinente de Plantão Psicológico pode ser efetivada a partir da metáfora da “árvore grande”: um lugar onde o viajante encontra acolhimento, sombra e repouso. Nessa metáfora, as pessoas seriam viajantes e seguiriam seu caminho de árvore em árvore. Assim, o Plantão Psicológico é um lugar em que aquele que chega pode se apropriar reflexivamente daquilo que carrega, onde pode olhar para si, pensar seu caminho [...]. Nesse encontro não há pretensão de desvelar todas as possibilidades e interpretações do encontro, mas busca-se dirigir uma comunicação rumo a sentido, ou seja, atentar para aquilo que emerge do encontro para co-apreender o que até então se mostrava sem sentido. Nessa perspectiva, o encaminhamento e o acompanhamento psicológicos são caminhos possíveis, mas não necessários. (Nunes & Morato, 2013, pp. 262-263)

Considerando que, nos atendimentos remotos, há esse encontro entre plantonista e pessoa embaixo não da árvore, mas da nuvem da internet, que está acima de todos nós, uma primeira resposta seria que esses atendimentos se configurariam como plantão. São espaços co-construídos por todos os participantes em busca de um sentido, em busca de como continuar caminhando daqui para frente. No caso de Louise, os encontros foram momentos em que ela pôde rememorar sua história junto conosco, em que ela pôde se abrir com pessoas que não estava vendo, mas que a estavam escutando. Mesmo longe, acredito que ela sentiu que estávamos ali com ela. Foi um momento dela consigo mesma e conosco sem pretensão de análises e interpretações, mas de sermos afetadas por sua história de vida, por sua história de terror sem nos aterrorizar, a fim de conseguir ajudá-la a compreender sua própria história.

³⁰ No Apêndice D, é possível visualizar os slides da formação dos estagiários.

Evidentemente, nenhuma tecnologia consegue substituir a presença humana — o virtual é somente um simulacro do real. Contudo, em tempos em que o contato era mais perigoso e potencialmente fatal, foi a forma que encontramos de estar juntos. Como não tínhamos mais um dia e um horário de plantão — a não ser nossa presença nas rodas —, sentia que estávamos de plantão sempre, em todos os momentos. A qualquer momento, podia chegar a mim um e-mail com um caso que requereria nossa atenção; qualquer hora era hora de fazer um atendimento: de manhã, à tarde ou à noite — principalmente à noite, depois do trabalho. Estávamos sempre disponíveis. Nesse sentido, é importante enfatizar que plantão não é uma técnica de atendimento psicológico e pode ser considerado uma atitude de disponibilidade do plantonista. Antes de entrarmos no *Meet* para o atendimento, já somos plantonistas nos contatos por e-mail, nas rodas de que participamos, nos *posts* que escrevemos para serem lidos, nas formações. Somos plantonistas nas supervisões em que discutimos sobre os casos, no próprio DJ e no grupo de WhatsApp. Considero que somos plantonistas a distância, na nuvem, nesse novo modo de ser-no-mundo-com-os-outros.

Em março de 2022, o DJ retornou com o atendimento presencial. Contudo, nada era como antes. Não poderíamos mais negar que o ambiente *online* e a nuvem, além da árvore, faziam parte da nossa vida. Decidimos, então, manter o atendimento híbrido. Os plantonistas da Psicologia se dividiram em três grupos que se revezam para fazer o plantão presencial, acompanhados de uma supervisora de campo; nas outras semanas, os atendimentos seriam remotos. O e-mail continuou sendo o principal meio de comunicação com os estagiários. Como já mencionado, fiquei pouco tempo no DJ em 2022, tendo me aventurado em uma nova instituição e em um novo desafio profissional³¹.

³¹ Conteí um pouco sobre essa experiência no Capítulo 9, intitulado *Outras Paragens*.

6 TERRA À VISTA: AÇÕES INTERDISCIPLINARES POSSÍVEIS NO DJ

Quais seriam as possibilidades de intersecção entre Psicologia e Direito? Rovinski (2013) defende que o argumento da incompatibilidade entre as duas ciências não resiste a uma discussão teórica mais aprofundada. O Direito seria voltado ao mundo do “dever ser”, e a Psicologia ao mundo do “ser”, conforme representação na Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Intersecção entre Psicologia e Direito



Fonte: Elaborada pela autora

Na intersecção entre as duas áreas, manifesta-se o comportamento humano, objeto de estudo de ambas. Segundo Rovinski (2013):

“Não poderíamos entender o mundo da lei sem o recurso de todos os modelos psicológicos que, de maneira mais ou menos explícita, o inspiraram. E, muito menos, poderíamos compreender o comportamento humano (individual, grupal, organizacional) sem intuir como a lei transpassa nossas fronteiras interiores, sem entender como o direito positivo, as tradições e os costumes chegam a constituir o nosso próprio *self*, nossa identidade, nosso ser social. (p. 16)

Apesar de a autora partir de uma perspectiva psicanalítica, sua ideia é válida. A norma transpassa as relações sociais. O Direito faz parte da vida em sociedade e, dessa forma, afeta a subjetividade. Com o Direito cada vez mais em evidência na mídia, as pessoas passaram a conhecer as leis e opinar sobre elas, sobre a composição e as decisões dos tribunais, chegando, infelizmente, nos últimos anos, a protagonizar atos antidemocráticos.

No tocante à relação do Direito com a Psicologia, as diferentes concepções de verdade com que cada ciência trabalha gera alguns atritos. O profissional de Psicologia é convocado a expressar verdades e certezas que essa disciplina não consegue alcançar: “muitos psicólogos são pressionados a expor seus achados com níveis de certeza (apresentando conclusões categoriais da possibilidade ou não de determinado fato acontecer) que não poderiam precisar, sob pena de não serem valorizados de forma adequada pela justiça” (Rovinski, 2013, p. 46). Ademais, segundo a autora, a multiplicidade de visões da Psicologia — que, por muitos, é compreendida como “não confiável” ou “contraditória” — geraria incertezas no âmbito do Direito.

Tradicionalmente, a formação em Psicologia no Brasil é muito voltada para o atendimento em Psicoterapia de longa duração, o que muitos denominam de “área clínica”³². No entanto, cada vez mais, abrem-se espaços de atuação do psicólogo em instituições públicas, em conjunto com outros profissionais, como nos CRAS, nos CAPS, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos hospitais, nas escolas etc. Tal fato demanda que a formação em Psicologia seja modificada, com o intuito de preparar o profissional para essa nova realidade.

No Brasil, a Psicologia foi reconhecida como profissão pela Lei nº 4.119, de 27 de agosto 1962. A partir desse reconhecimento, psicólogas voluntárias passaram a trabalhar na execução penal e com menores infratores. Isso ocorreu até o advento da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.290, de 19 de dezembro de 1984), com o reconhecimento legal dos psicólogos pela instituição penitenciária. De início, as psicólogas eram consideradas “testólogas”, o que se transformou ao longo do tempo (Lago, Amato, Teixeira, Rovinski, & Bandeira, 2009).

Na área jurídica, é conhecida a atuação das psicólogas nos Tribunais de Justiça como peritas ou assistentes técnicas das partes em litígio. Sua entrada no Tribunal de Justiça de São Paulo ocorreu de forma voluntária a partir de 1979, por meio do trabalho com famílias carentes. Em 1985, ocorreu o primeiro concurso público em São Paulo para admissão de psicólogas como auxiliares da Justiça. Os outros estados da Federação seguiram esse exemplo: em Minas Gerais, o primeiro concurso ocorreu em 1992; no ano seguinte, aconteceu no Rio Grande do Sul; e, em 1998, no Rio de Janeiro. Em 1997, foi criado o Núcleo de Atendimento à Família no Foro Central de Porto Alegre (Lago et al., 2009). Observamos que, nesse caso, os psicólogos atuam sozinhos, algumas vezes com o assistente social, raramente de forma conjunta com os operadores de Direito. Além disso, vemos uma subordinação da Psicologia ao Direito, uma vez que os laudos são utilizados apenas para subsidiar a decisão do juiz.

³² Costuma-se esquecer a origem etimológica da palavra clínica, que vem do grego *klinein*, que significa *inclinarse para*. Desta forma, compreende-se que toda ação do psicólogo é clínica, seja no consultório ou nas instituições.

Mosqueira (2013) investigou, em sua tese de doutorado, a ação do psicólogo judiciário nos processos de adolescentes infratores em cumprimento de medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade. A Equipe Técnica do Juízo (ETJ) é convocada quando há dúvidas acerca da “periculosidade” do adolescente, de forma que o juiz objetiva saber se o adolescente poderá praticar novos atos delituosos no futuro. A ETJ, que é a equipe de confiança do juiz, não atua em todos os casos, sendo convocada principalmente àqueles em que há reincidência ou uma gravidade no delito. Assim, Mosqueira (2013) problematiza essa “capacidade preditora” dos psicólogos: como saber se alguém vai cometer um crime ou não? Muitas vezes, os laudos dos psicólogos da Unidade de Internação, que, de fato, acompanham o adolescente, são preteridos em relação aos da ETJ, havendo uma subordinação dos psicólogos do Executivo (Fundação Casa) em relação aos do Judiciário. Outra subserviência apontada pela autora é a da Psicologia em relação ao Direito:

Neste, como em muitos outros casos, presencia-se a função do psicólogo a serviço da justiça de um modo ambivalente, gerando em algumas integrantes da equipe questionamentos quanto à pertinência desse movimento. Por um lado, as sugestões técnicas sendo seguidas, na maioria das vezes, pelos juízes, implicaria uma delegação significativa de poder, compreendida como um reconhecimento e respeito ao trabalho realizado. Por outro lado, o profissional demandado pode restringir-se a um tipo de atuação subordinada e/ou subserviente da Psicologia para o Direito, ferindo os princípios de autonomia e independência no desempenho da atuação profissional. (Mosqueira, 2013, pp. 154-155)

Nesse sentido, de acordo com França (2004), “realizar perícia é uma das possibilidades de atuação do psicólogo jurídico, mas não a única” (p. 75). Para essa autora, há outras possibilidades de atuação do psicólogo junto ao Direito, como a promoção de orientações e encaminhamentos, o estudo dos efeitos do jurídico sobre a subjetividade, entre outros. Desse modo, a Psicologia Jurídica pode ir além da investigação do comportamento humano de acordo com as necessidades do mundo jurídico, caso seu objeto de estudo abarcasse as consequências das ações jurídicas sobre os indivíduos — isto é, como o mundo jurídico afeta a subjetividade das pessoas. Portanto, o foco da Psicologia Jurídica não reside somente em atender as solicitações do mundo jurídico, mas transcende-as, para que as duas ciências possam caminhar juntas.

Vale lembrar que, na formação em Psicologia da USP, não há nenhuma disciplina que trate de Psicologia Jurídica³³. Alguns alunos acabam cursando a disciplina de Psicologia Forense na Faculdade de Direito, que abarca nada menos do que noções de Psicologia e de

³³ Houve um concurso público no Instituto de Psicologia da USP, em fevereiro de 2022, para professor na área de Psicologia e Direito, no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Psicanálise. Tal fato se repete nos principais cursos de graduação no Brasil, conforme sublinham Lago e Bandeira (2009). Conforme essas autoras, a interdisciplinaridade entre ambas as áreas torna necessário o conhecimento de terminologias e procedimentos jurídicos por parte dos psicólogos. Mesmo nas faculdades em que se leciona a disciplina de Psicologia Jurídica, ela é opcional e tem carga horária reduzida.

A formação acadêmica voltada para a área clínica gera profissionais pouco preparados para atuar no âmbito forense, onde é necessário atentar a muitas especificidades e à relevância dos documentos, que podem ter consequências legais. Assim, é preciso buscar cursos de especialização ou de capacitação (quando há oferecimento dos mesmos) ou então valer-se de leituras e supervisões, procurando garantir a qualidade do trabalho. (Lago & Bandeira, 2009, p. 291)

Embora as autoras supracitadas mencionem “Psicologia Jurídica”, preferimos lidar com “Psicologia e Direito”. Como ressaltado acima, a denominação “Psicologia Jurídica”, ou “Psicologia Judiciária”, ou, ainda, “Psicologia Forense”, acaba contendo, em si, uma subordinação da Psicologia ao Direito. Foi por isso que o objetivo da presente pesquisa enfocou a possibilidade de uma formação em estágio conjunto, de forma que uma área não se ponha a serviço da outra nem assimile a outra. Trata-se, portanto, de uma pesquisa e de uma prática que prezam pela interdisciplinaridade.

Mais recentemente, em 2010, foram admitidos os primeiros psicólogos na DPESP, o primeiro órgão dessa natureza a contratar psicólogos efetivos (Cavalcante, 2015). Vale trazer à tona a DPESP por ser, como o DJ, um órgão voltado à assistência jurídica.

Em cada unidade da DPESP, há um CAM, composto por psicólogos e assistentes sociais, mas coordenado por um defensor público. É possível notar que a denominação do CAM é “multidisciplinar”, e não “interdisciplinar”, o que acarreta diferenças. Entendemos por “multidisciplinaridade” a confluência de múltiplas disciplinas para a compreensão de um mesmo fenômeno, enquanto na “interdisciplinaridade” há uma troca de informações e de conhecimentos, há uma interdependência entre as disciplinas, configurando uma visão global dos fenômenos, dos fatos, em suas diferentes interfaces (Sá, 2003).

Conforme Fazenda (1994), o movimento da interdisciplinaridade surgiu em meados da década de 1960 na Europa, sobretudo na França e na Itália, com a reivindicação dos movimentos estudantis por um novo estatuto de universidade e escola. Esses movimentos buscaram um “rompimento a uma educação por migalhas” (Fazenda, 1994, p. 18). Acreditava-se que “o destino da ciência multipartida seria a falência do conhecimento, pois na medida em que nos distanciássemos de um conhecimento em totalidade, estaríamos decretando a falência

do humano, a *agonia de nossa civilização*” (Fazenda, 1994, p. 19, *itálicos da autora*). As discussões sobre interdisciplinaridade chegaram ao Brasil no fim da década de 1960.

Para Brandão (2009), a interdisciplinaridade nos desafia na prática, mesmo com sólida base teórica. A fim de exercitar a interdisciplinaridade nas ações práticas, deve-se considerar:

[...] o tempo de espera — na produção do próprio conhecimento e do outro, ligado a coerência da busca; o desapego de nossos saberes disciplinares de base; o respeito ao próprio trabalho e ao de outros; a humildade de compartilhar e colocar-se, assim como ao trabalho, em processo de constante revisão e (auto) análise crítica, contextualizada nos tempos e nos espaços das culturas — ante tantas palavras que, a cada pronunciamento, (re) constroem o discurso em seus sentidos — significados —, na ousadia das propostas e a coragem e pioneirismo da luta. (Brandão, 2009, p. 93)

Segundo Sousa, Bogo e Bastos (2013), a interdisciplinaridade “pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea” (p. 50). Esses autores tratam da dificuldade de se ter profissionais com formação interdisciplinar no SUS, o que pode ser usado, por analogia, na relação entre Psicologia e Direito. A crescente especialização teria levado a uma pulverização do conhecimento, à divisão dos saberes, o que tornou a formação dos profissionais da área de saúde deficiente. O enfoque pedagógico se restringe à transmissão de conhecimentos em sala de aula, não privilegiando a formação crítica do estudante, que acaba tendo contato com o mundo do trabalho tardiamente. Nessa perspectiva, os autores defendem a não possibilidade de um enquadramento conceitual da prática interdisciplinar, ou seja, de um conceito único, pois a conceituação depende da própria prática interdisciplinar.

Ainda se confunde a interdisciplinaridade com o trabalho em equipe multiprofissional, os relatos demonstraram que há dificuldades concretas que impedem o nascimento da prática interdisciplinar. A condição básica para exercer a interdisciplinaridade é aprender na experiência, mas como exigir profissionais interdisciplinares para o SUS se a sua formação não contempla experiências interdisciplinares? (Sousa et al., 2013, p. 56)

Os autores sustentam que se aprende a interdisciplinaridade na prática, “experenciando”, tendo um contato maior com outras áreas durante a formação, o que pode ocorrer por meio de mais estágios. Segundo Fazenda (1994), a “interdisciplinaridade é essencialmente um processo que precisa ser vivido e exercido” (p. 11), decorrendo “mais do encontro entre indivíduos do que entre disciplinas” (p. 86).

Em relação ao foco deste trabalho, os alunos de Psicologia vão ao DJ uma vez por semana e têm a possibilidade, nesse período, de entrar em contato com o mundo do Direito,

com a linguagem jurídica, além de conhecer pessoas com uma condição de vida totalmente diferente da deles. Os alunos de Direito também vão se familiarizando com a Psicologia, conhecendo as possibilidades de atenção psicológica direcionada ao sofrimento humano, para além de “lidar com loucos”. Acreditamos que tal experiência é de fundamental importância para a formação dos alunos das duas áreas, num mundo que demanda cada vez mais um não isolamento das disciplinas e profissionais que atuem de forma conjunta. A simples presença da Psicologia no DJ e em outros locais já configura um trabalho multidisciplinar, uma vez que se trata do olhar de várias disciplinas para o mesmo fenômeno. O atendimento conjunto, a interação de dois profissionais, de dois saberes, denota a interdisciplinaridade, que também só é possível na prática. Nesse momento, questionamo-nos: todo atendimento conjunto seria interdisciplinar?

6.1 AÇÃO – DA MULTIDISCIPLINARIDADE PARA A INTERDISCIPLINARIDADE E VICE-VERSA

Antes de responder à questão anterior, é necessário discorrer sobre o conceito de “ação”, tal como descrito por Hannah Arendt (2010) ao longo de sua obra, especialmente em *A Condição Humana*. Segundo a autora, há três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação. O trabalho (*labor*) corresponde ao processo biológico do corpo humano, sendo sua condição a própria vida. Trata-se do processo de manutenção da vida, e seu produto é consumido pelos seres humanos. A obra (*work*) tem durabilidade, podendo ultrapassar a própria vida de quem o criou. Seu produto é usado pelos seres humanos.

A ação (*action*) é a única atividade que ocorre entre seres humanos, correspondendo à condição da pluralidade humana. Agir é criar algo novo, é um aparecer e começar algo. O ser humano é singular e plural ao mesmo tempo, pois “a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos” (Arendt, 2010, p. 220). Além da ação, o discurso é um aspecto que distingue o ser humano: “a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas *qua* homens” (p. 220).

Sabe-se que o ser humano é um animal dotado de fala. Isso não significa dizer que outros animais não se comunicam entre si, mas que a linguagem é uma característica humana. Somos seres-no-mundo-com-os-outros e, por isso, agimos e falamos: “é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano” (Arendt, 2010, p. 221). Agir significa tomar a iniciativa, então pode-se sempre esperar o inesperado dos seres humanos. A maior parte dos atos acontece na forma de discurso.

Defendemos, aqui, que o atendimento conjunto, tal como ocorre no DJ, é uma “ação”, no sentido de Arendt. Mas não é qualquer ação, constituindo-se uma “ação interdisciplinar”, que ocorre entre seres humanos de diferentes formações profissionais — no caso, entre formandos e profissionais de Psicologia e Direito.

Para que ocorra a ação, é necessário “estar junto”. A ação ocorre “entre” pessoas, na relação. É impossível no isolamento. A ação ocorre nas e estabelece relações, rompendo limites e transpondo fronteiras. O atendimento conjunto transpõe os limites entre as disciplinas. A ação é inerentemente imprevisível, assim como o atendimento conjunto. Aliás, qualquer atendimento, pois “atender” significa dar atenção, escutar o outro, e nunca sabemos o que o outro vai nos falar. É sempre uma surpresa. O atendimento conjunto e a atenção disposta por dois profissionais de áreas diferentes contam com um elemento imprevisível a mais: nunca se sabe como o outro profissional intervirá, como a pessoa atendida responderá e como a interação entre todos os participantes acontecerá.

A estória, de acordo com Arendt (2010), é um resultado da ação, iniciando-se e se estabelecendo assim que passa o instante fugaz do ato. Ela só se revela plenamente para o contador da estória, para aquele que se debruça sobre o que aconteceu. Seria eu uma historiadora ao contar as ações que aconteceram no DJ? Mais do que uma defesa, esta tese deixa como legado o registro dessas histórias, da parceria entre Psicologia e Direito no DJ. Todavia, o historiador não age, ele somente se debruça sobre os atos dos outros, e, nessa estória, eu estou implicada, como agente, como aquela que age.

Para agir, é necessário haver liberdade; liberdade de poder fazer algo novo. Esta liberdade foi encontrada pelo grupo de Psicologia do DJ na construção de uma parceria. Embora o primeiro pedido, explícito, tenha sido algo como “venham atender quem não damos conta”, a Psicologia encontrou liberdade de fazer mais do que isso: de agir e de ser agente de mudança e de transformação em uma área tão tradicional e fechada como o Direito.

Retomando Arendt (2010), a autora defende a necessidade do testemunho: nenhuma ação pode ocorrer no isolamento, referindo-se às capacidades de prometer e perdoar. Sendo uma característica da ação a irreversibilidade — o que se fez está feito —, a possibilidade de perdão é a redenção possível, servindo para “desfazer” os atos do passado. Outra característica, a imprevisibilidade, encontra sua redenção na capacidade de fazer promessas, de prometer. Sendo o futuro incerto, a capacidade de obrigar-se por meio de promessas serve como uma ilha de segurança da continuidade do futuro. O perdão nos livra das consequências daquilo que fizemos, e a obrigação de cumprir as promessas conserva a nossa identidade. Toda ação ocorre com os outros: “o perdão e a promessa realizados na solitude e no isolamento permanecem sem

realidade e não podem significar mais do que um papel que a pessoa encena para si mesma” (Arendt, 2010, p. 296).

Somente mediante essa mútua e constante desobrigação do que fazem os homens podem ser agentes livres; somente com a constante disposição para mudar de ideia e recomeçar pode-se confiar a eles um poder tão grande quanto o de começar algo novo. (Arendt, 2010, p. 300)

Neste ponto, vale lembrar que a parceria entre o LEFE e o DJ ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro, de 2001 a 2008, foi marcado por uma parceria mais multidisciplinar do que interdisciplinar. Era o começo da parceria entre as duas entidades, um primeiro tatear pelo campo. Pelo que me tinham me contado, havia praticamente uma separação entre Psicologia e Direito. Um funcionário do DJ já separava os casos que a Psicologia atenderia, e os alunos que faziam o plantão aceitavam que deveria ser assim. No segundo momento, de 2012 até hoje, logo que me disponibilizei para ser supervisora de campo. A técnica do LEFE, Heloisa Aun, que assumira a supervisão do projeto na época, e a Professora Henriette Morato contaram-me como era o local antes e como achavam que deveria ser.

Evidenciamos que só foi possível ser diferente a partir de 2012, porque havia sido de outra maneira antes; porque houve o perdão de como era antes, e a promessa de como deveria ser. Só assim foi possível começar de novo. Principalmente por meio do atendimento conjunto, esperávamos que a interdisciplinaridade ocorresse na prática, na práxis, na ação. Ocorreu assim muitas vezes, mas nem sempre, pois, para ser interdisciplinar, é necessária a conjugação de pessoas abertas para a interdisciplinaridade, para as trocas.

Não foi somente no Direito que encontramos estagiários fechados para essa prática; muitos plantonistas da Psicologia também se encerravam na Psicologia. Lembro-me de uma aluna que praticamente fez uma Psicoterapia Psicanalítica breve com a assistida do DJ. Talvez fosse o que a pessoa precisava naquele momento, mas algumas características vistas nessa aluna levaram a esse enquadre. Por isso, falamos em “possibilidades” de ações interdisciplinares, e não de “certezas”.

6.2 JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA

Um tema que não podemos deixar de tratar nesta pesquisa é a judicialização da vida, o ato de tornar judicial, de levar à apreciação do Poder Judiciário todos os aspectos das nossas vidas. Isso faz parte da pós-modernidade em que estamos inseridos. Observamos essa judicialização tanto no atendimento de pessoas com demandas jurídicas — como o caso de

Mercedes — quanto em pessoas que apresentam delírios e os transformam em uma demanda jurídica.

O que é um delírio? Tal como Dom Quixote via cavaleiros em moinhos de vento, o delirante vê algo que não está ali, mas que parte da realidade. É preciso ter muito cuidado ao atender uma pessoa com esse funcionamento, pois não é possível descartar, a princípio, que seus direitos não estejam realmente sendo violados. Como dito, o conteúdo do delírio mostra uma relação parcial com as vivências anteriores do delirante. O delírio constitui significações e não realidades naturais. O que Vera Lúcia estava querendo nos dizer ao informar que sentia cheiro de lixo em sua casa? A relação ser-no-mundo se inverte no delirante: mundo-no-ser (Tatossian, 2006). O ser contém um mundo em si, mundo este que não é compartilhado com os demais seres, embora o delirante deseje compartilhá-lo, procurando a autenticação do outro por meio da Justiça. Ele procura o testemunho do outro. Sendo mundo-no-ser, não deixa de ser-no-mundo.

Tatossian (2006), retomando Jaspers, defende a incompreensibilidade como critério do delírio verdadeiro e define seus três atributos: i) a convicção extraordinária que está vinculada (aos julgamentos delirantes) à certeza subjetiva incomparável; ii) a ininfluenciabilidade pela experiência e pelo raciocínio restritivo; e iii) a impossibilidade do conteúdo. O delírio não pode ser revivido de forma empática pelo sujeito sadio. Embora nos reframos, nesse tipo de atendimento, à possibilidade de “entrar” no delírio, isso é impossível. Simplesmente tentamos acompanhar a história construída pela pessoa. Alguns alunos — e nisso me incluo, quando comecei a ter contato com esse tipo de atendimento — tentam contestar a pessoa, mostrando-lhe que aquilo que foi dito não tem lógica nem na realidade compartilhada nem na própria história. O conteúdo acaba tendo um papel acessório, dado que não é incompreensível, mas a forma delirante o é.

Quando a pessoa chega ao DJ com esse modo de ser, trazendo a forma delirante, não é profícuo tentar dissuadi-la do contrário. Assim como em qualquer caso, o Direito trabalha com provas: pede-se para a pessoa trazer as provas do que alega, e, quando ela não consegue, não há possibilidade de ingressar com alguma ação na Justiça. No caso de Vera Lúcia, a estagiária foi com o cartorário e um advogado colaborador à casa dela para fazer a ata notarial, com o intuito de comprovar o que estava acontecendo. Não foi possível produzir a prova. Por isso, não foi possível demandar na Justiça que os vizinhos parassem de jogar lixo na casa dela, pois não havia lixo. Não havia cheiro. A estagiária até tentou achar outra demanda, comentando sobre a irregularidade na janela, mas esta não seria uma demanda satisfatória para Vera Lúcia.

O mundo delirante engloba o mundo real e comum. Como apontamos, a pessoa procura a Justiça para obter a autenticação de seu delírio.

De fato, o delírio não é a perda da realidade e do mundo real e o delirante se comporta antes como um homem que conheceria e compreenderia a visão heliocêntrica do mundo, mas acreditaria ter descoberto por trás dela uma visão mais geral e englobando a primeira. (Tatossian, 2006, p. 288)

Para a pessoa, o que ela percebe é a realidade. Por isso, não adianta convencê-la do contrário. Ao falar a Vera Lúcia que não se sente cheiro de lixo, ela continuará sentindo o mesmo cheiro. Ela tinha boa-fé, o cheiro existe para ela, mas não para os outros. Não existia para o Direito, mas existia para a Psicologia. Conforme Van den Berg (2003), “o paciente rejeita a evidência da realidade; rejeita simplesmente a realidade. A sua realidade é diferente” (p. 36). Nenhuma evidência consegue alterar a sua opinião, pois a pessoa sofre de “ilusões” e está isolada. Vera Lúcia era uma senhora que morava sozinha em sua “casa muito engraçada” sem nada, sem rádio, sem ninguém com quem compartilhar o mundo. Tal situação favorecia o isolamento e a formação do delírio. Dona Mercedes, apesar de não ser delirante, apresentava certa rigidez em relação ao mundo. Também era uma mulher sozinha, isolada, que desejava que tudo fosse do seu jeito. Vera Lúcia se incomodava com o lixo; Dona Mercedes, com as infiltrações, que estavam lá, que foram comprovadas, mas não na quantidade que ela achava — nada a convenceria do contrário. O perito estaria errado, o juiz estaria errado, todo mundo estaria errado, então somente ela estaria certa.

Nesse sentido, cabe trazer novamente a distinção entre verdades:

Mas procura de quê? É uma procura da verdade. Essa palavra precisa ser pensada. Em português, ela deriva do latim *veritas*, e tem a ver com o verificável, aquilo que pode ser comprovado. Tal conceituação associa a perspectiva da verdade a linguagem do conhecimento. É certo que há uma dimensão da verdade que é definida por sua comprovação, por sua verificabilidade. Mas ela não é apenas o verificável. Como fazer para aproximar, via *poiesis*, a questão da verdade? A palavra grega *aletheia* pode ajudar, pois ela traz um outro sentido para a palavra verdade. *Aletheia* é formada por um prefixo de negação (a) e por um radical (*lethe*), que significa esquecimento. *Aletheia* pode ser o “não esquecido”. Podemos nos aproximar da *aletheia* por uma via *poética*. Não-esquecido pode ser o recordado. Recordar vem de um radical latino *cor-cordil*, que significa coração. Se lermos re-cordar, isso soa como se disséssemos algo assim: colocar o coração de novo; *aletheia*, verdade — não meramente o não-esquecido, mas aquilo em que se pode pôr de novo o coração. (Pompeia & Sapienza, pp. 160-161)

A verdade do delirante seria *aletheia*? A verdade que não é comprovada, verificada? De qualquer forma, “o sofrimento de uma experiência psicótica é real e muito intenso” (Pompeia & Sapienza, 2013, p. 179). Isso importa para a Psicologia, mas não para o Direito. A Psicologia

trabalha com *aletheia*, e o Direito, com a *veritas*. Como conjugar essas duas verdades? Como trabalhar em conjunto com concepções tão diferentes? Nisso está o desafio da interdisciplinaridade: reconhecer que nenhuma disciplina dá conta do fenômeno humano, por isso há a necessidade de se trabalhar junto. Muitas vezes, Psicologia e Direito juntas não dão conta do fenômeno, necessitando, ainda, de outras disciplinas, como o Serviço Social, a Contabilidade, a Engenharia, a Medicina, somente para citar algumas.

Retomando o fenômeno da judicialização, Oliveira e Brito (2013) o definem da seguinte forma:

Compreendemos por judicialização o movimento de regulação normativa e legal do viver, do qual os sujeitos se apropriam para a resolução dos conflitos cotidianos. Atravessados pelo Poder Judiciário, não somente se recorre a ele como também se incorporam e se legitimam seus modos de operação, reproduzindo-se o controle, o julgamento e a punição das condutas, em prol — assim é justificado — da inviolabilidade dos direitos, do melhor interesse, da proteção e do bem-estar de algumas vidas. (p. 80)

Tratei desse tema em minha dissertação de mestrado (Rezende, 2015) e em um artigo posterior (Rezende & Mandelbaum, 2016), no mesmo sentido que abordo agora: o fenômeno que leva as pessoas a buscarem, no Poder Judiciário e somente nele, a resolução de seus conflitos. No entanto, essa instituição acaba não resolvendo os conflitos e são entregues; as pessoas buscam por justiça, uma justiça abstrata.

Nos três casos abordados nesta tese, verifica-se isso. Vera Lúcia queria que os vizinhos parassem de jogar lixo em sua casa; em vez de conversar com eles, buscou a Justiça. Graça objetivava que o juiz lhe fizesse justiça punindo o marido agressor por todos os anos de agressão, mas o Judiciário somente lhe deu o divórcio e nada mais — mesmo porque ela só levou a demanda de divórcio ao âmbito jurídico, e não a da violência doméstica. Dona Mercedes ainda buscava o reconhecimento da Justiça de todo o mal que os vizinhos lhe fizeram, por não encontrar em si sua morada.

Boaventura de Sousa Santos (2011), na obra *Para uma revolução democrática da Justiça*, discute sobre o protagonismo dos tribunais e sobre como boa parte das litigações que chegam aos tribunais se devem ao desmantelamento do estado social. Percebemos isso no DJ com a situação de vulnerabilidade de grande parte dos assistidos, como Vera Lúcia. Diana, à época estagiária, comentou que, ao ir à casa dela, viu como era a casa de uma assistida do DJ. Eu fui à casa de Dona Mercedes, e se tratava de um apartamento de classe média em um bairro degradado. O prédio refletia a degradação do bairro, e esta começou a entrar em seu

apartamento. O que chamou a atenção foi que ela, em vez de se mudar de lá, resolveu ficar no mesmo lugar.

Para Santos (2011), a litigação tem a ver com as culturas jurídicas e políticas, como é o caso de escolher o Poder Judiciário, enquanto uma instância mediadora da vida, para resolver seus conflitos, como acontece em situações de família e de brigas entre vizinhos. Também se relaciona à não efetivação dos direitos que leva à procura do Judiciário, como é possível verificar no fenômeno de judicialização da saúde: “como me referiu um magistrado brasileiro, uma boa parte do seu trabalho é dar medicamentos” (Santos, 2011, p. 26). Não trouxe nenhum caso de judicialização de saúde, mas me lembro de que, quando era estagiária, ingressei com um caso desse, o que era bastante comum. Eventualmente, casos desse tipo chegavam à Psicologia, devido ao sofrimento pelo qual a pessoa estava passando.

Com certeza, o Judiciário não resolverá todas as mazelas sociais, mas deve assumir a sua responsabilidade nessa questão. Segundo Santos (2013), “com a revolução democrática da justiça a luta não será apenas pela celeridade (quantidade da justiça), mas também pela responsabilidade social (qualidade da justiça)” (p. 43). Será que uma justiça democrática atenderia melhor os interesses nos três casos analisados aqui?

No caso de Vera Lúcia, não, pois sua demanda não encontra sustentação na realidade compartilhada com os outros seres humanos. No caso de Dona Mercedes, na minha avaliação como advogada, sua sentença foi bastante razoável, na medida do que foi possível provar juridicamente. Contudo, acredito que, no caso de Graça, poder-se-ia ter alcançado uma justiça mais humanizada, que seja.

Não sei em que momento a Justiça deixou de ser humanizada, mas, no caso dela, o juiz me pareceu bastante despreparado para lidar com casos de família, ainda mais envolvendo violência doméstica. A Lei Maria da Penha inovou no sentido de colocar a responsabilidade pela violência doméstica no Estado, mas muitos julgadores parecem ainda enxergar esse fenômeno como um problema de casal. Não é.

Santos (2011) ainda discorre sobre a extensão universitária no âmbito do acesso à Justiça. O DJ é o maior exemplo de uma instituição que agrega a extensão universitária, garantindo o acesso à justiça por parte de muitas pessoas consideradas hipossuficientes e que procuram a instituição. Nas palavras do autor: “a extensão universitária emerge como canal privilegiado de contato com a diversidade jurídica do mundo exterior à faculdade, atuando na reformulação da consciência jurídica de formadores e formadas num circuito recíproco de ensino e aprendizagem” (Santos, 2011, p. 59). O DJ garante isso não só para os acadêmicos de Direito, mas também para os futuros psicólogos.

Acerca da atuação das faculdades de Direito na extensão universitária, Santos (2011) propõe dois modelos de intervenção: os escritórios-modelo e as assessorias jurídicas universitárias populares. Os escritórios-modelo, na visão do autor, caracterizam-se por uma prática jurídica individualizada, rotineira e despolitizada. O segundo modelo daria uma atenção maior à defesa de direitos coletivos em articulação com movimentos sociais e organizações populares. Em qual modelo o DJ se encaixaria?

Na minha visão, em nenhum dos dois e, ao mesmo tempo, nos dois. Analisando os casos retratados neste trabalho, o DJ seria evidentemente classificado como um escritório-modelo, pois acolhe ações individuais. Contudo, não se pode deixar de registrar um caráter mais politizado que o DJ vem almejando nos últimos anos. Como exemplo, um estagiário conseguiu uma decisão específica obrigando a Defensoria Pública da União a atender casos trabalhistas. Cada vez mais, o DJ tem se posicionado politicamente e atuado em ações coletivas, como na defesa de alunos da USP numa ação de despejo do conjunto residencial da universidade.

A participação dos estudantes de direito em tais projetos favorece a aproximação a espaços muitas vezes ignorados e que servirão de “gatilhos pedagógicos” para uma formação mais sensível aos problemas sociais, o que nem a leitura de um ótimo texto descritivo de tal realidade poderia proporcionar. É a interação entre estudantes e sociedade a agir como protagonista do processo de ensino e aprendizagem. (Santos, 2011, p. 61)

Mesmo nos casos em que o DJ se caracteriza mais como um escritório-modelo, é impossível sair de lá sem ser afetado pelo contato com as pessoas, com suas histórias sofridas, com seus problemas tão diferentes de um estudante da Faculdade de Direito da USP. O perfil do calouro das Arcadas mudou muito desde quando me formei, especialmente com a inserção das cotas sociais e raciais. Muitos estagiários do DJ começaram a se parecer cada vez mais com os próprios assistidos, e chegamos a ouvir de alguns alunos pretos como se identificavam mais com os assistidos do que com os seus colegas de classe e de DJ, sobretudo aqueles que haviam acabado de ingressar no curso. Mesmo assim, não deixam de ser alunos da tão tradicional Faculdade do Largo São Francisco e, com o passar dos anos, parecem se distanciar cada vez mais de sua origem humilde.

Lembro-me da história de um “calouro”, hoje denominado estagiário administrativo, aluno do primeiro ano. Contou-me sobre sua saga para chegar à cidade de São Paulo quando soube da aprovação no vestibular. Veio de carona, de um estado do Nordeste, em um caminhão,

e enfrentava condições precárias na Casa do Estudante³⁴. No entanto, hoje está indo fazer um intercâmbio na Europa. Não que não existissem estudantes humildes em minha época, mas era muito mais raro do que hoje, ainda mais vindos de tão longe — claro que havia nordestinos, mas aqueles mais abastados.

Um fato parecido tem acontecido no Instituto de Psicologia. No segundo ano do curso, temos a disciplina de Psicologia Social II, e uma das tarefas, quando eu era aluna, era trabalhar por um dia numa posição humilde, num trabalho que não exigisse esforço intelectual. Os alunos trabalhavam como garis, no bandeirão da USP, etc. Eu trabalhei como empacotadora de um supermercado. Os alunos que entraram poucos anos depois revoltaram-se com essa tarefa, alegando que não fazia mais sentido, pois parte deles já vinha de condições humildes e já havia trabalhado em tais condições.

É motivo de comemoração que, cada vez mais, a população que era alvo da extensão da universidade esteja entrando no ensino e na pesquisa. Vale citar que alguns alunos da USP passaram a ser assistidos pelo DJ também por diferentes motivos: pensão alimentícia, relacionamentos abusivos, entre outros.

Santos (2011) discorre acerca do tripé universitário (pesquisa-ensino-extensão) na área do Direito:

Em regra, o ensino jurídico até hoje praticado (180 anos depois da implantação dos primeiros cursos em São Paulo e Olinda) parte do pressuposto de que o conhecimento do sistema jurídico é suficiente para a obtenção de êxito no processo de ensino-aprendizagem. A necessária leitura cruzada entre o ordenamento jurídico e as práticas e problemas sociais é ignorada, encerrando-se o conhecimento jurídico e, conseqüentemente, o aluno, no mundo das leis e dos códigos. As pesquisas no direito estão ainda muito centradas na descrição de institutos, sem a devida contextualização social. A subversão deste quadro passa pelo investimento em propostas como a de pesquisa-ação, onde a definição e execução participativa de projetos de pesquisa e ensino envolve a comunidade e esta pode se beneficiar dos resultados dos estudos. (p. 88)

Um exemplo desse tipo na área de Psicologia seria uma pesquisa que discutisse questões individuais dos sujeitos sem considerar o contexto social. A pesquisa-ação da qual fala Santos (2011) assemelha-se à pesquisa interventiva utilizada neste trabalho (Morato, 2007). Espero que o presente trabalho tenha impacto na formação dos alunos de Psicologia e Direito, ao fazer referência a uma prática interdisciplinar, bem como ao atendimento dos assistidos do DJ.

A revolução democrática da Justiça, de acordo com Santos (2011), passa por uma reforma do ensino jurídico. A educação jurídica, em sua visão, “deve ser uma educação

³⁴ A Casa do Estudante é uma moradia estudantil destinada a receber alunos da Faculdade de Direito que não conseguem arcar com os custos de uma moradia em São Paulo. Fica localizada na Avenida São João, no centro de São Paulo.

intercultural, interdisciplinar e profundamente imbuída da ideia de responsabilidade cidadã” (p. 94). Acredito que isso se aplique à formação dos psicólogos. Faz-se necessária uma educação para além dos consultórios psicológicos, uma educação — no sentido de “conduzir para fora”, de acordo com a origem etimológica da palavra — que prepare o futuro psicólogo para trabalhar em instituições e em outros contextos.

Hoje, trabalhando na Defensoria Pública, afirmo categoricamente que a minha experiência no DJ foi fundamental para me preparar para o trabalho que exerço. Por isso, é muito importante o estágio interdisciplinar e interprofissional entre estudantes de Psicologia e Direito: trata-se de uma preparação para o futuro profissional e para a vida.

Como afirmado no começo deste capítulo, o psicólogo que deseja trabalhar na área jurídica necessita de conhecer minimamente leis e normas da área em que vai exercer seu ofício. No Tribunal de Justiça, por exemplo, o psicólogo pode atuar nas áreas familiar, criminal e infanto-juvenil. No DJ, qualquer pessoa pode ser atendida pela Psicologia, e não somente as que se encaixam nas áreas citadas. Já atendemos muitas pessoas com questões trabalhistas e previdenciárias. Assim, para ser um assistido, basta ser uma pessoa em sofrimento. No trabalho interdisciplinar, um profissional vai aprendendo com o outro a conhecer a experiência humana.

6.3 EU-INTERDISCIPLINAR

Esta tese sofreu uma virada metodológica ao deslocar a experiência dos alunos para a minha experiência com a interdisciplinaridade, ao confluir os meus dois cursos universitários numa mesma prática. Seria eu uma pessoa interdisciplinar? Conforme conversei com Graça, ela procurava a Joyce-advogada ou a Joyce-psicóloga? Na visão de Dona Mercedes, eu tinha uma dupla visão do que estava acontecendo com ela, como se eu pudesse compreendê-la melhor do que os outros profissionais envolvidos no caso. Compreender é uma faculdade do psicólogo ou do ser humano?

Morin (2000) escreve: “fui feito por aquilo de que eu sentia sede” (p. 41). Busquei o curso de Direito, pois eu tinha sede de justiça, e a Psicologia, por não ter encontrado Justiça no curso de Direito. Então, quis compreender os seres humanos. Como a sede de justiça não foi saciada, continuei estudando o Direito na Psicologia e atuando na área jurídica como psicóloga. O que é justiça?

É uma pergunta impossível de responder, mas podemos discutir sobre representações da justiça. A deusa da justiça para os gregos, Thêmis, costuma ser representada como na Figura 2.

Figura 3 – Representação da deusa grega da Justiça, Thêmis



Fonte: Site da ANF (2019)³⁵

Trata-se, como se vê na Figura 3, de uma mulher em pé, vendada, segurando uma balança e uma espada. A balança representa o equilíbrio; a espada significa o poder, a força para que a lei seja respeitada; e a venda nos olhos, por sua vez, remete à imparcialidade da justiça — afinal, “a justiça é cega”. Contudo, curiosamente, a representação da justiça na entrada do Supremo Tribunal Federal (STF), corte mais alta do país e guarda da Constituição, é um pouco diferente, como explicitado na Figura 4.

Figura 4 – Representação da Justiça na entrada do STF



Fonte: Wikipedia (2022)³⁶

Podemos observar que *A Justiça* — nome da escultura — está sentada, sem a balança, mas continua vendada e com a espada. De acordo com o escultor que idealizou a obra, Alfredo Ceschiatti, significa que, após um caso passar pelo STF, a justiça foi feita, por isso está sentada

³⁵ Recuperado de <https://www.anf.org.br/dia-8-de-dezembro-dia-da-justica/>.

³⁶ Recuperado de https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:A_Justi%C3%A7a_escultura_BSB_08_2005_24v.jpg.

e sem a balança. A balança já pendera para algum lado, tudo já fora medido e pesado e já fora dado a cada um o que era seu. Contudo, ela continua com a espada, visto que o poder continua pertencendo ao Estado e, nas mãos de uma pessoa, pode virar instrumento de vingança privada (Franca Filho, 2011).

Sinto que fui me especializando em uma área, no “entre”, na intersecção, a ponto de, muitas vezes, sentir-me isolada. “Ora, fazer os conhecimentos isolados comunicarem-se isoladamente ainda mais entre os profissionais e os especialistas do conhecimento [...]” (Morin, 2000, p. 43). Não me sinto uma “psicóloga pura”, uma vez que estou impregnada pelo Direito, mas, se for para escolher uma profissão, escolho a Psicologia.

Morin (2000) destaca a necessidade de assumirmos as contradições: pensar, viver e agir na contradição. Assumo a contradição de ser uma advogada-psicóloga, uma profissão de fala e outra de escuta. Sempre preferi escutar a falar — como diria um dito popular: “temos dois ouvidos e apenas uma boca”. Isso não significa afirmar que o advogado não precisa escutar e que o psicólogo não pode falar — um bom advogado escuta o seu cliente, e um bom psicólogo fala com a pessoa atendida, devolvendo-lhe o que escutou e a forma como foi afetado. Além de psicóloga e advogada, aventurei-me a ser pesquisadora:

Minha investigação fazia mais do que apenas atravessar as disciplinas, ela levava em consideração temas maiores ignorados pelo corte disciplinar: o papel das mulheres “agentes secretos da modernidade”, a nova mentalidade adolescente e a nova relação entre adolescentes e adultos, o acontecimento da reconstituição rural que se efetuava simultaneamente a minha pesquisa. Ao longo da pesquisa, aprendi a extrair meu saber do “terreno” elaborando uma metodologia que se adaptasse a ele sem traí-lo. (Morin, 2000, p. 176)

Conforme assinalado diversas vezes ao longo deste trabalho, o caminho não se mostra inteiro ao viajante, assim como a pesquisa não se mostra inteira ao pesquisador. Afinal, para que pesquisar se já soubéssemos dos resultados? Morin (2000) aprendeu a extrair o saber do “terreno”, do campo; eu aprendi a ser maleável o suficiente para me adaptar ao que o campo exigia. Não utilizei os mesmos procedimentos em todos os casos. À medida que o campo me convocava, eu mergulhava nele. Pesquisar em Ciências Humanas não poderia ser de outra forma, “porque não se pode extrair os fenômenos e os acontecimentos do mundo para inseri-los em laboratórios artificiais. O grande e incontrolável laboratório da vida é submetido, irremediavelmente, aos turbilhões e aos cataclismas” (Morin, 2000, p. 257).

Japiassu (2006) ressalta a importância da transdisciplinaridade para a Filosofia e as Ciências Humanas. Ademais, defende que, longe de parecer um progresso, “a exigência interdisciplinar constitui *o sintoma da situação patológica em que se encontra hoje nosso*

saber” (p. 13, itálicos do autor). Ou seja, especializar-se na profissão é algo tão almejado hoje que a interdisciplinaridade se fez necessária, mesmo quando injustificada. Japiassu (2006) também faz um alerta: “evidentemente que constitui uma ilusão pensar que basta pôr em contato cientistas de disciplinas diferentes para se criar a interdisciplinaridade” (p. 20).

No caso deste trabalho, nem sempre o atendimento conjunto é interdisciplinar. Ele pode e tem a potencialidade de sê-lo, mas, para que o seja, depende de alguns fatores, principalmente dos profissionais envolvidos no atendimento. A interdisciplinaridade se faz na ação, na prática e é dependente de sujeitos abertos à troca entre as disciplinas. Conforme Japiassu (2006):

[...] a interdisciplinaridade precisa ser entendida muito mais como uma *atitude* devendo resultar, não de uma pura operação de *síntese* (sempre precária e parcial), mas de um trabalho perseverante de sínteses imaginativas bastante corajosas, sem ter a ilusão de que basta a simples colocação em contato dos cientistas de disciplinas diferentes para se criar a interdisciplinaridade. (p. 27)

É substancial ressaltar que, para o autor supracitado, a interdisciplinaridade não é uma categoria do conhecimento, mas da ação, pensamento com o qual concordo. Além disso, Japiassu (2006) afirma que as nossas universidades têm promovido exageradamente um modo de conhecimento fragmentado, parcelado e compartimentado. Nessa direção, acreditamos que a extensão universitária, por se tratar de uma ação, de uma prática dos alunos, tem a responsabilidade de enfrentar a fragmentação do conhecimento, incentivando o contato dos alunos com a sociedade e, no caso da atenção psicológica ao DJ, com alunos de outro curso.

Japiassu (2006) pontua que “a prática interdisciplinar permite uma justa apreciação da disciplina sob dois aspectos: a) a tomada de consciência de sua *relatividade*; b) da descoberta de sua radical *especificidade*” (p. 36, itálicos do autor). Desse modo, ao entrar em contato com outra disciplina, o aluno/profissional percebe o quanto a sua visão do fenômeno é relativa e específica, havendo a necessidade de se cercar de outras disciplinas para compreender o que acontece. O autor sustenta, e é o que percebi na prática no DJ, que o interdisciplinar “ainda provoca em muitos atitudes de medo e recusa” (Japiassu, 2006, p. 36).

“Não vou atender com a Psicologia porque leva muito tempo/demora muito” ou “não gosto de atender com o pessoal do Direito” são afirmações comuns. Muitas vezes, é mais confortável ficar na própria seara, na ilusão de que o Direito ou a Psicologia dão conta de tudo, ou de que um é melhor do que o outro. “Nessas condições, como não temer o interdisciplinar? Sabemos que todo *novo* incomoda. Porque questiona o já adquirido, o já instituído, o já fixado e aceito” (Japiassu, 2006, p. 37). Às vezes, é melhor deixar para a Psicologia os atendimentos

em que não há demanda jurídica, como ocorria no começo da parceria entre LEFE e DJ — era como se o Direito não devesse também escutar as pessoas.

Logo, “[...] uma das coisas importantes que devemos esperar de nosso sistema educativo é uma *formação* que não seja mais um enclausuramento disciplinar e um adestramento no pensamento analítico, mas uma capacitação do ser humano para a *compreensão*” (Japiassu, 2016, p. 38, *itálicos do autor*). Compreender é essencial tanto para o Direito quanto para a Psicologia: compreender para transformar as relações e as situações. O autor refere-se à necessidade de considerar o interdisciplinar uma prática específica, tendo em vista a busca por soluções para os problemas reais que nos afetam diariamente.

Ao procurar um advogado, a pessoa deseja uma solução para o seu problema. O indivíduo convoca o profissional a agir em seu nome. Todavia, na minha prática como advogada, percebi o quanto também é importante a pessoa resolver os seus próprios problemas, pois muitas demandas que ela exige do advogado dependem dela mesma. Nesse aspecto, a Psicologia pode auxiliar o Direito, convocando o sujeito a tomar decisões acerca do que deseja. Podemos considerar o caso de Graça. Ela já havia procurado o DJ meses antes para entrar com a ação de divórcio, mas estava em dúvida. Ao passar pelo atendimento conjunto, decidiu, enfim, ingressar com a ação de divórcio. Houve um espaço de escuta no qual ela pôde, por si mesma, tomar a sua decisão. Era um problema real, com o qual ela realmente precisava do auxílio de um advogado, porquanto a lei assim o exige, mas a participação da Psicologia foi essencial para lhe dar apoio nesse momento de decisão.

O interdisciplinar é um ideal muito difícil de ser atingido. Onde se realiza melhor é no terreno, quando a solução de um problema o impõe e quando especialistas de domínios diferentes se reúnem e se concertam para solucioná-lo, ou seja, para lhe dar uma resposta prática. [...] Neste particular, é bastante válida a divisa: “construímos o caminho andando”. Portanto, precisamos de coragem, paixão e prazer para nos aventurar num caminho cujo ponto de chegada ignoramos, mas ousando cada vez mais lançar mão de processos de trabalho em comum onde são partilhadas nossas experiências e interrogações. (Japiassu, 2006, p. 50)

Percebemos, nos três casos analisados no capítulo 4, bem como no atendimento relatado no capítulo anterior, o quanto a interdisciplinaridade vai acontecendo no terreno, na prática. O quanto ela depende dos atores, das pessoas que fazem os atendimentos, para acontecer. Não é possível teorizar sobre a interdisciplinaridade, mas simplesmente constatar a sua presença em cada ação, em cada prática, em cada atendimento.

Dona Mercedes me disse que eu tinha duas visões: a de psicóloga e a de advogada. Eu não tenho duas visões. Como profissional do Direito, penso assim, e, como profissional da

Psicologia, penso “assado”: tenho uma visão do todo, uma visão integrada. Somar Direito e Psicologia cria algo a mais. Então, Direito mais Psicologia é maior que a soma de Direito e Psicologia — tomando emprestada uma visão da Teoria Geral dos Sistemas. O todo é maior que a soma das partes. O atendimento conjunto é uma possibilidade de ação interdisciplinar, a fim de “dar conta” do fenômeno do ser humano perante a Justiça, além dos benefícios para a formação dos alunos das duas áreas.

Advogada, psicóloga, pesquisadora... Qual é a minha profissão, afinal? Recorro novamente a Morin (2000):

Tornei-me, outra vez, uma coisa que não tem nome: nem filósofo, nem sociólogo, nem cientista, nem escritor... Não me encaixo em nenhuma rubrica, em nenhum compartimento. Sofro o ódio renovado dos que rotulam as pessoas e dos que as encaixam em disciplinas. (p. 186)

“Foi o caminho, não que eu tracei para mim, mas que minha caminhada traçou” (Morin, 2000, p. 187). Quando ingressei na faculdade de Direito, eu queria ser juíza. Vinte anos atrás, não imaginava que seria psicóloga na Defensoria Pública, que ainda nem existia. Não imaginava que seria docente em uma universidade particular nem cogitava ir para a área de pesquisa, mas cá estou eu. Tampouco imaginava que o DJ ficaria por tantos anos em minha vida, sendo uma verdadeira escola para todas as profissões que escolhi: advogada, psicóloga, mediadora e pesquisadora.

Eis a trajetória de um ser humano tatuado pelas experiências da travessia entre disciplinas, pelo conhecimento prático em ação.

7 A CHEGADA – FIM DA VIAGEM?

“Respondi-lhe que Direito Penal me interessava. Retrucou: ‘Ah bem, logo adivinhei. Você se interessou pela parte literária do Direito’. Quem é jurista mesmo gosta é de Direito Civil” (Lispector, 2004, p. 34). Assim como Clarice, eu me interessava pelo Direito Penal, pela parte literária do Direito. Aliado ao Direito Penal, interessei-me pelo Direito de Família e pelas histórias das famílias. O interesse em conhecer as histórias das pessoas levou-me à Psicologia.

Todavia, diferentemente de Clarice, não acredito que o Direito tenha sido uma parte inútil da minha vida. Tal área me atravessou e me atravessa como psicóloga, afinal foi na Faculdade de Direito que decidi fazer outra graduação sem desistir completamente da primeira profissão, mas conjugando as duas em uma só disciplina, em uma só pessoa, em uma só profissional.

A mudança de rumo, no decorrer deste trabalho, acarretou uma mudança da questão de pesquisa. Passei a acessar minha experiência mais do que esperava inicialmente — minha experiência de pesquisadora e supervisora, de advogada e psicóloga. Tenho que confessar que, em toda a minha trajetória com pesquisas, desde a Faculdade de Direito, esta foi a mais difícil, embora eu sempre tenha estudado temas que me interessassem: Tribunal do Júri, separação conjugal, mediação de conflitos.

Entretanto, nenhum tema referiu-se tanto a mim quanto este: interdisciplinaridade entre Psicologia e Direito. Não se tratou apenas de uma pesquisa, tratou-se de mim. Foi visceral. Coloquei-me por inteiro na escrita. Não quer dizer que eu seja somente as minhas escolhas profissionais, mas, por serem as minhas escolhas profissionais, estas dizem sobre mim. Por isso, procurei fazer uma segunda faculdade, justamente para ter satisfação profissional: “fazer o que eu gosto/trabalhar com o que faz sentido para quem sou”. A profissão, pela minha criação, teve uma importância central na minha vida. Justifica as escolhas profissionais dizerem tanto sobre mim, estarem tatuadas na minha alma.

Todo aluno de graduação, ao entrar no LEFE, é convidado a ler um conto de Michel Serres chamado *Laicidade*, ou como chamamos informal e carinhosamente: “o Arlequim”. Como é sabido, originalmente o Arlequim é um personagem da *Commedia dell’arte*, cuja roupa é feita de retalhos coloridos. No conto, Arlequim volta de uma inspeção às terras lunares e dá uma entrevista coletiva. Ao falar que tudo, em todo lugar, é igual como aqui, sua roupa anuncia o inverso: retalhos coloridos que não combinam, remendados de acordo com a necessidade. Assim, “o lá-fora, então, nunca é como aqui. Nenhuma peça se parece com qualquer outra,

nenhuma província poderia jamais ser comparada com tal outra, e todas as culturas diferem” (Serres, 1993, p. 2).

A não combinação de suas roupas leva o público às risadas. O Imperador Arlequim tira o casaco pensando se livrar do ridículo da situação, mas, embaixo da peça, havia um segundo farrapo. Assim, ele vai tirando suas roupas remendadas sob os risos da plateia. A cada camada, mais farrapos, remendos, combinações desconjuntadas. Como se fossem as camadas de uma cebola, o Imperador vai se desnudando: sua pele está toda tatuada, “multicolor, muito mais cor do que pele [...] até mesmo a pele de Arlequim desmente a unidade pretendida por suas palavras. Também ela é um casaco de arlequim” (Serres, 1993, p. 3). Arlequim é múltiplo e diverso: hermafrodita, mestiço. Um e outro. Quando o público começa a se dispersar, no local onde estava o Imperador da Lua ergue-se uma massa incandescente, e todas as cores se dissolvem numa soma branca.

Assim como Arlequim, eu sou mestiça. Sou “Arlequina”. Por muito tempo, achava que, em determinados momentos, tinha que ser só advogada; em outros, só psicóloga; em outros, só mediadora. Quando estava no plantão, eu tinha que ser só psicóloga. Eu sou uma só. Não tenho múltiplas personalidades. Sou psicóloga e advogada e mediadora. Qual é o problema de eu pensar na “solução jurídica” quando chegava um caso para a Psicologia? Se eu sabia da resposta, eu comentava com o estagiário e lhe pedia para confirmar com o advogado-orientador, que é quem tem a legitimidade dentro do DJ para dar a orientação jurídica aos estagiários. Mesmo como advogada-colaboradora, eu somente comparecia às audiências, não era responsável por orientar. Muitas vezes, os próprios alunos da Psicologia me perguntavam qual era o caminho jurídico a ser seguido. Não é por serem da Psicologia que não ficam curiosos em saber a solução da outra disciplina, e muitos, com o tempo que passavam no DJ, como Plínio, começavam a aprender algumas coisas de Direito.

Serres (1993) afirma que só se sabe nadar caso se tenha enfrentado um mar agitado ou um rio largo e impetuoso. O nadador deve atravessar sozinho para aprender a solidão: “a verdadeira passagem ocorre no meio” (Serres, 1993, p. 12). Ao se chegar à outra margem, chega-se duplo, mestiço. Não se deixa de ser quem é, mas torna-se outro alguém. Eis que estou no meio do mar agitado, a bordo do navio. Não há aprendizado sem exposição: “quem está na chuva é para se molhar”, diz um ditado antigo. A estrada não é fácil, as condições de navegação nem sempre são as melhores, mas é preciso se lançar ao mundo e à experiência: “não há humano sem experiência” (Serres, 1993, p. 41). Somos constituídos pelas nossas experiências, pelo que nos acontece, pela forma como respondemos ao que nos acontece. Vamos costurando em nós, como uma colcha de retalhos, tudo o que nos marca. Alguns retalhos são grandes, outros,

pequenos. Alguns são tão pequenos que mal os enxergamos, mas estão lá. Os retalhos “Direito” e “Psicologia” da minha colcha são enormes.

Nascemos sozinhos e morremos sozinhos. Mas sei que não estava totalmente sozinha a bordo. O doutorado e a escrita da tese foram responsabilidades minhas, claro. Contudo, tinha mais gente a bordo desse navio: os alunos de Psicologia que iam ao DJ, os alunos da Faculdade de Direito, os colegas de laboratório e os membros da banca que estão lá para coroar o fim da viagem.

“Nenhum aprendizado dispensa a viagem.”

(Serres, 1993, p. 15)

Referências – ou o que foi lido durante a viagem³⁷

- Arendt, H. (2010). *A condição humana* (11a. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Aun, H. A. (2005). *Trágico avesso do mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-28072007-170628/pt-br.php>.
- Barbanti, L. F., & Chalom, M. H. (1999). Um serviço de plantão psicológico em instituição judiciária: ilustração prático-teórica. In H. T. P. Morato (Org.), *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios* (pp. 187-205). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Benjamin, W. (1987a). Experiência e pobreza. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura* (pp. 114-119). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1987b). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura* (pp. 197-221). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1989). *Sobre alguns temas em Baudelaire* (Obras escolhidas, vol. 3). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Bom Meihy, J. C. S. (1996). *Manual de História Oral*. São Paulo, SP: Loyola.
- Brandão, V. M. A. T. (2009). Desafios da formação interdisciplinar. *Kairós Gerontologia*, 12(5), 88-99.
- Cabral, B. E., & Morato, H. T. P. (2013). A questão de pesquisa como bússola: notas sobre o processo de produção de conhecimento em uma perspectiva fenomenológica existencial. In C. L. B. T. Barreto, H. T. P. Morato & M. T. Caldas (Orgs.), *Prática psicológica na perspectiva fenomenológica* (pp. 159-181). Curitiba, PR: Juruá.
- Cautella Júnior, W. (1999). Plantão psicológico em hospital psiquiátrico. In H. T. P. Morato (Org.), *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios* (pp. 161-175). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Cavalcante, P. R. (2015). *Contribuições da Psicologia no acesso à Justiça: reflexões sobre a atuação de psicólogas/os na Defensoria Pública do Estado de São Paulo* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07082015-112201/pt-br.php>.
- Chohfi, L. M. S. (2013). *Por entre fios e buracos: uma experiência para construção de uma rede de atenção à saúde no IPUSP* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-14082013-104609/pt-br.php>.

³⁷ De acordo com o estilo APA (*American Psychological Association*).

- Chohfi, L. M. S., Rezende, J. C. O., Oushiro, L., Lermes, R. S. S., Rostworowski, A., & Morato, H. T. P. (2013). Unindo buracos: a construção de uma Rede de Atenção em Saúde a partir do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). In C. L. B. T. Barreto, H. T. P. Morato & M. T. Caldas (Orgs.), *Prática psicológica na perspectiva fenomenológica* (pp. 421-442). Curitiba, PR: Juruá, 2013.
- Coelho Junior, N. E. (2017). Inconsciente, corpo e sexualidade no diálogo de Merleau-Ponty com a psicanálise. In I. Caminha & A. Abath (Orgs.), *Merleau-Ponty e a Psicologia* (vol. 1, pp. 47-58). São Paulo, SP: Liber Ars.
- Costa, A. C. H. (2014). *Entre aprender e ensinar, supervisor de campo: possibilidade de palavras para ser, pertencer e multiplicar na atenção psicológica* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-25112014-113728/pt-br.php>.
- Critelli, D. M. (1996). *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo, SP: EDUC/Brasiliense.
- Fazenda, I. C. A. (1994). *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas, SP: Papyrus.
- Fernandes, V. G., Mesquita, I. R., Barbosa, M. M., & Nascimento, V. S. (2005). O caminhar da psicologia no escritório de prática jurídica (Unifor, Fortaleza, Ceará): registro de uma história. *Revista de Humanidades*, 20(2), 171-177.
- Flickinger, H.-G. (2014). *Gadamer & a educação*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Franca Filho, M. T. (2011, 26 de outubro). Há 50 anos, Ceschiatti inaugurou a Têmis do Supremo. *Conjur.com.br*. Recuperado de: <https://www.conjur.com.br/2011-out-26/50-anos-alfredo-ceschiatti-inaugurou-temis-supremo>.
- França, F. (2004). Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(1), 73-80.
- Gadamer, H.-G. (2015). *Verdade e método*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gendlin, E. T. (1962). *Experiencing and the creation of meaning: a philosophical and psychological approach to the subjective*. New York, NY: The Free Press of Glencoe.
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Silva Filho, C. C., & Santos, J. N. B. (2009). Enfrentamento da violência doméstica contra a mulher a partir da interdisciplinaridade e intersetorialidade. *Revista de Enfermagem da UERJ*, 17(1), 14-17.
- Heidegger, M. (1959). *Serenidade*. Lisboa, LX: Instituto Piaget.
- Heidegger, M. (2003). A essência da linguagem. In M. Heidegger, *O caminho da linguagem* (pp. 121- 171). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Heidegger, M. (2012). *Ser e Tempo* (F. Castilho, trad.). Campinas, SP: Unicamp/Petrópolis, RJ: Vozes.

- Imwood, M. (2002). *Dicionário Heidegger*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Japiassu, H. (2006). *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Kehl, M. R. (2020). *Ressentimento*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Lago, V. M., Amato, P., Teixeira, P. A., Rovinski, S. L. L. R., & Bandeira, D. R. (2009). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia*, 26(4), 483-491.
- Lago, V. M., & Bandeira, D. R. (2009). A Psicologia e as demandas atuais do Direito de Família. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 290-305.
- Larrosa Bondía, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28.
- Lispector, C. (2004). *Aprendendo a viver*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Merleau-Ponty, M. (1990a). A experiência do outro. In M. Merleau-Ponty, *Merleau-Ponty na Sorbonne: resumo de cursos: 1949-1952* (pp. 287-317). Campinas, SP: Papyrus.
- Merleau-Ponty, M. (1990b). *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. Campinas, SP: Papyrus.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (2a. ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Morato, H. T. P. (2007). Pesquisa Interventiva e Cartografia na prática psicológica em instituições. Trabalho apresentado no 7o Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituição (pp. 1-15). São Paulo, SP.
- Morin, E. (2000). *Meus demônios* (2a. ed., L. Duarte & C. Meirelles, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Mosqueira, S. M. (2013). *A demanda por avaliação psicológica de adolescentes infratores: reflexões a partir de narrativas de atores da Justiça Juvenil e de psicólogas de uma Equipe Técnica do Juízo* (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-26112013-151112/pt-br.php>.
- Mozena, H. (2009). *Plantão psicológico: estudo fenomenológico em um Serviço de Assistência Judiciária* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas).
- Nunes, A. P., & Morato, H. T. P. (2013). Plantão Psicológico no Departamento Jurídico “XI de Agosto”: relato de plantonistas. In C. L. B. T. Barreto, H. T. P. Morato & M. T. Caldas (Orgs.), *Prática psicológica na perspectiva fenomenológica* (pp. 259-281). Curitiba, PR: Juruá.

- Oliveira, C. F. B., & Brito, L. M. T. (2013). Judicialização da vida na contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, pp. 78-89
- Pompeia, J. A., & Sapienza, B. T. (2013). *Na presença do sentido: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas*. São Paulo, SP: EDUC/ABD.
- Rezende, J. C. O. (2015). *Da judicialização à psicologização dos conflitos: a presença da Psicologia na mediação de conflitos familiares* (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-12082015-151732/pt-br.php>.
- Rezende, J. C. O., & Mandelbaum, B. P. H. (2016). Mediação de Conflitos com Ex-Casais: Saída da Judicialização e Entrada na Psicologização. *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, 11, 5-23.
- Rovinski, S. (2013). *Fundamentos da perícia psicológica forense* (3a ed.). São Paulo, SP: Vetor.
- Sá, A. A. (2003). Transdisciplinaridade e responsabilidade da academia na questão penitenciária. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, 2(1), 15-32.
- Santos, B. S. (2011). *Para uma revolução democrática da justiça* (3a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Sartre, J-P. (2007). *Entre quatro paredes* (3a. ed., A. Araújo & P. Hussak). Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.
- Schmidt, M. L. S. (2006). Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, 17(2), 11-41.
- Serres, M. (1993). *Filosofia mestiça*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Sousa, I. F., Bogo, D., & Bastos, P. R. H. O. (2013). Formação interdisciplinar para atuação no Sistema Único de Saúde: síntese de artigos publicados no Brasil. *Revista Saúde.Com*, 9(2), 49-59.
- Souza, L. R. A., Leal, I. F. A., & Sá, R. N. (2010). Atitude fenomenológica e psicoterapia. *IGT na Rede*, 7(13), 223-245.
- Tatossian, A. (2006). *A fenomenologia das psicoses*. São Paulo, SP: Escuta.
- Van Den Berg, J. H. (2003) *O paciente psiquiátrico: esboço de Psicopatologia Fenomenológica*. Campinas, SP: Editora Psy.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Outras paragens

Neste epílogo, contarei duas experiências profissionais relacionadas ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica. A experiência no DJ foi fundamental para a minha construção como psicóloga atuante nessa área.

A ONG Tamo Juntas nasceu a partir de uma postagem no Facebook da advogada feminista Laina Crisóstomo em abril de 2016, durante a campanha “mais amor entre nós”. Nesse *post*, Laina se propôs a ajudar, por mês, uma mulher que tenha sido vítima de violência doméstica. Eu me lembro de ter visto o *post* e de ter admirado aquela mulher, curtido e não ter feito nada a respeito. A partir de então, Laina se conectou com outras mulheres em Salvador, sua cidade natal, e fundaram a Tamo Juntas no mês seguinte.

A Organização, então, começou a se expandir para outros estados. Uma estagiária do DJ, na época, marcou-me no Facebook para me voluntariar, e eu acabei preenchendo uma ficha para fazer parte da instituição. Preenchi-a como psicóloga, frise-se. Propus-me a atender duas mulheres por mês, fosse em terapia, fosse em atendimentos pontuais. Logo fui adicionada a um grupo de WhatsApp nacional e comecei a acompanhar o trabalho sem saber muito o que fazer. Até que apareceu o primeiro caso para ser atendido em São Paulo.

Nesse primeiro momento, havia poucas voluntárias em São Paulo. Eu devo ter sido a primeira psicóloga. Uma colega, Kamila, advogada começou a atender uma mãe que estava em conflito com o pai de um de seus filhos. Essa mãe, que vou chamar aqui de Flávia, havia tido um relacionamento com um homem casado, e ambos tiveram uma filha juntos. Esse homem reconheceu a filha, mas não se separou da esposa. Esta acabou aceitando a menina, e, a cada quinze dias, iam juntos buscá-la para a visita. Flávia tivera um primeiro casamento, do qual gerou dois filhos, separou-se e o pai dos filhos não convivia com eles, mas pagava a pensão — pelo que eu me lembro.

Não temos uma sede física em São Paulo até hoje, então os atendimentos acabam sendo na casa da mulher, no escritório da advogada ou no consultório da psicóloga. Agora, na pandemia, os atendimentos estão sendo *online*, por meio de chamadas de vídeo. Naquele momento, Kamila foi até a casa de Flávia, ofereceu-lhe o atendimento psicológico, e eu fui até a casa dela atendê-la. Conversamos no *hall* do prédio, e algo estava muito errado naquele caso. Flávia, por exemplo, havia pedido medida protetiva a favor dela — e consegui —, e o ex-amante não fez nada para derrubar a medida. Ele e a esposa só queriam conviver com a menina. Ela mostrou vídeos e mais vídeos da filha não querendo ir à visita com o pai — quem grava tantos

vídeos assim? Encontrei-me com a advogada para discutirmos o caso, e percebemos que Flávia estava praticando alienação parental³⁸ contra o pai da filha. Não poderíamos compactuar com aquilo, queríamos atender mulheres que realmente estavam sofrendo violência, não sermos cúmplices de uma violência. Encerramos o atendimento.

Era 2016 ou 2017, ou seja, eu já estava fazendo o trabalho no DJ há quatro ou cinco anos. De repente, estava em uma organização que também se preocupava com o atendimento multidisciplinar. Esse primeiro atendimento foi bastante multidisciplinar, com discussão de caso, mas sem um atendimento conjunto, ao mesmo tempo, das duas profissionais. Naquele momento, ainda não tínhamos assistentes sociais como voluntárias, então era somente psicojurídico mesmo. Por que não fazer um atendimento conjunto — que eu considerei, ao longo deste trabalho, como interdisciplinar — na Tamo Juntas também?

As mulheres que realmente estavam sofrendo violência começaram a aparecer — não quer dizer que Flávia não tivesse sofrido violência antes, mas, naquele momento, não estava mais — inclusive, ela já tinha a medida protetiva a favor dela. As voluntárias começaram a aumentar também: mais advogadas, estudantes de Direito, psicólogas e assistentes sociais. Começamos a nos estruturar melhor em São Paulo, passamos a contar com uma coordenadora, Rafaela Nepomucena, bacharel em Direito. Rafaela e eu começamos a fazer vários atendimentos juntas, íamos até as mulheres e escutávamos suas histórias; algumas vezes, só a orientávamos e provocávamos alguma instituição, como a Defensoria Pública; outras vezes, alguma advogada entrava com o processo de medida protetiva para a mulher e com outros que fossem necessários, como pensão alimentícia para os filhos.

Até que chegou a pandemia da COVID-19. Com a quarentena, a demanda aumentou. Já fazíamos o atendimento remoto, muitos pelo WhatsApp, aplicativo que as mulheres costumam usar mais. Conseguimos um número para atender as mulheres em São Paulo. Uma voluntária fica com o celular por um mês para fazer a triagem dos atendimentos e encaminhamentos. Nem todos os casos que chegam pelo celular são atendidos, alguns por não fazerem parte do nosso escopo, outros devido as mulheres terem condições de pagar por assistência jurídica — mas sempre lhes oferecemos uma mínima orientação.

Um dia, em outubro de 2020, chegou um caso alarmante de “cárcere privado”. Uma mãe e sua filha de 24 anos — que vou chamar aqui de Érika e Manuela, respectivamente —

³⁸ A questão da alienação parental é bastante discutida nos meios feministas, uma vez que a lei acaba sendo usada por agressores de violência doméstica contra as mulheres. Devido a esse mau uso da lei, defende-se sua revogação. Vale frisar que afastar a filha de uma situação de violência é protegê-la, não caracterizando a alienação parental. Não era o caso de Flávia. Ela praticou alienação contra os filhos do primeiro casamento e estava fazendo o mesmo com a terceira filha.

alegavam estar sofrendo cárcere privado do pai de Érika, Senhor Giuseppe. Elas ficavam reclusas no quarto da casa dele e não tinham condições de sair de lá. Não queriam ir para um abrigo, pois tinham uma cachorra de 20 anos e um gato. Tinham medo de sair de casa, deixar os animais sozinhos, e eles sofrerem maus-tratos do idoso. Elas já haviam ficado em situação de rua e não queriam voltar para isso. Rafaela, que estava com o celular, compadeceu-se da situação e mobilizou a todas nós para ajudá-las. Mas nada do que lhes era oferecido era aceito. Elas queriam que o idoso fosse obrigado a sair de casa, que era alugada por ele.

Elas já haviam pedido uma medida protetiva, que lhes fora negada. Em retaliação, a irmã de Érika fez uma denúncia de maus-tratos contra o idoso. Manuela relata que havia sofrido abuso sexual do avô anos antes, ao que fizera outra denúncia. Enfim, a família começou a se comunicar por meio de processos e denúncias. Ninguém entendia por que as duas permaneciam na casa do avô. Rafaela e uma advogada da Tamo Juntas acompanharam Érika e Manuela numa audiência do processo de violência contra o idoso. Ofereceram ajuda psicológica, e elas aceitaram. Uma colega passou a atender Érika, e eu comecei a atender Manuela.

Pouco tempo depois da audiência, Érika, não aceitando a orientação da Rafaela e da advogada, começou a ser bastante mal-educada com elas, e o atendimento jurídico pela Tamo Juntas foi encerrado, mas o psicológico, não. Eu e a colega psicóloga acompanhamos mãe e filha por meses, fomos convocadas para reuniões entre serviços: Defensoria Pública, CAPS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), psicólogas do grupo de mulheres, setor técnico do Fórum, todas ali dispostas a ajudar aquela família e a resolver a situação. O CAPS fazia visitas mensais para ver a situação da residência; Érika e a filha não confiavam no CREAS, pois eles estavam apurando a denúncia de violência contra o idoso. Essas reuniões foram importantes para termos uma noção do caso como um todo, não somente pelo relato de mãe e filha.

Um dia, recebemos um e-mail na Psicologia no DJ, pedindo acompanhamento para um caso de cárcere privado, e qual não foi a minha surpresa quando vi que era o caso de Érika e de Manuela. Nós já estávamos atendendo mãe e filha há dois ou três meses, e elas tinham pedido o atendimento da Psicologia? Eu mesma me responsabilizei pelo caso no grupo de Psicologia. Conversei com Manuela, e ela ficou muito feliz de eu ser a “psicóloga do DJ”, já que elas não precisariam contar toda a história novamente. Passei, então, a fazer alguns atendimentos conjuntos delas com a dupla de estagiárias do DJ responsáveis pelo caso. O DJ absorveu somente o caso de violência contra o idoso, da qual elas eram acusadas, uma vez que a medida protetiva e a denúncia de abuso sexual estavam sendo cuidadas pela Defensoria Pública. Em

nenhum momento, elas ficaram sabendo que eu tinha formação em Direito — não quis que elas soubessem, pois temia que a terapia de Manuela se transformasse em consultas jurídicas.

Passei, então, a atuar no caso tanto pela Tamo Juntas quanto pelo DJ. Semanalmente, atendia Manuela num dia à noite, no horário do culto do avô, para que ele não a ouvisse. Eventualmente, fazia o atendimento conjunto com os estagiários, e como eu sabia do caso a fundo, ajudava na comunicação entre eles. Nos atendimentos conjuntos, estavam mãe e filha, e elas usavam o *chat* do *Google Meet* para falar conosco. Ambas estavam com um fone de ouvido para nos ouvir, mas respondiam por escrito, para que o Senhor Giuseppe não as ouvisse.

Em setembro de 2021, quando eu estava acompanhando Manuela há quase um ano, houve uma nova audiência no Fórum para um novo julgamento da medida protetiva. A Defensoria Pública havia recorrido da decisão de negar a medida e conseguido um novo julgamento. Para a surpresa de todos, elas conseguiram a medida. O Senhor Giuseppe não pôde nem voltar para casa naquele dia. Mãe e filha passaram a ocupar a casa toda, vivendo alguns dias de liberdade. Não se tratava, em sentido estrito, de cárcere privado, pois elas podiam sair; tinham a chave da casa. Contudo, a violência psicológica estava muito presente nos relatos de ambas. Por serem evangélicas, o mandamento de “honrar pai e mãe” era seguido à risca: não se podia contestar a ordem do pai, então, se elas falavam que iam sair e o senhor dizia que não, elas não saíam. Com o trabalho psicológico, elas começaram, pouco a pouco, a se libertar e a sair sem pedir permissão, mas ainda viviam sob muito medo. Por exemplo, o pai dizia que ia tomar uma superdose dos medicamentos que ele usava regularmente para o coração para que Érika fosse culpada pela morte dele. Outra situação de que Manuela reclamava muito era que o avô a cercava, passava muito perto dela, sem necessidade. Como elas não tinham renda, algumas vezes ele saía para comer fora de casa ou pedia marmita somente para ele, e elas passavam fome. Eram violências cotidianas e que as deixavam amedrontadas.

Conseguida a medida protetiva, elas permaneceram na casa, mas não tinham dinheiro para pagar aluguel nem para comprar comida. Ele deveria pagar um valor de pensão para elas por dois meses. Como esse valor não foi depositado, elas ligaram para o GEVID, órgão do Ministério Público que atende vítimas de violência doméstica, e foram informadas de que ele havia conseguido reverter a medida protetiva. Todavia, ele não voltou para casa. Elas voltaram a se fechar no quarto sem saber o que fazer. Tive uma sessão com Manuela em que eu falei enfaticamente que era hora de elas saírem de lá antes que ele voltasse e praticasse uma violência maior contra elas. Ele provavelmente não as deixaria continuar morando lá, já que havia sido expulso da própria casa por ordem da Justiça. Acredito que ele só pediu para reverter a medida para não pagar pensão.

Na semana seguinte, entrei pelo *link* para atender Manuela, e ela não apareceu. Fiquei em pânico. Mandeí mensagem para a colega que atendia a mãe, e ela disse que havia atendido Érika no dia anterior, que ela estava apreensiva por conta da revogação da medida, mas nada além disso. Até que Manuela responde que elas haviam fugido de lá, que estavam em um local secreto e não queriam que o Fórum soubesse. Não perguntei onde estavam, e elas não me falaram. Mandeí uma mensagem ou outra perguntando como estavam, e a resposta era “bem, na medida do possível”. Percebi que não queriam falar comigo nem com a colega psicóloga nem com ninguém. Respeitei-as. Espero que estejam bem. Também não tive mais notícias delas pelo DJ.

Atualmente, a Tamo Juntas conta com cerca de trinta voluntárias em São Paulo, sendo a maioria advogadas. Na medida do possível, fazemos atendimentos conjuntos, discutimos os casos e trocamos muitas experiências entre nós. Somos todas mulheres atendendo mulheres. Fizemos algumas mudanças nos últimos tempos. O atendimento psicológico, por exemplo, não deve se estender por muito tempo. Não se trata plantões, como fazemos no DJ, mas de psicoterapia breve, por isso fornecemos uma explicação sobre isso para as mulheres que atendemos. Outra decisão que tomamos foi de não continuar o atendimento psicológico quando o atendimento jurídico for encerrado por qualquer motivo. Claro que essa decisão terá que ser analisada a cada caso. O primeiro atendimento está sendo feito por uma dupla de advogada e assistente social, para que seja feita a triagem socioeconômica. Nesse atendimento, é oferecido o acompanhamento psicológico. Cada vez mais, estamos prezando pela interdisciplinaridade no coletivo, não somente de Psicologia e Direito, mas de Psicologia, Direito e Serviço Social, disciplinas essenciais para o atendimento de mulheres em situação de violência.

Em maio de 2022, assumi o posto de psicóloga na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), atuando na unidade da Casa da Mulher Brasileira (CMB). A experiência ainda é bastante recente, mas já é possível constatar o quanto a minha experiência no DJ me preparou para essa função.

A CMB é um serviço da Prefeitura Municipal de São Paulo idealizado pelo governo da presidente Dilma Rousseff em 2013. Atualmente são oito casas em funcionamento no Brasil — a de São Paulo foi inaugurada em novembro de 2019, sendo a sétima do país. A CMB congrega serviços de proteção à mulher vítima de violência doméstica e de gênero: Delegacia de Defesa da Mulher, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública. Além disso, conta com um setor psicossocial, um posto do programa Guardiã Maria da Penha da Guarda Civil Metropolitana e um alojamento de passagem. A CMB, por sua própria constituição, é um local que preza pela interdisciplinaridade em sua ação. O tema exige a atuação interdisciplinar. A

violência contra a mulher é um fenômeno complexo dentro do Direito, envolvendo temas de Direito Penal e Direito de Família, e fora também. O Direito não dá conta do fenômeno, a Psicologia também não nem o Serviço Social. Juntos, porém, tentamos dar conta disso.

Na DPESP, atendemos mulheres que desejam uma Medida Protetiva de Urgência (MPU) sem realizar um Boletim de Ocorrência e mulheres que tiveram a MPU indeferida (pedidos de reconsideração). Fornecemos-lhes orientações acerca da guarda dos filhos, de pensão alimentícia, de divórcio e dos demais assuntos que aparecerem. A minha atuação como psicóloga ainda está sendo construída — e espero que nunca fique pronta, pois significaria uma cristalização da prática. Contudo, eu costumo fazer relatórios psicológicos, a fim de contextualizar a violência psicológica, os atendimentos individuais e a articulação com a rede de serviços de combate à violência contra a mulher.

Trata-se de uma unidade da DPESP altamente especializada, diferente do DJ, que atua em qualquer área do Direito. É uma unidade pequena, tendo apenas uma defensora pública, uma oficiala de defensoria (cargo de segundo grau), estagiárias de Direito e uma estagiária de segundo grau, que trabalha na recepção ao público. Eu inaugurei o CAM da unidade. Costumo discutir alguns casos mais delicados com o setor psicossocial da CMB, sobretudo as assistentes sociais, e cheguei a fazer um atendimento junto com uma psicóloga da Casa. Tive a sorte de trabalhar com uma defensora interdisciplinar, que me convocou a trabalhar junto com ela. É comum fazermos escuta juntas — o atendimento conjunto do DJ —, e, algumas vezes, ela me procura quando está perdida em relação a algum caso.

Um desses casos foi o de Eduarda (nome fictício), uma mulher trans que queria uma MPU contra a mãe. Eduarda era uma mulher de aproximadamente 40 anos que viveu grande parte de sua vida como homem e tinha começado a fazer o processo transexualizador há pouco tempo. A mãe ingressou com uma ação de interdição contra ela, alegando que Eduarda sofria de esquizofrenia. Ela, então, desejava a MPU para que a mãe parasse de espioná-la, pois esta teria instalado lâmpadas que emitem ondas de rádio no apartamento de Eduarda. Durante o atendimento, a mulher dizia à defensora que era necessário implantar dúvida na cabeça do juiz, e eu repliquei dizendo que a Justiça trabalha com certezas, não com dúvidas (*veritas*, não *aletheia*). A verdade de Eduarda não é aceita pela Justiça. Conforme ela percebia que a Defensoria não entraria com o pedido de MPU, por não haver provas do que era alegado, ficava cada vez mais agressiva, falando alto, tentando impor a sua versão. Ela continuava sendo acompanhada pela DPESP em outra unidade, na defesa do processo de interdição. Falamos o quanto seria importante ela fazer um tratamento no CAPS, que ajudaria sua defesa desse processo, mas um tratamento no CAPS não fazia sentido, pois, em sua visão, ela não tinha

problema algum. Ficou extremamente decepcionada, pois havia visto uma matéria no programa Fantástico da Rede Globo sobre a CMB, mas, para ela, aqui não poderia ser ajudada.

Outro caso, que eu atendi sozinha, foi o da Senhora Laura (nome fictício). Era uma senhora de 68 anos que estava separada de fato do marido há 27 anos. Ela estava bastante perdida, não gostaria de que o marido continuasse atormentando-a, mas também não queria o divórcio. Apesar de separados de fato, ele continuava frequentando a casa da família quando bem queria. A estagiária que a estava atendendo ficou em dúvida se caberia, nesse caso, uma MP, então me pediram para escutá-la, a fim de tentar compreender melhor a história. Eu poderia tê-la ouvido junto com a estagiária, mas foi fundamental, nesse caso, ouvi-la sozinha, fechada em minha sala, longe da filha que a estava acompanhando. A hipótese era a de que ela não queria o divórcio, pois era dependente emocionalmente do marido, mas o motivo era outro: como o marido era sete anos mais velho e já tinha passado por dois cânceres, a probabilidade de ele falecer antes dela era alta. Sendo ela esposa, ela tinha direito à pensão por morte, provida pelo INSS. Divorciada, perderia esse direito ou receberia um quinhão equivalente à pensão alimentícia que talvez ele fosse obrigado a lhe pagar após o divórcio.

Resolvi contar o caso de Laura, pois uma coisa me chamou muito a atenção. Ela queria justiça, uma justiça abstrata. Queria ser reconhecida como uma mulher que sofreu nesse relacionamento, gostaria de uma compensação por tantos anos dedicados a ele e aos filhos — o casal tivera quatro filhos: uma havia falecido aos 5 anos, e outro era dependente químico. Laura cuidou do marido quando ele estava doente. Ela não teve mais nenhum relacionamento íntimo. O casal tinha se separado porque ela fora traída, e o marido tivera um filho em outro relacionamento. Ela fora humilhada e queria justiça por isso. Mas a Justiça não a ajudaria nesse caso, e ela compreendeu isso no atendimento. Era uma visão de justiça muito parecida com a que Mercedes buscava, mas esta ainda parecia não ter compreendido.

Foi inevitável não lembrar do DJ ao atender Eduarda e Laura; ao atender tantas mulheres como Graça, Mercedes e Vera Lúcia — sobretudo as que eram como Graça, vítimas de violência doméstica. O DJ foi uma ótima escola para a minha atuação na Defensoria Pública, e sei que também o foi para muitos estagiários de Direito que atuam como defensores hoje na instituição.

APÊNDICE B – Recordações da viagem: fotos

Fotos compartilhadas pelo antigo estagiário do DJ, Hamilton Kuniuchi, por ocasião dos 100 anos do DJ, antes da reforma de 2011.



Sala dos estagiários, compreendendo os escaninhos, a mesa da telefonista e a mesa dos advogados orientadores.



Corredor do DJ. Do lado direito, temos a biblioteca e a sala dos computadores. Do lado esquerdo, uma janela e os banheiros.



Sala de espera dos assistidos.



Diretoria.



Diretoria.

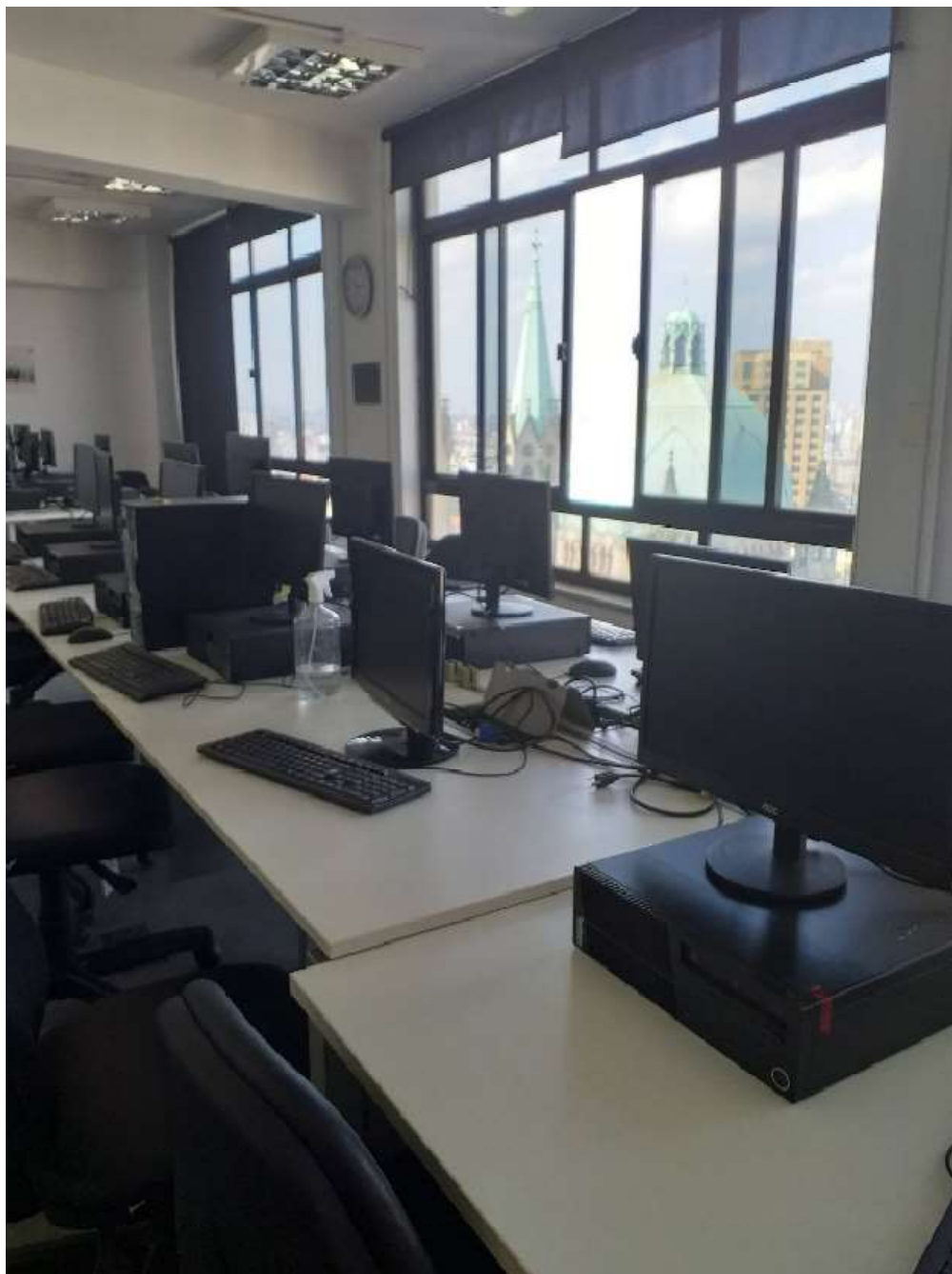


Sala de atendimento das assistidas.

A seguir, algumas fotos tiradas por mim no dia 25 de abril de 2022.



Sala dos advogados-orientadores.



Sala dos estagiários.



Escaninhos dos estagiários.



Sala de reuniões.



Cozinha.



Baias de atendimento.



Sala de mediação.



Hall dos elevadores.



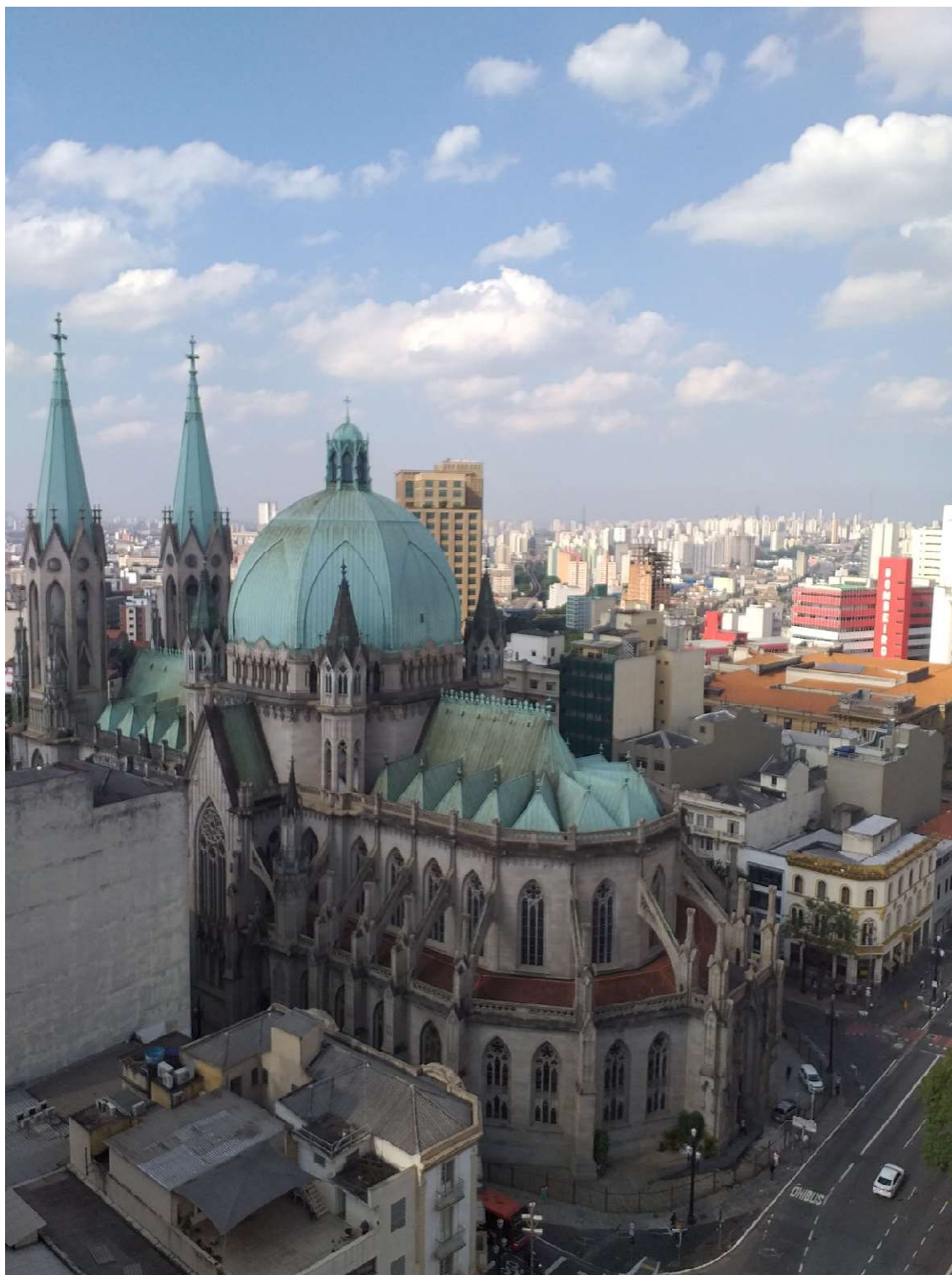
Sala de espera.



Biblioteca.



Corredor do DJ, onde o grupo de Psicologia costuma ficar de plantão. Ao fundo, um cartaz de apresentação do trabalho do grupo.



Vista da Catedral da Sé a partir do DJ.

APÊNDICE C – Recordações de viagem: entrevistas

Caso Vera Lúcia

Data: 04/10/2018

Horário: 17h

Local: sala de mediação do DJ

Duração: 51min19s

Participantes: Plínio (P) – estudante de Psicologia; Diana (D) – estudante de Direito; e Joyce (J) – entrevistadora.

J: Bom, obrigada por vocês terem topado em dar a entrevista, eu sei que vocês atenderam juntos o caso da Vera Lúcia e eu gostaria de saber como foi o atendimento entre vocês.

D: Você fala primeiro.

P: Eu primeiro? Em que sentido?

J: Como foi o atendimento? Como foi a experiência de atender junto com a Diana, atender esse caso?

P: Esse caso foi muito emblemático, muito...

D: É?

P: Muito notável...

D: Eu não sabia que ele era tanto...

J: Para a gente, é.

P: Tem toda a questão da movimentação inicial, de levar o cartorário, e o cheiro não estar lá. Pareceu o caso todo que era “real”... As aspas não saem na gravação...

D: O Plínio fez aspas...

P: Eu acho que era um caso que tinha que ser atendidos os dois mesmos, pelo menos inicialmente, pelo Direito e pela Psicologia. Eu acho que esse foi um caso que, de qualquer outra forma, ele seria prejudicado, eu acho que precisava de uma visão tangível ali, do que dava para ser feito, do que poderia ser feito e também pensando, ela, a Vera Lúcia, além do delírio...

D: Então, o caso da Vera Lúcia é muito marcante para mim porque ele é o meu primeiro caso do DJ. Eu acho que, quando eu comecei a pensar no que eu faria com ele, eu fiz tudo isso com muito entusiasmo e muito: “é, vamos lá, vamos colocar esse vizinho no lugar dele”. E aí, eu mobilizei aquele monte de gente. Quando a gente chegou lá, foi muito frustrante. E assim, a ata notarial é um negócio muito caro, e o cartorário ficou meio: “é, né, vim aqui, você foi lá fazer reunião com o tabelião do nosso cartório e nem tem nada”. Mas ele entendeu.

J: Mas ele falou isso?

D: Ele não falou isso... Quando a gente foi embora de lá, ele ia pegar taxi, e eu falei que estava de ônibus, ele falou: “vamos comigo, eu também estou indo para o centro”. Fui até o cartório com ele, e a gente foi falando no trajeto, ele falou: “é, não, acontece”. Ele não falou expressamente, mas, tipo, “às vezes a gente é trouxa, sabe? Acontece”. Eu fiquei muito frustrada por tanto empenho e no fim... Não que ela estava malandra e mentindo para mim, eu só fiquei frustrada por ter, sei lá, feito um monte de coisa e, no fim, nem deu nada. A ata nem vai estar com coisas muito conclusivas para o juiz fazer qualquer coisa que eu peça. E também, eu falei: “o que eu faço diante disso?”. Acho que é hora da psico entrar em ação...

J: E como você ficou sabendo da gente? A gente não estava no mesmo dia, você está de quarta, e a gente na quinta. Como você ficou sabendo da Psicologia?

D: Eu já sabia que vocês vinham aqui por causa das sinalizações no DJ, e também no treinamento isso foi falado. Quando eu entrei como estagiária, não tinha o treinamento com a psico, mas isso foi passado de certa maneira.

J: Foi aquele treinamento que a gente estava ali [na mesa] e só se apresentou?

D: Isso também. No mesmo dia em que eu fui treinada, eu fui treinada em um dia que vocês não estavam aqui, mas eu sabia da existência. Eu só não sabia se esse era o propósito, eu fui dar uma checada com os RHs rapidão, contei um pouquinho, eles falaram: “é isso mesmo, pode chamar eles”. E aí, eu mandei o e-mail. Eu fiquei preocupada porque a Dona Vera Lúcia, como eu falei, é muito religiosa, mas no atendimento eu achei muito curioso porque o Plínio reparou umas coisas que, geralmente para mim, nem é pertinente perguntar. Uma das coisas que eu mais prestei atenção foi que ela estava com o braço muito ressecado, não sei se você lembra disso...

P: Lembro.

D: Mas esse foi, tipo, “e o seu braço ressecado, você tá fazendo alguma coisa?”. Esses cuidados, para mim, qual a relevância jurídica do braço ressecado dela? Eu acho que ela é uma pessoa que precisa muito de cuidados em vários aspectos, e foi muito legal essa observação que você fez e de outros comentários, outras perguntas que eu jamais perguntaria, da família, do relacionamento. Para mim, o meu recorte é muito claro, eu quero saber do vizinho, há quanto tempo isso dura, por que ele faz isso, aonde está a janela, qual a lei municipal que fala que tem que ter uma distância mínima, e é isso. Por isso, eu acho que todo esse cuidado é importante e válido.

J: E como é para você, Plínio, ouvir a Diana falando que para o Direito é assim?

P: Às vezes, eu também penso um pouco nisso, porque tem coisa que eu não pensaria, se eu tivesse ido lá e não tivesse cheiro, eu acho que eu dificilmente iria olhar e falar “hum, aquela janela parece fora de ordem”. Tem umas coisas que a visão do Direito de notar, “acho que aquilo lá não está certo”. Eu possivelmente teria ficado só nesse cuidado, não tem muito cheiro, mas e a senhora, como você está com isso? Porque o fato de ir lá ver a calha e o negócio [a janela] possivelmente vai fechar, eu acho que é um cuidado com ela e vai fazer uma diferença enorme.

D: Sim, só depois eu fui saber que... Assim, tem a casa dela e imediatamente colado tem a parede, precisa ser casinha, espaço, casa, mas só depois eu fui saber disso. E quem me falou isso foi o cartorário. Ele se compadeceu e falou “realmente a questão do cheiro não vai dar para trabalhar. Talvez você possa trabalhar em cima dessa questão da janela que está muito colada, e, para o direito de vizinhança, qualquer coisa que possa vir a gerar algum distúrbio tem que ser corrigida”. Eu não sei se é pertinente para o seu doutorado, mas, naquele dia, foi uma sexta-feira, e a gente tinha uma cervejada da faculdade. Eu estava com o ingresso comprado, eu fiquei tão chateada que eu cheguei em casa e só sabia chorar. Eu fiquei “como eu fui tão trouxa? Por que eu não pedi documento? Mas também eu não podia exigir dela porque ela nem tem celular, não sabe manusear uma máquina”. Eu fiquei muito chateada mesmo. Vendi o ingresso da festa, não fui, fiquei bem malzona, porque, na hora, depois, claro, você vai vendo, mas, na hora, não tem nada que eu possa fazer por ela, com essa ata que vai ser lavrada, não vai ter nada. Aí, eu fiquei muito chateada e eu fiquei desanimada, chorei um tanto e depois eu fiquei “gente, por que eu vou na festa? Nem estou feliz, não estou no clima”. Larguei, vendi o meu ingresso, e foi isso. Mas eu acho também que teve um lado, eu fui na casinha dela e falei “cara, esse é o assistido do DJ”. Eu cheguei na casa dela, espera, cadê a geladeira? Tinha uma geladerinha assim, não tem pia, não estava com a descarga funcionando, meu Deus, olha a responsabilidade.

J: Como foi isso? Foi um choque de realidade para você?

D: Foi muito, assim, a casa dela nem tem telhado mais... Ela fala que foi por causa do cara que saía jogando coisa em cima e quebrou, não tem mais nada. E é uma casinha que não tem cerca elétrica, uma cerquinha muito baixa. Se você quiser, tranquilizo de entrar e roubar lá dentro, só que não tem nada. Não tem nada, é muito precário, de verdade. Não tem reboco, o cimentão, é muito...

J: Mas você falou que ficou frustrada. Ficou chateada por não conseguir fazer o que ela tinha te pedido ou pela situação toda dela?

D: Ah, foi tudo, porque quando eu fui lá e percebi que eu não poderia fazer o que ela me pediu... Nossa, gente, que saco, que saco. Eu cheguei, não vi cheiro nenhum, eu só fui ter o clique de talvez ela esteja delirando depois da vizinha ter dado aquele toque...

J: Como ela falou mesmo?

D: “Ah, não é nada disso, não é nada do que ela está falando”. Não é isso, então é o quê? Aí, eu falei “pô, talvez ela seja meio doidinha”. Sei lá, foi esse tipo de frustração. Meu primeiro caso, já vou lá e caguei, sabe? Já fui lá e não é real, não eu caguei, tipo, já fui lá e não vai dar para fazer. Pô, primeiro caso, e deu o maior trabalho, um cartório que fizesse de graça, foi uma frustração conjunta assim. Aí, depois teve o lance da janela, tá, vamos trabalhar em cima disso, obrigação de não fazer.

J: Mas você acha que está fazendo menos por ela?

D: É, agora que eu verifiquei essa situação que não é real. No fim, o cara vai ter que tirar a janela, só que eu não sei se isso resolve o problema dela de verdade, porque, mesmo que tire a janela, ou que alguém vá lá com uma britadeira e tire o segundo andar que existe, será que ela vai parar de pirar com as coisas da vida? Não sei, esse é o único delírio que eu sei, mas será que a questão de implicar com vizinhos não é de agora? tiveram inúmeros outros inquilinos naquela casa e todos tinham alguma questão, isso é uma coisa que me incomodou também. A gente tava lá na casa dela, e ela contando para o cartório “não, porque desde sempre moram pessoas nessa casa, e o primeiro escutava música alta, o segundo não sei quê, e agora vem esse aí do lixo”. Tá, beleza, vamos tirar essa janela. Isso resolve? Uma pessoa totalmente solitária, com um convívio muito raso das pessoas da igreja dela e dos vizinhos. As vizinhas contavam que ela mal se comunicava, nem fala muito da vida. No limite, quando tá doente, uma vizinha mais parceira leva uma sopinha, mas que ela é muito reservada, então acho que ela é muito imersa nela mesma, não sei.

J: Você acha isso, Plínio, que ela é imersa nela mesma, no que você teve de contato?

P: Se com isso se quer dizer a questão da solidão, sim. É uma pessoa extremamente só, realmente o contato dela com qualquer outro ser humano é minúsculo, raso, e nem aqueles, digamos, artificiais, porque ela não tem rádio, não tem TV. São contatos que é comum pessoas de terceira idade terem como forma de aplacar a solidão.

J: Até o celular, né?!

P: Até o celular, ela não tem celular, tanto que todas as vezes que a gente trouxe a opção de não estar sozinha, era sorriso na cara dela e ela adorava. Foi primeiro o lance da assistente social, só que infelizmente não deu, e depois quando a gente conversou sobre ela conversar com a irmã para morar com a irmã por algum tempo, ela pareceu muito feliz com a possibilidade, com a ideia. Realmente a solidão dela, a janela não vai acabar com a solidão dela, mas talvez seja um propulsor para ela resolver de outra forma esse contato com a irmã, o contato com alguma outra coisa. De fato, ela é muito só, tem uma vulnerabilidade em todos os níveis.

J: Eu posso chamar o que você disse como “impotência”?

D: Sim.

J: Você sente isso também, Plínio, impotência?

P: [pensativo] Você diz do ponto da minha área, da Psicologia?

J: Sim.

P: No caso dela, não. Porque ela sempre se mostrou a fim das coisas que a gente falava, não era como a maioria dos casos de delírio que vem aqui que eu já peguei, como: “ah, você já pensou em CAPS?”; a pessoa “O que é?”; “É um lugar onde você pode se cuidar”. E a pessoa: “não, não precisa”; “Não vou”; ou “ah, já fui e lá estão contra mim também”, essas coisas. Ela, a Dona Vera Lúcia, como eu falei “o que você acha de uma assistente social? Você gostaria de conversar com alguém”; “Ah, claro, quero conversar com alguém”; “E morar com a sua irmã?”; “É uma boa ideia, não tinha pensado, vou conversar com ela”. Eu sinto que ela está tentando, claro que dá uma leve... Ela é uma pessoa que move muito, ela é uma pessoa que você se compadece, ela é uma senhorinha e ela está num ciclo de vulnerabilidade. E é engraçado porque ela não necessariamente vende isso, ela não fica, “como eu sou coitada”, mas ela passa isso, sem querer assim. E ela compadece bastante, acho que ela me causa mais preocupação do que impotência.

J: Tá, para você também, Diana, ela te preocupa?

D: Ela me preocupa, mas, fora todos esses aspectos, eu fico muito preocupada por ela estar sozinha na casa dela, com essas coisas que geralmente acontece com velhinhos, de tropeçar. Teve uma época que eu ligava, e ela não atendia, eu ficava “gente, essa moça morreu”, e ela tá lá. E ela só não tava em casa, glória a Deus. Eu cheguei a mandar um AR e, aí, como chegou só um AR, sem nenhuma carta, ela, “chegou um AR”; “é, Dona Vera Lúcia, eu não estava conseguindo falar com a senhora”. Aí, eu fiquei muito preocupada “gente, quem cuida dela nas coisas que precisam ser cuidadas?”. Ela tem 80 e poucos anos, e ela vai no postinho sozinha.

J: Ela vem aqui sozinha.

D: Vem aqui sozinha, e ela mora lonjão, dois ônibus. Eu fico bem chateada de pensar que ela tem que fazer todas essas coisas, geralmente, sei lá, alguém para levar a bolsa dela, que é pesada, coisas assim pequenas, eu fico meio malzona de imaginar.

J: Você fica também, Plínio?

P: Sim, ela remete muito a...

J: Ela provoca isso, né?!

P: Ela remete muito à imagem de uma pessoa de terceira idade; ela remete muito à avó. Eu não gostaria de a minha avó passando desse jeito, e, ao mesmo tempo, para mim pelo menos, bateu um pouco: “mano, eu não gostaria de estar assim quando eu tiver 80 anos, sozinho na vida”...

J: Pega na nossa solidão, né?!

P: Em todo um aspecto de solidão, sabe, da vida. Para mim, pelo menos, ela move isso. 71 anos, e ela não ter nada, não acontecer nada...

D: Assim, ela não tem nenhuma dificuldade motora, pega busão, mas mesmo assim. Ela chega aqui, agora deve estar fazendo muito calor, ofegante, eu sei o caminho que ela fez.

P: Ela tá bem, mas a gente sabe que, na terceira idade, de um dia para o outro, você pode não estar bem. Até o que ela falou, ela tropeçou em casa ou qualquer coisa do tipo.

J: Tem uma queda...

P: É.

D: E assim, a casa dela não é totalmente acessível, tem degrauzinho; na parte do fundo, tem que descer escada. A casa dela é toda plana, mas tem algumas escadinhas, e aquilo, toda vez que ela tem que dar descarga, pega um baldão cheio de água.

J: Mas ela poderia chamar alguém para consertar?

D: Sim, mas ela também recebe só um salário mínimo do INSS.

J: Você falou da geladeira que não tem quase nada...

D: Vazia, água e manteiga, sabe?

J: E ela tinha comprado bolo para vocês?

D: Tinha, ela comprou um bolo de churros e fanta laranja. Aí, ela falou: “ai, eu sabia que vocês vinham e comprei um bolinho”. Ela até ameaçou de pegar garfinho pra gente comer. Eu falei “ai, dona Vera Lúcia, eu estou satisfeita, almocei logo antes de vir aqui”. Aí, o cartorário “é, eu também não”. Nesse momento, o advogado-colaborador já tinha ido embora. Ele ficou bem rapidão “obrigado, obrigado”, e ela: “mas eu vou comer tudo isso aqui sozinha?”; “é, não, talvez você chame alguém para vir aqui para comer com a senhora”; ela: “nossa, mas é muita comida...”. Essas coisas... Tadinha, ela estava se empenhando. Eu avisei “Dona Vera Lúcia, a gente vai estar aí às três e meia, é um horário que com certeza vai ter lixo?”. Ela: “sim, sim, com certeza”. Está certo que ela falou: “às vezes tem em uns horários, às vezes em outros, mas três e meia eu acho que tem sim”. A gente não podia fazer uma aparição surpresa, sem ela saber. Ficou combinado.

J: Eu fico pensando, o que é o lixo para ela?

D: A não ser que a gente tenha um olfato muito prejudicado, e ela muito aguçado...

J: A gente chegou até a pensar em alguma doença neurológica...

P: É o que eu falei, na idade dela, eu não descreveria como uma esquizofrenia...

J: Sim, sim, ou que ela está delirando...

P: Até porque a idade não combina, a situação não combina, pode ser muita coisa o cheiro. O cheiro pode ter sido real algum dia, alguma coisa podia estar fedendo, e ela ficou com isso na cabeça, muita coisa. Mas eu acho também que isso é uma desculpa para ela entrar em contato com pessoas. Ela pode sair contando essa história, tem essa função também, ela pode reclamar do vizinho e envolve outra pessoa.

D: Eu acho que o cheiro deve ter aparecido em algum momento. Querendo ou não, ela mora em um lugar muito periférico. A casa ao lado da dela é um casona, tem bastante grama e muitos cachorros; às vezes, é o cheiro dos cachorros. Lá para trás também é meio desocupado, então pode ter aparecido algum cheiro, só não acho que esteja em cima da cabeça dela.

J: Ela falava que o vizinho jogava no telhado...

D: Que não dá pra dormir. Isso é uma coisa que me preocupou muito também, ela não tá dormindo muito bem. Não sei, essas privações de sono, a gente não consegue dormir... E aí, do lixo, uma das coisas mais serionas assim, como a casa dela é totalmente desprotegida, sem guarda alguma. Uma vez, ela acordou e falou que tinha um cara dormindo do lado. Tem a casa, um corredorzinho que dá para o fundo, ela falou que ele tava dormindo nesse corredorzinho... Aí, invasão da casa alheia, o que é isso? Como você prova isso?

J: Mas aí o que ela fez?

D: Ela falou que acordou, viu o cara, e não lembro se ela acordou e mandou ele embora, ou se ela ficou com medo, entrou em casa e fechou a porta.

P: Pelo o que eu tinha entendido, ela acabou fazendo barulho, e o cara levantou e saiu. Só vazou.

D: Eu fiquei “gente, o que é isso?”, que andam em cima da casa dela. Mas como? A janela fechada assim, tem umas gradinhas, e não dá para uma pessoa passar e andar ali em cima.

J: Pode ser até um bicho, alguma coisa que faz barulho...

P: À noite, faz barulho...

J: Porque fica muito silêncio e escuta mais...

P: Ela não dormir me preocupa muito, me preocupou muito quando ela conta, principalmente porque ela contou que tinha contado para médica e que a médica não tinha feito nada.

J: Eu lembro que você ficou muito... Você falava muito que ela precisava de um médico que olhasse para ela e...

P: Ela falou que essa médica que ela vai aí toda semana...

J: Ela vai toda semana?

P: Ela vai bastante...

D: Eu acho que, se eu pudesse, a gente não pode ajudar financeiramente o assistido, tem restrições. Se eu pudesse, eu a colocaria numa casa de idosos assim, bem bonitinha, essas casas de idosos mais legais, que têm um quintalão, para ela ter um convívio, para ela poder conversar com enfermeira que vai cuidar dela, sei lá...

J: Mas, talvez, tem casas que ficam com o salário e... Mas também com o que ela ganha...

P: Ela precisava de uma convivência, de qualquer forma de convivência... Um clube de dominó...

D: Então, a da igreja é muito impessoal. Eu tenho a impressão que ela chega no cantinho dela, reza, reza...

J: Ela falou que o pessoal fala para ela orar, né?!

P: Tem isso, ela fala que ela reclama, e o pessoal fala “tem que orar”...

D: “Tem que orar”... E parece que ela fala de um jeito meio genérico. Eu falei: “Dona Vera Lúcia, tem um moço da sua igreja que mora na sua rua, você não comenta com ele?”; “eu só falei que estou tendo uma situação difícil na minha casa”, e ele fala “então vamos orar, vamos orar”. Eu não sei dizer o que está acontecendo com ela, se é uma doença neurológica.

J: Foi a hipótese que a gente...

P: Eu acho que tanta coisa é possível no caso dela, ela precisava de alguém para olhar com atenção, cuidar dela...

J: E é um cuidado que nem o Direito nem a Psicologia conseguem prover para ela...

P: É, modificação, alteração de percepção, pode ser muita coisa, pode ser até coisa que precisa ser investigada porque pode ser um tumor. Tomara que não, mas às vezes acontece de ser. Aí, ela vai na médica do postinho e fala “eu nunca durmo”, e a médica...

D: Difícil, né?!

J: Difícil... Toma aqui um benzodiazepínico, um remédio, ou nem dão...

P: São cuidados que você precisa ter com a pessoa.

D: Eu acho que ela já me falou que tem uns problemas cardíacos, eu não sei quais são. Lá no início, ela falou “eu vou passar no médico amanhã”, e, na época, ela estava tossindo. Eu falei assim, “a senhora vai na cardiologista ou na pneumo?”, “eu vou no médico”. Aí, eu falei “vê se a senhora consegue para mim um atestado falando que a senhora está com dificuldades respiratórias em função da inalação de resíduos, não sei o quê...”, deram só um atestado de presença e que ela tinha passado no médico cardiologista e que tinham mudado a medicação. Não era exatamente isso, mas tudo bem. E ela ia demorar para passar na médica de novo, nem estava agendado o retorno, aí eu falei “bom, quem sabe da próxima vez eu faço uma carta com o logo do DJ, peço isso”. Só que ela tava com uma tossinha, não tava inalando nada. Na época, tava meio seco também, era mais inverno.

J: E como vocês acham que essa experiência de atender juntos auxiliou na formação de vocês?

D: Ah, deixa eu pensar antes de responder. Bom, eu já sabia, sei lá, quando você resolve ir ao Judiciário, você já está meio tomado e insatisfeito com a situação, ninguém vem aqui de boas. De boas eu queria entrar com uma ação, não, o cara tá bravão, você quer ver o seu negócio resolvido. A situação dela é meio parecida: ela engole sapo, independente se o sapo é o que ela inventa, ela engole sapo há um tempo, e ela veio aqui querendo resolver. Ela não se perde, ela não grita, ela não... Tem assistido que vem aqui e grita “mano, resolve” toda semana, mas ela não veio aqui brava e tal. Eu acho que só indicou para mim, em termos de formação, como essa intersecção é diária, não é só quando um cara louco comete um crime, e ele é isento de

culpabilidade porque ele não tinha noção de que matar alguém era errado. Isso acontece no cível, no trabalhista, todo mundo pode delirar e vir para o advogado... Acho que o principal, em termos de formação, me mostrou que o advogado é o primeiro juiz da causa e que você tem que ir filtrando as provas que te trazem, que primeiro você tem que pensar em como vai fazer tudo e fazer as coisas engrenarem e também que, às vezes, os assistidos podem te passar muito da carga emocional deles. Tem que ficar bem atento com isso. A Dona Vera Lúcia, acho que o que ela traz mais para mim é ela vir aqui toda semana. Agora ela deu uma parada depois que ela falou com você...

J: Acho que a última vez que ela veio aqui foi quando passou com o Plínio.

P: Foi quando passou comigo.

D: Mas ela vem, vem, vem, vem e vem para falar nada, ela vem só para ver o que está acontecendo; mas tem gente que liga chora, tal. Mas é isso, a percepção dessa forte intersecção, o fato de a gente ter que ser o primeiro juiz da causa e essa carga emocional.

J: E você acha que a Psicologia pode te ajudar nessas questões?

D: Sim.

J: Como?

D: Ai meu Deus! Então, eu não sei muito, eu sei quem tem propriedade para falar do atendimento e como a Psico deve atuar são vocês, mas eu acho que só de vocês estarem aqui e dar esse primeiro cuidado, apontar para questões que a gente jamais teria se atentado, como esse do braço, eu já acho relevante. Para pensar em modelos de expansão de atendimento, de mudança de atendimento, eu realmente não sei, mas eu já vejo como positiva a presença de vocês.

J: E para você, Plínio, como é estar aqui num ambiente jurídico?

P: Esse é o meu terceiro semestre no DJ, e honestamente o DJ foi muito importante na minha formação até aqui. Primeiro porque eu acho que, na faculdade, a gente fica muito acostumado com uma certa ideia e atuação do psicólogo, o psicólogo de sapato limpo, que tem o escritório bonitinho, de perninha cruzada, “fale mais sobre isso”...

J: A gente não anota...

P: A minha terapeuta anota...

J: E como é, para você, ela anotar?

P: Eu sempre vejo as pessoas falando “ah, é muito estranho quando a pessoa anota porque eu fico me perguntando o que ela fica anotando”. E quando eu tava lá e ela começou a anotar, eu pensei “é verdade, você realmente fica: ‘o que será que ela tá anotando?’”. É interessante. Onde eu tava?

D: Que foi muito importante para a sua formação.

P: Por isso, eu acho que tira muito o psicólogo de um lugar habitual, o estudante de Psicologia de um lugar habitual. Eu acho que é um pouco o que ela falou, na Psicologia as pessoas raramente vão “eba, a minha vida tá ótima”...

J: Também não...

D: Eu vim aqui maior na paz... Vim lavar a certidão de que estou feliz [risos].

P: [risos] eu vim aqui para contar que estou feliz, no psicólogo não acontece tanto.

J: No final da terapia acontece... [risos]

P: Quando tá chegando perto do final... Mas, aqui no DJ, eu acho que é muito melhor porque as pessoas não vêm procurando um psicólogo logo de cara, vêm pelo Direito, mas posso passar aqui, interessante. Eu acho que é muito importante isso, você entra em contato com pessoas reais, um nível de real diferente, porque não são as pessoas que você vê na faculdade, não são as pessoas que você costuma ter ao seu redor querendo ou não, acho que são pessoas reais. É

isso aqui que forma a população, gigantesca parte da população, e eu acho que esse contato é muito importante. Problemas reais, pessoas reais, falas reais, situações reais, e, às vezes, são essas pessoas que não pensam em procurar um psicólogo, nem passa pela cabeça delas, porque, às vezes, elas nem sabem direito por que vieram a um advogado: “eu vim aqui porque eu acho que dá para fazer alguma coisa, não sei o quê”. Elas nem pensam em passar num psicólogo, e às vezes pode ajudar. Eu, na minha opinião, o atendimento conjunto aqui no DJ é sensacional. Para mim, foi muito importante na minha formação. Ah, eu gosto também que aqui a gente não tem que ir atrás dos casos, os casos que vêm. Me incomoda um pouco os estágios que têm na faculdade, que a gente tem que ir atrás, criar a demanda... Eu já ouvi histórias do HU que parece um pouco isso, as pessoas vão atrás. Ajuda mesmo assim, mas me incomoda um pouco essa ideia, a pessoa tá lá no quarto e o psicólogo vai lá... Me incomoda um pouquinho, eu admito. Ou outras coisas mesmo, dá para ver professor que tem essas ideias. Vou chegar lá e vou fazer um serviço muito louco aqui nessa comunidade, e a comunidade “tá beleza, estamos de boa”. Eu gosto do DJ.

J: Uma coisa muito importante no laboratório que a gente tem o projeto do HU, tem o DJ, tem o CRUSP e tem na própria Psicologia. Tirando a parte da própria Psicologia, foram sempre as instituições que procuraram. Então, o DJ que procurou a gente, o HU que procurou também, e é importante a demanda, tanto do psicólogo quanto do advogado, vir da pessoa; assim como vem da instituição, vir da pessoa a procura pelo atendimento.

D: Com certeza. Quando eu entrei na faculdade, eu jurava de pé juntos que eu seria defensora. Ainda juro, porque, na faculdade, eu separo as coisas entre Direito real e Direito não real e aqui no DJ a gente vê muito isso, Direito real: família, pessoas sendo despejadas. Qual o real problema entre duas empresas que estão sendo fundidas? Desculpa, isso não é uma demanda, então eu vim aqui pra ver gente de verdade, gente com problema de verdade, e eu comecei achando... Eu entrei no DJ para ser, na verdade, vareira. Eu falei “ah, certeza quando tiver um caso de família muito treta, a mulher chorando que vai se divorciar, a psico vai estar lá”. Quer dizer, para além do Direito de Família, tem muita coisa e tem gente que delira em todos os níveis, e não só delirava, o sujeito tá lá desproporcionalmente bravo, sei lá, essas hipóteses.

J: Mas você pensava... Você falou bastante do delírio e tal. Você acha que a Psicologia poderia entrar só nesses casos ou...?

D: Eu acho que não, eu acho que talvez sempre que... Existem assistidos que o meu radar da Psico apita mais ou menos, mas eu acho que toda pessoa que vem aqui e se submete a ficar desde as 5 da manhã lá embaixo, no Jurídico, está aqui por um propósito e não tá feliz. Então, talvez fosse legal, pensando em um atendimento, ampliações; em todo atendimento, ter o estagiário, o calouro que fez o relatório e alguém da Psico. E aí, para além das orientações jurídicas, “e aí, como você tá? Como foi isso?”. Porque o DJ, diferente da Defensoria, é muito mais cuidadoso, então... Qual é o meu ponto? Ah, se é só delírio... Eu acho que não, toda demanda jurídica tem o seu colorido psicológico, em maiores ou menores graus, sempre tem. Porque tem, às vezes, situações que até tem um embasamento jurídico, mas que não incomodam a pessoa suficientemente para ela vir ao Judiciário. Uma vez, eu atendi uma moça que tinha havido um episódio de violência doméstica, e ela não queria reclamar isso. Ela falou “eu só quero a pensão dos meus filhos”; “Ah, tá bom, você quer os alimentos gravídicos?”; “também Também não”.

J: Ela tava grávida?

D: Ela tinha estado grávida, e o cara tinha largado, e ela passou toda a gravidez do segundo filho sem nenhum auxílio: “não, não quero, só os alimentos mesmo”. Eu falei assim: “bom, mas

você quer fazer alguma coisa sobre isso?"; "não, não quero, estou aqui só pela pensão dos meus filhos". A bandeira dela era "filhos" e só.

J: Aí, você entrou com a ação de alimentos?

D: Entrei, aí ela que me liga chorando pacas, mas estou aqui falando da Dona Vera Lúcia...

J: Mas pode falar... É que o da Vera Lúcia foi o que juntou vocês...

D: Mas essa moça aí tá muito desesperada porque ela está real sem grana, e as crianças dela são muito doentinhas, ela precisa de muita coisa e ela: "mas já citou ele? Quando vai ter audiência? Eu preciso ir, eu preciso falar"...

J: É mais uma questão de ter o recurso financeiro mesmo...

D: Ela tá real sem grana, então ela fica pedindo para as pessoas, mas ela fala "eu não quero, eu não quero fazer dívidas"; e eu falo "já pedi, ele vai ser citado, agora a carta tem que chegar", ou o oficial de justiça, acho que foi carta.

J: E como é para você o assistido ficar te ligando?

D: Nossa, eu não sei se é só comigo, mas eu estou aqui de quarta-feira, e quarta-feira é o dia em que sou mais procurada. Às vezes, eu mal consigo estar na roda de conversa para pegar um caso, que eu preciso pegar porque toda semana tem caso, porque as pessoas ligam, as pessoas aparecem, todo mundo cola aqui na quarta-feira. Às vezes, parece que a sala do DJ é a minha sala de espera "olá", "tchau", "você, próximo", porque as pessoas vêm mesmo. E os casos que eu pego, as pessoas estão muito abaladas. Peguei um caso de erro médico que a mãe da assistida tinha acabado de morrer, e ela literalmente não conseguia parar de chorar no atendimento. Foi numa quarta, vocês não estavam aqui... Esse primeiro atendimento foi o mais sofrido, foi ela e a irmã. Sabe quando você até tem mais irmãos, mas, no fim, o cuidado fica para um? E a assistida era essa, isso já aconteceu na minha família, é normal. Aí, ela não parou de chorar, ela sabia mais detalhes sobre tudo e a irmã ficava "calma, irmã, você precisa falar para o advogado, fala o que você sabe". Pega aguinha com açúcar... Tudo conspira contra. Em algum momento, eu trouxe ela para a mediação, mas estava horrível lá, tava todo mundo passando orientação, ela chorando ali, a pessoa da baia do lado gritando, eu falei "vamos na mediação". A gente veio, ela respirou, aguinha com açúcar, e terminamos a orientação. A mãe dela morreu tem uns meses e tal, então está sedimentando tudo, mas outro dia ela veio trazer um documento que o juiz pediu e ela "amanhã seria o aniversário da minha mãe"; "ai Dona Márcia, vamos sentar". E aí, a gente fala sobre morte, perda, e ela fala que foi muito difícil porque foi erro médico "não era para a minha mãe ter ido agora". E é foda, é foda, porque você tem que ficar inteira, chorar na frente do assistido é proibido, não tem como, e aí você tem que ficar ereta "entendo, entendo", sempre com empatia, mas firme. Daí depois, quando termina, você vai lá e chora e dá tudo certo. Isso aconteceu algumas vezes.

J: Você contou da Vera Lúcia...

D: Da Dona Vera Lúcia, eu chorei depois da diligência. Da Dona Márcia, eu chorei um pouquinho depois, e aí teve um que eu atendi, um casal de velhinhos que eu tava quase chorando durante o atendimento "então, tá bom, boa tarde", e eu fui embora chorando. Ah, mas eu também sou muito chorona.

P: Mas que bom que você se sinta e conversa com os seus assistidos. Não falando mal de alguns, mas já vi estagiários do DJ que realmente "ah, estou aqui pelo jurídico e se vier qualquer coisa diferente disso, tchau, eu tenho coisa para fazer". Eu acho bem importante.

D: Nossa, aí não dá.

J: Acho que muita coisa faz parte do ser humano, não de ser psicólogo...

D: É, querendo ou não, o recorte é jurídico, só que Dona Márcia, por exemplo, não parava de chorar, como você ignora? "Voltando, inventário", sabe?

J: “Que dia a sua mãe morreu?”

D: “De quê?”

P: Só de não ter deixado ela se acalmar sozinha, já é uma coisa, de quinta-feira aparece pessoas que estão chorando, o que a pessoa faz: “ah, tá, vou deixar você se acalmar, vou lá e daqui a pouco eu volto”. A pessoa sai, passa 15, 20 minutos e volta. Eu acho muito legal o que você faz, é muito humano, na verdade, o que você faz.

D: É, a gente tá aqui como estagiário e ser humano... É que tem muita gente sem noção, essa prova de estagiários aí não é uma das melhores.

J: Você vai ser diretora do quê, de estágio?

D: De estágio. Mas eu acho que a elaboração da prova em termos humanísticos fica mais com o RH. O estágio só corrige a parte jurídica da prova.

J: Ah, tem várias partes da prova?

D: Então, é mais ou menos isso o que eu penso, eu acho que, como eu falei, toda demanda jurídica tem um pezinho na Psicologia, porque, afinal de contas, alguma coisa tem que te mover para vir aqui, especialmente aqui. Você não vai num “escri” da hora, com ar condicionado, um monte de advogado, uma sala de reuniões. Você fica um tempo no DJ fechado, lá embaixo porque o prédio ainda não abriu, daí você vem numa sala de espera, fica um tempo, põe seu nome na lista, então alguma coisa pesadona tá rolando. Nossa, ainda mais as pessoas que não conseguem ser atendidas pelo DJ saem daqui mais putas ainda “nossa, e agora, aonde eu vou?”. Então, alguma coisa muito importante as move, e, no caso da Vera Lúcia, não era diferente, é importante mais para ela o que rola na cabeça dela.

J: E para você, Plínio, como são as possibilidades de atendimento da Psicologia aqui? Você como psicólogo?

P: Como assim?

J: A Diana tava falando dos casos de delírio...

P: Ah, tá. Acho que o delírio é o mais óbvio, né?!

J: Por causa dos delírios que a gente foi chamado.

P: Bate o olho, é isso. Acho que o meu terceiro ou quarto caso foi um delírio aqui no DJ. Delírio estereótipo assim, sem dúvida de que era um delírio. Até estereotípia física, a pessoa com tiques, sabe? Tudo direitinho, acho que é o caso mais óbvio. Acho que o que a gente mais tem é “ai meu Deus, essa pessoa tá chorando, socorro”, é o que mais aparece para a gente.

D: É, mas não devia ser um pânico, né?! “Ai, ela tá chorando”.

J: É, aparece muito isso, uma caloura específica, a pessoa tá chorando, ela vem correndo “a pessoa tá chorando, vocês podem ir?”.

P: Todo semestre tem um calouro diferente que tem esse pensamento...

D: Mas, calma, não é para desesperar, todo mundo chora.

P: É, então, eu acho... Você pode me corrigir que é do Direito, mas eu acho que a maneira como o Direito pensa, bem aquela coisa “cadê o meu *Vade Mecum*?”, bem isso...

D: Onde está o capítulo 2, *Do Choro*?

P: Mas eu acho que a gente trabalha muito às vezes. Dependente do estagiário porque tem estagiário muito sensível. Você, a C que já foi, a A às vezes também era “choro”, é uma pessoa muito sensível, a E, são pessoas que se comprometem e conseguem ver “aqui pode ajudar essa pessoa, a Psicologia é uma chance de ajudar essa pessoa”. E eu acho que tem gente que não e tem que ficar de ouvido aberto na roda de conversa, porque a gente tem que falar “oi, você não acha que a gente pode ajudar?”, porque senão a pessoa não repara, a pessoa tá focadona porque a demanda veio bonitinha, quadradinha, então é isso. Mas eu acho que a gente tá aqui meio que

para tudo; no DJ, a gente não tá só pelos assistidos, tá aqui pelos estagiários, calouras, diretoras, mesmo que nunca tenha aparecido diretora...

J: Para mim, já...

P: Para você, já, mas, desde que estou aqui, nunca rolou de eu atender diretora. Eu acho que a gente tá em todo lugar. Na primeira formação que eu dei, que eu ajudei a dar no primeiro ano que eu entrei, o que eu falava era isso. Surgiu na cabeça “psico”, chama, chama, nem que seja só para a gente entrar e estar junto do estagiário, porque é o que você falou, dá para ver que a presença, não ter que estar sozinho ali com a pessoa, já ajuda.

D: O que eu notei é que, às vezes, vem muita gente que tem uma ideia de que a demanda que ela tem é especial e que, portanto, vai ser interesse desse pessoal que usa essas pessoas como catapulta. Semana passada, eu atendi um cara que falou assim: “eu já mandei uma carta para o Russomano e ele vai resolver o meu problema”, tipo, “eu acredito em você, você vai fazer a sua parte”, mas é o Russomano que vai resolver o problema dele. Uma assistida, outra vez, “eu falei com o...”, sei lá, um pastor, insira aqui o seu pastor, o Silas Malafaia, “e ele foi lá na prefeitura e resolveu o corte da minha água”. E aí...

J: As pessoas querem um super-herói, né?! Para resolver...

D: Esses super-heróis... Tudo bem você, mas você é o meu plano B.

J: O Russomano, o Ratinho, na época que ele fazia... Nem sei se faz ainda isso...

D: Será que ele tá ainda?

P: Eu acho que o Ratinho tem um programa no SBT...

J: O exame de DNA?

D: Sério? [risos] Ai meu Deus, ao vivaço?

J: Não sei [risos], nunca vi...

P: O exame não era ao vivaço, mas a revelação... Se era real ou não... “Ele é pai? Não é? Não é pai...”

D: Ai meu Deus, que péssimo...

J: Mas vocês não sentem, para vocês, estagiários de Direito, tem essa coisa de super-herói também?

D: Eu acho que devo ter sentido um pouco isso quando eu fui atender a Dona Vera Lúcia, porque era o meu primeiro. Só que isso tem um... Acho que essa cultura no DJ já foi muito presente, agora eles estão buscando apagar um pouco isso, porque antes o DJ era muito “ah, estou aqui para fazer a minha caridade do dia e já vou embora”. Acho que o DJ caminha num sentido muito mais de profissionalização “estamos aqui para prestar um serviço”...

J: Que é um direito das pessoas...

D: É um direito, querendo ou não, então não é caridadezinha, a gente não é super-herói de ninguém, estamos aqui para fazer um serviço, porque, enfim, ele precisa ser feito. Está na Constituição que todo mundo tem que ter acesso à Justiça, é só uma concretização de um princípio constitucional. Então, acho que muito disso vem em pequenas práticas do DJ, a gente tem percebido isso. Eu acho que talvez só o fato de a gente estar se referindo agora, em alguns documentos oficiais, não como “assistido”, mas como “cliente”, já é um bom indicativo disso. Eu falo “assistido”, mas também...

J: Tem críticas a falar “assistido”...

D: Eu, pelo menos, penso que estou aqui fazendo um serviço, eu falo... assim “ai, você tá fazendo estágio?”. “Faço”, não é remunerado, mas eu faço estágio no DJ. Eu não estou aqui “ah, eu faço um estagiazinho” num braço da faculdade, numa extensão; não, eu estagio.

J: Eu já vi várias pessoas, estagiários falarem assim “lá no meu trabalho”; eu falo “mas aqui não é o seu trabalho também?”

D: Não é só o estágio remunerado que é estágio, aqui é estagião. Pode até ser remunerado se você quiser, tem bolsa aí, não é das melhores, mas...

J: É o que tem também...

P: Já é alguma coisa...

J: Bom, vocês querem falar mais alguma coisa? Por mim, está bom.

P: Se para você está bom...

J: Estando bom para ambas as partes [risos]. Obrigada!

Graça**Data:** 16/03/2020**Horário:** 14h30**Local:** Café no Shopping Itaquera**Duração:** 1h54min45s**Participantes:** Graça (G) – assistida do DJ; e Joyce (J) – entrevistadora.

J: Bom, Graça, obrigada por você ter vindo, ter concordado em fazer a entrevista comigo. Eu estou estudando no meu doutorado a interdisciplinaridade entre Psicologia e Direito. E como a gente teve bastante contato por causa do seu caso, você já tinha sido atendida pela Psicologia antes no DJ, né?! Eu gostaria de saber como você acaba me enxergando no seu caso, o nosso contato...

G: Ah, eu gostei muito porque foi bem diferenciado, porque você supriu as duas necessidades que eu tinha [risos], de advogada e psicóloga, porque, na hora do divórcio, é o que a gente mais precisa, de uma psicóloga para ajudar e de uma advogada. Então, eu gostei muito que foi com você, porque você me ajudou nos dois sentidos, eu fiquei muito feliz.

J: Mas, quando você vinha falar comigo, me procurava, qual você procurava mais?

G: Olha, tinha horas que era a advogada, quando o Raul me perturbava muito, era a Joyce-advogada; agora, quando a minha cabeça estava dando nó, assim, era a Joyce-psicóloga. Mas eu acho que procurei mais por advogada [em tom de dúvida] por conta do Raul, né, toda hora que ele me enchia o saco e eu não sabia o que fazer. Então, acho que foi isso.

J: É, eu percebia que, às vezes, eu era muito mais...

G: As duas coisas...

J: ...Advogada de dar orientação, de falar, ó, faz isso, faz aquilo, e outras horas era mais escutar, tentar...

G: Aguentar o meu choro, né?!

J: É, eu também não consigo separar isso em mim, né?! Ora eu sou uma, ora outra...

G: É, não dá, né?!

J: Eu sou uma pessoa só. Voltando um pouquinho mais para o passado, você lembra quando você foi atendida pela Psicologia, a Daniela estava junto com uma menina da Psicologia...

G: É... Eu lembro... Acho que a primeira vez foi um moço... Foi um moço?

J: É, teve um moço que te atendeu, o Plínio...

G: É, o psicólogo?

J: Mas teve uma menina primeiro...

G: É, então, no começo eu disse para ela, eu estava muito assustada, porque todo mundo fica sempre com aquela conversa: “ah, é ruim com, é pior sem”, e eu fiquei com aquilo muito na cabeça, com medo de como seria a minha vida, porque 30 anos você acaba se tornando dependente da pessoa para tudo, aí eu fiquei com medo, assustada, eu fiquei com muito medo de ter síndrome do pânico...

J: Você já tinha tido crises antes, né?!

G: É, eu até falei para ela que eu já tinha tido, que eu estava com medo de ter, de chegar em casa e não ter mais ele ali, como eu ia ficar... Mas, assim, eu trabalhei tanto com isso, com você, com a minha outra psicóloga, que parece que não aconteceu, tirei de letra essa situação, porque eu pensei que ia ficar muito mal, mas não fiquei não, mas eu fiquei bem assustada no começo, chegou até a ter dúvida se eu ia separar ou não mesmo.

J: Eu lembro que a Daniela me falou que já fazia alguns meses que você havia procurado o DJ, né, antes de ela entrar com a ação...

G: Em janeiro de 2018.

J: É, acho que foi só lá para o final do ano a primeira vez que a Psicologia te atendeu, né?!

G: Ficou um ano, eu até achei que não ia sair mais, já estava até tentando negociar o casamento de novo [risos]...

J: Mas você tentou isso?

G: Não, não dava, não tinha como, é uma coisa... É o que eu falei, perdeu o respeito, perdeu tudo, tudo... Perdeu o interesse, perdeu tudo por mim, então não tinha como mais retomar nada... A gente já não dormia junto fazia tempo, ele não conversava com ninguém dentro de casa, não aceita o Fabian, então não dava, para mim não dava, não tinha como viver assim mais, não tinha mais vida...

J: Agora veio uma hipótese, a gente estava falando do Fábio, né, de sentir saudades do pai... Não sei se acontecia um pouco de o Fabian ser mais próximo a você, e o Fábio mais próximo ao pai...

G: Então, os dois foram sempre próximos de mim, mas é que, por ele saber desde pequeno, ele diferenciava o Fabian e o Fábio, ele via que o Fábio empina pipa, joga bola, o Fabian não faz nada disso, então ele sempre tratou o Fabian diferente, sempre tratou o Fabian mal... E o Fábio sempre brincou, tratou mais assim... Não que não batesse, ele arrebatava os dois, ele batia muito nos dois, mas o Fábio, acho que é isso que o Fábio sente falta, porque o Fábio acho que precisa disso, dessa figura masculina, e o Fabian já enxerga essa figura masculina como um monstro, então eu acho que é isso...

J: Da mesma forma que você enxerga agora?

G: É, é o que eu falei, para mim tá muito difícil. Eu não consigo aceitar isso, que eu vivi com uma pessoa dessa... Na minha cabeça, ele virou isso, mas se você começa a pensar tudo o que você viveu, você vai falando: nossa, mas ele fazia isso... Eu acho que enxergava com outros olhos, não é que ele mudou, eu que agora estou enxergando... Eu falei isso para os meninos, eu falei, então é difícil para mim, porque, no começo, eu estava achando que ele tinha mudado, não é que ele tinha mudado, eu acho que comecei a enxergar as coisas como realmente eram, aí não deu mais para suportar.

J: Você consegue ver um momento que você passou a enxergar mais, mais o Raul como ele era...

G: Ah, sim, eu começo a pensar nas coisas que ele falava... Igual ele falava, eu sempre fui muito magrinha, aí quando eu engordei, comecei a engordar um pouco, ele já falou que, se eu ficasse gorda ele não ia me querer mais, não sei o quê. E eu comecei a engordar desenfreadamente, não sei se era aquela vida que eu vivia e não gostava, aí então “ah, eu vou ficar gorda”. Quem sabe, eu não sei o que passou pela minha cabeça, eu não consigo distinguir, eu mais que dobrei o peso, e foi nítido mesmo ele não querer mais nada, não me procurar, dormir no sofá, então aquilo me magoou muito, porque assim... Não é o corpo... Assim, não é o corpo, casamento não é você se preocupar com isso, pessoa tá gorda, se tá magra, e tudo que você viveu até ali não viram nada só por conta de que a pessoa engordou. Então essas coisas foram me magoando, falando “ah não, tudo o que eu fiz, tudo o que eu passei com ele, tudo o que eu fiz por ele, agora jogou tudo fora porque eu fiquei gorda?”. Aí, eu comecei a enxergar as coisas, ele começou a me tratar diferente desde faz tempo. Não é que começou agora, é que eu comecei a enxergar as mentiras, que ele mente muito, ele fala muita mentira, você começa a ver as mentiras... Nossa, não é de hoje que ele mente, e eu tô aqui achando que agora que ele virou um mentiroso... Então essas coisas assim...

J: Estou pensando aqui agora, sendo um pouco psicóloga [risos das duas], será que, às vezes, você não começou a engordar para se defender dele?

G: É, a minha psicóloga falou isso... Para tentar fugir dele. Ela falou isso... Porque não tem explicação. Eu casei, eu pesava 50 kg, eu fiquei com esses 50 kg... Olha, eu ganhei o Fabian, fiquei com 58 kg com 9 meses, não engordei nem os 9 kg, engordei só 8... Depois voltei a ficar magra de novo, depois ganhei o Fábio, voltei a ficar magra, mas depois... Eu não sei... Eu percebi que ele queria ocupar o espaço dos meninos na minha vida, sabe? Ele não queria que os meninos... que eu desse atenção, que eu ficasse com os meninos... Aí, ia nos lugares, eu falava “não dá pra ir porque não vou levar os meninos”; ele “você vai deixar de viver por causa dos meninos?”, não sei o quê. E sempre foi isso, eu ia cobrir os meninos à noite, ele brigava, que não precisava fazer isso...

J: Ele tinha ciúmes?

G: De tudo, de tudo, sabe, se eu ia dar comida para os meninos, se eu colocava comida no prato dos meninos, se eu acordava mais cedo para arrumar as roupas deles para ir para a escola, tudo ele brigava, tudo... Ele queria eu só para ele, não queria que eu dividisse os meninos, eu não gostava disso. Mãe é uma coisa, mulher é outra, né?! E até hoje, que até hoje, até esses tempos, os meninos deixam sapato, as coisas pela casa, ele brigava, ele pegava e jogava no quarto deles, não deixava eu pegar para recolher. Ele falava que eu não tinha nada que ficar fazendo as coisas para aqueles meninos, que eles eram dois marmanjos folgados, então eu percebia que ele tinha ciúmes. Depois que os meninos nasceram, acho que ele piorou muito.

J: Quanto tempo de vocês casarem até o Fabian nascer?

G: Eu casei em 92, o Fabian nasceu em 94.

J: Dois anos. E nesses dois anos, como foi?

G: Foi difícil, porque ele sempre mentiu, né?! Sempre ele mentiu, ele mentia negócio de mulher, ele mentia onde ele estava, ele mentia negócio de dinheiro. Quantas vezes ele escondia dinheiro e na hora que eu achava, ele dizia que tinha escondido para me comprar presente... Ele saía para os lugares, chegava muito tarde, ele dizia que era porque o trânsito estava parado e tinha voltado a pé. Eu era boba, eu ainda sou boba, eu acredito muito nas pessoas, mas eu acreditava muito nele. Eu achava que ele era uma pessoa diferenciada, que ele era um homem diferente, eu não acreditava que ele era esses homens que ficava olhando mulher na rua, que eu não suporto isso. Eu não gostava que ficava olhando essas revistas de mulher pelada, nem assistindo esses filmes... Aí, de repente, e eu peguei que ele fazia tudo isso, e eu fiquei louca quando eu fiquei sabendo, que eu vi que ele não era nada daquilo que eu estava achando que ele era, né?! Não era, ele mentia, ele escondia as coisas, ele ficava assistindo esses filmes, ele ficava mexendo nessas coisas no celular o tempo todo... Ah, não sei, aí eu fui me decepcionando, me decepcionando, me decepcionando. Aí, você começa parece que amadurecer, enxergar as coisas, você vê, nossa, essa mentira não é de hoje que ele conta, isso de esconder dinheiro igual ele escondia até hoje; não é de hoje que ele esconde, escondia já antigamente, né?! Então, eu penso: o que ele fazia com esse dinheiro? Alguma coisa errada, porque para que esconder... Quantas vezes precisava as coisas dentro de casa, para a gente comer mesmo ou pagar uma conta, ele falava que não tinha dinheiro, e o dinheiro estava escondido, né?! Então, você começa a pensar: nossa, como eu fui boba, como eu fui trouxa, a vida toda dele, e ele não mudou nada, ele continua mentiroso, ele continua... Eu enxergava que ele era mentiroso para os outros, eu via ele contando muita mentira para as pessoas, eu via ele enganando muito as pessoas, mas eu achava, ah, isso é com os outros, não é comigo, com os meus filhos ele não vai fazer um negócio desses... Mas, quando eu pedi o divórcio, eu vi que ele foi capaz de fazer o que ele fazia com os outros. Ele fez com a gente, tirou o que a gente tinha, bagunçou a nossa vida, fez um verdadeiro inferno na vida da gente.

J: Você acha que mudou muito depois que pediu o divórcio? Eu lembro que, naquela primeira audiência que eu fui com você, acho que ele falou assim: “você vai continuar com isso mesmo?”...

G: Dando uma de santo... Ele falou, a primeira que foi, foi aquela moça...

J: Que não fui eu...

G: Não, foi uma menina. Ele ainda ficou bravo com a moça, ele falou para ela: “você sabe quantos anos a gente tá junto? Há 28 anos nós estamos casados”. Ele falou para ela “isso aí não é nem a sua idade, você não tinha nem nascido ainda para você querer se meter nisso”, como se a menina fosse culpada de eu estar querendo o divórcio. Aí, eu falei ainda para ele: “não fala assim com ela”. Ele falou que ele não queria separar, que agora que os meninos estavam grandes, que ia ficar só eu e ele, mas esse era o meu medo, esse era o medo do Fabian e do Fábio, de ficar só eu e ele. Como vai ser? Os meninos cresceram...

J: É o medo que eu tinha também acompanhando...

G: Então, os meninos cresceram vendo ele me bater o tempo todo. Os meninos sempre falavam: “mãe, separa do pai antes de a gente casar; mãe, a gente vai embora de casa, como vocês vão ficar?”

J: Inclusive o Fábio.

G: Sim, o Fábio ficou uma semana sem falar comigo. Ele falou: “ou você pede o divórcio para ele, ou eu não falo mais com você. Essa vida virou um inferno, vocês dois aqui dentro”. Então, os meninos falavam muito isso “separa mãe antes de a gente sair daqui, ele vai querer te matar, não sei o quê”. Eu não queria ficar só eu e ele, tanto que quando os meninos namoravam, saíam os dois, eu ficava desesperada, eu me trancava no quarto do Fabian, ficava assistindo a televisão trancada lá...

J: O seu estava sem tranca, né?!

G: Estava, ele arrombou a porta do meu quarto, ele arrombou para entrar. Ele nem dormia mais nada comigo, mas ele arrombou para entrar para me assustar. Ele sabia que eu tinha medo dessas coisas...

J: Aí, você se trancava no quarto do Fabian e ficava lá...

G: Ficava lá assistindo, porque eu sabia que eles não iam voltar, só iam voltar no domingo, aí sábado à noite, ou eu ficava no meu quarto passando roupa ou eu ia lá para o quarto do Fabian assistir. Aí, eu trancava a porta e ficava lá sozinha para ele não vir me perturbar. Eu achava que isso não era vida, sabe, não é vida, você tá ali só para fazer comida, lavar, passar, ser xingada, ser maltratada, enganada, muito enganada, então, assim, eu fiquei muito triste com isso tudo, foi um fim muito ruim para mim; porque ninguém casa querendo separar, ainda mais eu que idealizei ele, né?! Uma coisa que ele não era.

J: Você tinha quantos anos mesmo quando casou?

G: Eu casei com 20.

J: Ele, a mesma idade?

G: Ele, 22.

J: Mais perto...

G: Eu comecei a namorar ele, eu tinha 17 anos. Então eu achava que ele era... Ele mentia, né?! Ele se fingia de bonzinho para mim e eu boba, né?! Nova, menina boba, minha mãe não me deixava sair para canto nenhum, não me deixava ter amigo, nada, aí você pega um namorado que te engana, e foi com o que aconteceu comigo.

J: Ele foi seu primeiro namorado?

G: Eu tive um outro, mas não foi namoro, namoro... O Raul não, foi namoro e já quis casar, porque ele não tinha nem pai, nem mãe... E ele tinha falado: “se é para namorar comigo, é para

ficar noiva, para casar”, tanto que logo ele já quis por aliança. Minha mãe ainda falou para eu não casar, minha mãe falou: “não casa, não casa com ele”, mas a gente...

J: Por você ser nova ou por causa dele?

G: Por causa dele. Minha mãe falava, minha mãe viu o jeito dele, né?! De ignorante, de querer bater, de resolver tudo batendo, ele era assim com todo mundo. Ele ia para cima das pessoas para bater, só que eu não enxergava isso, eu achava que eu estava super protegida quando eu era menina, quando ele estava perto. Eu falava: “ninguém vai mexer comigo, ninguém vai encostar em mim”...

J: Como se ele fosse te proteger... O machão que vai...

G: Eu achava que eu estava super protegida perto dele, era isso que eu pensava, por eu não ter o meu pai também, né?! O meu pai e a minha mãe eram separados, então eu achei, agora eu achei alguém que vai cuidar de mim, vai me proteger. Depois você vê que não era nada daquilo, a pessoa é doente, ela é maluca.

J: Você chegou a comentar comigo a história dos pais dele, que o pai dele...

G: O pai dele era ciumento, não acreditava em nada que a mãe dele falava, doente de ciúmes. Aí um dia, chegou em casa, estava o irmão dele lá, o irmão dele do meio, aí o pai dele discutiu com a mãe dele e matou ela e se matou na frente do menino.

J: Ele mesmo te contou isso?

G: Foi... Então eu já tinha medo disso, porque vai saber... E ele sempre falava também, toda vez que ele me batia, ele falava: “chama a polícia para você ver, você pode até chamar, mas na hora que eu sair, eu vou matar vocês três, eu vou”. E eu vou pagar para ver isso? Eu não ia pagar para ver isso... E por mais que a polícia viesse fazer tudo, eles não iam ficar comigo o tempo todo para me proteger, então eu não quis arriscar, eu nunca chamei a polícia. Toda a minha família me julgou muito, eles falavam: “mulher de malandro apanha, apanha e não separa”... Ninguém sabia o que eu passava, né?! Eu sabia como ele era, ele me vigiava, ele ia atrás de mim. Quando eu ia trabalhar, ele ficava escondido atrás dos postes lá no ponto, esperando eu descer do ônibus... Ele me seguia de moto, de carro, às vezes eu saía da escola, ele ia me buscar, mas não ficava na porta da escola, ficava escondido...

J: Para ver se você saía com alguém...

G: Sempre ele fez isso, sempre... Eu sabia que isso era um pouco doença, eu comecei a ter medo dele. Ao invés de eu me sentir protegida perto dele, eu comecei a ficar com medo, dava medo... Ninguém mais queria se aproximar, a gente conversava dentro da escola, saía da escola, todo mundo saía de perto, principalmente os meninos...

J: Isso no namoro ainda, né?!

G: ...Nunca teve nada a ver, mas ele achava que tinha, então os meninos, sei lá, não queria briga, não queria... E ele sempre foi assim, mentiroso, fazia as coisas e não assumia, falava que não tinha feito e eu acreditava, porque ele começava a chorar e eu acreditava. Sempre achando “ele vai mudar, ele vai mudar, ele vai mudar, ele vai mudar”, e não mudou, né?! Não mudou. Só não me arrependo pelo Fabian e pelo Fábio, por ter eles, mas, de resto, foi uma vida inteira... de tortura, não foi fácil.

J: E você comentou também comigo que a questão de depressão, da fibromialgia, surgiu depois do casamento?

G: Sim, eu não tinha depressão, eu não tinha... Eu nem sabia o que era, aí eu comecei a me sentir envergonhada, não queria ir para os lugares, não queria sair, não tinha ânimo nenhum para me arrumar... Aí, eu comecei a achar isso estranho, eu não tinha isso. Fui no médico, comentei, aí começou o tratamento, começou a fibromialgia, começou a doer tudo, doía tudo, da cabeça até o pé, e era uma dor muito insuportável, e os médicos não descobriam... Eu fiz

ressonância, fiz tomografia, fiz eletroencefalograma, fiz polissonografia, fiz ultrassom, fiz cintilografia, fiz todos os exames para ver o que era, e ninguém... Não dava nada. Aí, foi que o médico me encaminhou para uma fisiatra, fez um exame, depois me mandou para a reumatologista e o reumatologista falou: “isso que você tem chama fibromialgia, é uma doença que dá devido à depressão”. Ela falou: “e tem que ser tratadas as duas juntas, a fibromialgia e a depressão”. Aí, de lá em diante, eu comecei a tomar remédio.

J: E faz quanto tempo isso?

G: Virgem Maria, os meninos eram pequenos ainda... Deve fazer uns 20 anos, por aí...

J: E você sempre trabalhou no Estado?

G: Sim, eu casei e no ano que eu casei, eu já entrei... Eu tinha prestado o concurso quando era solteira, aí casei e já fui chamada, aí sempre trabalhei lá.

J: E no trabalho, ele tinha ciúmes?

G: Sim, ele ia no meu serviço... Ele me bateu várias vezes, ele falava que eu tinha caso com os médicos, que eu tinha caso com os seguranças, que eu tinha caso com o meu colega que trabalhava comigo na farmácia, eu tinha caso com todo mundo, todo mundo; eu tinha caso com o cobrador do ônibus, onde eu ia eu tinha caso, onde eu ia... Então, era um inferno. Chegava em casa, ele fazia eu tirar a calcinha para ele olhar como estava, então era uma doença... Quanto mais ele fazia isso, mais eu pensava no pai dele com a mãe dele, aí mais medo eu ia ficando... Aí, chega uma hora que você fica desesperada, dá a hora de sair do serviço, você fica olhando para tudo quanto é lado, será que a pessoa tá aqui? Não tá? Será que eu posso dar tchau? Não posso para alguém? Conversar? Teve uma vez que ele chegou lá para me buscar, estava chovendo, eu fiquei lá com o segurança na porta, eu estava em pé na porta, os seguranças ficam na porta... Aí, eu fiquei conversando lá, esperando ele em pé, e na hora que ele chegou e viu, disse que eu era uma sem-vergonha, que eu estava sabendo que ele estava vindo me buscar e eu fico lá com os homens, não sei o quê... Eu falei: “você tá louco? Eu tô em pé aqui na porta, os seguranças ficam nas portas, eu estou aqui conversando com o homem, o homem trabalha aqui comigo todo dia a gente tá aqui”... Nossa, aquele dia só faltou me jogar na marginal. Teve um dia também que um colega meu deu carona para a gente, para mim e para minhas duas colegas... Eu nem fui na frente... Ainda liguei para ele e falei se ele queria carona também que a gente passava onde ele trabalhava... Eu fui no banco de trás, eu e minha outra colega, e a outra colega foi na frente com esse menino. Na hora que desceu do carro, ele me deu uns murros tão grande nas pernas que, até hoje, eu tenho tudo estourado, os vasos das pernas onde ele deu murro, falando que eu era uma sem-vergonha, que eu tinha caso com aquele homem, por isso eu estava dentro do carro com ele. Então, sempre foi essa loucura, essa doença, é uma doença, eu acho, entendeu? Quantas vezes... Nossa... Eu tinha caso com todo mundo para ele, todo mundo, todo mundo, eu não prestava, eu tinha caso com todo mundo. Ele falava isso na frente dos meninos, que eu era uma sem-vergonha, que eu era uma safada, uma vagabunda, e os meninos choravam, eles falavam para ele não falar isso da mãe deles, que eles sabiam que não era, sempre foi... E na realidade, quem era, era ele, né?! Quando ele saía com os meninos, os meninos falavam “mãe, o pai ficou mexendo com a mulher; mãe, o pai não sei o quê; mãe, eu cheguei lá no pai e tinha uma mulher com ele”, e ele sempre falava que era mentira, que ele ia matar, mas eu pensava “meu Deus, uma criança ia tirar isso da onde? Principalmente o Fábio, que sempre contava, o Fábio sempre contava, sempre, sempre, sempre, ele sempre ameaçava o Fábio, que “não vai mais sair comigo, não vai mais não sei o quê”... Aí, você para pra pensar e você pensa “quantas vezes ele saiu, ele falava que ia trabalhar”. Ele consertava câmera no começo, só isso ele fazia... Câmera fotográfica... Ele tem um amigo que tem assistência também, ele falava que ia ajudar esse amigo, que esse amigo estava com muito serviço parado,

tinha pedido ajuda para ele, aí ele falava que ia ajudar esse amigo, só que ele nunca recebia, nunca recebia esse dinheiro. Ele passava o domingo todo fora, me deixava com os dois meninos pequenininhos em casa, que ele sabia que eu não tinha como sair, como eu ia sair com um bebezinho e o outro? É um ano e dois meses só de diferença. Então, ele saía, me deixava em casa sozinha e falava que ia consertar máquina com esse colega, só que esse colega nunca pagou, entendeu? Nunca pagava... Eu falava: “Raul, o Fulano não pagou? Nós estamos precisando de dinheiro”; “ah, não pagou, eu vou cobrar ele”, não sei o quê, entendeu? Hoje, hoje eu, Graça, enxergo que era mentira, que ele não ia consertar máquina coisa nenhuma... Quantas vezes ele chegou duas ou três horas depois do horário de trabalho, ele falava que tinha descido lá em São Mateus e vindo a pé, o que é mentira, ele nunca ia fazer isso, ele é o tipo de pessoa que não vai à padaria a pé. Então, hoje eu enxergo como eu era boba. Não é de hoje as mentiras, mas olha o tanto que demorou para eu enxergar, 28 anos de casado para eu enxergar isso, de casado, porque junto vai fazer 31. Então, aí é onde eu começo a pensar, como diz a minha psicóloga lá, não foi ele que mudou, eu que estou enxergando, ela falou “não é ele que mudou nada, ele sempre foi assim”. Ela falou, e eu fiquei a vida toda mesmo achando “ele vai mudar”, não vai ficar assim para sempre, não é possível, ele vai mudar, e ele nunca mudou, né?! Ele nunca mudou, eu fiquei achando que ele ia mudar, que ele merecia chance, não sei o quê, e ele não mudou não.

J: E ele prometia também mudar?

G: Sim, “não vou mais fazer isso”...

J: Não foi só da sua cabeça...

G: Não, eu vou não, não sei o quê... Mas nunca, isso nunca aconteceu. E outra coisa que eu não perdoava era assim, ele me batia, me machucava, batia, batia, e nunca pediu desculpas, ele nunca se desculpou, nunca, ele nunca falou: “ai, desculpa, eu perdi a cabeça...” Nunca, nunca, nunca. Ele achava que ele estava certo, e eu merecia apanhar mesmo, que eu era sem-vergonha, que eu era vagabunda... Isso me magoava muito, muito, muito. Eu apanhei e nem pedir desculpas... E outra, acabava de bater, eu ia dormir e já vinha me procurar, falava que eu tinha obrigação, aí ficava xingando: “tá vendo? Quando eu falo que você é vagabunda, olha aí, você não quer nada comigo, pode ver que já saiu com outro hoje”... Não era isso, eu tinha acabado de apanhar, vai conseguir fazer alguma coisa? Então, essas coisas iam me magoando, mas eu aceitava, não sei, tinha medo... Não sei o que eu tinha, medo de criar os meninos sozinha, de não conseguir, por o meu salário ser pouco, medo de separar dele e ele vir querer me matar, até mesmo porque ele sempre teve arma, então não sei... Porque ele é, sei lá, ele nunca foi uma pessoa, assim, que pensa antes de fazer. Ele não pensava, a gente tinha que ficar falando “para, para, para, não faz isso, não tem precisão de fazer isso, calma Raul” sempre. No trânsito, onde ele estava, se alguma coisa aborresse ele, ele brigava, ia para cima, sempre foi assim... Andava de carro, os meninos morriam de medo, ficavam chorando, mandando ele parar, que ele brigava com todo mundo... Sempre foi desse jeito...

J: A partir de que momento você começou a fazer o acompanhamento psicológico?

G: Quando eu descobri que eu estava com depressão. Eu trabalhava no ambulatório de saúde mental, aí eu fui conversar com a psicóloga, com a terapeuta ocupacional, que era uma amiga minha, aí eu contei para ela que eu estava assim, assim, né?! Aí, ela falou para mim: “por que você não conversa com a... Falou o nome da psicóloga”, eu não lembro, ela falou: “conversa com ela, vê se ela te atende, não sei o quê... Pode ser que ela não queira te atender, pois como a gente trabalha tudo junto”... Aí, ela acabou me atendendo; não, ela não me atendeu, mandou o André me atender, era um que a gente não conversava, não por nada, era homem... Homem, assim, eu não ficava muito junto, nunca tive amizade com homem por conta dele. No entanto,

quando ele ficou sabendo que esse André começou a me atender, ele quis ir lá, queria arrombar a porta do consultório, ele falava que eu era sem-vergonha porque eu ficava uma hora trancada lá dentro com o homem, que se eu não acabasse o tratamento com esse homem, ele ia fazer escândalo lá, ia quebrar tudo, me bater na frente dos outros. No entanto, eu tive que falar para esse André que eu não podia mais ir, tive que parar, aí expliquei a situação, o motivo, aí ele me arrumou uma psicóloga mulher, mas sempre foi esse inferno... Logo que eu comecei com o psiquiatra, eu já comecei com a psicóloga junto, aí ela me falou para eu falar com a médica para eu tomar medicamento, ela falou: “não adianta só a gente conversar, você precisa de medicamento”. Então, eu comecei os dois juntos, mas faz muito tempo...

J: Você acha que o acompanhamento psicológico te ajudou a enxergar as coisas?

G: Eu acho que agora... Amadurecer ajudou, o tempo todo... Acho que não que não me ajudasse, pode ter me ajudado, mas hoje eu acho que faz mais efeito, sabe? Porque, às vezes, eu acho também que eu escondia as coisas...

J: E não falava nem na terapia?

G: É, eu tinha vergonha às vezes de contar tudo, então eu acho que não ajudava muito... Hoje já não, hoje eu falo, hoje eu consigo falar sobre isso... Antigamente eu acho que não conseguia falar, tanto que, quando me colocaram para fazer terapia de grupo, eu não consegui. Eu fui só duas vezes, da primeira vez se apresentar, da segunda vez eu não falei nada, não conseguia falar... Para mim, era difícil ficar falando sobre isso, então acho que isso piorou muito para mim, mas depois que eu comecei a conseguir falar sobre o assunto, aí parece que desandou a melhorar, sabe? Eu consegui ter mais confiança, ter mais segurança em mim mesma, que eu também não tinha, eu achava que não ia conseguir nada, não ia conseguir pagar as contas, não ia conseguir viver sem ele, não ia conseguir... Como eu vou no mercado, como eu vou fazer isso, como vou fazer aquilo, e se o menino ficar doente, quem vai levar no médico, como vai ser? E se eu ficar doente? Aí, depois você começa a pensar e fala: poxa vida, quantas vezes eu fiquei doente com ele lá dentro e ele não fez nada? Quantas vezes os meus filhos ficaram doentes, eu tive que brigar com ele para a gente ir ao hospital? Quantas vezes eu quis ir no mercado e ele falou: “não vou levar” e não levava? Então eu paro para pensar: o que mudou? Não mudou nada... Mudou, assim, era uma pessoa que estava ali, né?! Eu sabia que estava ali... Mas essas coisas tudo me ajudou muito, eu tinha medo de tudo isso, de tudo isso, morria de medo. Se separar, como vai ser? E depois todo mundo falando: “nossa, não tem mais marido...”, eu pensava em tudo isso, chegar Natal, Ano Novo, todo mundo ter marido, ter família e eu não ter... Depois você pensa: não muda nada, do jeito que a gente estava vivendo, não mudou nada, com ou sem ele... Melhorou um pouco, hoje tem paz em casa, a gente consegue ocupar a sala, que era um cômodo que a gente não conseguia... Ficou a casa dele ali, ele jogava tudo, não saía do sofá por nada e ninguém podia sentar lá: a TV era dele, o controle era dele, era um cômodo que ninguém ocupava, e hoje todo mundo em casa ocupa, qualquer um senta lá, qualquer um assiste a hora que quer, se um tá assistindo o outro chega e assiste a mesma coisa, coisa que com ele ninguém sentava. A sala ficava um cômodo inútil...

J: Vocês estavam lá, ele chegava...

G: Acabou... Quem estivesse na sala já levantava e saía, não tinha jeito, não tinha como conviver ali no mesmo cômodo... Ele fazia muita maldade. Ele acordava cedo... porque ele dormia cedo, chegava do serviço, a comida já estava pronta. Ele ia lá na cozinha, colocava o prato, ia para sala, jantava, a hora que você ia olhar era 19h30 e ele já estava dormindo, não conversava com ninguém, nada. Aí, outro dia, 4h30 da manhã ele acordava, para quê? Batia tudo as louças, batia copo, batia porta de armário, começava a bater tudo, acordava todo mundo, não queria saber que eu fui dormir 00h00, que os meninos foram dormir 1h00 da manhã, não importa, ele não

respeitava. Batia porta de banheiro, batia tudo, então quantas vezes os meninos acordavam nervosos com isso? Eu mesma acordava e brigava com ele para ele não fazer isso... Então é uma coisa que não existe mais, acabou, a gente acorda no silêncio, um respeita o outro, muita coisa mudou, e acho que mudou para melhor, eu acho. É ruim a parte financeira? É horrível, mas ele não estava mais colaborando há tempos.

J: E as promissórias?

G: Não devolveu.

J: Ele vai devolvendo uma por mês, a cada vez...

G: Eu pedi para ele devolver, falei, ele falou: “não vou deixar”; “uma por mês”... Eu falei: “Raul, por que você tá fazendo isso? Deixa as promissórias...”. E outra, ele complicou a nossa vida, ele falou mal da gente para todos os irmãos dele, e ninguém fala mais com a gente, nem comigo, nem com os meninos, e o que acontece? Ele deixa na irmã dele as promissórias, super fora de mão, eu não dirijo, não tenho carro, o Fabian não dirige, não tem carro. Então, para ir buscar, da outra vez quem foi, foi a namorada do Fábio, ela levou o Fabian lá para buscar. Aí, dessa vez, ele falou que ia deixar lá de novo, eu falei: “não deixa, porque lá ninguém vai buscar, deixa lá na minha irmã, na minha mãe”. Ele pega umas crianças na van na rua da minha mãe, em frente à casa da minha mãe, não é só deixar lá na minha mãe? Não quer deixar com a minha mãe, ele não quer mais ir na minha mãe nem na minha irmã, deixa com a vizinha, fala: “entrega aí para a mãe da Graça”. Falei para ele: “não deixa mais lá na sua irmã, que ninguém vai lá buscar, é muito fora de mão”... Eu não sei, depois que separou ele também... No dia em que me ligou, ele falou que separou de mim por conta do Fabian, foi o Fabian que estragou o nosso relacionamento...

J: Você tinha comentado...

G: Enfim, ele falou: “você sabe que a gente se separou por causa do Fabian, foi o Fabian que estragou o casamento, foi o Fabian que fez a sua cabeça para a gente se separar”. Eu falei: “não foi, né”, não foi o Fabian. Coitado, o Fabian nasceu já estava esse tormento, aliás eu apanhei grávida do Fabian, eu estava grávida do Fabian, ele me batia, falava que o Fabian não era filho dele, era filho dos médicos, do cobrador do ônibus... Teve até uma vez que ele me derrubou no chão, pisou, falando que ia me matar, que o Fabian não era filho dele...

J: Com o Fábio, tinha essa desconfiança também?

G: Ele sempre teve, sempre teve dos dois, ele falava: “registrei, né, registrei, estou criando mas não sei”. Eu falava: “faz o DNA, se for seu, você vai me pagar, eu vou te processar”. Mas todo mundo falava: “larga de ser besta, Raul, o menino é a sua cara”, principalmente o Fábio. Minha vó falava: “o Fábio é o seu chaveiro”, mas ele sempre foi ruim, né?! A minha vó, até esses dias, fala: “ele é ruim sim”, e as pessoas falam: “mas ele tem a cara...”. É só a cara mesmo, minha vó fala, minha vó ficou um tempão em casa com a gente. Quando o Fábio nasceu, o Fabian ficou doente, o Fabian parou de andar, parou de falar, parou de comer, eu pensei que o Fabian ia morrer de ciúmes, só que eu não sabia que isso existia, eu era uma menina nova, né?! Eu tinha 22 anos, eu não entendia. O Fabian começou a andar e falar bem cedo, aí o Fábio nasceu, ele parou de andar, de falar, não comia mais, ele não bebia nem água, a gente tinha que molhar a boca dele com algodão, ele nem chorava, parecia que estava miando, sabe? Levava nos médicos, levava, levava e não descobriam o que era, não descobriam. Minha vó ficou essa época toda, uns dois meses morando com a gente para ajudar, porque toda noite eu ia no hospital levar o Fabian, então ela ficava com o Fábio enquanto eu entrava com o Fabian no hospital. Ela viveu com a gente, aí os meninos se apegaram muito nela. Depois ela sempre ia lá, ela ficava semanas, um mês lá em casa, sempre ela ia, e ela via o jeito dele, ela via ele dar chute no menino, ela via

ele bater, xingar de palavrão... O problema dele sempre foi a sala e a televisão, não podia entrar na frente da televisão, não podia...

J: E criança ainda, né?!

G: Os meninos brincavam. Quando a gente casou, não tinha dinheiro para comprar sofá, então eu comprei um tapetão grandão para a sala toda, para os meninos ficarem brincando para não ficar no piso gelado. Então eles ficavam lá no tapete, e ele não queria que fizesse barulho, não queria que bagunçasse, ele ficava gritando, xingando: “para agora que eu não tô ouvindo. Vocês não estão deixando eu ouvir...”, tacava o chinelo, batia, e minha vó sempre viu isso, minha vó falava: “você não pode bater neles, dando chute, dando murro, eles são crianças, são pequenos”, e ele xingava, achava ruim, falava que a minha vó não tinha que se meter...

J: E alguém aconselhava você na época a se separar?

G: Separar não. Tinha gente que falava para eu chamar a polícia, chamar a polícia, mas assim, como eu não... Eu já pensava, eu vou me separar e vou para onde? Na minha mãe, não tinha onde eu ficar, minha irmã também... Eu não tinha, na realidade, para onde ir. Eu podia voltar para a casa dessa minha vó, morar com ela, mas eu não queria por conta que a minha tia morava com ela, meu tio, minha prima, moravam todos juntos, então eu não quis ir para a casa dela, mas ninguém nunca aconselhou. Eu sempre queria que meu pai se metesse nisso, eu queria que meu pai fosse lá e falasse: “eu não quero mais que você bata na minha filha, eu não quero...”, sabe? Eu sempre pensei que isso fosse um dia acontecer e não aconteceu. No dia que eu fui contar para o meu pai que ele me batia, meu pai não fez nada, nada...

J: Ele falou alguma coisa?

G: Pensei que o meu pai ia falar com ele, meu pai só falou: “isso aí não pode acontecer não”, foi o que ele me falou. Isso aí eu sei que não pode acontecer, mas ele não foi lá falar com o Raul, falou nada: “não quero que você bata na minha filha, não criei filha para você bater”, coisas assim, essas coisas, não teve isso... E quem poderia me defender era meu irmão, mas meu irmão é bem mais novo que eu, 18 anos mais novo que eu, 17 anos acho...

J: É que ele é de outro casamento?

G: Do segundo casamento... Então, eu não tinha uma figura paterna, um homem ali... Minha mãe casou de novo, o marido dela ia lá, conversava com o Raul, minha mãe pedia para ele ir conversar, ele ia, mas o Raul não respeitava ninguém, entrava aqui e saía do outro lado do ouvido, ele não dava atenção. Então, para mim, sempre foi difícil isso, eu tentava ir protelando, ele vai melhorar, isso aqui não vai ficar para sempre, ele não vai ficar me batendo para sempre. Até que os meninos cresceram, ele quis continuar com essa vida, só que agora os meninos não deixam mais. A última vez que ele veio me bater, eles estavam dentro do quarto, cada um dentro do seu quarto, na hora que eles escutaram a gritaria, eles já saíram correndo do quarto e seguraram ele...

J: Então, você acabou conseguindo os homens, não foi seu pai, mas os meninos...

G: Os dois meninos... Ele não aceitou, ele falou que se os filhos... Os meninos falaram: “na minha mãe você não encosta mais não, você podia bater nela quando a gente era pequeno, agora você não bate mais”.

J: Aí, ele parou mesmo?

G: Não parou, né, porque ainda teve o episódio da faca, que ele queria matar eu e o Fabian. Eu estava no telefone de costas, conversando com o namorado do Fabian. Ele achou que eu estava conversando com outro homem, começou a gritar, falando que eu era uma sem-vergonha, que, com ele dentro de casa, eu estava falando com os machos da rua, não sei o quê. Aí, abriu a gaveta, pegou um facão que eu corto carne e veio querer me matar, aí queria matar o Fabian, que o Fabian era a desgraça da minha família, que foi o Fabian que desgraçou a família, porque

o Fabian não morria, não sei o quê, fosse embora de casa e aquilo me deixou irada de ódio um pai falar isso de um filho, ainda mais o Fabian, uma pessoa assim tão boa, tão esforçada, aí eu fiquei revoltada, mandava ele calar a boca, falava: “Raul, cala a boca, não fala essas coisas, isso é coisa que não vai mais ter retorno, isso não vai mais sair da cabeça do menino, para de falar isso”. Tem coisa que você escuta que nunca mais vai esquecer, e eu falava muito isso para ele, “para de falar isso, para, Raul, me dá essa faca, Raul, me dá”. E foi onde eu tentei tirar a faca, cortou o meu dedo, aí ele foi e chamou a polícia, falou que nós, nós não, o Fabian estava batendo nele. No que o policial chegou, eu contei a história, o policial falou: “sempre assim, né, bate, bate na mulher, quando a gente chega, eles são as vítimas”. O policial falou: “é sempre assim, eles são machão com a mulher”.

J: O policial não fez nada?

G: Ele falou se eu queria ir na delegacia fazer ocorrência, só que era dia do aniversário da minha mãe. A gente estava com bolo para levar para ela, o pessoal estava na casa da minha mãe esperando, já tinham comprado as coisas para a gente cantar o parabéns e estavam esperando só a gente levar o bolo, aí eu falei: “vai bagunçar a vida de todo mundo, já tá todo mundo lá, eu não vou não fazer”. E acabei indo na casa da minha mãe e larguei ele lá. Mas se deixasse por conta dele, eu acho que isso não ia acabar, de ele querer vir para cima e bater, porque é dele, é uma coisa que ele não consegue se controlar, sabe? Você fala uma coisa que ele não gosta, ele xinga de palavrão, quer bater, ele acha que está certo e é dentro de casa esse machão todo, né?! Na rua, ele é bonzinho, ele é amiguinho, ele dá presente para todo mundo... Até os meninos falam: “o pai só é ruim para nós dentro de casa”...

J: E ele trabalha com crianças também, né?!

G: Sim, leva as crianças para passear, leva para parque, compra as coisas, dá chocolate, para no lugar para comprar coxinha para as crianças, os filhos dos outros, né?! Agora, para os dele, é esse negócio.

J: Eu lembro que a primeira vez que fui com você. Me impressionou bastante a forma que ele falou com você e como você travou... Você não conseguia falar nada...

G: Então, e ele sabe, é isso que ele estava fazendo comigo, mesmo quando separou. Você lembra que eu ficava te procurando: “Joyce, o Raul tá falando isso e isso, é verdade? Pode acontecer?”. Eu fiquei apavorada, logo que separou...

J: Ele faz tortura psicológica mesmo...

G: Logo que separou, eu fiquei apavorada. Ele levou as chaves de tudo, levou o controle do portão, levou tudo...E eu não conseguia dormir direito. Qualquer barulhinho, achava que era ele que estava entrando...

J: Aí você trocou... [eu a havia aconselhado, logo que o Raul saiu de casa, a trocar as fechaduras]

G: Eu não troquei, coloquei umas trancas por dentro e preciso ainda trocar o segredo do controle do portão, que eu não troquei ainda, mas eu ainda tenho medo de ele aparecer, eu não confio nele. Às vezes, de manhã, quando saio para trabalhar, eu olho a rua para cima, olho para baixo, para ver se não tem um carro parado com alguém dentro. Eu não confio nele, não confio, não acho que ele seja capaz de me deixar em paz assim tão fácil não... Eu não consigo... Ainda mesmo outro dia, ele ligou, passou lá na porta e viu que não estava a placa de vende-se, por que que não estava a placa. Eu falei: “quando o moço da imobiliária veio aqui, eu falei para ele que não queria que colocasse a placa, porque chama a atenção de bandido, e hoje em dia ninguém mais fica nisso, hoje em dia as pessoas colocam na internet ‘casa à venda em Itaquera, parque do Carmo’...”. Não mostra, né?! Eu falei: “todo mundo vê assim”; ele: “não, eu quero que coloque a placa”, aí o homem foi lá e colocou a placa... Ele falou: “passei na porta, vi que não tinha a placa”, ainda fiquei pensando “o que ele veio fazer aqui”, né?! Eu tenho medo. Às vezes,

os colegas dos meninos vão lá, guardam o carro lá dentro, vai achar que eu estou com outro homem lá; às vezes, eu falo para os meninos, os meninos: “deixa ele vir para você ver”; “deixa ele vir para ver o barraco”. Às vezes, chega os meninos falam: “manda guardar o carro”, porque lá é muito roubado, é uma rua muito deserta, então eu falo: “guarda o carro aí dentro”. Aí, guarda e, às vezes, eu fico pensando, só falta aquele maluco passar, ver o carro aí e falar: “tá com homem aí dentro”. Mas, assim, não tem vida, eu acho, não sei, os meninos ainda falam: “você vai sofrer quando ver ele com outra”.

J: E você acha que vai?

G: Eu não sei mais, te juro, às vezes eu penso que sim, às vezes eu falo: “ah, vou sofrer? Não era mais nada para mim”. Mas não sei, acho que só quando eu vir mesmo para saber o que eu vou sentir, né?!

J: É verdade. E você pensa em encontrar alguém?

G: Não, eu não penso, não penso porque, ah, ele falou muita coisa que me magoou: “gorda, feia”, e isso ficou na minha cabeça. Eu acho, eu não quero, eu não vou conseguir... Eu já não conseguia tirar a roupa perto dele, eu ia tomar banho e já levava a roupa toda para o banheiro e já saía trocada para trabalhar, para dormir, qualquer coisa. Eu fiquei muitos anos assim, era difícil... Eu acho que, se eu encontrar outra pessoa, ainda se for uma pessoa que nunca me viu, vai ser pior ainda. Eu não quero ficar com esses constrangimentos, os meninos falam: “é porque tá recente, depois você melhora”. Pode ser, não sei, mas eu não tenho vontade de conhecer ninguém mais não, sabe? Para conversar assim, mas para sair, essas coisas, não tenho mais vontade não, porque acho que a minha vida foi sempre muito mal resolvida com isso, então não tive um lado bom... Igual eu vejo as minhas colegas falando de sexo, eu não gosto, não gosto nem de ficar comentando, então eu penso que, para mim, vai ser difícil, e homem só pensa nisso, então... Eu não tenho interesse...

J: Você não se sente pronta para ir para um outro relacionamento?

G: [Faz som de não] Não, acho que vou ficar igual à minha vó: solteira para sempre [risos], eu e Deus... Acho que não faz diferença, a gente estando bem com a gente. Parece que eu estou começando a ficar bem, eu estou conseguindo ficar em casa sozinha, coisa que eu não conseguia, eu fiquei morrendo de medo: “meu Deus, ele vai embora, o Fabian dá plantão à noite, o Fábio às vezes também troca, eles põem o Fábio à noite”. Às vezes, tá os dois à noite e eu fico lá sozinha, tranquila, coloco Netflix, assisto, depois vou dormir, então eu pensei: “nossa, vai me dar aquele negócio, vai começar...”.

J: Você não teve nenhuma crise não?

G: Não, isso eu fiquei feliz de ter superado isso. Eu pensei que eu não ia superar, falei: “na hora que eu me der conta que estou sozinha dentro de casa, eu vou ficar mal”. Não fiquei, e isso me deixou muito feliz.

J: E a sua medicação como tá?

G: Tá muito forte. Eu tenho consulta amanhã com o psiquiatra, dia 17. Eu até vou ver com ele se ele troca, eu falei para ele que a sertralina não estava mais fazendo efeito e estava na dosagem máxima, 4 sertralinas. Aí, ele pegou e acrescentou uma fluoxetina, aí ele falou: “o que eu vou fazer? Você vai ficar com as 4 sertralinas e 1 fluoxetina. O mês que vem você volta, e nós vamos começar 1 fluoxetina e 3 sertralinas, 2 fluoxetinas...”

J: Entendi, vai trocando aos poucos...

G: Só que isso foi em setembro, acho, outubro, e eu não consegui mais passar nele, porque depois teve férias, e como era final de ano, psiquiatra de faculdade, eles pegam férias. Aí, a menina ligou, falou que ele estava com um problema e não poderia me atender, depois pegaram férias e eu fui lá reclamar e consegui para amanhã. Aí, amanhã, eu vou lá conversar com ele,

que a médica que eu passo do meu serviço falou: “conversa com ele para trocar esse medicamento, você tá na dosagem máxima, mas chegou aí e não resolveu, tem que trocar, não tem mais o que aumentar”. Aí, amanhã vou ver o que ele vai falar, eu tenho consulta com ele amanhã lá na Vila Maria.

J: Na mesma faculdade que você faz o acompanhamento psicológico?

G: É, e agora eu também estou passando com a médica da família lá para cuidar da pressão, esses negócios. Então, eu estou passando tudo lá, eles são bem legais. Esse psiquiatra é professor dos meninos lá, dos alunos, mas ele é legal, explica direitinho as coisas. Eu falei para ele, ele tinha trocado os remédios, me dado uns remédios lá forte, eu falei para ele que eu não ia tomar, eu falei: “eu não vou tomar”.

J: Que remédio era?

G: Risperidona, clonazepam... Eu falei: “eu não vou tomar, porque eu não estou doida desse jeito ainda”.

J: É, risperidona é meio forte...

G: Ele até deu risada, ele falou: “você é engraçada”. Eu falei: “não é que eu sou engraçada, eu tenho medo”. Antidepressivo eu tomei quase a minha vida toda, isso aí para mim é o de menos, agora eu vou começar a tomar esse monte de remédio, remédio para dormir, remédio para não sei o quê...

J: Para dormir, você não costuma tomar?

G: Não, nunca tomei. Então eu falei para ele: “eu não quero viver assim, depois eu não tenho clonazepam, nossa, eu não vou conseguir dormir”. Eu vejo a minha mãe assim, eu não quero isso, eu falei: “eu não quero isso para mim, eu sei que eu tomo antidepressivo, só antidepressivo”, aí ele pegou e foi onde ele acrescentou a fluoxetina, aí ele falou: “então vamos trocar, eu vou começar a entrar com a fluoxetina e diminuir a sertralina”. Só que eu não passei mais, então estou tomando assim: 4 sertralinas e 1 fluoxetina, que a médica da família lá fez a receita para mim. Eu falei para ela que eu tomava e que eu não conseguia passar com ele, aí ela fez a receita e eu consegui pegar, aí eu estou tomando... Vamos ver o que ele vai falar amanhã, né?! Mas tudo, até isso o Raul falava que era frescura, até a depressão ele falava: “você acha que eu vou ficar aguentando esse teu jeitinho até quando? Essa frescura sua aí de depressão?”.

J: Você falou que a sua mãe toma também, clonazepam...?

G: Ela estava tomando paroxetina... A minha mãe nunca tinha tomado, ela começou a tomar porque ela caiu da laje, ela ficou nove meses na cadeira de rodas e ela não aceitava. Minha mãe é uma pessoa que não para quieta, então ela ficou doente, não conversava mais com ninguém, não falava, não comia, aí começou a tomar antidepressivo, tá tomando ainda.

J: Acho que já comentei com você, para mim é meio claro que essa relação com o Raul pode ter levado você a desenvolver uma depressão...

G: Sim...

J: Não é automático, você separou e pronto, tem que ir aos poucos mesmo, diminuindo a medicação, continuando a terapia...

G: É, eu acho que foi isso, porque não tem outra explicação, sabe? Eu vivia uma situação que eu não aceitava, indo trabalhar toda machucada, toda roxa, porque ele já quebrou esse osso aqui meu do nariz, ele quebrou essa cartilagem aqui da minha orelha, dá para ver que é quebrada?

J: Sim, sim...

G: Ele quebrou com um murro que ele deu, ficou a orelha desse tamanho, ele já... Sei lá, ele já me arrebentou toda, ele pegou o “coiso” da arma, atacou, ficou assim... No calor, eu tinha que trabalhar de manga comprida, eu sempre inventando desculpas no serviço, mas as pessoas. Quer dizer, eu achava que ninguém sabia, eu sempre fui trouxa, então eu achava que as minhas

colegas acreditaram em mim. Mas eu estava sempre toda machucada, então eu acho que as coisas me deixavam sentir inferior de ver as meninas chegarem na segunda-feira “ah, fui passear”, não sei o quê, e você? Eu estou lá, toda arrebatada, toda roxa, toda machucada, então eu acho que isso também me afastava um pouco, sabe? Às vezes, eu via elas ali sentadas conversando, eu não queria nem chegar perto, queria ficar do outro lado, fazendo outras coisas, então eu acho que isso também me deu depressão por conta de eu me sentir inferior às pessoas, eu não queria mais...

J: É, e ele também fazia você se sentir inferior, no fundo...

G: Então, eu não queria ficar me misturando, conversando, então era ruim para mim. Eu só queria conversar com alguém se a pessoa fosse muito chegada, próxima e soubesse dos meus problemas, aí eu conversava, se fosse alguém para conversar besteira, essas coisas, eu não... Até hoje eu sou assim.

J: E você não era assim antes, quando era mais nova?

G: Não, porque antes eu tinha assunto, então eu comecei a me esconder das pessoas, a me distanciar, porque as conversas eram completamente diferentes, as pessoas falavam, falam até hoje, coisas diferentes, então hoje eu posso chegar no serviço na segunda-feira “eu não saí, eu não fiz nada”, mas também não briguei, não apanhei...

J: Tem paz...

G: Então, fiquei em casa lá, limpando a casa, mas fiquei em paz, limpando, essas coisas que eu estou achando que, para mim, está melhor. Estou achando que está mudando... Às vezes eu fico pensando “o que será que aquele infeliz tá fazendo? Eu estou aqui me matando em pleno domingo”, mas aí logo passa, pensando. Aí, daqui a pouco, já para de pensar, eu falo: “não importa o que ele está fazendo, se ele estivesse aqui ele estaria deitado no sofá, não ia estar me ajudando”. Aí, logo já vem a raiva, aí já supera as coisas que eu estou sentindo... Mas... Eu não sei, é difícil, separação é muito difícil, é muita coisa junta, né?! Envolve muita coisa, você entrar em casa... A primeira vez que eu entrei, quando eu cheguei do serviço e ele tinha ido embora, fiquei meio perdida...

J: Eu lembro que você me mandou mensagem, que o Fábio tinha falado que ele tinha saído...

G: Eu entrei em casa, eu fiquei: “meu Deus, se quebra um chuveiro, se estoura um cano, e agora quem vai arrumar?”, não sei o quê...

J: Essas coisas ele fazia?

G: Às vezes, muitas vezes era muita, muita, muita, muita briga para ele fazer alguma coisinha... Então, tinha coisa que eu mesma ia lá, trocava, apertava, trocava lâmpada, apertava um parafuso, fazia um negócio para não pedir, porque ele fazia também só quando ele queria... Aí o Fábio, também o Fabian, ficam vendo na internet como trocar um chuveiro. Esses dias queimou meu chuveiro, eles foram lá olhar, os dois trocaram, então pronto, é isso, está se ajustando as coisas, né?! De uma forma ou de outra, está se ajustando. Só não sei quando...é o que eu falo, quando eles casarem e sair...

J: Bom, o Fábio tá lá, né?! [risos]

G: Nem fala... Quando casar e sair, como que vai ser? Eu fico pensando, mas até lá....

J: Até lá, com o tempo, você vai estar mais confiante...

G: Tem que estar melhor, né, para poder seguir, senão vai ficar parada assim, vai desandar de novo, mas é isso, estou tentando.

J: E o que você acha que te traria paz?

G: Eu acho que o que me daria paz, sei lá, ter condições de comprar as coisas, pagar as minhas contas...

J: Questão financeira mesmo.

G: É, porque se eu tivesse assim, se chegasse as contas, eu tenho dinheiro, não preciso ficar desesperada para “ah, não, se eu comprar isso não vou poder pagar aquilo, se eu comprar isso eu não pago tal conta”. Isso aí me tira um pouco o sossego, mas acho que é só isso, porque, de resto, os meus filhos estão comigo, estou trabalhando, tenho a minha família que está toda do meu lado, me apoiando, eu achei que no começo ia ficar... No começo, foi difícil, porque eu ia na casa das pessoas, todo mundo falava dele...

J: Mas falava o quê?

G: Ah, e ele como tá? Tem falado com ele? E era um assunto que eu não queria ficar falando, mas agora já falo. Teve uma vez até que eu chorei na minha irmã, estava todo mundo lá e ela falou, não sei o que eu vi lá que “Raul alterou a foto do perfil”, e eu falei vou ver se ele tá namorando com alguém e eu fui tentar xeretar, só que aí ele me tirou de amiga, eu não era mais amiga dele no Face, e eu não conseguia ver. Aí, eu fui na minha irmã, e minha sobrinha tem 10 anos, e ela é amiga dele, e eu pedi pra ela entrar no Face pra eu ver. Minha irmã viu eu pedindo, aí minha irmã ficou falando que eu estava com saudade e que não sei o quê, que não era pra eu olhar, ficou falando, falando, falando, que eu estava tendo recaída, aí eu comecei a chorar que eu fiquei brava, falei: “você pensam que é fácil assim? Tá muito recente, né?!”, “É, mas você não tem que cuidar da vida dele, você tem que esquecer”. Mas não é fácil assim, né? Quem é que...

J: Não é um botão que você desliga

G: É... Quem é que não tem uma curiosidade de olhar a rede social do outro, né? Aí, nesse dia, eu fiquei muito brava, eu queria ir embora, comecei a chorar, aí o Fábio foi lá, ficou conversando comigo, aí o meu cunhado foi lá também, deu bronca na minha irmã, falou pra minha irmã que ela não tinha que falar assim comigo, que tá muito recente, pra ela ter mais... Pensar na forma de falar, e não ficar falando dele pra mim, que não me interessava mais, né?! Ele falou um monte lá, e foi onde eu percebi assim que as pessoas estavam até tentando fazer tudo pra me ajudar, aí eu fiquei mais tranquila. Aí, hoje eu vou nos lugares, e ninguém mais pergunta dele para mim, ninguém mais fala dele. Às vezes, as pessoas falam “ah, ele veio aí, vi ele passando na rua”, mas ficar perguntando pra mim como perguntavam, ninguém mais pergunta, nem falam nada. Porque ficou todo mundo ressentido com isso que ele fez, da parte financeira... Igual comprou um carro agora e colocou no nome daquele Márcio, o carro está no nome do Márcio

J: Ah, então o outro carro está no nome do Márcio

G: Ele foi outro dia lá em casa levar. Depois de uma semana e pouco, apareceu com uma garrafa de mel lá pro Fábio, o Fábio já tinha até melhorado, aí ele estava com um carro lá, eu não saí pra ver. O Fábio que saiu, ele mandou mensagem pro Fábio pedindo pro Fábio ir no portão. Aí, o Fábio falou “o pai está com o maior carrão”. Aí ele falou que o carro era do Márcio, que o Márcio comprou e está financiando pra ele, aí eu falei, tá vendo Fábio, é essas coisas que eu não quero mais pra mim. O que que a gente tem a ver, eu não tenho nada mais para tirar dele, vocês não podem tirar, por que que ele não fala a verdade?

J: Já está separado, está divorciado, já pode...

G: Falei pros meninos, é isso que eu não quero mais pra mim, essa mentira, ele é tão acostumado a mentir, tão condicionado, vou mentir, mentir, mentir, que, mesmo que aconteça alguma coisa, que seja mais boba que for, ele vai mentir, ele não vai conseguir falar a verdade, então eu falei pro Fábio: “é isso que eu não quero mais pra mim, né, faz mal”. Você nunca acredita, você nunca sabe se é verdade o que ele está falando, se é verdade, se é mentira. Não dá, sempre com um pé atrás, sempre desconfiando. Eu não preciso disso, né? Não preciso. Eu falei para eles, posso não ter dinheiro pra viajar, passear, mas minhas contas estando pagas, tendo comida, a

gente estando junto, tá bom, é isso que faz sentido na vida, não é?!... Ele tem dinheiro, tá viajando, mas e quando ele chega dentro de casa, quem que ele tem lá? Ninguém. Os meninos nem falam com ele.

J: Nem o Fábio pede para ele voltar?

G: O Fábio foi o primeiro que bloqueou ele em tudo, bloqueou ele no WhatsApp, retirou ele do Facebook, bloqueou nas ligações, bloqueou em tudo. Aí, no entanto que no Natal ele mandou mensagem de Feliz Natal pro Fabian, e pro Fábio nem mandou porque o Fábio tinha bloqueado ele.

J: Nem chegou mensagem...

G: Aí, depois que o Fábio desbloqueou, nem sei porque lá, foi quando ele ligou pro Fábio pra avisar isso, que estava indo levar mel lá no portão. Mas o Fábio não fala com ele não. Ainda esses dias, ele falou, nesse dia do mel, ele falou: “nossa, maior saudade do pai”. Eu falei: “você sabe onde ele mora, vai lá”. Porque ele falou para um monte de gente que eu era a culpada dele ter separado do pai dele. Ele falou para a mãe da namorada dele, falou pra minha mãe, falou pra minha avó: “ah, a culpada é minha mãe que me separou do meu pai”.

J: Nossa, ele está tendo parece que uma regressão...

G: Aí, eu falei pra ele “Fábio, a culpa não é minha, eu não matei ele, ele tá vivo. Se eu tivesse matado ele, mas ele tá vivo, vai lá na casa dele”.

J: Vontade não faltou, né?!

G: Ai, pelo amor de Deus. Aí eu falei “Fábio, vai na casa dele lá, conversa, mata a saudade. Não sei se ele vai te chamar pra entrar”. Eu falei “o pai que ele é, o monstro que ele é, ele é capaz de não te chamar pra entrar, de te atender no portão”; falei “mas não fui eu a culpada, o culpado foi ele, eu dei oportunidade”. No entanto que, na primeira audiência ainda, a mulher falou...

J: É, você esperou um tempo...

G: Ela falou: “ah, eu percebo que ainda tem sentimento, vocês não preferem continuar, dar mais uma chance?”. Eu aceitei ainda, eu dei outra chance. Mas não mudou nada, nada, era só mentira, aí eu pensei “vai ter que demorar tudo isso de novo para ter o divórcio”, aí eu falei “que seja agora”. E foi, e pronto. Acabou. Sabe, às vezes eu fico preocupada, fico pensativa, mas logo vem a raiva, e eu tiro tudo isso, porque é o que eu falo, eu consigo lembrar dele mais de coisa ruim, são poucas coisas boas que eu consigo lembrar dele, né, poucas, poucas coisas. Então, assim, o que é ruim supera o que é bom.

J: Se colocasse numa balança...

G: Então, aí eu começo a pensar uma coisa, aí logo vem 50 ruins, então logo passa aquela coisa, aí eu falo “eu não, Deus me livre, ainda bem, nossa!” Nossa, muito nervoso, muita coisa, muita coisa. Quantas vezes eu vi ele jogando comida, quebrando prato com comida. Teve um Natal que ele pegou a forma que a gente tinha assado um peru, minha avó estava lá, ele pegou e jogou tudo no chão. Minha avó aquele dia quase morreu, coitada. Ela era diabética, e ela ficou mal, e ele sempre fazia. Um dia foi na feira. Os meninos eram pequenos, e eu falei “Raul”, ele derrubou a sacola de maçã, e eu falei “Raul, você amassou tudo as maçãs dos meninos, caramba!”; e ele “e daí, eu que paguei”. Aí, ele pegou as maçãs e estourou tudo na parede da cozinha, jogou, e aí escorria o caldo das maçãs dos azulejos. Aí, eu começo a lembrar dessas coisas e falo “meu Deus do céu, um ser humano um pouquinho, um pouquinho mais decente não faria isso, né?!” Sempre foi de quebrar tudo dentro de casa, sempre ele quebrava, então os meninos tinham muito medo também, eles ficavam me chamando: “vem, mãe, vem, mãe, vem aqui, deixa ele aí”, porque sabiam que ele ia me bater, né? Então, eu penso às vezes: “é, eu sei que não podia ter

deixado eles ver, né?!” Quantas vezes as pessoas já falaram “não briga na frente deles”, mas com ele não tinha jeito.

J: Ele que começava... Você respondia também ele nas brigas, né?

G: É que eu me preocupava muito dos meninos estarem vendo aquilo, sabe?! Eu ficava decepcionada, eu não queria aquilo, não queria que meus filhos vissem aquilo, né?! Mas ele não respeitava, não importava não. Então, sei lá, às vezes eu ficava pensando “meu Deus, será que eu sou culpada de ter, sei lá, ter criado os meninos assim, vendo essas coisas?”, mas não tinha como falar para ele “espera os meninos dormir para a gente brigar”. Não existia isso, ele não tinha respeito, ele não estava nem aí, não queria nem saber. Quantas vezes o meu irmão estava lá em casa, meu irmão era pequeno, ele começava, meu irmão ia embora, contava pra minha mãe ainda. Eu ficava decepcionada, falei pra psicóloga “eu sinto, eu me sinto muito culpada por tudo”; ela fala “mas não é culpa sua”. Às vezes eu penso “será que separou por minha causa? Será que eu que não soube levar esse casamento?” Eu me culpo porque a farda do Fábio, ele foi trabalhar, ele que teve que passar, meu Deus, eu não passei, é uma coisa, eu sinto culpada; ele esqueceu a marmita na geladeira e eu pensei “meu Deus, se eu tivesse acordado, eu tinha lembrado de pôr a marmita na mochila e ele não tinha esquecido”.

J: Mas ele não é mais uma criança! Uma criança que vai para a escola.

G: Eu me culpo por tudo, por tudo. Tudo eu me culpo. Eu percebi que, depois do divórcio, eu engordei mais, porque, assim, eu tô comendo muito, eu não tô com fome, mas eu fico comendo. Foi o que eu falei também com o psiquiatra, e ele falou que ia trocar o remédio. Então, eu não sei, a culpa, essa menina que está morando lá em casa, a culpa é minha, eu não tenho coragem de enfrentar o Fábio, de falar para ele, né?! Porque, no começo, ele também fez chantagem emocional comigo, ele falou para mim “é, se você me quiser aqui, vai ter que ser com ela, senão eu vou morar lá na casa dela”. Porque, assim, ele era a única coisa que eu tinha na hora que o Raul foi embora, porque o Fabian ainda morava lá, então eu aceitei aquela situação contra a minha vontade.

J: Mas se fosse uma pessoa que viesse para somar, para ajudar na casa, mas, pelo que você falou, ela não ajuda em nada, né?

G: A mãe dela veio lá em casa um dia e perguntou, eu falei que não ajuda em nada, não faz nada, e ainda não ajuda nem nas contas. Aí, a mãe dela chamou ela e o Fábio e falou um monte, e falou para ela “ajuda a Graça, paga as contas, vê com a Graça qual conta você quer pagar”. Agora ela paga a conta de água e lava a louça raramente, passa a farda dela e do Fábio, porque eu falei que não ia passar mais. Limpa o quarto do Fábio, porque eu falei que não vou limpar, pois é ela que dorme lá com ele, ela que se vire. Então, ela limpa; então, assim, está mudando, sabe?

J: Você está conseguindo se colocar mais, parece.

G: Então, é complicado eu ter ficado assim. Minha família ficou revoltada com o Fábio, porque ele me pegou num momento, assim, de fraqueza e se impôs: “se quiser que eu fique com você, é com ela junto, senão eu vou para a casa dela”. Minha família falou um monte para ele. Minha irmã falou “jamais se troca a mãe por namorada, Fábio, você tá maluco!”

J: É, não tem nem que entrar em conflito isso.

G: Minha irmã falou “você tá louco, sua mãe tá precisando de você agora, só tem você, e você tá fazendo isso, e não sei o quê”. Aí o Fabian veio para casa no começo. Aí ele falava “já que o Fabian está aí, eu vou lá para casa da Camila”. Aí ele ia, aí ficava lá, aí ele voltava. Aí, no outro final de semana, o Fabian aparecia, e ele ia de novo, entendeu? Ele queria tipo assim “eu não queria ficar aqui preso com você. Eu quero sair, ter minha vida, você tá proibindo eu de ter minha vida”. Ele jogou muito isso na minha cara. Eu até falei isso pra minha psicóloga, ela

chamou ele lá, chamou o Fabian, conversou com ele, aí ele falou que eu trato ele como se ele fosse meu marido, que eu fico “me leva no mercado, me leva não sei aonde. Fábio, paga isso, paga aquilo”, e eu falei “não é assim”. Eu tento ao máximo ir nos mercados, assim, comprando as coisas que dá pra carregar no ônibus, eu carrego numa boa, eu falei, assim, é mais a compra do mês, tem que ir para pôr no carro. E pagar as contas ele só paga o que é dele mesmo, que é a Internet que ele paga. O resto é eu que pago, então, assim, eu falei pra ela que eu tento não ficar pedindo “ai, me leva no médico”. Essas coisas não, eu vou tudo de ônibus, resolvo tudo sozinha minhas coisas, então ainda mais depois que ele foi falar pra psicóloga que ele é o homem da casa agora, que eu falei pra ela “vou tentar ao máximo não ficar pedindo”, né?! Porque ele fala “minha mãe não pede nada pro Fabian”, o Fabian não tem nem vida, não tem nem tempo. O Fabian, coitado, é difícil a gente às vezes até se ver, né?! Igual esses dias mesmo ele fez um plantão de 36 horas, sem dormir. Então, eu falo pro Fábio “é injusto”, aí ele chega em casa morto pra dormir, e eu vou falar “levanta aí, vamos lá no mercado”.

J: Você falou que o Fabian não dirige também, né?

G: Tem que dirigir, eu já falei pra ele... Tem que dirigir.

J: E você?

G: Eu tirei habilitação, e olha, pra você ver como é, quando eu estava tirando habilitação, o Fabian era, os meninos eram pequenininhos, pequenos, e eu quis tirar habilitação pra não ficar pedindo as coisas pro Raul, porque pra ir pros lugares, eu tinha que levar os dois. Eu comecei a tirar a habilitação, aí sabe o que ele fez? Ele começou a ir nas aulas comigo, ele queria ir dentro do carro sentado.

J: Para você não ficar sozinha com o instrutor?

G: Eu acho que sim. E ele ainda ia sentado atrás, falando, falando. Aí, ele falou para mim “pode comprar sua habilitação, pode comprar, porque você não leva jeito”. Aí eu falei mas eu não queria comprar. Se eu comprar, eu vou ficar com medo de dirigir. Eu queria dirigir, saber que eu sei. Aí ele falou “pode comprar, você tá jogando dinheiro fora”, aí ele falou pro homem que ele pagava lá pra eu... Aí foi onde eu comprei. Eu nunca dirigi, porque eu não sabia se eu sabia dirigir. Aí, quando eu peguei o carro que eu bati, aí ele fez o maior escândalo, falou que eu não sabia dirigir, que nunca mais na vida eu ia dirigir, que dirigir é um dom, que eu não tinha esse dom, aí me esculhambou, me esculhambou. Tanto que, no dia que eu bati o carro, eu só me preocupei com ele, o que que ele ia falar quando ele chegasse do serviço, né?! E eu fiquei acho que uma semana sem sair a voz. Eu achei que eu tivesse engolido vidro, aí o médico disse que não, que foi o susto, foi o nervoso. Eu falei para o otorrino que eu achei que tinha engolido vidro, e ele falou que não é nada disso “é o susto que você passou, o nervoso na hora”; ele falou “faz isso, acontece, né?!”; E ele ficou falando “esquece, dirigir nunca mais, você não leva jeito”.

J: É uma forma de tolher você, né, porque você dirigindo, você pode ir pros lugares, não precisa dele.

G: No entanto que quando ele separou, ele falou “vou cobrar todo esse tempo que eu fui seu motorista particular”. Eu falei “cala a sua boca, eu só ia para onde você queria”. Eu falei para ele “eu só ia pra onde você queria, se você não queria você não ia e pronto”. Né? Mas o que eu falei pra psicóloga, que ela falou, ela falou, eu sei que eu tô sentindo isso, mas não falei, ela falou que assim, de ver ele bem, né, e eu não estar tão bem. Eu penso que ele está bem, eu não sei como ele está.

J: Você mesma acabou de falar que ele deve chegar em casa e ficar em casa sozinho, porque não tem ninguém lá.

G: Eu não sei se ele tá bem. Bem financeiramente eu sei que ele está, então aí a psicóloga falou que... que eu falei para ela “quando eu falei que ia me separar, todo mundo ficou falando ‘mas

é assim mesmo, ele xinga que você é gorda, que é isso, que é aquilo, mas depois ele vai pedir para voltar”, eu não sei se eu fiquei com isso na cabeça...

J: Esperando ele pedir pra voltar...

G: Isso, e isso não aconteceu, e eu fiquei decepcionada com isso, e também por conta de ele estar se virando sozinho, né?! Eu achava que ele não ia conseguir também. Então, a psicóloga falou “você tem que pensar nisso. Você não aceita que ele está se virando sozinho, ele não tá vindo atrás de você, né?!”. Então ela falou “é isso também que está difícil pra você aceitar, né?!” E aí, foi onde eu fiquei pensando, e é verdade, né?! Eu fiquei pensando, acho que é isso que tá me incomodando.

J: Aí, se ele arranjar alguém, ele vai seguir em frente, e você não. Você não precisa arranjar alguém para seguir em frente, você pode seguir em frente sozinha, né?!

G: É o que eu falei na psicóloga, eu preciso trabalhar com isso, eu não sei como vai ser, entendeu? Falei pra ela “ah, eu vi o Raul com outra”. Nossa, aí eu já vou revirar tudo, pra ver foto, as coisas. Então eu falei “eu não quero essa vida pra mim, né, não quero ficar me preocupando, porque eu já sei que eu e ele não tem mais nada a ver”. Então não tem mais nada a ver em todos os sentidos, não é só não ter mais nada a ver da boca pra fora, né... Então eu falei “eu preciso trabalhar nisso também. Como que eu vou suportar de ver ele assim, saindo, viajando, se divertindo?”

J: Mas você precisa ver?

G: Mas é porque ele vai pra casa da mãe do meu tio, o irmão do meu tio. Aí, toda vez que eu vou na casa da minha tia, ela fala “ele foi viajar”.

J: Mas você não pode falar pra sua tia “olha, eu não quero saber”.

G: Às vezes, eu pergunto.

J: Ah, você quer saber...

G: É isso o que a psicóloga falou “esquece, não pergunta, não olha, manda seus meninos excluir ele...” Eu já bloqueei, aí eu vou lá e desbloqueio pra ficar olhando, mas não sei pra que que eu quero ver, fico pensando. Eu falei pra ela que eu não queria ser assim “eu queria pensar ‘que se dane!’ Morreu, morreu, não quero lembrar”. Mas às vezes não dá, às vezes a gente tem umas recaídas de querer saber como tá, porque, assim, ele pintou o cabelo. O cabelo dele era todo branco...

J: Sim! era grisalho.

G: Pintou tudo, tá com o cabelo pretinho, ele foi lá em casa, e eu olhei da janela. Tá com o cabelo pretinho, né?! Então eu falo pros meninos, né?! Era uma vaidade que ele não tinha comigo, né?! Então isso também me incomodou. Um dia, eu fiquei assim meio perdida “meu Deus, ele tá lá se cuidando, né?! Pintando o cabelo, comprou carro, tá passeando, e eu aqui que nem uma bruxa, né?! Então, eu fico às vezes meio...

J: O que que é uma bruxa?

G: Ah, dentro de casa, só ali com umas roupinhas tudo manchada de Cândida, limpando a casa. Não me importo em sair, fazer nada, né?! Então eu penso assim “pareço uma bruxa”, e tá lá passeando, se arrumando, com carro, e eu falo “meu Deus do céu, não posso ficar assim desse jeito”... Aí o pessoal fala “você tem que se arrumar, você tem que ficar bonita, não sei o quê. E eu não tenho coragem de passar nenhum batom, vê se muda. Eu falei pro médico me dar um remédio que faz eu acordar.

J: Está esperando uma pílula mágica que vai...

G: Que bata assim e resgate a Graça

J: E esse anel que você usa? É a aliança ainda?

G: Não, é um anelzinho. Uma menina que namorava o Fábio que me deu. Aí, o dia que ele viu isso, ele achou que era aliança, aí ele falou “já tá de aliança?” antes da gente separar. Aí eu falei “cala a boca, que aliança?” Minha colega falou esses dias “quer tirar esse anel que parece aliança!”.

J: Parece mesmo!

G: Vou tirar mesmo, porque ela falou “como você vai arranjar alguém usando aliança? Eu não quero arrumar alguém”. Aí ela falou “parece aliança”. Ai caramba, agora que você falou, eu vou tirar mesmo. Os outros vão achar que eu estou casada. Mas isso não importa. Mas eu não estou casada, né?! E assim, sei lá, eu fico perdida. Quando a gente se encontrou e você perguntou como eu estava, eu estou perdida. Eu fico perdida pelo fato de “quem eu sou? O que que eu vou fazer? O que eu tô fazendo? O que eu quero da vida?” Eu não sei nada, eu não tenho resposta pra nada. O que que eu quero da vida? Tipo, vendeu a casa, onde eu vou morar, o que que eu vou fazer? O Fabian já falou que não vai estudar aqui mais, ele quer fazer fora...

J: A residência? Fora aonde?

G: Fora de São Paulo. Ele fala “você quiser ir comigo, você vai, se você quiser, você fica”.

J: Mas você tem seu emprego aqui também, né?

G: Aí eu fico pensando, sabe: o que que vai ser de mim? Como que eu vou fazer? Não posso comprar uma casa longe daqui porque eu não quero ficar longe da minha família, que eu não tenho ninguém. Aí, fica aquele monte de coisa assim, sabe, como a vida da gente muda, né?! Que eu falo assim “você tem uma pessoa legal do seu lado, onde você for, você leva ela, você tá bem acompanhada, né?!” Eu já não tinha essa pessoa, então eu fico pensando “meu Deus do céu, a luta que foi comprar essa casa e tudo pra pagar, agora se desfazer de tudo?” Eu fico olhando a casa assim... Eu sou muito apegada às plantas. Eu plantei pé de limão, pé de maracujá e tá tudo dando fruta lá no jardim. Então, eu vejo aquilo eu quero morrer, que eu vou ter que abandonar aquilo. Então, eu fico pensando “é o primeiro ano que deu maracujá, deu limão”. Aí eu chego em casa e vejo aquela placa no portão, eu fico desanimada. Mas aí eu fico pensando “o que é que eu vou fazer? O que que vai ser de mim se o Fábio falar ‘mãe, eu vou casar e vou sair daqui. O que é que eu vou fazer? Como vai ser?’ É uma preocupação que antes eu não tinha. Eu falava “não quero que os meus filhos saiam de perto de mim, não quero nada”. Mas, em último caso, eu tinha ele ali comigo, né?! Eu sempre achava que ia mudar, que ia melhorar, que ia chegar uma hora que o casamento ia ser perfeito.

J: O que que era o casamento perfeito?

G: Ah, ter respeito. Chegar em casa e conversar, sentar pra comer na mesa com a gente. Ele não fazia nada disso. E quando a gente fazia terapia de família lá, terapia de casal, eu e ele, ela falava muito isso pra ele, que isso era importante, sentar na mesa, comer com a família no final do dia, escutar o que os filhos têm pra falar, e ele não dava valor pra isso. Ele pegava o prato de comida e nós três sentados na mesa, e ele passava e ia pra sala. E eu falava. Às vezes, ia lá e desligava a tv, e quando eu desligava a tv, ele já começava a xingar de palavrão, aí os meninos já começavam “mãe, vem prá cá, deixa ele aí, larga de ser besta, mãe, não sei quê”. Ele não era nada do que eu pensei. Nada, nada, nada. Sabe, uma pessoa legal, que conversasse. Sei lá, era difícil até a gente dar risada junto. Sabe quando saía, assim, às vezes a gente vê casal rindo, conversando, dando risada? Até isso às vezes era difícil, era coisa rara. Os meninos ainda falaram esses tempos. Passear pra quê? Viajar com ele? Quantas vezes a gente foi pros Estados Unidos um monte de vezes, mas, assim, toda vez que chegava lá, ele não sabe falar inglês, era o Fabian e o Fábio que tinha que falar tudo. E os meninos às vezes ficavam zoando ele. E ele “o que está escrito aqui?” Aí, os meninos mentiam, inventavam, aí ele já parava o carro e queria que os meninos descessem no meio da estrada, sabe?! “Desce agora, seu filho da puta!” Ele

ficava gritando “eu que paguei o curso pra vocês!” E não foi ele, fui eu! Eu que sempre paguei o Inglês. Ele falava “eu tô pagando o curso pra vocês pra quê? Pra quando eu precisar, vocês ficar rindo da minha cara?” Ele não sabia aceitar uma brincadeira dos meninos, sabe? E os meninos falava porque é moleque, porque era brincadeira “o que tá escrito ali, Fabian?” O Fábio inventava, o Fabian inventava, eles começavam a rir, ele parava o carro. Quantas vezes a gente ia pra praia, ele parava o carro na estrada e queria que os meninos descessem porque estavam brigando no banco de trás. Qual a criança que não briga no banco de trás? Então, ele parava o carro “desce os dois agora!” Os meninos já começavam a chorar com medo, sabe?! Então, sempre foi assim.

J: É, parece que você não queria nem um casamento perfeito, queria um casamento mais normal, né?

G: É o que eu falo, não chega nem a ser uma perfeição meu sonho. Pelo menos uma coisa assim: um pai que vê um filho falando uma besteira e dá risada com os filhos, e não querer bater, abrir o carro e fazer descer, sabe, pegar... Então, eu falei outro dia. Eu não consigo ver... Eu não vivi nada bom. Eu penso que não existe essa pessoa boa mais, sabe? Eu achava que ele era essa pessoa, eu achava que ele era completamente diferente. O meu cunhado é super mulherengo, assim, ele fica mexendo, falando, mostrando foto de mulher, sabe?! Ele fica com um monte de mensagem de mulher pelada, eu não gosto e me incomoda ver ele fazer isso na frente da minha irmã. As moças passam e ele comenta “Olha o tamanho da bunda, não sei o que. Olha os peitos”.

J: Na frente da sua irmã?

G: Na frente da minha irmã! Então, eu não gosto nada disso, eu achava, e assim eu sempre briguei. O Raul sabe que eu sempre briguei, sempre falei. Eu falava pra minha irmã “não aceita isso”. Então eu achava “graças a Deus o Raul é diferente, não sei o quê”. E quando eu comecei a descobrir que ele não falava na minha frente, né?! Aí aquilo me decepcionou muito, muito, muito. Eu fiquei assim, até o meu irmão falava “quando a gente tá na rodinha mostrando, falando as bobagens do celular, quando você aparecia, o Raul já se mandava, saía da rodinha na hora. O Raul morria de medo de você ir lá e fazer escândalo, brigar com ele na nossa frente”. Porque eu sempre fui muito séria. Eu sempre apanhei a vida inteira dele, sempre apanhei. Porque eu era vagabunda, isso e aquilo. Eu não podia conversar, não podia falar bom dia, não podia isso, não podia olhar pro lado “tá olhando o quê? Você perdeu o que lá?” Às vezes tinha um homem assim, e eu não tava nem olhando pro homem, estava olhando pra um papel ali “o que você tá olhando? O que você perdeu ali?” Isso já me envergonhava, porque a pessoa ficava te olhando quando ouve isso. Então, assim, eu tinha que ser igual aqueles cavalos que usam aquele negócio lá... Então, aí você vê que ele não era nada daquilo, só você é que tinha que ser, só você que tinha que ser, né? Só você que tinha que ser a certinha, só você que tinha... Então isso me decepcionou muito, muito, porque, assim, eu perdi muito da minha vida, né? A melhor época da minha vida, dos 20 aos 30 anos, eu perdi, porque eu já estava casada, tinha 2 filhos e eu era tratada igual a uma louca, uma empregada, então ele achou que eu era a mãe dele. Eu tinha que lavar, passar, cozinhar, cuidar dele, cuidar de tudo sem reclamar, né?! E ele sempre falava “isso é obrigação de mulher”.

J: Os papéis de gênero, né?!

G: E eu falava “que obrigação de mulher? Aonde é que tá isso, onde você viu isso? Eu trabalho fora, você tem que me ajudar”; “não, isso é obrigação de mulher, não sei o quê”. Aí eu falava “mas seus irmãos fazem!”; “problema deles, que é tudo uns trouxa!”; “Os maridos das minhas colegas fazem. Eles chegam em casa, e, no final de semana, o almoço é por conta deles, quem chega primeiro faz a janta”; “vai casar com ele”, ele falava pra mim, “vai casar com eles, porque eu não vou fazer janta, eu não vou chegar em casa e fazer comida não”. Então essas coisas me

deixavam... Por isso que, quando eu falo um casamento perfeito, não é perfeito não, é só um casamento de verdade. Acho que é o que eu não tive, então é isso, sei lá. Muita coisa ruim aconteceu.

J: Bom, acho que aqui eu acabei sendo mais a psicóloga, né, na conversa?

G: Todo mundo que se aproxima de mim vira psicóloga. Minha médica fala que ela é minha medicóloga, minha nutricionista é nutricóloga, aí todo mundo que se aproxima de mim se torna psicóloga [eu: advogada?].

J: Acho que todo mundo tem que ser um pouquinho psicólogo pra lidar com as pessoas.

G: Verdade, por isso que eu falei que eu gostei muito quando eu fiquei sabendo que você era psicóloga e advogada, porque, assim, era as duas coisas ao mesmo tempo. É difícil, porque eu vejo o advogado do meu irmão, ele é assim extremamente racional, né, não é racional...

J: Muito técnico, né, ele fica muito técnico.

G: Ele, assim, falou, acabou, tchau, tchau, o que vai acontecer é isso, o que vai acontecer é aquilo, minha mãe fica apavorada, né?! E eu fico “meu Deus, mãe, não tinha um advogado pior?” Não é, é porque assim, vai comparar com você, assim, é completamente diferente, né?

J: É que os advogados, muitos lá, eu vejo isso no DJ, isso faz parte do trabalho, né?! Eles ficam muito, ouvem a história das pessoas e quer “ah, o que que eu posso fazer” e meio que filtra, né?! Eu vejo que tem alguns estagiários lá que não são, assim, e mesmo ouve toda a história, pensa o que tem que fazer e mesmo assim acolhe a pessoa, né?!

G: A Daniela é legal, eu gostei muito dela. Ela também foi muito boazinha; a outra já não era assim, não.

J: Ah, a primeira, né?!

G: A D, acho que era D, ela já não...

J: Tanto que a Daniela que procurou a gente, ela mandou uma mensagem “ah! como é que funciona?” Aí ela explicou que você estava em dúvida ainda quanto ao divórcio. Aí eu falei “é perfeito, a gente entra junto, a psicologia entra junto”, e eu acabei pegando a sua audiência por pura coincidência, não foi...

G: Foi Deus

J: Não foi, assim, eu estava querendo pegar a sua audiência. Eu acabei pegando sem querer, eu estava interessada em fazer uma audiência em Itaquera, aí eu peguei. Quando eu falei com a Daniela, ela disse “você já ouviu falar desse caso. Que eu sou supervisora dos estagiários”. Aí ela falou “a Graça já foi atendida na Psicologia”. Aí eu fui resgatar pelas anotações, e eu fui lembrando de tudo.

G: Ah, mas foi muito bom. Eu gosto. Eu fui muito bem acolhida, né?! Eu gostei. Eu gostei dos meninos lá, de tudo. Foi uma fase muito complicada, uma decisão muito difícil.

J: Uma decisão de vida, né?

G: É muito difícil de ser tomada. É uma coisa que eu falo, você é cobrada pro resto da vida, né?! Se eu fiz certo ou se eu fiz errado, é uma coisa que vai me cobrar pro resto da vida. Então, eu fico pensando “tem que pensar bem antes de fazer, né?!” Aí, eu fiquei muito perdida: tô fazendo a coisa certa, não tô, vou me arrepender? Eu fiquei muito preocupada com isso.

J: É, e na época da primeira audiência, você estava ainda bem, né?! Tanto que a conciliadora apontou que ainda tem sentimento.

G: É que ele ficou falando que não queria separar, porque agora que os meninos cresceram, que vão embora, que vai ficar só eu e ele, e que não sei o quê e que, depois de tantos anos juntos, e que eu sou a parte do casamento que raciocina, e ele é a parte que trabalha...

J: Ah, é?

G: Ele ficou falando isso, sabe?! Falou “ela é a parte da cabeça, que raciocina, que pensa em tudo, e eu sou a parte do trabalho, do dinheiro”. Ele ficou falando isso, aí eu, me balançou a hora que ele disse isso.

J: Balançou, né?

G: Eu falei “caramba, ele reconheceu, né?” Reconheceu? Ele estava era ganhando tempo pra Mortícia fazer as falcatruas toda ali, porque depois que ela conseguiu fazer tudo, ele aceitou, né? Ele poderia não ter aceitado, e pronto, não vou separar e foi para o litigioso lá. Mas, se ele não quisesse, ele não tinha feito tanta cachorrada, não é?! Se ele quisesse mesmo ficar, ele mostraria “vou mudar nesse tempo, aí que a conciliadora deu pra ela se arrepender, vou mudar”. Mas ele estava ganhando tempo com a Mortícia, né, passando tudo no banco um pro outro.

J: A Mortícia não foi na primeira audiência, né?

G: Não, foi aquele moço...

J: Ah, o rapaz que estava junto. Porque, na segunda, não foi ninguém, né?!

G: Não. Aquele moço foi na primeira, na segunda não foi ninguém e na terceira foram os dois.

J: Agora que você está falando, estou lembrando da audiência. Nossa, foi... Acho que eu nunca tinha visto um juiz tão frio, sabe, de não...

G: Eu saí aquele dia dali desnorreada, eu acho que, se eu bebesse, naquele dia eu ia encher a cara. Eu saí de lá assim... Uma que eu não tinha participado de nenhuma audiência, né?!

J: Com juiz, né?!

G: É, nunca tinha ido assim, sabe, nunca. Eu fui uma vez num negócio de audiência de carro, que o Raul comprou um carro e pôs no meu nome, e eu fui lá pra... porque o carro tinha quebrado e estava na garantia e o homem não queria dar o conserto, e eu nem entendia de carro. Fui numa audiência dessas, e o homem começou a me fazer perguntas sobre o carro, e eu não entendia nada de peça de carro, foi bem bagunçado, mas até então eu pedi pra chamar o Raul. O Raul explicou, e agora nessa, aquele homem daquele jeito. Eu tô aqui pra assinar o divórcio, não é isso?! Então só vou assinar o divórcio, o que vocês quiserem aí resolver, vai no cível. Eu achei que ele ia perguntar alguma coisa, é que eu nem imaginava como era, né?!

J: Não, mas aquilo lá também não é regra não, viu?! Deu muito azar.

G: Eu acho que a Mortícia e o Raul deve ter pagado aquele homem, eu não sei, viu?! Eu não duvido, eu não duvido.

J: É que também não foi tudo do jeito que ele quer, né?! Porque ele saiu da casa; bem ou mal, você continua lá...

G: É, eu ia sair, né?! Eu estava vendo apartamento e tudo.

J: Aí, ele saiu meio que de repente, né?! Surpreendeu todo mundo.

G: Ele saiu, como diz o Fabian, ele fugiu, né?! O Fabian fala “ele fugiu mãe, ele não deu tchau pra ninguém, saiu escondido, roubou o que ele quis, né?! Saiu levando meu carregador, um monte de coisa minha, né?!” É, e eu ainda falei “A Mortícia deve ter explicado para ele: ‘vai embora uma hora que ela não estiver e pega o que você quiser’”. Porque aquele dia que eu falei com você “ele quer dividir tudo, e se tiver que dividir”...

J: É, o juiz nem aceitou isso também, né?!

G: Aí, no entanto, poucos dias antes, a gente tinha discutido e eu falei “você não vai levar nada daqui quando você for”, eu falei pra ele, “nada. Você viu o que o Juiz não aceitou eu dividir as coisas com você”. Então, acho que ele ficou com aquilo na cabeça “é, vou deixar tudo? Vou deixar tudo?” Mas ele foi levando aos poucos, porque, com o tempo, você vai procurar e você vê “nossa, não tá mais”. Igual uma máquina de moer carne, ele levou; a balancinha digital que o Fabian pesava as coisas lá de fazer comida ele levou.

J: Até isso ele levou?

G: Levou meus vidros de perfume, levou o meu carregador, levou aquele...

J: Mas aí parece pirraça mesmo. Por que ele levou seu vidro de perfume?

G: Ralador lá que minha avó tinha comprado no *fast shopping*, não, no *polishop*... Aí, ela comprou. Como ele ralava muito e ralava tudo os dedos da minha tia, ela deu para o Fabian e ele levou. Ela até falou que quando encontrar ele, vai falar “devolve o que eu dei de presente para o Fabian!” Ele levou muita coisa, levou a máquina de moer cana, tudo bem que eu dei para ele de presente. Mas ele levou um monte de coisa escondido, levou escada de alumínio que eu usava para limpar os armários, limpar os lustres, ele levou embora. Ele levou muita coisa. É que aí depois você vai procurando e você vê que não está mais lá, né?! Aí eu falava “não, eu não acredito que levou isso”. Levou meu copo, levou minhas travessas, levou meus garfos, levou não sei o quê. Então eu ficava...

J: Então, mas o seu vidro de perfume... Acho que aí é pirraça mesmo. Levou a balancinha do Fabian...

G: Deixou só as caixas vazias. Eu deixo os perfumes nas caixas porque na janela bate sol, e aí se deixar fora, ele evapora, né?! Aí, eu deixo tudo dentro da caixa. Aí, logo que ele foi embora, eu fui limpar a cômoda lá, aí fui tirar assim e vi a caixa vazia. Aí eu falei “não acredito, ele levou meu perfume”. Levou um monte de coisinha. É o que eu falei para os meninos “é coisa que acho que ele já estava pegando e a gente não estava reparando, né?!” Eu falei “taça, essas coisas que quase não usa, ele foi pegando”. Capacete, que o Fábio tem moto né?! Então tinha um capacete que era dele e ele tinha dado para o Fábio, e ele levou. Então, ele saiu pegando um monte de coisinha, um monte de ferramenta, um monte de coisa no quarto, que é coisa que a gente não via, né, não reparava. Então eu falei “como se não tivesse dinheiro, né?!” Depois foi lá e comprou tudo novo: geladeira, fogão, armário, guarda-roupa.

J: Ele levou a geladeira?

G: Não, comprou nova, tudo novo, tudo, tudo. Eu olhei na nota fiscal paulista lá, que antes a gente colocava tudo no CPF dele. Aí, outro dia, no serviço as minhas colegas falando, aí eu falei, deixa eu olhar. Quando eu olho, meu deus, ele comprou tudo novo: mesa, cadeira, geladeira, armário, tudo, tudo, roupa de cama, tudo, tudo, tudo. Foi nas Pernambucanas e comprou enxoval todo novo, um monte de coisa, um monte de coisa. Até no Natal ele comprou 36 panetones Bauducco, deu tudo de presente lá para os amigos dele da escola e não deu nenhum para os filhos. É outra coisa que me deixou com muita raiva. Quando eu vi 36 panetones Bauducco, R\$ 700,00 de panetone, eu fiquei muito brava “gente, não ter coragem de dar um para os filhos! Toma Fabian, um para você e um para o Fábio”. Eu fiquei muito brava. Mas ele tá assim, gastando tudo. Às vezes, eu fico brava, fico mesmo. Mas eu espero que isso passe, que não seja uma coisa que eu não vá carregar para sempre. Essa coisa de ele estar bem, por que ele tá bem e eu não? Ele me fez tão mal, e ele se deu bem. E eu que tô aqui cuidando dos meus filhos, eu não quero ficar sentindo isso, isso é muito ruim, né?! Os meninos falam “vamos largar você aí sozinha, já que você tá se preocupando com isso. Nós vamos largar você aí sozinha igual ele tá pra você ver se é bom”. E eu falo “não é que eu tô triste porque ele tem dinheiro e eu não”. Não sei, depende da situação, você não desacredita um pouco de Deus? Você fala “ai meu Deus do céu, aquela pessoa não merecia”. Eu penso muito nisso, eu sei que a gente não pode. “Ô Deus, olha tudo que ele fez, e agora se dá super bem! Tá morando num apartamento com piscina, com quadra, com não sei o quê, não sei o quê, carro bom, um monte de dinheiro, viajando, passeando, e eu por aqui mal conseguindo pagar minhas contas com meus dois filhos, né?!” Aí eu fico, eu falo “não é possível”. Aí os meninos ficam bravos. Eles falam “deixa ele, deixa ele, se você tivesse igual a ele, você já teria se matado, porque você tem

depressão. Pensa você chegar em casa e não ter ninguém para conversar, é você e a televisão todo dia, todo dia”, eles falavam para mim.

J: Ah, mas ele também não conversava com ninguém, conversava?

G: Com ninguém! Ficava o tempo todo no celular dele conversando com os amigos, mandando mensagem, ligando, falando. Não estava nem aí com a gente, era como se a gente nem existisse, nem perguntava nada. Estou falando que mandei mensagem falando que o Fábio estava doente, que precisava de mel, tossindo. Depois de uma semana e pouco, ele apareceu com uma garrafa de mel lá. Então, assim, o Fábio ainda ficou com dó “ai, fiquei com saudade!” Eu falei “vai na casa dele”. Às vezes, o Fábio fica enchendo o saco, “não fala assim do meu pai”, que é para me irritar, sabe?! Aí eu falo “querido, eu vou juntar sua mala aí e você vai lá com seu pai, já que você gosta tanto dele”. Aí ele fala “Deus me livre, eu não sou louco!” Então, ele fala muito para me irritar. A namorada dele também fala “ah, não liga não, sogra, ele tá falando pra te irritar”, mas irrita mesmo. Depois de tudo o que o pai dele fez, ele ficar falando essas coisas ainda. É fogo, mas foi bom. Como diz a minha mãe “Deus coloca as pessoas certas na vida da gente na hora certa”, né?! Igual fez com você no divórcio para mim, né?! Porque se fosse outra advogada, você acha que eu ligo para ela doida, igual eu ligava atrás de você? Ia dizer “minha filha, sou sua advogada, não sou sua psicóloga, se vira aí com seus problemas”.

J: É que, no final, você acabou me ajudando também, porque eu já estava fazendo essa pesquisa, né, sem pretensões. E quando a gente estava no Fórum de Itaquera e você falou pra mim “ah, você é as duas coisas que eu preciso, advogada e psicóloga”. Aí, eu falei “espera aí, eu acho que tem alguma coisa aí, né?!”

G: Minha mãe falou “tá vendo? Quando eu falo pra você que, na hora certa, Deus põe as pessoas certas, né?!” Eu falei “se pega um advogado igual o do meu irmão lá, um grosso daquele, eu morro. Eu vou ligar para o homem ‘ah, o Raul...’; ‘filha, eu não tenho nada a ver com isso!’”.

J: O processo acabou e pronto.

G: “O que eu tinha que fazer por você, eu já fiz, né?!” Eu até fiquei assim “não vou mais incomodar ela”, até o dia que você perguntou como é que eu estava. Aí eu falei “ah, como ela é boazinha, graças a Deus!”. Aí, eu falei para o Fabian ainda “não vamos entrar com o pedido da pensão, senão ele não vai querer ajudar”.

J: É, enquanto ele estiver dando...

G: E como o Fabian tá pagando o Medcurso, ele tá pagando a formatura, né?! Já vai quase todo o dinheiro, R\$ 1.000,00 é o que ele dá. Então agora, no final do ano, tem a formatura dele, que são 4 festas diferentes, né?! Tem uma para os pais, um jantar para os pais.

J: Ele vai chamar o pai?

G: Ele falou que não. Outro é a colação de grau; o outro é o baile, e o outro é não sei que lá, acho que é missa.

J: Tem missa sim.

G: Ele falou “ah, mãe, 4 festas diferentes, 4 roupas diferentes tanto pra você quanto pra mim”, ele falou, “sapato, tudo vai ter gasto, né?!” Aí, eu falei “não vamos entrar na Justiça não. E o advogado do meu serviço falou “não sai da casa, a casa é sua também. Você assinou um papel falando que ia vender”. Eu falei “eu não! Não assinei nada. O Juiz falou que o que a gente resolvesse lá, estava resolvido”. Ele falou “então a casa é sua. Não sai”, ele falou, “porque, se você sair e o Raul quiser entrar para morar, depois ninguém tira ele, e você vai ter que morar lá com ele. Não sai não, fica lá até vender a casa”. Aí eu fiquei pensando. Aí, quando ele me ligou falando “quando você vai vender a casa? Estou precisando de dinheiro para comer. Tá pensando que minha vida está fácil?” Aí eu falei “nossa, meu Deus, se sua vida não está fácil, imagina a minha”. Eu falei para ele que o IPTU daquela casa é R\$ 350,00 por mês, e eu estou pagando

sozinha, né?! Eu falei para o Fábio “o Fabian vindo morar em casa comigo, eu vou ajudar ele, eu pago o Uber para ele. Como é internato, cada vez é um hospital diferente, né, então não tem condução pra todos esses hospitais. Agora mesmo ele está em um que é lá no final da Anchieta. Não vai ônibus para lá, então ele vai até Santo André de ônibus e de lá ele pega Uber”. Então, eu falei para o Fábio que eu prefiro pagar esse Uber do que bancar o aluguel, bancar água, luz, condomínio, mais a formatura, mais o Medcurso, mais comida, mais roupa, mais sapato, mais tudo. Aí, eu falei para o Fábio “o Raul dá os R\$ 1.000,00, paga o curso e a formatura, e eu pago o Uber, né?! E o que sobra, eu pago esse IPTU”, para o Fábio não ficar falando que eu só dou pro Fabian, e ele tem que ficar pagando as contas da casa, que ele fala direto isso: “o Fabian tá pagando as contas? Se o Fabian não pagar, eu também não pago”.

J: Mas ele também não entende que o Fabian não ganha, né? Ele não tem renda ainda!

G: Não entende! O Fabian até terminou o namoro também.

J: Ah, é, terminou?

G: Terminou, que ele não tem mais tempo para nada. Nesses internatos, não tem hora para entrar, não tem hora pra sair, não tem fim de semana, é de domingo, de sábado, de feriado. Aí, não tem namorado que entenda, né?! Se o menino fosse médico também, ele saberia. Ele não é, ele é negócio de administrador, ele trabalha lá na Natura, então não tem nada a ver. O Fabian falou “mãe, não dá, ele não está entendendo. São muitas horas, muitos dias que a gente fica sem se ver, então...” O menino mora lá no Butantã, o Fabian mora aqui. Nessa vida do Fabian, o Fabian não dirige. O Fabian falou “se der certo, depois que eu me formar, a gente volta”. Ele falou “aí minha vida vai estar mais tranquila, fazendo só o internato, só a residência, aí a gente volta”. Ele falou “esse ano, eu tenho que tirar para eu fazer as provas”.

J: A residência também é bem puxada, né?!

G: Ele não quer nada que fique em pronto-socorro, ele quer dermat, oftalmo. Ele falou “eu não quero nada de cirurgia geral, ginecologia”, que é o que ele tá mais sofrendo agora no internato. Esses dias ele foi fazer uma cirurgia que o médico falou que ia durar 3 horas e meia. A cirurgia demorou 11 horas e meia! E ele falou “mãe, 11 horas e meia em pé sem sair do lugar! Eu não sentia mais as minhas pernas, eu não sentia mais os meus pés. Sem beber água, sem fazer xixi, não podia sair dali para nada. Sem comer. Acabou a cirurgia os médicos foram tudo deitar, que estava todo mundo com a coluna arrebentada”. Ele falou “não quero essa vida pra mim, quero uma coisa de segunda a sexta, acabou, nada de pronto-socorro, nada de noite, nada de sábado e domingo, eu não quero, eu não vou ter vida”. Então ele está firme nisso, espero que a residência dele seja só de dia. Não tem pronto-socorro de dermat, ou tem?

J: De dermat acho que não, mas de oftalmo tem.

G: De oftalmo tem, né?! Tem o CEMA lá que tem.

J: Dermat acho que não tem

G: Eu também nunca vi... Ainda, ele falou “eu quero fazer cirurgia, mas oftálmica, não quero nada de cirurgia geral, nada de ganhar neném”. Esses dias, ele também foi para um plantão lá. Ele falou “sempre que a gente chega no plantão, tem 5, 6, 7 meninas para ganhar neném. Um dia eu cheguei lá e tinha 52 fichas”. Ele falou “sabe o que é 36 horas sem poder dormir?”, ele falou, “não dava tempo de dormir, a gente almoçou correndo e voltou, e era mulher ganhando neném, mulher ganhando neném”, ele falou, “pelo amor de Deus! eu nunca fiz tanto parto na minha vida!” Então, ele falou “eu não quero isso para mim não!”

J: É um momento que ele está podendo experimentar e ver...

G: É para isso que serve o internato, para você passar por todo esse sofrimento. Agora ele está na pediatria que ele odeia!

J: Ah, ele odeia? Ele não gosta?

G: É por causa dos pais, não das crianças. Ele falou que os pais ficam se intrometendo, gritando, entra xingando. Ele falou “eu não quero isso também, não quero pediatria de jeito nenhum”. Então, vamos ver o que ele vai fazer, né?!

J: Mas logo na residência ele já tem uma renda...

G: É o que ele falou. Como ele fez esse Medcurso, que é 30 e poucos mil, sei lá, “na residência agora eu entrando eu tenho que pagar 1000 e poucos por mês lá pra eles”.

J: Ah, é verdade.

G: Tem um contrato lá deles. Ele falou “tem que pagar. Mesmo assim, que sobre R\$ 1.000,00 para mim, está bom, eu me viro”.

J: É que ele não quer fazer plantão, mas ele pode fazer um ou outro plantão...

G: É, ele falou, se der plantão, os amigos dele que se formaram ano passado, era pra ele ter se formado, né?! É que ele não quis ficar no Santa Marcelina, ele prestou de novo e foi pro ABC, aí era pra ele ter se formado. Aí os amigos dele que se formou, tem uns que nem quiseram prestar residência, prestaram aquele negócio de médico da família lá, então ganha 16, 18 mil só no posto, fora o plantão que eles dão. Então, eles não tão nem querendo fazer residência, querem fazer dinheiro pra comprar carro, as coisas deles.

J: Médico não falta emprego, no mundo inteiro acho que não falta.

G: Aí ele falou “eu vou prestar residência, porque eu quero logo me virar, mas, se não der certo, eu vou fazer igual aos meninos, vou juntar um dinheiro, comprar um carro ou alguma coisa, e aí depois eu começo a me virar”. Vamos ver, né, porque o Fabian para dirigir, aquilo ali vai dar trabalho...

J: Ah, é, por quê?

G: Ele não gosta, ele não gosta, ele não gosta, não adianta. Eu falei pra ele “quero ver um médico trabalhando em 4 ou 5 hospitais aí se virando de ônibus, viu, Fabian?”

J: Paga um Uber.

G: É, paga o Uber é brincadeira, viu?

J: Bom, Graça, muito, muito obrigada por você ter vindo.

G: Imagina, obrigada a você, né?!

J: Eu vou... Deixa eu parar aqui.

Caso Mercedes**Data:** 15/05/2020**Horário:** 16h40**Local:** *Google Meet (online)***Participantes:** Joyce Rezende (JR), Polyana (PA), Paula (PB), Daniel (DA) e Douglas (DB), sendo: PA e PB – estudantes de Psicologia; DA e DB – estudantes de Direito.**Duração:** 1h31min

JR: Bom, gente, primeiro eu queria agradecer, primeiro por terem me esperado todo esse tempo para a gente conseguir conectar. Então, a ideia dessa entrevista sobre o caso da Mercedes veio primeiro... Eu faço doutorado sobre a interdisciplinaridade entre a Psicologia e o Direito, e uma das formas de eu estudar isso é de acordo com a atuação no DJ do atendimento da Psicologia junto com o Direito. A Mercedes foi uma pessoa, só vou retomar um pouquinho do que eu anotei. Ela acabou passando em atendimento com a Psicologia por sete vezes já, não sei se vocês tinham essa noção, e a gente só acabou atendendo junto ela nesse ano, acho que foi no dia 2 de março. Foi um dia em que a gente estava fazendo a visita no DJ, a Poly estava lá, então a Poly e o Daniel entraram, e lembro que, nesse dia, a gente conversou com o Douglas também. Então, eu queria começar perguntando para a Poly e para o Daniel primeiro como foi esse atendimento, e depois a gente vai retomando um pouco a história dela, pode ser?

PA: Eu lembro que fui chamada para atender a Mercedes... Foi isso, estava rolando a visita, e aí eu entrei, era um dia que eu não estava esperando atender, mas acabei entrando e eu esperei para entrar, o Douglas estava conversando com ela e eu estava esperando ele sair para me contar o que estava acontecendo, porque acho que todo mundo sabe aqui, a Psicologia entra quando ela já sabe a demanda do caso, já sabe quem é o estagiário, o que está acontecendo e tal. Aí eu lembro que o Douglas, quando saiu da conversa com ela, estava exausto, tinha sido uma conversa muito extensa. Então, isso me atravessou no sentido de que, quando eu entrei para conversar com ela, eu já estava pensando que seria uma conversa muito, muito, muito extensa, e foi mesmo a conversa. Todas as conversas que a Mercedes tem, em número de horas, são conversas longas, ela sempre fala muito, e acho que de fato ela tem uma história que é muito complicada, nem tiro o mérito dela de querer falar tanto sobre isso e de ser muito extensa nas conversas dela, mas ela estava muito abalada com essa questão do apartamento. O caso dela... Ela tem dois casos, essa parte acho que nunca vou entender direito, então fica uma coisa para o Daniel e para o Douglas, mas ela tem dois casos no DJ, o que eu imagino que seja raro. Nunca vi isso lá, de um assistido ter dois casos ao mesmo tempo, eu acho que não é uma coisa comum que aconteça lá, e ela estava... Eu vejo que ela tem uma demanda muito alta, ela demanda bastante dos dois estagiários, ela vai conversar com a Psicologia e vai muitas vezes conversar com a Psicologia, e as conversas dela ali são sempre... Quando a gente fala “então tá bom, Mercedes”, ela sempre “eu volto semana que vem para conversar com vocês”. E ela entende muito isso como um lugar dela de poder falar e de poder ser ouvida e poder conversar. Acho que, num primeiro momento, é isso que eu tenho para dizer. Se você quiser fazer uma pergunta mais específica, deixar para o Daniel ou para o Douglas...

JR: Se o Daniel puder falar um pouco... Pelo o que eu entendi, o Douglas atendeu primeiro, e o Daniel estava lá também, e você entrou com o Daniel, não foi Poly?

PA: Eu entrei sozinha.

JR: Mas você chegou a entrar com o Daniel?

PA: Entrei, mas eu fiquei bastante tempo com ela sozinha, não fiquei?

JR: Sozinha, tá.

PA: Eu fiquei sozinha com ela...

JR: Você lembra, Daniel, desse atendimento com a Poly?

DA: Oi, eu lembro que foi uma conversa extensa. A Dona Mercedes, as conversas com ela são às vezes extensas, pelo menos na minha experiência, porque ela sempre tem essa questão de retomar o caso com um todo, até por conta dessa revolta, ela sempre retoma o caso do início. Às vezes, é um pouco de problema que eu tenho com ela de colocar um ponto e falar daqui para frente, sabe? É muito comum que ela retome toda a situação, expondo a revolta dela e boa parte da conversa gira em torno disso. Enfim, acho que ela tem muita frustração, muita raiva em relação à situação que ela passa, uma coisa pessoalizada, então é uma raiva direcionada às pessoas com quem ela litiga nos casos, tanto no meu quanto no do Douglas, que seriam os outros proprietários do prédio... Acho que é isso, também não sei como são as conversas com o Douglas, mas a Dona Mercedes sempre traz assuntos da vida pessoal dela. Às vezes aparece, ela fala da filha, fala do neto, fala das atividades que ela está fazendo. Tinha uma época que ela estava fazendo yoga, então ela também traz esses elementos para a conversa e que são importantes.

JR: Então, ela traz elementos pessoais para vocês também do Direito?

DA: Sim, eu lembro que, na conversa com a Poly, ela estava um pouco mais irritada do que o normal, geralmente ela não é tão, não sei se explosiva, talvez por conta do tempo que as ações estão demorando, não sei se ela estava cansada também, num dia ruim. Mas, enfim, são questões que nunca dá para saber, mas ela parecia um pouco mais irritada que o normal. Eu lembro de ter ficado com essa impressão, geralmente ela fica muito irritada quando fala da situação dela, mas comigo, pelo menos pessoalmente, ela é bem legal, me deu presente de Natal, ela foi muito fofa comigo.

JR: E para o Douglas também ela levou presente?

DB: Também.

JR: Ela não deu presente para você, né, Paula?

PB: Não ganhei presente.

JR: Você atendeu ela quantas vezes? Três vezes, pelo menos?

PB: Bastante, pelo menos três.

JR: Pois é, isso já aconteceu algumas vezes no DJ, casos em que a Psicologia atendia com o Direito, aí o pessoal do Direito é reconhecido, enfim, recebe o presente, e da Psicologia todo mundo esquece. Lembro até uma vez que a Paula recebeu um presente, não foi? Que a gente até comemorou, olha, finalmente...

PB: Foi, um bolinho, eu não lembro do que era...

JR: Só para deixar isso marcado. Mas, Daniel, o que você achou de atender junto com a Poly? Foi a primeira vez que você atendeu com a Psicologia, né?!

DA: Sim, eu nunca tinha feito isso antes, não sei se isso é comum no DJ ou não, enfim, não sei, achei bem diferente. A postura da Dona Mercedes muda um pouco quando tem outra pessoa. Também foi interessante saber a opinião de uma pessoa que não é do Direito sobre o caso dela, até para enxergar a Dona Mercedes não só como uma cliente, mas como uma pessoa que tem demandas próprias, que tem uma realidade própria. Enfim, interessante, acho que foi isso, não sei se tem algo a mais para acrescentar.

JR: E vocês sabiam que ela estava indo falar com a Psicologia? Vocês que indicaram para ela ou ela apareceu lá? Eu lembro que, no começo, a gente começou a atender ela em outubro do ano passado [2019], e a gente... Pelo o que eu lembro como supervisora, parece que não tinha tanta conexão, mas tem conexão com o caso dela, né?! As demandas dela, psicológicas até. A

gente também demorou para entrar em contato com vocês para amarrar isso, a nossa atuação juntos. E vocês que encaminharam, Daniel e Douglas?

DA: Eu não sei, eu posso até ter chegado a mencionar algo com a Dona Mercedes, mas eu não tenho certeza. Às vezes, eles acabam conversando com as pessoas que estão na frente do DJ, e eles indicam o serviço, então eu não sei se comentei com ela ou não. Eu não sei de onde veio, mas ela comentou comigo e com o Douglas que começou a passar, e outubro foi o momento logo depois das mediações frustradas, mentira, foi depois de uma mediação frustrada, enfim. A gente fez duas com a Dona Mercedes e o [proprietário do apartamento 2] foi num momento que eu acho que ela estava um pouco mais irritada com a situação, porque a gente tentou não litigar, então a recusa dele nas mediações veio no final de novembro, começo de dezembro. Ele se recusou, eles enrolaram um tempo e depois se recusaram a seguir, mas já naquele momento a Dona Mercedes ficou um pouco revoltada com a postura dele na mediação, tanto que, na mediação em si, ela ficava muito irritada. Eu até tentava acalmá-la um pouco, porque ela ficava muito irritada mesmo, erguia a voz, ficava visualmente nervosa, então acho que foi nesse momento também que ela procurou o atendimento psicológico.

JR: E não foi a mediação, não foi o pessoal da mediação que, por acaso, que também falou? Vocês estavam na mediação?

DA: Eu estava, não foi o pessoal... Foi a T a mediadora, ela não chegou a comentar.

DB: Eu até fiquei meio surpreso quando ela disse que estava sendo atendida pela Psico. Eu não sabia, eu não tinha conhecimento, porque a gente não foi os estagiários que pegou originalmente o caso dela quando ela chegou com a demanda no DJ, e aí na hora que ela falou que ia ser atendida... Eu estava atendendo ela um dia e aí ela falou “eu vou ser atendida com a Paula hoje”, aí eu disse “que estagiária é essa?”, aí ela disse “da Psico”, e aí eu fiquei até surpreso, não sabia. Acho que porque não me ocorre muito de encaminhar meus assistidos para a Psico, eu não tenho muito tato de “você quer falar com a Psico”.

JR: Mas como assim “tato”? O que seria ter o “tato”?

DB: Não, assim... Eu estava conversando um dia com a V, que era diretora de RH, e ela falou que tinha vontade de mandar todos os assistidos dela para conversar com a Psico, e eu falei “nossa, nunca me ocorreu de mandar”, só se a pessoa tivesse algum problema assim... Não sei, talvez vocês entendam, patologia... A minha assistida parecia ter só uma raiva “normal”, no nível do normal, então eu fiquei meio “não sabia que você era atendida pela Psico”. Aí depois ela começou a falar mais vezes “pode chamar o pessoal da Psico?”... Mas também nunca tinha tido esse atendimento junto até esse dia com a Poly.

DA: Posso só perguntar um ponto? Eu não sei até onde a Dona Mercedes já mencionou esse lance de ter, de novo, que nem o Douglas falou, eu e ele somos... A gente começou a atender a Dona Mercedes não num primeiro momento, mas a gente é uma transferência de caso, não sei se ela chegou a mencionar isso, chegou?

JR: Eu não tinha essa ideia.

DA: É um ponto bem importante, eu acho, porque a antiga estagiária responsável pelo caso da Dona Mercedes, acho que era A o nome, se não me engano...

DB: Era, era A.

DA: Enfim, o que aconteceu é que a Dona Mercedes e a A tiveram uma relação de mais de um ano, talvez um pouco mais de um ano, e a Dona Mercedes ficou um pouco magoada porque a A meio que desapareceu... Primeiro porque ela demorou um tempo para entrar com uma ação, eu entendi um ano, mas às vezes acontece de demorar para entrar com a ação, coisas do DJ, enfim. Mas a Dona Mercedes tinha um pressentimento ruim porque a A meio que, se não me engano, ela ia para o intercâmbio e falou: “olha não vou ficar com o seu caso” e passou para a

gente, sabe?! Então foi uma questão, e o caso da A, em um primeiro momento, era o caso do Douglas, se não me engano, o caso do apartamento, porque são dois casos, não sei até que ponto a Dona Mercedes deixou claro nas consultas, mas vou deixar um pouco mais claro as duas demandas dela. A do Douglas, ele pode até falar um pouco melhor, diz respeito ao apartamento da Dona Mercedes, como é isso? O apartamento da Dona Mercedes está com uma série de infiltrações, está uma situação bem ruim, e ela atribui esses defeitos que são graves ao apartamento superior, ela mora acho que no térreo, o apartamento superior, que é do João e do seu filho, ela imputa os problemas a esse apartamento deles e ao prédio como um todo, e o que ela fala e sempre reitera isso: que a culpa não é dela, concordo com ela. A situação do apartamento é bem grave, é relativamente comum esses casos de apartamento com defeito, o de baixo ficar danificado, esse é o caso do Douglas, tem a ver com o apartamento dela, os danos que o apartamento dela sofreu. O meu caso, é um caso um pouco mais, sei lá, estranho, uma coisa que eu nunca tinha visto pelo menos. Eu trabalhei no Fórum por mais de um ano e nunca tinha visto um caso assim. O que acontece? O prédio em que a Dona Mercedes mora é bem antigo, é um edifício dos anos 40, e naquela época não era obrigatório ter uma convenção e um regimento interno. Como a Dona Mercedes, e eu também concordo com ela, essa ausência de regimento interno e de convenção, para ela atrapalha o funcionamento do condomínio, porque apesar de, isso foi até uma pesquisa que eu fiz, apesar de, desde sempre, ser obrigatório, por exemplo, fazer assembleia anual de eleição de síndico, nunca teve convenção, e essas coisas nunca aconteceram no condomínio, nunca aconteceram. Só que até, antes do Luiz e do João entrarem no prédio, a relação com os outros proprietários era harmoniosa, então as coisas davam certo mesmo que não fossem normativamente reguladinhas. Com a entrada do João, do seu filho e do seu outro filho nas lojas do térreo, a relação se tornou complicada, e a Dona Mercedes, depois de ter falado com a A por muito tempo sobre o apartamento dela unificado, foi transferido para mim para cuidar da situação do condomínio, meio que a A era responsável pelo apartamento e a gente verificou a existência de outra demanda com a Dona Mercedes e aí transferiu a Dona Mercedes entre dois estagiários, eu e o Douglas, e cada um responsável por uma demanda, não sei se ficou claro. E aí, por isso, também eu tentei fazer uma mediação, porque, em teoria, não deveria ser um negócio tão complicado acertar com os outros proprietários a necessidade de uma convenção, regimento, enfim, foi complicado, não deu certo, mas é isso.

JR: Ficou claro, Poly?

PA: Ficou, ficou. Eu lembrava que ela tinha dois casos, mas eles sempre se confundem, até porque as demandas estão sempre misturadas na hora de tratar disso como dois casos, e aí a gente vai pegando o que tá em cada um. Mas a relação dela com os dois, na hora que ela traz isso para a Psicologia, tá misturada, tá muito misturada. O jeito dela de resolver o problema dela, o problema prático dela de fazer um regimento, ou então de resolver esse problema de infiltração com os vizinhos, aí quem vai cuidar disso é a lei e o pessoal do Direito, mas quando a demanda dela vem para a Psicologia, ela vem completamente diferente, né?! Tanto que ela vai falando das pessoas, vai citando, e, às vezes, eu falo “calma, estou me confundindo, quem é...?”. Eu lembro dela falando do cara que morava embaixo que tinha uma máquina que fazia muito barulho, e aí, quando tirou essa máquina, estragou todo o chão da fachada. Mas esse cara também é diferente do de cima, da infiltração, então são duas pessoas diferentes, e aí a gente vai. Quando vem para a Psicologia, fica misturado, mas, sim, ficou bem mais claro. Obrigada por terem explicado.

JR: Paula, você quer falar um pouco como foi atender a Mercedes bem no começo?

PB: Então, eu não sabia desse negócio que ela tinha tido uma outra estagiária antes de vocês, eu acho que ela não chegou a comentar não que tinha ficado tanto tempo com alguém e depois tinha transferido o caso. Eu lembro que eu fui a primeira pessoa a conhecer ela da Psico, no dia em que ela foi perguntar sobre o atendimento da Psico, ela não foi ter o atendimento, era um dia que a gente estava super atarefados, atendendo várias pessoas e ela apareceu também lá no meio, só que ela só queria perguntar como funcionava, aí eu expliquei para ela que era um atendimento de plantão, uma coisa mais pontual, tal, que era só ela vir no horário que a gente atendia e tal, e aí ela foi embora e voltou na outra semana, mas a primeira pessoa que atendeu ela foi o S, só que a gente nunca chegou a conversar com o S sobre esse atendimento porque foi aquela bagunça do final do ano passado, S estava meio bagunçado com as coisas dele e a gente nunca chegou a conversar sobre como foi o atendimento dele e aí depois ela retornou, S não estava, e eu atendi ela. E esse primeiro atendimento eu achei que foi bem um desabafo, eu achei que era um problema super ruim mesmo, né, porque envolve toda a vida dela, que era a casa dela que estava ali com um problema, aqueles problemas que tiram a sua paz em todos os momentos, sabe? Porque é o seu lar, ela desabafou e quando ela foi embora eu tinha certeza que ela não ia voltar nunca mais, eu achei que foi um típico plantão de desabafo, sabe? E aí quando ela voltou, eu achei super estranho, eu fiquei, ué, ela voltou? Porque a gente sempre fala que a pessoa pode voltar se ela precisar e tal, mas eu achei que ela não fosse voltar e aí, quando ela retornou, a Joyce inclusive estava lá, foi um plantão que fui só eu e a Joyce, ela retornou e eu achei super estranho ela ter retornado, mas fui lá falar com ela e tal, aí foi a mesma coisa, e de novo eu achei que ela nunca mais ia voltar, achei que ela só precisasse desabafar mais um pouco...e aí já era a terceira vez que ela tinha ido, é que às vezes eu esqueço que o S tinha atendido ela antes, e aí eu fiquei meio achando estranho, sabe? Dela retornar para uma terceira vez e ser um atendimento, a mesma coisa, conversar sobre o mesmo assunto, meio que da mesma forma, mas tudo bem, aí eu acho que depois ela voltou com a J numa segunda-feira, não foi comigo.

JR: Ela voltou, apareceu numa segunda-feira, 25 de novembro.

PB: Foi bem no finalzinho dos nossos plantões, né.

JR: É, bem no final mesmo.

PB: Aí eu conversei com a Joyce, falei, “nossa, mas eu acho estranho ela voltando tal tal” e a gente tinha pensado de sugerir para ela fazer terapia talvez ela precisasse de um lugar para entrar mais nos assuntos que não estava conseguindo ali com a gente porque os atendimentos eram sempre muito iguais, não ia para além os assuntos, só que daí a gente entrou em férias e não chegou a falar com ela mais no ano passado, até no final do ano acho que o Douglas mandou um e-mail para gente, que eu anotei aqui, sobre ela, que ela queria atendimento, mas eu acho que a gente não chegou a fazer nas férias não porque eu não anotei isso.

JR: eu acho que não... Uma vez a gente foi, lembra? Em dezembro, você atendeu uma outra, será que ela ia e não foi?

PB: É, ela tinha sido um dos e-mails dessa época, tinha sido o Douglas falando de atendimento, acho que a gente deve ter entrado de férias e ela não encontrou mais a gente, e ela ficou com ele, só que ela não foi, porque a gente foi numa terça-feira, talvez fosse um dia que ela não poderia ir, em dezembro.

PA: eu conversei com ela sobre essa questão da terapia, foi uma coisa que em supervisão meio eu discuti com a Joyce, e aí ofereci para ela, ofereci não, sugeri a possibilidade dela ir numa clínica, na verdade é uma clínica que a gente poderia oferecer várias indicações de lugares para ela ir atrás e tentar um acompanhamento psicológico mesmo, e eu retomei a ideia do plantão com ela, que é um atendimento que se encerra nele mesmo, e ela falou que ela não queria, ela

falou que queria continuar com o plantão porque ela falou que já tinha tudo lá no DJ e era um lugar de confiança, um lugar que... Ela falou “eu já tenho tudo aqui, é um lugar que eu me sinto segura, um lugar que estou acostumada, já conheço vocês, acho que quando as coisas acalmarem eu vou atrás de uma clínica, de um acompanhamento, mas por enquanto eu quero ficar aqui”. E aí eu falei: “está bom”, é uma escolha dela.

JR: Interessante como o DJ acaba aparecendo como um lugar de cuidado para ela, um cuidado integral, vamos dizer assim, porque lá ela tem as demandas jurídicas, de certa forma resolvidas ou encaminhadas, e aí acaba sendo um lugar que ela pode cuidar dela mesma ela pode, eu só achei interessante essa fala dela.

PA: é um lugar que ela...

DB: às vezes eu sinto que ela vem muito de rotina no DJ, mesmo sem ter exatamente uma demanda, uma coisa nova no caso, por isso o Daniel falou que ela fica sempre repetindo várias vezes o que ela já falou, ou então, quando a Paula disse que achava que ela não ia voltar, eu já estou acostumado com ela voltando sempre, mesmo sem ter exatamente alguma coisa.

PB: eu acho curioso esse movimento dela de sempre estar retornando e isso estava me incomodando, que ela nunca trazia nada para a gente entrar, um assunto que “vamos conversar sobre isso aqui e tal”, não, era sempre as mesmas coisas, os mesmos elementos, da mesma forma.

DA: é engraçado porque às vezes ela chegava para mim falava, “Daniel, passei para te ver, eu estava aqui pelo centro”, como o Douglas falou, como se fosse algo meio, não sei se é rotineiro, um lance de posso ir lá, e ela sabe que era meu horário de plantão, e ela aparecia lá, enfim, ou só ligava na sexta, no sábado, no domingo, “você vai estar lá tal dia para eu conversar com você?”, mesmo sem ter um, sei lá, entre muitas aspas, alguma coisa mais juridicamente relevante, às vezes mais para bater um papo mesmo, eu sinto muito que ela vai para, tipo me liga às vezes para bater um papo, enfim, nem sempre, para que o papo muitas vezes gira em torno da insatisfação dela com relação às outras pessoas do condomínio, então ela estava falando essa semana, quando chega um inquilino novo numa das lojas do térreo, que o teto tá mofado e a empresa que entrou lá é de alimentos e ela ficou, “nossa, mas tá tudo mofado, é alimentos”, e falou como o cara novo tinha uma empresa de logística e era engenheiro e sabia...sabe, essas coisas que, enfim, ainda mais para o meu caso que é mais do condomínio, ela quer conversar sobre o assunto mesmo, não é muito para discutir alguma coisa mais do caso jurídico.

JR: É interessante que ela passa lá, “estava passando por aqui”, vim falar um oi, não sei, às vezes dá a impressão, como a gente viu outras pessoas no DJ que procuram, “aqui eu sou escutada, vou parar aqui, aqui alguém vai me ouvir”, não sei se faz sentido para vocês isso.

DA: eu não sei até que ponto a dona Mercedes chega a comentar sobre a família dela nas sessões, não sei se tem alguma coisa relevante para ser conversado.

PB: ela comenta bem pouco, ela só falou que ela tem uma filha, que ela é psicóloga, que ela tem um neto e que está tudo bem na família dela, que ela não conversa muito com a filha dela porque ela é muito ocupada e é isso, mas que está tudo bem, tudo ótimo na vida dela.

DA: Não sei, eu acho que a filha dela, quando saiu de casa, dona Mercedes sentiu bastante falta da filha dela, às vezes eu sinto isso, porque a filha dela... Tanto é uma coisa que até as outras partes inventaram uma história, os caras inventaram uma história mas, a filha da dona Mercedes saiu de casa... Ela gosta muito do neto também, mas não sei até que ponto ela tem contato com ele, eu acho que ele tem 15 anos, é a foto de fundo do celular dela, não sei até que ponto contato é cotidiano, também não gosto muito daquele lance de que vem falar com a gente porque a

família não dá atenção, não gosto muito dessa ideia, às vezes eu sinto um pouco que ela sente muita falta da família dela, apesar de não comentar muito comigo.

PB: eu acho engraçado, porque ela não tem contato com essas questões por ela, a gente pergunta as coisas para ela e ela fala que está tudo bem, que fora esse negócio do condomínio a vida dela está ótima, está maravilhosa, a gente tenta entrar nessas questões com ela, pelo menos eu tentei, os últimos atendimentos, foi com o Daniel e a Poly, o último atendimento com ela na psico, e eles também tentaram, e ela só repetia as mesmas coisas do caso, assim, e a gente pergunta - e a sua família? - e ela não ia, sabe, e ela voltava pro caso. E a gente ficava pegando essas coisas assim, numa conversa aqui, numa conversa ali, e a gente fica sabendo mais coisas.

PA: Quando eu a atendi, eu tentei resgatar família, porque eu lembro que no caso tinha uma questão da outra parte ter falado que ela tinha vários problemas com a filha e tal. Então quando isso aconteceu eu tentei perguntar pra ela - ah, você tem uma filha, me conta da sua família. E ela falou que ela tem uma filha, e que a filha morava lá, e que elas tinham uma relação muito boa, só que aí eles saíram do prédio porque as condições lá estavam muito péssimas, e aí já que eles estavam pagando aluguel, não valia a pena, e aí eles saíram de lá pra alugar - pelo menos vou alugar um lugar que funcione melhor, e no caso dela, ela tem essa limitação de sair. Acho que a questão do apartamento ser próprio, é um impedimento, mas acho que a questão com ela é muito mais afetiva - com o que ela esperaria do prédio do que de resolver o problema, porque um jeito dela resolver esse problema seria simplesmente ela vender o apartamento dela comprar em outro lugar, mas aí ela - não, porque é um apartamento muito bom, e que com o dinheiro que ela vender ela não vai conseguir comprar um apartamento tão bom, e aí ela vai colocando vários impedimentos para ela conseguir fazer isso, e ela insiste nesses processos, em tentar resolver essas coisas, essa situação com o regimento do prédio e com o processo com os outros vizinhos. Mas na conversa comigo ela falou que tem uma relação muito boa com a filha, a filha dela acho que é psicóloga também inclusive, e aí ela falou que a filha dela trabalha muito, que é difícil ter contato com a filha, mas na medida do que é possível, ela tem bastante sim, ela falou que ela fala bastante com a filha e ela falou bastante de um medo de atrapalhar. Ela falou "eu não vou chamar a minha filha porque ela trabalha muito, porque ela está muito ocupada, porque ela tem muita coisa pra fazer, então eu prefiro ficar distante pra não atrapalhar ela, ela tem as responsabilidades, e tal". Eu perguntei do neto, e ela falou do neto com muito carinho, como se fosse uma figura muito importante para ela, e eu entendi não é uma figura próxima, por exemplo, que ela vai buscar na escola toda semana, que almoça na casa dela toda semana. Esse tipo de relação eles não têm, mas eu percebi que ela tem um carinho muito grande pela filha e que, de fato, elas têm uma relação boa, do que ela trouxe, claro, e desse medo de incomodar. Foram essas duas coisas que eu percebi no atendimento com ela.

PB: É, eu também. Para mim, foi essa mesma impressão que ela passou, que ela tem uma boa relação com a família, a família é basicamente a filha e o neto que ela fala, né? E é isso, só que ela é muito ocupada, a filha dela trabalha muito, eles moram longe, e aí ela não quer incomodar, meio isso.

JR: É, a gente chegou a discutir... Fala Poly.

PA: Quando eu perguntei de família pra ela, eu tentei resgatar outras, outros pontos da vida dela que pudessem fazer, que pudessem ser importantes. E aí, ela falou de um lugar de uma pessoa que tem muita rotina, que tem toda uma vida. Então ela tem esse contato com a família, ela faz yoga, ela vai na médica homeopata, aí ela faz um curso de não sei o quê, então ela é uma pessoa que está sempre fazendo coisas, mesmo com esse problema do apartamento, ela não fica em casa o dia inteiro chorando e olhando para o teto. Acho que a gente lida também com esses problemas dela porque a gente está lá, e em alguma medida a gente tá lá pra poder cuidar desses

problemas. Então, é um espaço que ela tem para poder falar sobre isso. Mas ela tem toda uma vida, tem toda uma rede, tem todo um apoio. Ela não é uma pessoa que está sozinha nesse sentido. E aí acho que a gente entra nesse lugar de cuidado, e aí nisso a gente escuta muitos dos problemas, mas não sei aí nisso o quanto isso se generaliza para outras áreas da vida dela, não que não seja muito. Não acho que ela é uma pessoa que fique falando disso quando vai para o Yoga, quando vai pra qualquer lugar. Acho que ela faz isso quando vai conversar com a psicologia, conversar com o médico e com os advogados. E no final das contas, é essa visão que a gente tem dela, né?! A gente não consegue ir além disso pelo que ela traz, e quando ela está com a gente ela fala dos problemas.

JR: A gente acaba conhecendo só um lado dela, vamos dizer assim, né, é o lado dos problemas. É como a gente fala num outro serviço em que eu fiz doutorado: ninguém vai procurar a Psicologia ou o Direito porque está feliz. As pessoas acabam procurando tanto um psicólogo quanto um advogado, o advogado muito mais para resolver o problema e o psicólogo para ouvir. A pessoa dificilmente vai pensar “está tudo bem na minha vida e eu vou”. Dificilmente ela vai procurar esses profissionais. Uma coisa que você falou e me preocupou, Poly, que ela é uma pessoa que tem muitas atividades, e tal, né?! Vai na Yoga, vai em outros lugares, não fica muito em casa e até eu ia perguntar para os meninos “você têm notícias dela agora, que está na quarentena?” Ela está, né, porque se ela já tinha alguns problemas com os vizinhos e o condomínio, né, não sei, talvez tenha piorado agora nessa época.

DA: Eu falei com ela hoje, inclusive mais cedo, falei com ela ao longo da quarentena, pois eu estou resolvendo umas últimas coisas da ação dela, enfim, e assim ela fala bastante desse novo inquilino, porque o prédio são 3 andares, e tem duas lojas do lado que também estão incluídas nesse condomínio de fato, né e aí chegou um novo inquilino numa das lojas que estava vazia, que foi esse engenheiro que eu falei. Parece que ela tá tentando conversar com os inquilinos novos, eu achei bom assim, mas ela aparentemente está respeitando a quarentena, parece que não está saindo de casa, pelo que ela fala, ela é um pouco mais velha, enfim, ela tá atenta à questão de grupo de risco etc., acho que é mais isso. O que mais eu sei dela? Ela tá cuidando do gato da filha.

PB: Que é do neto dela, né?!

DA: Exato, acho que não podia no prédio deles, e ele acabou ficando com ela. Ela gosta da gata, inclusive. Acho que é isso. Acho que é mais isso que eu constatei nos últimos tempos. Ela sempre retoma a frustração dela com relação aos réus, sobretudo do João. ela tem um rancor assim enorme do João, né?! Acho que é o nome que ela mais, ela tem problema com os filhos, mas o João, que seria o pai, acho que é a pessoa que ela mais retoma. E aí, sempre que eu converso com ela, acho que não tem nenhuma conversa que não foi mencionado o nome dele, que ela não demonstrou a irritação dela, que não falou mal dele. Uma coisa, por exemplo, teve de novo: ela falou mal do João, falou que ele foi falar com o inquilino, enfim, fala mal do João não só como pessoa, mas até tem outras questões, assim, ela acha o João uma pessoa assim um pouco... Não sei qual é o termo, assim um pouco mais ok, mas, ela fala “ah, o João é analfabeto, o João é uma pessoa chucra”, sabe?! Então, também essa mágoa, acho que é um rancor beem grande que ela tem desse cara.

JR: E com o Douglas, ela também está falando?

PA: Eu tenho medo dela pegar muito disso no atendimento.

DB: Então, eu falei com ela também uma vez durante a quarentena, ela me ligou pra perguntar como é que estão as coisas do caso e também pra falar as mesmas coisas que ela falou com o Danie, basicamente das últimas situações que ela enfrentou no condomínio. E acho também que me preocupou isso dela morar sozinha, isso ser uma batalha muito individual dela,

justamente por ela morar sozinha e nem a filha, não sei se ela é viúva ou separada, mas é uma coisa muito que ela tem que lidar sozinha, sabe?!

JR: É, isso nunca apareceu muito, se ela é viúva ou separada...

PB: Nunca comentou comigo.

JR: Bom, é um dado, né?! Ela deve ter algumas resistências, que ela não...

PB: É, eu até queria comentar umas coisas que a Poly falou. Ela passa toda essa imagem de que ela as coisas que ela faz, e que ela tá bem, que ela se cuida, que ela faz isso, que ela faz aquilo, mas eu não sei, eu tenho desconfiado um pouco disso, porque alguma coisa ficou me incomodando durante o atendimento, sabe, esse retorno dela, a volta, tal. E vem e fala sempre a mesma coisa, que eu não sei, que talvez ela faça um pouco dessas coisas, mas meio que pra preencher espaço na agenda, que talvez faça falta pra ela trabalhar e ter mais coisas pra se preocupar, não sei, que ela é muito solitária, por que ela faz isso, que tem os amigos da yoga, tem os amigos de não sei o quê, mas vai lá e só vive aquilo, sabe? Não tem uma amiga que ela chame pra tomar café e desabafar, e aí acho que é por isso que ela acaba fazendo isso bastante com os meninos, com o Douglas e com o Daniel, que é a pessoa que ela vai desabafar. E tem isso da filha, né?! Mas não sei sabe, acho que ela também tem uma relação que eu fiquei com a sensação no último atendimento que a psico fez com ela, que o Daniel e a Poly atenderam ela, que talvez seja muito confortável, que é um lugar muito confortável pra ela o DJ, ir lá e ser atendida. E na perspectiva de um atendimento psicológico, ela não quer mexer muito nas coisas, sabe?! Ela quer só desabafar mesmo e tá confortável isso aqui do jeito que tá, sabe?! Eu fico um pouco com essa sensação. Ela não quer lidar com isso. Ela quer que isso acabe e pronto, e aí eu não sei, sabe?! Eu não sei se vai ter outras coisas pra preencher a vida.

DB: Eu não tinha me tocado o quanto que isso preenche muito a vida dela até dar tipo isso... Ela sempre fala de outras coisas que ela faz, em que parece que ela está ocupada... Mas aí... Ela então parece que ela tá ocupada... E a solidão dela é uma coisa que me preocupa muito, muito, muito.

JR: Então, ela não tá entrando muito em contato mais que o normal com vocês então, né?

DB: Não, comigo não, acho que ela só me ligou uma vez.

JR: Acho que é o esperado também, né, ela querer saber o que tá acontecendo com o caso dela.

DA: É, também ela me ligou acho que três vezes, duas vezes, enfim.

JR: Sobre o que a Poly falou que falaram na contestação, que teve o negócio do alcoolismo, falaram mal da família também? Acho que isso deixou ela muito irritada, não foi?

DB: Muito, ela sempre fala disso, ela sempre repete, é uma coisa muito importante pra ela... Eu até evito falar, mas ela sempre traz de novo, é uma coisa muito importante para ela... Não sei se exatamente tem uma solução jurídica para isso. Ela quer muito abrir outro processo disso, eu já falei isso para ela, que é uma coisa relativamente normal que acontece em processos, esses conflitos pessoais, mas ela fala que isso não é normal, e ela quer muito abrir um outro processo por conta disso, muito mesmo, não quer deixar barato. É uma coisa que ela sempre traz, e no final não sei se tem uma solução jurídica... Eu tenho uma expectativa que ela supere, quem sabe...

PA: Eu conversei bastante com ela sobre isso. Quando eu entrei no atendimento, eu lembro que eu entrei com... a demanda que chegou principal pra mim foi sobre ela querer abrir mais um caso no DJ. E aí, quando eu conversei com ela, eu falei foi “Mercedes, o que eu vejo você me trazendo são mais dois sofrimentos, assim em relação a toda essa questão. o prédio onde você mora, a sua casa”. E é muito forte quando ela fala, meu, depois de um dia assim, tudo o que as pessoas querem é chegar na casa delas, tomar um banho e descansar, deitar na sua cama confortável, na sua casa, um lugar de acolhimento. E quando ela tá na casa dela, ela não sente

isso, então é muito complicado assim. E é difícil quando ela traz esse relato, mas, é, e eu falei isso pra ela “tudo o que você traz é muito duro, é tudo muito desgastante. Você conta como você está cansada, e como você tá desgastada com toda essa situação. O que é que te leva a pensar que seria interessante abrir mais um processo”. E ela acha que seria uma forma de resolver essa situação, mas, ao mesmo tempo, ela entende que isso seria mais, seria a terceira chance dela de aumentar isso enquanto enquanto dor, sei lá, isso ia ser mais custoso emocionalmente pra ela abrir esse processo, abrir um terceiro processo do que resolver essa situação dentro de um dos processos que ela já tem. E no começo ela falou “meu, acho que não dá pra resolver essa situação sem abrir mais um processo”. E eu conversei com o Douglas e o Douglas falou “não, ó, eu coloquei aqui no processo todos esses danos que ela sofreu”. E aí, ela falou, a gente chamou o Douglas, o Douglas mostrou o processo pra ela, e aí ela falou “ah, eu não sabia que isso estava no processo, mas eu gostaria que isso fosse mencionado”. Aí, eu acho que isso é uma questão dela que a gente, enquanto Psicologia, pudesse cuidar, mas que é difícil da gente conseguir pegar, porque o que acontece — quando ela traz essa questão, eu lembro que no atendimento eu tive que ser bem firme e o Douglas também, e ela não aceitava assim o que a gente dizia, que a gente falava — pro Juiz isso não importa, e isso é horrível, não quer dizer que a gente não concorda com isso, que a gente não reconhece toda a dor que está envolvida nesse processo, o que a gente tá querendo dizer, é que pro seu processo, em termos de Lei, não é interessante que isso esteja escrito, do jeito que ela gostaria, né?! Porque ela tinha escrito páginas e páginas do que ela queria que o Douglas colocasse no processo, e aí o Douglas falou “eu coloquei aqui, eu expliquei todas essas coisas, mas se eu colocar muito, o juiz não vai ler. O juiz não lê, e um processo com muitas páginas não costuma ser bem visto. É muito melhor quando a gente tem um processo objetivo, que vai direto ao ponto, sintético. O juiz olha com mais atenção um processo desses do que um processo gigante, e aí quando a gente conversou com ela, a gente falou “talvez seja importante a gente não aprofundar essas questões aqui”. Eu lembro que pra ela foi difícil, mas na conversa a gente chegou ao consenso de que algumas coisas seriam mencionadas, e aí o Douglas colocou mais o que ele achou que deveria. Douglas, me corrige se você achar que eu estou falando alguma coisa que não aconteceu, mas do que eu lembro é isso. O Douglas colocou algumas coisas a mais que acha que deveria estar lá, faz parte, e ela tirou algumas coisas que ela acha que não deveriam estar lá, chegou-se num meio termo. E é dessas dores que eu acho que a Psicologia poderia contribuir mais, e é disso que ela fala nas conversas, não dá pra falar que ela não traz isso, mas é o quanto ela não aprofunda nesses temas. Mas sim, são coisas que ela menciona o tempo todo quanto à insatisfação dela, quanto isso atrapalha a vida dela, mas são coisas que não são aprofundadas na hora em que a gente vai perguntando como isso é pra ela. Como que, enfim, a gente vai fazendo perguntas e eu sinto que ela fica sempre nessas questão do incômodo “ah, porque é ruim, porque é minha casa”. E aí quando ela fala do João, o Daniel falou disso e eu tenho essa lembrança muito forte. Ela falou “eu sei que isso não é importante, mas, né, ele é analfabeto. Mas isso é só um ponto, não vou colocar ele em descrédito por causa disso”. Ela apontando essas questões, mas, ao mesmo tempo, tentando não escrachar de vez a relação dela com... O que ela pensa sobre o cara, sobre o João. Eu lembro bastante dela trazer esse desprezo que ela tem por ele, se eu puder colocar assim. Ela fala dele como se ele fosse uma pessoa chucra, como se ele... Ela fala que ele é chucro, que ele é analfabeto, que ele não tem escola, e coloca ele totalmente em descrédito assim.

DA: Só um ponto que eu queria conversar, que eu acho relevante, eu não sei até que ponto o Douglas tem esse ponto da Mercedes, mas é um ponto que eu tive até uma certa dificuldade. Qual é a questão? Os dois processos, que envolvem o João, o filho, enfim, mesmo que eles

sejam bem-sucedidos, a Dona Mercedes ainda vai dividir o condomínio com eles, por exemplo, supondo que seja realizada uma comissão de regimento interno. Importante, descrever as obrigações. Mas de qualquer forma eles poderiam continuar descumprindo as obrigações da Comissão. Havendo uma votação pra Síndico, por exemplo, eles são maioria no prédio, então provavelmente, possivelmente o João poderia ser eleito síndico. Claro que é diferente, porque, aí, o síndico pode ser responsabilizado judicialmente, mas essa é a questão: uma responsabilização de fato, que eu não vejo como o João mudaria o comportamento dele, enfim, uma responsabilização de fato demandaria o que? Novos processos, e eu falei isso pra Dona Mercedes. Porque não tem como. Acho que a primeira vez que eu fui falar de um caso com a Dona Mercedes como Advogado, ela falou assim “olha, Daniel, sim, tem que fazer mediação não sei o quê porque”, isso foi antes de eu começar ações de mediação, “isso aqui, problema de condomínio, tem que ter um processo pra resolver. Porque a não ser que ela venda o apartamento, ela vai conviver com esses caras pra sempre, com os mesmos proprietários”. E quando eu falo isso pra Dona Mercedes, ela até fica um pouco não sei se chocada, ela até fica um pouco em silêncio, ela fica um pouco não sabe o que responder, sabe? Fica um pouco inibida. Porque é isso, isso é que eu tenho muito medo, que os dois processos acabem, mesmo que acabem bem, assim, mesmo que seja feita a convenção, o regimento, mesmo que o dano que ela sofreu, que o apartamento dela seja reparado, enfim, mesmo assim ela ainda vai continuar convivendo com eles, e eu não sei até que ponto as ações vão realmente resolver os problemas. Porque, de novo, se tiver uma convenção e eles só continuarem ignorando a convenção, eles teriam várias obrigações no condomínio, mesmo sem, são coisas até meio óbvias, sabe. Então, vai ter uma obra, vamos fazer um orçamento que todo mundo vote e todo mundo pague, aí o cara vai lá e faz de qualquer forma, sabe? São coisas que até são elementares, e eu não vejo como ter uma convenção, mudar isso do nada, e eu tenho medo muito que Dona Mercedes se decepcione no futuro, mesmo com um resultado positivo, que ela, que realmente caia a ficha de que, tipo, o processo não resolveu nada, sabe? E talvez, pra resolver isso tudo, o João virar síndico e precisa ser responsabilizado, tem que propor um novo processo de responsabilização de síndico. E responsabilização de síndico é um processo chato, é um processo que demora, enfim, já peguei um no trabalho, sabe? Aí, ela fica baqueada, e é realmente um medo meu que, quando cair a ficha, que o processo no fundo, muitas vezes, não resolve a situação material. Assim... Não resolve a relação dela com os outros proprietários, não resolve a relação dela com o prédio, sabe? E ela pode continuar ainda mais insatisfeita, porque imagina se eles apresentam um orçamento, e eles são maioria no condomínio, e eles aprovam mesmo assim, e a Dona Mercedes ficando revoltada com o orçamento, ficando revoltada com os materiais, sabe? Porque tudo no condomínio ia passar pela assembleia, decidido em conjunto, e eles são maioria, sabe, de qualquer forma. Por isso, eu acho que, tendo uma comissão, por mais que seja, que tenha uma relevância, é um ponto que é muito frágil para estabelecer ter uma relação harmoniosa entre os condôminos, é muito frágil. É muito fácil ter um descumprimento disso, e Dona Mercedes ficar frustradíssima porque tem a convenção, tem o regimento, e o pessoal não respeita. Eles respeitam a letra da lei, eles são maioria no condomínio, e eles aprovam o que querem, sabe? Enfim... É uma preocupação minha, que eu estive conversando algumas vezes com a Dona Mercedes, mas não chegamos a uma conclusão efetiva, sabe? Ela fica baqueada e muda de assunto. Fica baqueada e, às vezes, é como, acho que foi umas duas vezes que a gente encerrou a reunião, aí ela ficou baqueada, não sabia muito bem o que responder e falou “eu tenho que ir”. Enfim, acho que, quando cair essa ficha, vai ser um golpe bem duro para ela, eu fico até bem preocupado.

PB: Eu também tenho essa preocupação. Eu já cheguei até a conversar com ela sobre isso também, porque fora assim que processos demoram, e aí, como vai ser isso enquanto não acontece o que você quer, né? E aí, ela põe bastante esperanças de quando acontecer e tal, e aí eu já perguntei também dessas coisas “você vai continuar convivendo com eles, eles vão continuar sendo quem eles são, né?! E como é que vai ficar? E aí, ela falou “não, vai ter uma administradora, e eu não vou ter mais que lidar com eles. Vai ser a administradora, eu vou poder ligar e reclamar com eles, e aí ela é que vai lidar com eles, sabe?” E aí, eu não sei, por isso eu tenho a impressão que ela não quer exatamente ver os problemas. É porque é muito uma situação de injustiça, então é que mexe muito com as emoções. Eu me sinto mal por ela, pela situação dela, dessa situação que ela tá meio encurralada na casa dela e como ela fala que eles tratam as coisas com muito desprezo, com muita incompreensão. E aí, eu acho que isso mexe com a moral dela, e é por isso que ela quer tanto uma justiça, sabe, literalmente, busca no Direito uma justiça, porque é uma situação que ela se sente muito injustiçada, porque é um local que também é dela, e ela não tem voz nenhuma. Mas isso me preocupa também, isso que o Daniel falou, que eu acho que é isso, e quando acabar? Por enquanto você está se ocupando com essa esperança, mas uma hora a esperança vai acabar, o processo vai acabar, e eu não sei como ela vai ficar com isso.

JR: Douglas, você quer falar um pouquinho o que você acha?

DB: Sobre isso que o pessoal falou, eu acho que é tudo verdade... Eu estou meio exausto estando com ela, porque ela traz tantas coisas de fora, de exatamente o ponto em que a gente quer chegar. Eu tenho pensado várias vezes de não dar muita intimidade para ela, eu só evito de falar, de dar maior abertura para ela, eu já fico tão exausto. Sou mais seco e, mesmo assim, não dá conta. Tento ficar menos exausto, menos envolvido... O que estou tanto fazer é dar limites, o meu processo é esse aqui, por favor... Os danos morais são mais difíceis de provar, ela falar não querer o dinheiro, quer provar que eles estão errados, que eles se responsabilizem, que eles paguem: “não quero tirar dinheiro deles, quero provar que eles estão errados”. Acho que um processo desse daria um conforto para ela por algum tempo...

JR: Então, você também tem medo que aconteça que ela se decepcione depois que acabar o processo?

DB: Sim. É uma quebra de expectativa...

JR: Gente, tem mais alguma coisa que vocês queiram falar, ou perguntar pra gente da psico, ou as meninas da psico perguntarem pra eles?... Vocês ouviram?

DB: ...Eu fico exatamente sem saber como lidar com as demandas que eu falei, tento não dar corda... Eu fiz o que eu podia fazer para tentar atender a demanda dela, que é muito mais psicológica. Eu fico mesmo sem saber o que falar...

JR: Pra mim, tá cortando um pouquinho o Douglas. Vocês conseguiram ouvir o que ele falou?

PA: Pra mim, cortou um pouco também.

PB: Eu tô falando sem microfone ligado. É, cortou um pouquinho. O vídeo dele tá um pouco travado. Eu entendi mais ou menos.

DB: Vocês avisam, podem me interromper... Como vocês acham que eu devo reagir quando ela traz essas coisas muito mais psicológicas, sabe? Essa é a minha crítica, eu fico tentando me blindar... Mas eu fico me sentindo meio mal...

PB: Pelo que entendi que você falou, ah, eu acabo cortado um pouco, né, eu acho que, tipo, é o seu limite, sabe? O seu trabalho tem, eu acho que o Daniel ele acaba conseguindo conversar mais com ela, e tudo bem. Pra você, incomoda um pouco mais, e eu acho que tudo bem você impor os seus limites, sabe?! Nossa conversa tá aqui, e o que eu posso fazer por você é isso

aqui, e tentar limitar mais isso mesmo. Eu acho que o que você tá fazendo é pôr os seus limites mesmo.

JR: Eu estava pensando sobre o que o Douglas falou. Será que tem tanto essa separação entre o que ela traz de demanda psicológica e o que ela traz de demanda de Direito? As disciplinas separam de certa forma “ah, isso aqui o advogado resolve; isso aqui é o psicólogo”. Mas, é, eu não sei, assim, a pesquisa responde sobre isso. Acho que não sei se tem tanto essa separação assim, porque, pelo que vocês falaram, das conversas tanto que ela tem com as meninas da Psico, quanto as que ela tem com os meninos do Direito, não muda muito, né? Não muda tanto assim o conteúdo do que ela fala. Claro que cada um vai responder de acordo com sua formação, do que já fez na faculdade até aqui, mas, assim, se a gente fosse transcrever o que ela fala, o conteúdo é praticamente o mesmo, né?

DB: O que eu diria é no sentido de ela falar muita coisa, muita coisa, para, no final, eu ser meio prático, então... Se eu pegar e falar para o juiz todas as coisas, nada disso é interessante para mim, tenho que fazer um mega filtro. Fico me esforçando para pegar um pedacinho só, e aí eu acho que isso dificulta dar o que ela precisa, porque a gente quer é só uma coisa do que ela fala, que quero saber: onde estão as infiltrações? Em que cômodo é? Não precisa de tantos detalhes, e, às vezes, eu fico “*off*” quando ela tá falando, principalmente quando ela tá falando de outro processo. Às vezes, é muito difícil, mas é o jeito... Tem que ter um filtro muito grande...

JR: Daniel, você tem essa impressão de que às vezes você fica “*off*” também quando ela tá falando?

DA: Ah, não sei, eu tento não, mas, assim, é muito difícil, porque, como ela volta muito no mesmo assunto, fica meio, tipo, “ah, ok”. O que eu tento fazer, às vezes, com muito, assim, não sei se tá certo, mas eu tento dar uma sair do “*off*” e “tá certo, Dona Mercedes”. Mas, daqui pra frente, sabe, que aí é uma coisa que eu faço bem inclusive, porque ela procura a gente com a intenção de falar do passado, sabe? Ela não procura a gente pra falar do futuro. Então, querendo ou não, às vezes tem que dar uma direcionada, uma podadinha, sabe? Isso na mediação por exemplo, foi muito assim gritante. Eu estava do lado dela e tinha que ficar assim com a mão embaixo da mesa pra dar uma acalmada. Ela falava muito do passado, e eu ficava “Dona Mercedes, tem que ir para o futuro, ir pro futuro”. E aí, eu tenho que fazer isso, mas é difícil. Às vezes, eu fico um pouco... Às vezes, você dá uma viajada, aí você volta, porque, porque é isso, eu converso com Dona Maria desde o quê? Agosto do ano passado? Julho do ano passado? Não lembro agora, mas é bastante tempo em que ela sempre vem com essa conversa, né?! Enfim... É isso.

JR: E as meninas da psicologia, também ficam “*off*” às vezes quando ela está falando?

PB: Eu acho que não, mas acho que é porque tem diferença no que a gente está fazendo no trabalho. Tem... A gente acaba prestando mais atenção em tudo, em toda a conversa, em tudo o que ela vai falando, porque tudo envolve o que a gente está trabalhando, tudo é ela, fala dela. E eu acho que aí tem esses limites do trabalho que os meninos do Direito estão oferecendo, né?! Tem uma maior estrutura que precisa encaixar a conversa ali, acaba sendo necessário mesmo dar uma contida na conversa, e também uma coisa até de limite pessoal também. Me parece que o Douglas acaba se incomodando um pouco mais com a falação dela. Eu acho que temos limites. A gente, às vezes, também tem pessoas que a gente encontra e não quer ficar escutando mil horas de conversa. Acho que a gente já vai um pouco mais preparada para isso, para realmente conversar e escutar a pessoa por um tempo, e tal, e eu acho que tem esses limites, os limites pessoais e os limites do trabalho que está sendo oferecido. Porque, senão, fica difícil de oferecer o serviço para ela do Direito, porque eles precisam focar alguma coisa, pegar uma informação, fazer uma coisa mais estruturada, e aí tem que dar essas direcionadas que eles falam.

JR: E você Poly, quer falar?

PA: Então, atendi ela uma vez só, né, e quando eu fui entrar pra atender, já entrei preparada pra escutar bastante, porque eu conversei com o Douglas antes e vi que ele estava cansado, que ela tinha falado muito. Então, eu já fui atenta pra essa situação. E como foi um atendimento, eu acho que não aconteceu. Eu saí cansada, foi um atendimento que me exigiu nesse sentido, me exigiu muita concentração, muita permanência, em uma postura de mostrar que eu estava ali com ela o tempo todo e de fato me colocar atenta a cada palavra e a cada troca que a gente estava tendo. Mas eu consigo dizer isso de uma experiência. Não sei se eu tivesse mais encontros com ela se seria assim. Eu imagino que não, porque eu lembro bastante da sensação de cansaço no momento em que eu saí. Foi um atendimento muito longo, fiz supervisão de meio, voltei, fiquei mais um tempão. Eu tive que cortar. O atendimento... Eu cortei ele, ele se encerrou. Mas, pra eu cortar, a gente já estava numa redundância há bastante tempo.

PB: Eu acho que é um dos problemas, realmente, sempre foi corte o final da conversa “então, já deu o horário, né?! Vamos terminar aqui”. Mas eu sinto assim, que quanto a atendimento Psi assim, não é difícil atender ela. É uma pessoa que fala bastante, que traz, mas, como uma coisa de coerência, coesão na fala, no discurso dela organizado assim, acaba sendo até talvez organizado demais, no sentido que você não consegue achar brechas para entrar nele. Você acaba ficando meio presa ali no que ela preparou, parece um pouco, mas é, não é tão difícil quanto a alguns outros atendimentos que às vezes você tem que organizar a fala da pessoa, acaba te cansando mais. Mas ela é uma pessoa que precisa, eu sinto, desabafo. Ela sempre vem com esse conteúdo de desabafo, eu acho, de desabafo no sentido de falar das coisas que estão acontecendo, sabe?! Sei lá, aquele desabafo que a gente faz com amigo, eu acho. A gente liga pra pessoa e fica horas falando, sabe?

JR: É, e talvez isso explique um pouco o que você falou do desabafo da amiga, né?! Talvez explique um pouco, uma certa... O que a Poly falou com ela, de fazer uma terapia e tal, e ela “não, eu continuo vindo aqui, né?!” Então, essa questão de ela não querer aprofundar “tá tudo bem na minha família, só tenho esse problema”... E o que me preocupa muito que os meninos falaram, assim, e que a gente percebe em muitos casos, é essa judicialização da vida, né? A gente não sabe o histórico dela, em outras épocas da vida, se ela sempre foi procurando o judiciário para resolver as coisas, né, ou se é uma coisa de agora. Mas é um fenômeno que está aí, que existe, em que as pessoas querem resolver tudo pelo processo, né? E eu queria parabenizar o Daniel e o Douglas que pensaram em levar pra mediação num primeiro momento, e vamos tentar resolver de uma outra forma, né? Daniel, você pode contar um pouco como foi a mediação?

DA: Deixa eu explicar o processo pré-mediação como funcionou, enfim... Eu falei com a advogada, ela falou da mediação, eu concordei com ela, e eu comecei. Primeiro, eu mandei uma notificação extrajudicial, então basicamente uma carta para eles, falando que “olha, a situação do condomínio tá irregular, tal e tal motivo, essas são as normas aplicáveis, não sei o quê, entra em contato, a gente tem interesse em fazer uma mediação, pra começar a conversar sobre uma aprovação de convenção, enfim, entra em contato”. Aí, eu coloquei o meu e-mail, né, “entra em contato pelo meu e-mail para que possamos agendar essa mediação”. E aí, apesar de ser desnecessária uma Mediação, pois, desde o primeiro momento, eles já, por exemplo, acho que um dos filhos do João, que também é proprietário, é advogado, não sei, desde o primeiro momento ele já tinha um, não era esse, que está atuando como Advogado, mas era um outro advogado que estava atuando por eles. Quem respondeu meu e-mail, por exemplo, foi um advogado, não foram eles enquanto pessoas por si, né?! Num primeiro momento, eles aceitaram. Eu marquei a mediação, houve uma primeira sessão com a Dra. T. Foi difícil, muito

difícil, a Dona Mercedes estava muito irritada, eu pedia pra ela se controlar um pouco, é, eles davam uma enrolada, um pouco das pessoas que querem tirar o dele da reta, sabe?! Não sei se é uma boa expressão, mas, tipo, querem acabar com o problema, empurrar com a barriga, apesar de saber que a situação está irregular, sabe?! Um condomínio tem que ter convenção, regimento. O advogado deles não chegava na audiência e falava vocês estão errados, não sei o quê. Sabe quando tenta enrolar? Assim, dar uma enrolada, falar “ah, mas não tem outro jeito... Ah, mas a relação com ela é complicada mesmo”. Enfim, aí teve a primeira sessão, aí a mediadora, depois de 1 hora e meia, duas horas, foi relativamente longa, a mediadora falou “olha, tá, começamos a conversa. Tragam demandas emergenciais do condomínio e coisas que vocês gostariam que constassem e tragam propostas de administração, porque o condomínio...”. A ideia da Dona Mercedes, principalmente, é que tenha uma administradora do condomínio. Eu pessoalmente acho um negócio fundamental, porque fazer assembleia é chato, fazer ata é chato, aprovar a convenção é chato, fazer regimento é chato, precisaria de alguém com saberes jurídicos pra isso, sabe? Eu, por exemplo, não sei fazer uma comissão do zero, sabe?! É muito mais fácil e barato do que contratar um advogado particular é contratar um administrador. Dona Mercedes achou um administrador, por exemplo, que cobraria R\$200,00 por mês, sabe?! Dividido em cinco unidades, não dava nem R\$50,00, é um negócio barato. Enfim, eles, meu, eles exigiram, Dona Mercedes tem razão em se sentir injustiçada nisso, que eles agiram muito de má-fé. Assim, eles foram na mediação, trouxeram três propostas absurdas, assim, muito caras, Dona Mercedes apresentou uma proposta muito melhor, de um cara que parecia muito responsável. Assim, teve reuniões com o cara, os caras pegaram a proposta dela, a gente ficou de agendar uma reunião com o administrador pra discutir a administração do condomínio, e eles não apareceram, assim, eles não apareceram. Eu liguei, começaram a não me responder, enfim, aí eles entraram em contato quando eles souberam da ação que o Douglas propôs, e aí eles me ligaram, me mandaram e-mail na verdade, me cobraram, assim, foram um pouco rudes e falaram: por que você não avisou a gente? É do departamento, não sei o quê... Eu falei cada caso é um caso, que no caso tem uma petição direta com o Douglas, que a mediação fazia uma relação somente à comissão do condomínio, enfim, e não ao resto do apartamento, e da obra do apartamento, do dono do apartamento. Não me responderam mais, desapareceram. Dei por encerrado a tentativa de mediação, porque claramente não estavam, não estavam a fim. Mandaram um e-mail pra mim assim em março, falando que “ah, não, deram uma ameaçada de processar a Dona Mercedes”. Foi um evento que a Dona Mercedes ficou muito revoltada, porque eu comentei que mandaram pra mim um e-mail, mas eu cometei com ela, já que fazia, dizia respeito a ela, mas ameaçaram dar uma. Eu posso até abrir o e-mail aqui, mas basicamente eles falavam em dar uma processada nela, falavam que ela tinha atitudes incorretas no condomínio também, que pessoas testemunhariam isso, que era melhor resolver numa mediação, enfim, deram uma enrolada também de novo, sabe?! Parece que eles querem sempre ficar enrolando a situação, sabe?! Isso me deixa bem curioso assim, deixa eu pegar até a... papa... Eles falaram que, realmente, eles reconheceram que o caso não era meu, mas que eu deveria saber, pois é do Departamento Jurídico. Enfim, falaram um monte, me criticaram, mas tanto faz, eu não ligo pra isso; falaram que eu não agi de boa-fé, mas eu não me importei, é, e aí quiseram juntar as duas ações em uma, o que é descabido, não faz nenhum sentido. O cara é assim, meio mal Advogado, assim, sabe, nem cuida do caso do Douglas, mas quis enrolar comigo o caso do Douglas; queria que suspendesse no processo do apartamento pra tentar uma nova Mediação, enfim, e eu aí só, falei com a Dona Mercedes e respondi o e-mail falando que não é o caso, que eles agiram de má-fé, que eles que não quiseram a mediação, que não fazia sentido a conciliação, inclusive depois ele mandou um: favor desconsiderar o e-mail que ele

mandou me criticando, sabe, então, assim, fiquei na nuvem assim. Foi uma mediação que foi totalmente infrutífera, que postergou muito as coisas, porque eles queriam postergar muito as coisas, empurraram com a barriga, e aí eu acho que agora que eles estão vendo que o processo do Douglas tá seguindo, meio que agora veio uma preocupação com relação a isso. Eles me mandam um e-mail que é juridicamente absurdo, enfim, me ataca, é totalmente absurdo, e aí tentando de novo empurrar com a barriga, sabe? Ah, não, vamos suspender o processo do apartamento, como se isso tivesse qualquer conexão com o que eu estou fazendo; assim foi minha primeira experiência com mediação. Não foi muito, assim, a mediadora trabalhou bem, mas não tinha muito o que fazer, sabe? Era um caso de judicializar mesmo e ver no que dá o processo. Não dá pra, não tem muito o que fazer em relação a isso.

JR: É, e se a pessoa entra de má-fé na mediação, não tem o que fazer mesmo. A mediação pressupõe que tenha a boa-fé de todo mundo, né? Talvez aí tenha sido o problema mesmo... eles acabaram usando a mediação. Essa coisa pra enrolar mesmo, porque não quer resolver o problema, né? Porque pra eles estava confortável do jeito que estava, né?

DA: É, e aí só me restou dar de ombros e enfim, então foi isso, seguimos.

DB: Mediação, no geral, é recomendado pra esses casos mesmos em que as pessoas não conseguem, mesmo com, por exemplo em casos de família, em que as pessoas, mesmo depois do processo, vão continuar convivendo, ou então em caso de vizinhos em que a convivência tipo, não é tipo, pessoas que só tiveram aquela relação que deu errado, e aí o processo resolve e essas pessoas nunca mais se vêem. Mediação é justamente para esses casos que o processo só aumenta o problema, só aumenta o litígio. As pessoas não conseguem deixar de conviver...

JR: É, a indicação para a mediação foi perfeita mesmo, pena que o outro lado não estava muito querendo resolver, né? Bom, gente, pra mim acho que já está bom. Não sei o que vocês acham, querem, a gente já está há uma hora e meia conversando, né?! Mas sem contar antes as tentativas. Vocês querem falar mais alguma coisa? As meninas da Psico têm mais alguma coisa?

PA: Eu estou satisfeita, Joyce.

JR: Aham, a gente conseguiu abarcar bastante coisa, né? Então, agora eu vou, né?! Depois que eu receber no *Google Drive*, a gente precisa transcrever isso, né? Precisa transcrever, e aí depois a gente entra em contato. Queria agradecer à Poly, também nem agradei, por ter entrado em contato com eles, por ter agilizado um pouco a entrevista. Eu não sei se eles sabem, né, mas eu estou com, eu estou me recuperando da COVID. Eu estou bem melhor, mas foi fundamental ter esse empurrão. Vamos logo fazer essa entrevista, né?! Eu quero agradecer muito a vocês por terem se mobilizado. Eu vou transcrever, aí depois eu mando para vocês a transcrição, né?! Depois eu pego o número de vocês, pego o e-mail direitinho pra mandar a transcrição da entrevista pra vocês verem se está tudo ok, se é isso mesmo, tá bom?

PB: Eu achei que a conversa foi muito boa, foi muito bom a gente poder ouvir assim todo mundo envolvido, quais as visões, para a gente ter uma visão geral do que acontece nesses atendimentos. Foi bem legal pra mim.

DA: Eu curti bastante também

JR: Como os meninos que têm mais contato com ela, qualquer coisa que vocês quiserem, dá um toque pra gente. Eu não sei se a Dona Mercedes tem, se o celular tem vídeo, ou alguma coisa assim, ou se ela...

DA: Hum, só na base da ligação com ela.

JR: Ah, mas essa coisa da ligação, pelo menos, não sei se ela, a gente pode tentar ver dela conversar, só se ela precisar e se fizer sentido também. Se precisar, a gente ter uma conversa pontual com ela, não tem problema nenhum. Tá bom, gente, muito, muito obrigada.

DA: Imagina, obrigado, até mais.

APÊNDICE D – Slides da formação

A formação oferecida pela Psicologia do DJ para os estagiários passou a ser feita, durante a pandemia da COVID-19, no formato *online*. Preparamos, para facilitar a interação nesse formato, slides, com o intuito de guiar a conversa com os estudantes de Direito. A arte do slide foi feita por Ana Luiza Zanquetta, e o logo da Psicologia do DJ, por uma *designer* amiga dela, Mariana Sarli.



EXPECTATIVAS

- Quais são os casos que você espera encontrar no DJ?
- Como você acha que a psicologia pode contribuir?

SOBRE O NOSSO PROJETO

- O LEFE foi criado em 1998 pela prof^a. Henriette Morato
- Perspectiva fenomenológico-existencial
- Plantão psicológico
- APP, DJ, PAPO e CECCO
- No DJ: desde 2001 (intervalo entre 2008 e 2011)

ATENDIMENTOS

Assistidos



Chegam de 2 jeitos:

1. Rodas de conversa diárias
2. Estagiárias

Formas de atuação:

1. Em conjunto com a estagiária do direito
2. Somente com a assistida
3. atendimentos com a estagiária do direito sobre o caso, mas sem conversar diretamente com a assistida

OBS: Os atendimentos se desenvolvem tanto online quanto presencial.

ATENDIMENTOS

Assistidos



- Casos que mais chegam para a psicologia:

Família
Violência doméstica
Trabalho
Penal
Saúde mental

- Única condição para o atendimento da psicologia é que a assistida concorde com a nossa participação

ATENDIMENTOS

Membras do DJ



Caso estejam com dificuldade de atender algum caso ou queiram atendimento pra falar de questões pessoais, também estamos disponíveis

INTERDISCIPLINARIDADE



- Construção em conjunto de um trabalho que se soma e complementa
- Ninguém isolado em sua respectiva área é capaz de abranger todas as particularidades de um caso multifatorial, como os que encontraremos muitas vezes no Departamento Jurídico

ONDE ENCONTRAR A PSICOLOGIA?

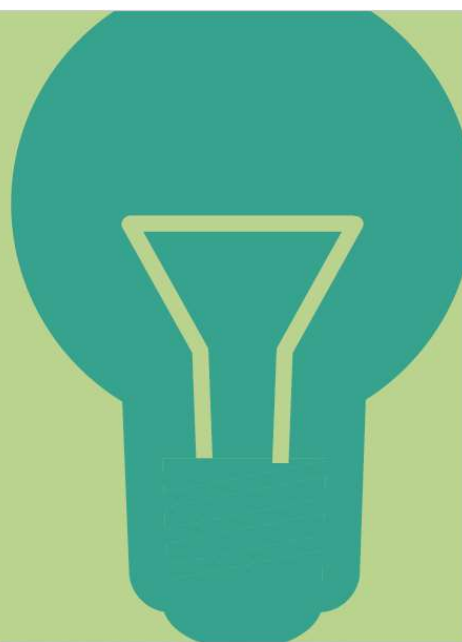


Rodas de conversa

E-mail: psicologianodj@gmail.com

É protocolo da psicologia marcar um primeiro atendimento com a estagiária para pensar em conjunto a melhor estratégia de atuação no caso

PERGUNTAS?



psicologianodj@gmail.com